



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA E MUSEOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

ELISA GRITTI

OUTRA ECONOMIA ACONTECE? A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO
BRASIL E NA ITÁLIA: PARA UMA ANTROPOLOGIA DA
GLOCALIZAÇÃO

RECIFE
2017

ELISA GRITTI

OUTRA ECONOMIA ACONTECE? A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL E NA
ITÁLIA: PARA UMA ANTROPOLOGIA DA GLOCALIZAÇÃO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Antropologia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Josefa Salete Barbosa Cavalcanti

Coorientadora: Prof^a. Dr^a. Vânia Rocha Fialho de Paiva e Souza

RECIFE
2017

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria Janeide Pereira da Silva, CRB4-1262

G871o Gritti, Elisa.
 Outra economia acontece? A economia solidária no Brasil e na Itália :
 para uma antropologia da glocalização / Elisa Gritti. – 2017.
 278 f. : il. ; 30 cm.

 Orientadora : Prof^a. Dr^a. Josefa Salete Barbosa Cavalcanti.
 Coorientadora : Prof^a. Dr^a. Vânia Rocha Fialho de Paiva e Souza
 Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
 Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Recife, 2017.
 Inclui Referências.

 1. Antropologia. 2. Antropologia econômica. 3. Economia social. 4.
 Glocalização. 5. Economia solidária. 6. Mercado. 7 Estado. 8. Solidariedade.
 I. Cavalcanti, Josefa Salete Barbosa (Orientadora). II. Souza, Vânia Rocha
 Fialho de Paiva e (Coorientadora). III. Título.

301 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2017-141)

ELISA GRITTI

OUTRA ECONOMIA ACONTECE? A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL E NA
ITÁLIA: PARA UMA ANTROPOLOGIA DA GLOCALIZAÇÃO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Antropologia.

Aprovada em: 23 / 02 / 2017

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a Josefa Salete Barbosa Cavalcanti (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^a. Dr^a Vânia Rocha Fialho de Paiva e Souza (Coorientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr Russel Parry Scott (Avaliador Titular Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr Alex Vailati (Avaliador Titular Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr José Sergio Leite Lopes (Avaliador Titular Externo)
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof^a. Dr^a Simone Magalhães Brito (Avaliadora Titular Externa)
Universidade Federal da Paraíba

Prof. Dr Peter Schröder (Avaliador Suplente Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr Thiago Panica Pontes (Avaliador Suplente Externo)
Universidade Federal de Pernambuco

À Economia Solidária.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho atravessa quatro anos da minha vida pessoal e profissional.

Como tudo que fazemos, somos e temos esta tese também é fruto sim do meu esforço e trabalho, mas também do cruzamento e da participação de um grande número de pessoas. As experiências, dificuldades e conquistas relacionadas a ela são parte de um mais amplo percurso de vida onde muitas pessoas partilharam comigo a trilha.

Por isso, agradeço não apenas formalmente, mas com todo meu coração, quem encontrei, quem cruzei, quem conheci mais ou perdi no caminho, quem me deu um pedacinho de si, de próprio pensamento, da própria experiência, quem me ensinou, na faculdade ou na vida... os considero todos coautores deste trabalho.

Agradeço em primeiro lugar a minha família, a minha mãe e o meu pai. Sem o apoio deles nada disso poderia ter acontecido. Eles que viram a própria filha ir embora, trocar de continente para seguir os próprios sonhos e que sempre, sempre, me deram apoio e força para continuar e para conseguir alcançar as metas. Eles que me permitiram partir e procurar outro lugar para chamar de casa, mas que ao mesmo tempo sempre me ofereceram a possibilidade de voltar e ter, realmente, uma casa.

Agradeço então a UFPE e todos os professores, funcionários e colegas do Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco que me permitiram participar deste programa de Doutorado, que me fizeram sempre sentir bem acolhida e que, sobretudo, abriram os horizontes dos meus conhecimentos acadêmicos, através de uma ciência antropológica nova, diferente da que eu conhecia. Este processo de formação foi fundamental para, espero, aprofundar meu olhar sobre o mundo, num movimento de vai e volta entre lugares, culturas e academias.

Entre eles, agradeço de forma mais específica a minha orientadora Prof. Dra. Josefa Salete Barbosa Cavalcanti e a minha coorientadora Prof. Dra. Vania Rocha Fialho de Paiva Souza, cujos ensinamentos acadêmicos e pessoais estão ricamente neste trabalho.

Agradeço a Carla Neres de Souza, Ademilda Guedes, do Programa, e Ana Maria Costa pelo apoio e pela ajuda que sempre me ofereceram.

Agradeço à CAPES pela bolsa de Doutorado que me permitiu realizar estes estudos e pela bolsa PDSE que permitiu a realização do período de Doutorado Sanduíche na Itália.

Aos professores da Università degli Studi di Milano-Bicocca, academia de onde venho e que me acolheu novamente no período de Doutorado Sanduíche, e especialmente ao supervisor Professor Roberto Malighetti, que sempre considerei um grande mestre.

Agradeço às colegas de Doutorado Jamilly e Jordânia, que foram uma linda descoberta, lindas amigas que nasceram no Programa. Ensinaram-me muito, me aguentaram muito, me ouviram muito, obrigada. Graças a vocês ainda tenho esperança.

Um agradecimento enorme a todos e todas que participam deste mundo chamado de economia solidária em Milão na Itália, mas, sobretudo à rede de Recife que leva um grande pedaço do meu coração. Empreendedores e empreendedoras econômicas solidárias têm me acolhido de uma forma que não poderia esperar. Cheguei e encontrei interlocutores de pesquisa e, hoje, saio com grandes amigos, companheiros de muitos momentos, de muitas ações e debates que me fizeram crescer e enriquecer enormemente, não apenas no objetivo deste trabalho, mas muito além dele. Tito, que primeiro me acolheu e me abriu as portas deste mundo, sem nem mesmo me conhecer, me ofereceu e me ensinou demais, obrigada. Artur, Veneranda, Rosana, Maurivan, Aldenise, obrigada. Minha grande amiga e companheira Beatriz e grupo Reciclarte Guarajuba, obrigada. Vocês me ensinaram que ainda existe algo para lutar, que ainda existem ideias e valores fortes, resistentes às intempéries de um mundo e de uma sociedade que muitas vezes nos parece vazia de tudo em vista da cultura do dinheiro e do indivíduo. Vocês são exemplos para mim. Vocês são o que eu estava procurando quando parti e são os protagonistas desta tese.

Agradeço também de coração a minha grande Amiga, minha irmã de Alma, Letizia, que há 15 anos acompanha minha vida, os desafios, as conquistas e as lutas. Recebi grandes ensinamentos dela. Em nossas conversas já resolvemos todos os problemas deste mundo e isso sempre me deu força e esperança. Compartilhar alegrias e sofrimentos deixa a vida melhor, mais cheia, mais brilhante para ser vivida.

Também agradeço a Matheus, meu companheiro de vida, que nos últimos dois anos deu grande força para esse trabalho e para todos os outros desafios da vida. E, com quem a convivência foi fonte de grande aprendizado. Que esse fim de caminho de doutorado seja também o começo de um longo caminho juntos, seja lá onde for.

Há muitas outras pessoas quem agradecer, Mariateresa e Claudia, as minhas seguranças, amigas de verdade, do lugar que eu deixei, mas que sempre foi meu. Patrizio, que também ofereceu muito aprendizado e apoio.

A todos que encontrei e aos quais ofereci ou que me ofereceram algum aprendizado, ou simplesmente presença, dedico este trabalho.

Saber não é apenas algo que se faz individualmente, através de livros, saber é um processo conjunto feito de todas as pessoas que cruzam nossa vida, de qualquer forma.

RESUMO

O objetivo desta tese é analisar e interpretar o movimento social de economia solidária (ES) como processo socioeconômico e cultural anti-hegemônico que se localiza entre o local e o global. Este movimento é fruto de contradições socioeconômicas globalizadas que, uma vez localizadas, produzem um conjunto de símbolos e valores, significados e práticas denominadas de economia solidária.

A tese considera dois casos empíricos: a rede de Empreendimentos Econômicos Solidários de Recife – Brasil e as cadeias produtivas dos Grupos de Compras Solidária da região de Brianza – Itália, que são analisados através da metodologia etnográfica antropológica. A partir dos dados etnográficos observamos os processos de construção identitária do movimento e a sua procura por um espaço/forma próprio na sociedade. Nessa perspectiva, contexto sócio-histórico, tradição, oportunidades atuais e utopias futuras se conjugam de forma peculiar para dar forma ao movimento. Observamos como esses processos se constituem em termos de mercados plurais, ou seja, como fruto da tensão entre diferentes lógicas socioeconômicas e políticas, entre as quais solidária/utilitarista, formal/informal, popular /institucional.

O trabalho de campo foi realizado em primeiro lugar com as experiências da rede de Recife, durante os anos 2012 e 2016 e na Itália, por um período mais concentrado de sete meses, em 2015. Os dados etnográficos, gerados através do conhecimento êmico das redes locais, de entrevistas com os protagonistas e da observação participante, foram compreendidos à luz do debate e das considerações científicas que embasam este trabalho.

De acordo com as análises feitas, a economia solidária se propõe como experiência de re-moralização e ressocialização da economia, definindo-se tanto localmente quanto globalmente. Isso não significa que ela é um sistema econômico alternativo ou paralelo ao capitalismo, mas se configura como experiência econômica, política e cultural híbrida, envolvendo relações complexas entre dádiva, mercado e Estado.

A economia solidária é aqui analisada como um movimento social com dinâmicas locais, construtora de uma ética socioeconômica global e com estruturas de ação que nos remetem à uma reflexão final sobre a função dos movimentos contra hegemônicos e as comunidades globais na sociedade contemporânea.

Palavras Chave: Antropologia Econômica. Economia Solidária. Dádiva. Mercado. Estado. Glocalização.

ABSTRACT

This thesis aims to analyse and interpret the social movement of solidarity economy as a socioeconomic and cultural counter-hegemonic process, placed between local and global. This movement is the result of globalized socioeconomic contradictions which, once localized, produce a set of practices, symbols, values and meanings called solidarity economy.

The thesis considers two empirical cases: the network of solidarity economic enterprises of the city of Recife - Brazil and the production chains of Solidarity Purchase Groups in Brianza region – Italy, analysed through the anthropological ethnographic methodology. From the ethnographic data, we observe the identity building process of the movement and the search for its own space / form in society. Through this perspective, social and historical context, tradition, current opportunities and future utopias combine in a particular manner forming the social movement. We observe how this process is constituted in terms of plural markets, ie as a result of the tension between different socio-economic and political logics, including solidarity/utilitarianism, formal/informal, popular/institutional.

The field work was fulfilled firstly with the network experience in Recife, between the years 2012 and 2016 and in Italy, for a more concentrated period of seven months, in 2015. Through the emic knowledge of local networks, interviews with the main actors and participant observation, the ethnographic data were interpreted in the light of the debate and of the scientific considerations basis of this work.

According to the analysis, the solidarity economy is proposed as an experience of re-moralization and re-socialization of the economy, defining itself both locally as globally. This does not mean defining it as an alternative or parallel economic system to capitalism, but as an economic, political and cultural hybrid experience involving complex relationships between gift, market and state.

Solidarity economy is analysed as social movement inserted in glocal dynamics, building a global socioeconomic ethics and presenting structures of action which remind us to a final reflection on the function of counter hegemonic movements and the global communities in contemporary society.

Key-words: Economic Anthropology. Solidarity economy. Gift. Market. State. Glocalization

RIASSUNTO

Obiettivo della tesi è analizzare e interpretare il movimento sociale di economia solidale come processo socioeconomico e culturale anti-egemonico situato tra locale e globale. Tale movimento è frutto di contraddizioni socioeconomiche globalizzate che, una volta localizzate, producono un congiunto di simboli, valori, significati e pratiche denominate di economia solidale.

La tesi considera due casi empirici: la rete di imprese economiche solidali della città di Recife – Brasile e le filiere produttive dei Gruppi di Acquisto Solidale dell'area della Brianza – Italia, analizzati attraverso la metodologia etnografica antropologica. A partire dai dati etnografici, si osservano i processi di costruzione identitaria del movimento e la sua ricerca per uno spazio/forma proprio nella società. In questa prospettiva, contesto socio storico, tradizione, opportunità attuali e utopie future si coniugano di forma peculiare dando forma al movimento. Osserviamo che tale processo si costituisce in termini di mercati plurali, ossia, come frutto della tensione esistente tra differenti logiche socioeconomiche e politiche tra cui solidale/utilitarista, formale/informale, popolare/istituzionale.

La ricerca di campo è stata realizzata in primo luogo con le esperienze in rete di Recife, tra gli anni 2012 e 2016 e in Italia, per un periodo più concentrato di sette mesi, nel 2015. Attraverso questa conoscenza emica delle rete locali, di interviste con i protagonisti e dello strumento dell'osservazione partecipante, i dati etnografici sono stati interpretati alla luce dei dibattiti e considerazioni scientifiche che stanno alla base di questo lavoro.

Secondo le analisi effettuate, l'economia solidale si propone come esperienza di re-moralizzazione e re-socializzazione dell'economia, definendosi tanto localmente quanto globalmente. Ciò non significa definirla come un sistema economico alternativo o parallelo al capitalismo, bensì come un'esperienza economica, politica e culturale ibrida coinvolgendo relazioni complesse tra dono, mercato e stato.

L'economia solidale è qui analizzata come un movimento sociale con dinamiche glocali, costruttore di un'etica socioeconomica globale e con strutture di azione che ci riportano a una riflessione finale sulla funzione dei movimenti anti-egemonici e alle comunità globali nella società contemporanea.

Parole-chiave: Antropologia Economica. Economia Solidale. Dono. Mercato. Stato. Glocalizzazione

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	O campo da economia solidária em Recife.....	81
Figura 2 -	O campo da economia solidária em Milão/Brianza.....	88
Figura 3 -	Ação política da economia solidária na procura de um espaço/forma próprio	228

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Origens da Economia Solidária na Europa.....	52
Quadro 2 -	Elementos caracterizante dos dois casos.....	92
Quadro 3 -	Marcadores atores da pesquisa como participantes da economia solidária.....	93
Quadro 4 -	Os capitais da economia solidária.....	197
Quadro 5 -	Contextos dos campos de pesquisa.....	99
Quadro 6 -	Elementos discursivos dados pelos atores da economia solidária no julgamento do sistema capitalista e consequente proposta de alternativa.....	104
Quadro 7 -	Usina Catende, economia solidária em Pernambuco.....	115
Quadro 8 -	Valores locais de economia solidária (Itália).....	149
Quadro 9 -	Juízos de base moral: economia de mercado versus economia solidária.....	155
Quadro 10 -	Sentidos conferidos à economia solidária como proposta alternativa.....	156
Quadro 11 -	Elementos comuns entre os dois casos.....	156
Quadro 12 -	Trocas Recife: material/simbólico economicista/substancial.....	170
Quadro 13 -	Reaproveitamento, sobrevida, personalização, carinho.....	182
Quadro 14 -	Trocas em Brianza: material/simbólico economicista/substancial	199

GRÁFICOS

Gráfico 1 - Difusão dos Grupos de Compras Solidárias na Itália.....	101
Gráfico 2 - Formas de vida econômicas plurais.....	166

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANTEAG – Associação Nacional dos Trabalhadores e Empresas de Autogestão.

CADSOL – Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários

CORES – Osservatorio CORES su Consumi, Reti e pratiche di economie Sostenibili

CTC – Centro de Trabalho e Cultura do Recife

CUT – Central Única dos Trabalhadores

DES – Distretto di Economia Solidale (Distrito de Economia Solidária)

DESR – Distretto di Economia Solidale Rurale

EES – Empreendimentos Econômicos Solidários.

ES – Economia Solidária

ESCOES – Espaço de Comercialização e Divulgação de Economia Solidária

FAFIRE – Faculdade Frassinetti do Recife

FBES – Fórum Brasileiro de Economia Solidária.

FEPS Recife – Fórum de Economia Solidária da Região Metropolitana do Recife

FEPS-PE – Fórum de Economia Solidária do Estado de Pernambuco

GAS – Gruppi di Acquisto Solidale (Grupos de Compras Solidarias)

GASBri – Retina di Gruppi di Acquisto Solidale dela Brianza

GT – Grupos de Trabalho.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IDES – Instituto de Desarrollo Económico y Social.

INCUBACOOOP/UFRPE – Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal Rural de Pernambuco

ITCP FAFIRE – Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Frassinetti do Recife

MNCR – Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis.

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

ONGs – Organizações Não Governamentais.

PACs – Projetos Alternativos Comunitários de Caritas Brasileira

PT – Partido dos Trabalhadores

RES – Rete di Economia Solidale

RESisti – Participantes da Rete de Economia Solidale

SDPU – Secretaria de Desenvolvimento e Planejamento Urbano da Prefeitura do Recife

SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária.

SIES – Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária.

TTIP – Transatlantic Trade and Investment Partnership

UNICAP – Universidade Católica de Pernambuco

UNISOL – Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
2	PARA ALÉM DE MODELOS DICOTÔMICOS	24
2.1	GLOBAL E LOCAL	24
2.2	GLOBALIZAÇÃO HEGEMÔNICA E CONTRA HEGEMÔNICA	33
2.3	DE MAUSS ATÉ M.A.U.S.S. PARA A SUPERAÇÃO DE MODELOS DICOTÔMICOS A CONTRIBUIÇÃO DA ANTROPOLOGIA ECONÔMICA ..	39
2.4	“É A PERGUNTA QUE ESTÁ ERRADA”	43
2.5	ECONOMIA SOLIDÁRIA: UM SABER ACADÊMICO, INSTITUCIONAL OU POPULAR?	48
3	O CAMPO DAS ECONOMIAS SOLIDÁRIAS	58
3.1	POSICIONAMENTO NA REDE, MILITÂNCIA METODOLÓGICA, INSTRUMENTOS DE PESQUISA	61
3.2	O RECORTE DO OBJETO: ENTRE MOVIMENTO E FRAGMENTARIEDADE	70
3.3	UM MOVIMENTO EM REDE: APROXIMAÇÃO À ECONOMIA SOLIDÁRIA NA ITÁLIA E NO BRASIL	75
3.4	OS CAPITAIS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA	92
3.5	O TEMPO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA	97
4	ECONOMIAS SOLIDÁRIAS: CONSTRUÇÃO DE SIGNIFICADOS	103
4.1	PORQUE UMA ECONOMIA SOLIDÁRIA?.....	103
4.2	EM RECIFE: CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE	111
4.2.1	“P” de popular e o ônibus 651	113
4.2.2	Essa não é economia solidária	119
4.3	EM MILÃO/BRIANZA: CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE	137
4.3.1	“C” de consumo	139
4.3.2	“Se não consigo explicá-lo, você pode comê-lo”	143
4.4	UMA OU DUAS ECONOMIAS SOLIDÁRIAS? GLOBAL E LOCAL	154
5	QUAL ECONOMIA ACONTECE?	162
5.1	FORMAS DE VIDAS ECONÔMICAS E MERCADOS PLURAIS	162
5.2	ENTRE TROCA MERCANTIL E RECIPROCIDADE: O CASO DE RECIFE...	167
5.2.1	O solidário da economia.....	167
5.2.2	O econômico do solidário: “ganhar a vida no sistema”	186

5.3	RESISTI: O CASO DE MILÃO E BRIANZA.....	196
5.3.1.	Revolução das redes?.....	211
5.4	CONSIDERAÇÕES SOBRE AS OUTRAS ECONOMIAS	214
6	UM MOVIMENTO POLITICO	220
6.1	UM PROJETO EM CONFLITO ENTRE MERCADO, ESTADO E TERCEIRO SETOR	227
6.2	ESTADO E MOVIMENTO SOCIAL : CONFLUÊNCIAS PERVERSAS NO CASO DE RECIFE.....	234
6.3	O ESTADO E O MOVIMENTO SOCIAL: O DIREITO A SOBERANIA ALIMENTAR E A ALIMENTAÇÃO DO CASO DA BRIANZA	242
6.4	CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE POLÍTICA.....	248
7	RESUMINDO OS RESULTADOS.....	252
7.1	ECONOMIA SOLIDÁRIA, ECONOMIA MORAL (?)......	258
7.2	COMUNIDADES GLOBAIS CONTRA HEGEMÔNICAS (?).....	264
	REFERÊNCIAS	269

1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho de tese é analisar e interpretar o movimento social da economia solidária (ES) como processo social contra-hegemônico localizado entre o global e o local.

O movimento é fruto de contradições que se globalizaram dentro do sistema socioeconômico hegemônico. A localização dessas contradições provoca respostas locais práticas sob forma de experiências econômicas e políticas, automeadas de economia solidária. A partir de experiências locais se constitui um conjunto de símbolos, valores, significados e práticas que se globalizam novamente, constituindo parte de um movimento contra-hegemônico e de um discurso “altermundista”¹.

A tese visa analisar estas dinâmicas através do estudo de dois casos concretos: a rede de empreendimentos econômicos solidários da cidade de Recife e as cadeias de coprodução de Grupos de Compras Solidárias e produtores locais de Milão e Brianza.

No primeiro caso, encontramos uma rede organizada de produtores artesãos, provindos de áreas urbanas reconhecidas de baixa renda, politicamente e ativamente organizados no território e em relação estreita com entidades do terceiro setor e do governo, caracterizando um movimento semi-institucionalizado. No segundo caso, em Milão, encontramos rede de consumidores críticos de classe média, em relação direta com produtores locais, no âmbito da agricultura e alimentação, gerando projetos de reconstrução de cadeias produtivas locais. Esses dois casos e contextos diferenciados apresentam o mesmo nome, a mesma auto definição de economia solidária. Com esse recorte apresentaremos a análise sondando a hipótese de uma glocalização da experiência.

Serão analisados, com base nos dois casos específicos, os processos de construção identitária do movimento e a procura de um espaço próprio na sociedade. Veremos o objeto de pesquisa se constituir desta forma: a construção de significados locais, claramente diferenciados, e seus pontos em comum; as experiências econômicas praticadas nos dois contextos; as dinâmicas políticas. Concluiremos que a economia solidária se propõe como experiência de resistência crítica ao modelo econômico cultural dominante propondo estilos de vida e imaginando/praticando alternativas sociais.

Os símbolos e práticas econômicas solidárias estudadas estão ancorados em processos de re-moralização e ressocialização da vida econômica assim como revelados nas análises dos

¹ Indica-se com o termo o discurso e o conjunto de movimentos sociais que tem certo grau de oposição à alguns elementos da globalização, propondo um modelo de desenvolvimento mais equo.

dados etnográficos. Apesar disso, veremos como a conformação do movimento se dá em termos de mercados plurais, ou seja, como fruto de tensão entre diferentes lógicas socioeconômicas solidária/utilitarista, formal/informal, popular/institucional, por exemplo.

Os dados da pesquisa nos convidam enquanto cientistas sociais a repensar antigas categorias dicotômicas em termos de coexistência estratégica das mesmas, com vistas à construção de um espaço social próprio por parte dos sujeitos. Isso não significa considerar a experiência de economia solidária como um sistema econômico alternativo ao capitalismo, mas como uma experiência econômica, política e cultural de transformação de conceitos hegemônicos que envolvem relações complexas entre dádiva, mercado e Estado.

Defrontamo-nos, assim, com um processo político de resistência e resiliência nas formas de vida econômica, onde contexto sócio-histórico, tradição, oportunidades presentes e utopias futuras se conjugam de forma peculiar.

A partir das falas dos meus interlocutores durante a pesquisa, se delinearam três possíveis características de economia solidária: economia solidária é um movimento social econômico; economia solidária é um movimento social político; economia solidária é uma possível forma de viver e pensar o mundo.

Do ponto de vista acadêmico, economia solidária pode ser considerada uma ideologia global antiglobal no sentido que, entre outros, Boaventura Sousa Santos (2002) lhe dá.

No momento em que nos aproximamos a este mundo conhecemos valores, ações e simbologias que se distanciam de uma concepção de cultura como conjunto de elementos coincidente com a totalidade de um grupo, de uma etnia ou de uma sociedade. A peculiaridade desse movimento social em comparação com alguns mais tradicionais (movimentos indígenas, feministas ou dos descendentes de negros africanos) está na possibilidade de combinar diferentes elementos culturais (identidade étnico-cultural, de raça, religiosa, de gênero etc.) e discursos (ambientalista, pacifista, epistemologias do sul) com a dimensão macroeconômica (política e cultural), vista como problemática, dentro de um único movimento. A economia solidária confere centralidade a elementos como trabalho, saberes tradicionais, estilo de vida, consumo e vida política, como meios de contraste a desigualdade e a hegemonia de um modelo maior, globalizado. Como acontece em movimentos sociais de tipo étnicos há, hoje, processos de conquista de direitos e de espaço na sociedade baseados numa ressignificação da noção de cidadania como identidade coletiva de grupos, unidos pela pertença comum, e no seu direito à diferença (DAGNINO, 2003). No entanto, alguns processos de resgate de direitos nascem hoje, especialmente nas dinâmicas da vida urbana, mas não apenas nelas, direcionando a atenção para

outros tipos de simbologias, ações e identidades caracterizando os movimentos contemporâneos.

Questões que nascem da partilha de necessidades relacionadas ao território e à comunidade como condições de vida e de consumo coletivo, convivência com o ambiente, afirmação da identidade e do saber cultural popular e conquista de autonomia política local através da participação com qualidade de cidadãos ativos (CASTELLS, 2000), direcionam hoje muitos “novos movimentos sociais” que Boaventura Souza Santos (2002) reúne na ideia de uma possível globalização contra hegemônica. Movidos pela aspiração a uma sociedade “mais justa”, com menos exclusão, exploração, discriminação e destruição do ambiente, esses movimentos produzem novas ideologias de ação crítica ou contestação à globalização capitalista, neoliberal.

De acordo com a pesquisa realizada, o caso da economia solidária se coloca nesta direção, deslocando a atenção de uma diferenciação identitária de tipo étnico-cultural ou racial (por exemplo) para a partilha de necessidades econômicas, de consumo, de redistribuição dos recursos e de coesão social, criando, em seu conjunto, uma cultura como possível nova, ou antiga, “forma de viver” ou estilo de vida.

Dentro da Rede de economia solidária tanto de Recife, quanto de Milão, há pessoas de diferentes etnias, religiões, idades, status sociais, gêneros e crenças (GRITTI, 2012; MANCE, 2008). Essa mudança de ferramentas ideais ligada com uma dimensão mais universal de “excluídos” ou de “resilientes”, contra o sistema econômico liberalizado e globalizado, gera no contexto atual uma nova forma de movimento social e de ação cidadã.

Da mesma maneira será importante considerar os diferentes atores envolvidos no movimento de economia solidária como partes agentes de uma ação política e cultural que gera transformação na sociedade através de símbolos e significados da vida econômica e política.

Há então três elementos que definem uma economia solidária e que seus atores determinam como fundamentais: economia, política e forma de viver. Esses três elementos são os que definem também a pesquisa que foi realizada com a rede de Recife e de Milão. Os dados coletados, como o conteúdo das entrevistas, os símbolos, discursos e ações pesquisados são relativos a estes três elementos, os quais também definem a estrutura desta tese e dos capítulos seguintes.

Notamos a natureza das “categorias nativas” da pesquisa, onde o termo *nativo* nos remete a uma visão de um “outro” radical, como originário de “uma cultura”. A antropologia contemporânea utiliza este conceito para indicar de forma clara categorias que são utilizadas pelos interlocutores que vamos encontrando ao longo da pesquisa, a partir de suas próprias

maneiras de pensar o mundo. Diferente das “categorias analíticas”, que são categorias literárias ou teóricas construídas “de fora”, em outro nível de análise, as categorias nativas são as utilizadas no dia a dia, “de dentro”, remetendo à forma em que a realidade é organizada e entendida pelas pessoas no cotidiano. O campo de pesquisa deste trabalho, como já indicado, não se refere nem a um lugar geográfico, nem a uma cultura radicalmente diferenciada. A economia solidária estudada é relativa a uma forma de pensar, fazer e viver dentro das cidades, incluindo as ligações e contradições com a cultura hegemônica, nacional e urbana. É algo que pertence estritamente ao mesmo contexto no qual o pesquisador vive, mesmo existindo diferença. Os nativos são cidadãos de Recife e de Milão, com diferentes origens e marcadores sociais, incluindo diferenças étnicas, religiosas, de gênero e raça, mas que não se definem como pertencentes a “outra” cultura num sentido radical, minoritária, étnica, tradicional que seja.

Dito isto, foi surpreendente quando revendo o material da pesquisa procurando por “categorias nativas” que pudessem se transformar em categorias de análise da tese foram aparecendo categorias que fazem parte de um discurso elaborado, sistematizado até por campos específicos do saber e que foram incorporados pelos discursos nativos: economia, política e forma de viver. Podem ser economia, política e forma de viver categorias nativas? Estes três conceitos resultam ser efetivamente três macro categorias analíticas, ou de certa perspectiva, três ciências, três saberes pertencentes à organização racional do saber humano e da sociedade. Mesmo assim são os três conceitos aos quais os interlocutores se remetiam quando falavam e descreviam *economia solidária*. Tive então que reconsiderar e pensar de qual antropologia eu iria argumentar minha pesquisa.

Na contemporaneidade é importante considerar que a análise de fatos sociais e culturais vem sendo inserida em contextos muito mais complexos de um suposto “lugar e pensamento do nativo”. Os fluxos da experiência analisada atravessam cidades e campo, periferias e centros políticos, saberes populares e saberes acadêmicos, local e global, num contínuo vai e vem de ideias e discursos conectados, reapropriados e revolucionados. Desta forma, a categoria nativa já está repleta de muitos fatores, deixando o “outro” menos distante de nós pesquisadores.

É neste caminho então que entenderei o que significa economia, política e forma de viver como categorias nativas. Veremos na análise como as práticas de construção de identidade e de procura de espaços sociais próprios entram num universo mais complexo de formas e lógicas, às vezes contraditórias e conflituosas. Veremos o surgir desta experiência como processo social em ação nas sociedades procurando reconhecimento e imaginando alternativas sociais.

Resta-nos, neste parágrafo introdutório, responder à primeira pergunta que direciona este estudo sobre economia solidária: a economia solidária é então uma cultura? Um objeto antropológico? Sim. Economia solidária é uma cultura transversal às sociedades, é uma cultura global, a partir de sua conformação empírica local. Economia solidária é um conjunto de valores, símbolos e ações que assumem um corpo, ou diferentes corpos, nas formas de fazer economia e política das pessoas que a ela se sentem pertencer, criando uma nova identidade e uma possível nova forma de viver. Economia solidária é uma forma de perceber o mundo, estar no mundo e querer mudar o mundo. É uma cultura ou estilo de vida que transita muito perto da cultura hegemônica, entrelaçada a ela, mas ao mesmo tempo muito crítica.

Cultura neste trabalho é então uma possível outra forma de viver processualmente criada e recriada num mundo globalizado e desigual, através de ações econômicas e políticas. Cultura como ideal e estilo de vida do bem viver. Cultura como reconstrução da perdida conexão entre economia, política e socialidade.

No capítulo 1, serão introduzidas as questões teóricas que representam as bases sobre as quais o problema da pesquisa em sua completude foi trabalhado. Será aqui exposta principalmente uma problematização sobre análises baseadas em dicotomias conceituais, tais como: global/local, hegemonia/contra hegemonia, capitalismo/anticapitalismo, solidariedade e mercado. Apresentaremos os processos contemporâneos de movimentações culturais, entre fluxos e contra fluxos, que determinam novas configurações de identidade, poder e resistência que se expandem tanto no local quanto no global.

Aprofundaremos também nas problematizações da antropologia econômica, das visões substancialistas e formalistas da economia para podermos introduzir a complexa relação que existe dentro de uma definição de economia solidária, especialmente considerando as contraposições/continuidades entre o significado de economia e de solidariedade nela contido.

Finalmente, é apresentada uma primeira definição de economia solidária como fato social sob forma de rede, de ecossistema, composto por diferentes atores sociais e esferas entrelaçadas. Parte importante desta definição, no nível do discurso oficial sobre o assunto, é a definição acadêmica, o histórico oficial por ela constituído a partir dos autores referenciais do fenômeno. Este fundamental ponto de vista sobre economia solidária é explorado tentando remarcar o seu papel num processo mais amplo do fenômeno estudado que implica, numa análise de cunho antropológico, considerar especialmente o ponto de vista dos “nativos”, dos produtores, das pessoas envolvidas nos contextos concretos.

No capítulo 2, após as considerações teóricas, mas providas do trabalho de campo do Capítulo 1, se revelou necessário fazer um apontamento detalhado sobre as escolhas

metodológicas utilizadas na tese. Destrinchando essas escolhas, veremos assim aparecer a construção do objeto antropológico e da perspectiva aplicada sobre a economia solidária. Teremos considerações reflexivas sobre uma antropologia exótica e outra antropologia em casa. Reflexões sobre a fragmentação de um objeto de estudo situado em redes locais e globais. Teremos, enfim, a definição de um movimento social de economia solidária como rede, em seus espaços físicos e ideológicos, concluindo com as caracterizações sociais e etnográficas dos atores encontrados e o posicionamento sincrônico/diacrônico da pesquisa.

No Capítulo 3, entraremos no coração da análise etnográfica, enfrentando o primeiro eixo do problema de tese. Neste capítulo analisaremos a construção de significados de economia solidária nos dois contextos da pesquisa. O interesse aqui será focado nos conceitos nativos e locais que constroem o processo denominado de economia solidária segundo os próprios atores/militantes. Essas categorias serão assim indagadas e definidas. Numa perspectiva sociopolítica e econômica, veremos os diferentes motores, processos simbólicos e práticos dos quais nasceram as experiências em Recife e em Milão/Brianza. A partir de ambos locais, refletiremos também, na perspectiva transversal local/global sobre a constituição de um discurso e de uma práxis comum de economia solidária, ou seja, sobre o se e porque podemos considerar a ES como um processo tanto local quanto global.

No Capítulo 4, respondemos a primeira pergunta que proporcionou o trabalho de tese: a economia solidária é uma experiência econômica anticapitalista ou inserida na economia de mercado? Trataremos mais concretamente das práticas e relações socioeconômicas propostas, analisando-as com base nas três relações construídas na experiência: a relação entre produtores, em um caso, e consumidores, no outro; a relação fundante da troca socioeconômica; e a relação com os bens produzidos. Veremos, assim, nos termos da perspectiva dos “mercados plurais”, as diferentes lógicas em jogo, aparentemente contraditórias, mas estrategicamente funcionais para conformação da experiência. A estrutura do capítulo mantém a proposta de considerar em primeiro lugar as caracterizações contextuais das duas experiências empíricas para em seguida refletir sobre as possíveis conexões e caracterizações globais do processo econômico solidário.

O Capítulo 5, traz a última dimensão etnográfica trabalhada na tese: a da economia solidária como movimento político. As categorias de hegemonia, agência e política do cotidiano nos ajudam a observar as dinâmicas políticas que caracterizam o objeto de análise como determinado por continuas relações de colaboração e conflito. Os processos de ação situam o movimento da economia solidária em relação com as outras esferas de mercado, Estado e terceiro setor. Veremos aqui como ele se situa não propriamente dentro dessas esferas e, também, não fora, mas em continua dinâmica de conflito/colaboração. Observaremos então

como isso determina as agências políticas encontradas em campo entre os diferentes atores e interesses, revelando a existência de um movimento tanto institucional quanto informal, estratégico, de ação própria levada a cabo por militantes, cujo foco e objetivo se alinha com o do movimento em si referentes à criação de alternativas sociais e culturais. A democracia participativa assume aqui um significado plural, sendo ela desenvolvida em diferentes planos de ação em relação ao Estado, a política interna do movimento social e a uma política do cotidiano.

No capítulo 6, apresentaremos as conclusões da tese. Com objetivo de não limitar a análise etnográfica apenas ao caso desta pesquisa, se propõe uma generalização teórica através de categorias em construção no estudo dos processos globais contemporâneos (APPADURAI, 2004; LONG, 1997). A partir, então, das definições empíricas realizadas ao longo da tese abriremos uma reflexão em termos de generalização dos dados encontrados, com o intuito de responder de forma mais amplas às perguntas que tem fomentado este trabalho de tese. Apesar do objetivo, essas reflexões não são consideradas respostas definitivas, mas sim, contribuições à construção de um saber aberto e processual. Refletiremos então sobre a categoria de *economia moral* como categoria “boa para pensar” (LECHAT, 2001) na construção de uma ética socioeconômica que considere a dimensão local e a global como definitivamente entrelaçadas nos processos da contemporaneidade. Refletiremos também sobre a possibilidade de pensar e trabalhar com *comunidades globais*, num sentido similar ao de “*comunidades políticas imaginadas*” (ANDERSON, 2005), mas empiricamente constituídas no caso estudado, como possível nova estruturação sociocultural dos chamados movimentos contra hegemônicos.

A tese, desta forma, encontra sua completude. Uma análise empírica, mas teórica; local, mas global; científica, mas politicamente situada.

2 PARA ALÉM DE MODELOS DICOTÔMICOS

Ao introduzirmos este nosso trabalho de tese salientamos a importância que terá na análise do objeto de estudo a superação de algumas dicotomias conceituais como reflexão teórica de base. A pesquisa é voltada a responder a duas questões: a primeira referida à natureza dos novos movimentos sociais entre dinâmicas globais e locais; a segunda, mais centrada sobre o movimento específico de economia solidária, nos induz a pensar se este último pode ser interpretado como modelo econômico alternativo às dinâmicas hegemônicas.

Desta forma, percebemos a necessidade de aplicar categorias analíticas pontuais na tentativa de compreender o objeto escolhido, sendo elas global/local na primeira questão e solidariedade ou dádiva/mercado na segunda.

Começaremos, portanto, este primeiro capítulo destrinchando o contexto de reflexão teórica sobre o qual será funda-se a análise etnográfica. Isso nos permitirá destacar as principais categorias analíticas que nos interessarão ao longo do trabalho. Notaremos, então, a intenção científica de problematizar dicotomias aparentemente inconciliáveis para a superação das mesmas, no intuito de interpretar os fatos sociais como posicionados num *continuum* complexo, conferindo sentido aos objetos de estudo da contemporaneidade.

2.1 GLOBAL E LOCAL

As ciências sociais da atualidade têm se estruturado sobre conceitos aparentemente opostos como *global* e *local*. A globalização é um processo que está sendo ricamente problematizado em todos seus aspectos para uma melhor compreensão dos processos de mudanças nas sociedades contemporâneas.

Como afirma Long (2010) existem principalmente três campos entrelaçados de mudança dentro das dinâmicas da globalização: vida econômica, natureza do Estado e domínio do poder e saber, ciência e tecnologia.

Certamente em primeiro lugar precisamos considerar a fase atual do processo de desenvolvimento do capitalismo no mundo, apontando transformações mundiais nas estruturas do mercado, do trabalho, da produção e do consumo de bens. Temos importantes transformações na mercantilização dos bens e nos processos de produção com a passagem do fordismo à uma integração em rede, de firmas globalizadas e flexíveis (LONG, 2010). No âmbito do consumo assistimos, após a difusão do consumo de massa fordista, a criação de um padrão de consumo e de um consumidor global, com características diferenciadas do primeiro

(BONANNO, 2008). Por fim, processos de financeirização como modalidade de mobilização de capitais em escala global também caracterizam importantes alterações na esfera econômica (Idem.). Há que se considerar mudanças estruturais nos processos e organização do trabalho que desencadearam aumento do desemprego, de trabalhos precários e configurações com desdobramentos de gênero e etnia, base de novas conformações de desigualdades e relações de poder (CAVALCANTI, 2004).

Este processo econômico definido “global”, para além de sua constituição em si, terá consequências e relevâncias empíricas nos contextos locais, onde os desdobramentos se realizam através de “hibridizações” e reconfigurações a partir da especificidade geocultural.

Quanto aos centros do poder, percebemos na atualidade certa mudança, ou como muitos preferem, certo esvaziamento da noção de Estado como principal regulador da vida econômica e social na sociedade, deixando lugar à emergência de outras formas de organização de poder com novas coalizões locais, regionais e transnacionais (LONG, 2010, BONANNO, 2008). Este processo de deslegitimação do poder centralizado, unido ao discurso neoliberal e do livre mercado, contribuiria segundo o autor para o nascimento de novos atores em nível global econômica e politicamente.

Por último, mudanças na criação, disseminação e no uso do conhecimento e da ciência acompanham processos de aumento das possibilidades tecnológicas no mundo (CASTELLS, 2000). Percebemos encontros inesperados entre saberes especializados e saberes locais na área epistemológica e cultural com reestruturações nas relações de poder das ciências e certa mudança de avaliação na clássica ocidentalização e eurocentrismo do saber.

Neste trabalho, fazemos referência a três elementos que constituem o enfoque de análise do movimento social da economia solidária, visando a problematização da relação entre global e local. Econômico, político e cultural são os três eixos sobre os quais o movimento se constrói, problematizando, primeiro os efeitos locais das mudanças globais, com um discurso crítico de foco moral, e constituindo em seguida respostas ideológicas, discursivas e práticas de uma ‘outra’ economia, política e cultura global, em termos contra-hegemônicos.

A ideia de globalização como processo embasado na criação, ação e relação social com certeza não é novo: a história da humanidade é constituída por movimentos e circulação de pessoas, culturas e objetos ao redor do planeta. Apesar disso, é claro que as análises modernas e contemporâneas de cunho social foram sondando os fatores que caracterizaram a grande aceleração da globalização a partir do desenvolvimento do sistema econômico capitalista. Aceleração do tempo, redução do espaço e tecnologia são considerados alguns entre os mais

incidentes elementos caracterizantes do processo da globalização atual (BONANNO; CAVALCANTI, 2011).

No nível social podemos afirmar que o sujeito e o processo “*hipermoderno*” (GIDDENS, 2002) não está mais definido a partir da experiência limitada do ‘lugar’: na atualidade forças de homogeneização centrípetas e de poder que atravessam o ‘espaço’ e definem a vida do lugar (a exemplo as leis e o comércio nacional e global) determinam de forma incisiva os processos locais. Este processo de “*distanciamento*” (Idem) do lugar é marcadamente determinado por decisões de grupos de poder, fazendo com que essas forças tenham (através do espaço), um alto grau de incisão na experiência local. Em outras palavras, o global tem uma força considerável sobre o local, uma força maior de dominação.

Entretanto, podemos observar o processo de compressão do tempo e do espaço não apenas na visão unilateral ou concêntrica do centro à periferia – como na visão marxista sobre o capitalismo – mas, sim, numa visão multicêntrica em rede, mesmo existindo centros específicos de poder (HARVEY, 2012). Esta perspectiva permite entender formas de reorganização social não apenas num sentido unidirecional de um centro ativo para uma periferia passiva, mas sim dentro da ideia de que tudo o que circula globalmente é captado, realocado e re-globalizado em processos mais complexos, onde o ‘lugar’ desenvolve um papel ativo. Nesse sentido, no lugar de um único processo de homogeneização da globalização, vigorosamente analisado em teorizações da modernidade, observamos a formação de múltiplos processos locais em contraste à força centrípeta global. Neste entendimento, mesmo existindo um processo de ‘distanciamento’ do ‘lugar’ como espaço do processo social, ele continua desempenhando um papel ativo dentro dos processos globais.

No campo antropológico o que chamamos de “*modernidades múltiplas*” (ARCE; LONG, 2005) explicita, no âmbito cultural, a multiplicidade dos processos que compõem a relação entre novas dinâmicas globais e locais. Neste contexto, ‘Estado’, ‘nação’, ‘povo’, ‘mercado’, são noções globalizadas a partir da experiência ocidental, especialmente em relação ao ‘terceiro mundo’ após o fim do período da colonização, mas que se revelaram inadequadas em compreender as sociedades contemporâneas. O que assistimos, em vez da absorção de tais modelos e conceitos por partes das sociedades, foi expressão poderosa de experiências e culturas locais novamente (GEERTZ, 1999).

Vários estudos apontam a intensificação dos fluxos globais e a eliminação das fronteiras regionais, em que os elementos da cultura local perdem espaço pela emergência de uma cultura global (NASH, 2001; CANCLINI, 2003; HALL, 2006). Contudo, é justamente na contemporaneidade, quando a cultura global parece atingir o local com maior força, que

culturas locais se reorganizam e demonstram estarem mais vivas do que nunca. O interessante aqui é o fato de que pessoas inseridas numa economia global, com traços cosmopolitas e urbanizados, têm se articulado para preservar aspectos da cultura, economia e política local, dentro de suas práticas cotidianas. Assistimos, dessa forma, à existência de diversos fluxos globais (APPADURAI, 1996) de homogeneização em contraposição à *contra-fluxos* locais que criam uma tensão entre si, determinando os processos sociais em ação na contemporaneidade.

A globalização, assim, é resultante de algo mais do que um único processo, ela se insere em múltiplos movimentos nos campos culturais, econômicos e políticos (CANCLINI, 2003). Pensando no mercado e sua estrutura econômica, percebemos a existência de atores e entidades tanto globais quanto locais que interagem e agem com o intuito de estabelecer posicionamentos de forma heterogênea.

Neste fundamental processo da contemporaneidade outras categorias de análise social e cultural aparecem transformadas: as de identidades e de movimentos, por exemplo. O sujeito contemporâneo e o seu processo de construção de identidade individual ou coletiva no cenário apresentado torna-se o centro de inúmeras reformulações teóricas e filosóficas, representando em si as consequências e transformações da contemporaneidade cultural. A ideia central apresentada é que os sujeitos globalizados não se constituiriam com base em fatores fixos ou contínuos, locais ou nacionais, e que as sociedades atuais seriam sociedades onde o local e o global se entrelaçam de maneira nova, transformada (HALL, 2006). Assistimos, desta forma, a emergência de experiências diferenciadas do passado, com a conseguinte necessidade de novas categorias de análise que ampliem a percepção da ação social em múltiplos níveis, entre o local, o nacional e o global (KYELI, 2005). Movimentos sociais e outras formas de coletividades estão, hoje, estruturando-se em forma de redes que rompem com as tradicionais fronteiras locais e nacionais e se globalizam, mas, embora estimuladas e reorganizadas pelos processos de globalização, essas novas identidades estão sempre ligadas a uma dimensão cultural particular (CASTELLS, 2000).

O conceito de comunidade também é central. Refere-se a um coletivo de pessoas reunidas entre si por um sentimento de pertença comum. Representa o conceito de base de construção de toda sociedade. No mundo globalizado, as comunidades voltam a desempenhar um papel central especialmente nas análises sobre o local. Num contexto atravessado por forças globais hegemônicas temos visto como novas configurações de poder surgem, envolvendo também a dimensão da comunidade num sentido local e num sentido global (CAVALCANTI, 2005). A reflexão atual sobre a comunidade está centrada no capital social que ela contém, ou pode conter, no sentido de os sujeitos se mobilizarem para trabalhar juntos e alcançar um

objetivo comum. Comportamentos cooperativos e confiança social seriam o modelo de funcionamento da comunidade onde o interesse coletivo se propõe a superar o interesse do indivíduo.

A comunidade também se constrói em cima de um sentimento de pertencimento, estabelecido a partir de uma origem ou direção comum, na esfera da história sociocultural local de um território. Mas, na contemporaneidade não apenas o território é o elemento de construção de uma comunidade, ela também se expressa na forma de sujeitos interdependentes, ligados por hábitos, usos e situações existenciais comuns em direção às tomadas de decisões e objetivos comuns. Comunidade se constitui então com base num espaço-lugar tanto quanto de participação ativa em relação a algo a que se sente pertencer.

A globalização tem sido um processo que, por um lado, tem destruído antigos sentidos de comunidade e por outro tem proposto uma reconfiguração de processos globais e locais, que alguns autores têm chamado de *glocalização* (LONG, 2010, ROBERTSON, 1995; BAUMAN, 2005). Nesta concepção local e global, não se excluem reciprocamente, pelo contrário, estão intimamente relacionados (CAVALCANTI, 1999). Mais do que isso, a globalização nesta perspectiva, tem, sim, uma conotação ampla, maior de dominação, mas adquire sentido apenas em sua contextualização específica. Esta perspectiva se contrapõe às ideias desenvolvidas com base na noção de *aldeia global* (MCLUHAN, 1989) que davam preferência aos aspetos e potencialidades no nível global.

Segundo Bauman (2000), a dupla movimentação entre global e local teria uma implicação direta também nas relações de conflito e de poder contemporâneas. Na visão do autor, as novas elites globais têm seu poder apoiado na capacidade de fugir de envolvimento locais, e a globalização aponta exatamente em evitar tais necessidades, dividindo papéis e funções de forma que se evitem as autoridades locais e tornem-se elas -as elites globais- os guardiões das leis e da ordem (Idem). Nesse sentido, o movimento de retorno a uma ação e pensamento local dá espaço a quem se movimenta em âmbito global em plena autonomia e independência. Os conflitos de classe na contemporaneidade aconteceriam desta forma entre *localizados* e *globalizados*.

Realmente, também nos casos empíricos deste estudo, percebemos como tais dinâmicas de fluxos e contra fluxos entre os níveis globais e locais, muitas vezes, se posicionam em relação hierárquica, sendo o conflito a característica central desta interação.

Entretanto é ainda na esfera local que encontramos as expressões de comunidade como importante veículo de redescoberta, expressão de reconhecimento e construção das identidades individuais e coletivas (GEERTZ, 1999).

Isso torna ainda mais importante o estudo de ambientes urbanos da sociedade glocal. A cidade moderna ou pós-moderna, de certa forma, é a principal concorrente do conceito de comunidade (GEERTZ, 1999), ela é a antítese das relações de tipo comunitário. Antigamente

espaço de agregação humana, hoje, as metrópoles parecem representar os principais promotores dos problemas da globalização, o emergente processo de desespacialização (AUGÉ, 2005) e deshumanização além das mudanças associadas às inovações tecnológicas e às desigualdades e problemáticas derivantes do mercado global e das migrações, por exemplo. A fragmentação social das cidades parece representar as culturas globais do individualismo e do sujeito-indivíduo dessocializado.

Ao mesmo tempo, percebemos o nascer de novas configurações de resistência dentro das cidades, através do surgimento de possíveis novas comunidades, formadas por pessoas em busca de relações sociais e de pertencimento coletivo. Algumas vezes essas novas dinâmicas de criação de coletivos dentro dos espaços fragmentados das cidades ainda mantêm dimensões territoriais e geográficas, mas muitas outras vezes, como demonstram os casos deste estudo, as novas comunidades assumem a conformação de uma rede desterritorializada, em movimento na cidade, mas compondo um corpo único, conferindo novos sentidos à comunidade.

As redes são, neste contexto, os novos formatos de agregação social e de ação conjunta também no caso dos movimentos sociais onde o sentido de comunidade é reconstruído a partir de um objetivo e de uma ideologia comum.

É neste sentido que é possível conceber um movimento de economia solidária como comunidade em rede em sua conformação como movimento social.

Neste novo possível instrumental teórico-epistemológico que está sendo construído a partir do conceito de globalização se torna fundamental evitar a essencialização e simplificação do conceito como simples movimento de homogeneização hierárquica dos processos de mudanças. A aparente unificação e homogeneização econômica-política corresponde, na verdade, ao surgimento de inúmeras identidades e experiências locais, diversificadas e heterogêneas (LONG, 2010). Novos atores locais, unidos a partir de questões globalizadas, deslegitimam o poder centralizado e tentam reconfigurar-se em novas relações construindo redes reorganizadas nos níveis locais, regionais e nacionais. A força centrípeta de certa política neoliberal é, assim, reconfigurada por uma série de forças centrífugas de resistência, ou de simples desvio do modelo proposto.

Não se pode negar a grande influência dos poucos centros de poder na determinação de fluxos de bens, ideias, imagens e capitais globais, onde também a nação ainda desempenha um papel fundamental (KIELY, 2005). Da mesma forma não é possível pensar apenas numa globalização centralizada ignorando os múltiplos movimentos coletivos que reorganizam novas redes de poder. As relações culturais globais são determinadas por fluxos onde símbolos e

mensagens transitam, mas sendo sempre “reapropriados” e resignificados pelos atores locais (APPADURAI, 1996; FEATHERSTONE, 1990).

Novas ideologias, novas identidades e possíveis “comunidades imaginadas” (LONG, 2010; APPADURAI, 1996) aparecem no cenário da contemporaneidade desafiando as ordens centrípetas e eurocêntrica que caracterizaram as análises em épocas passadas.

Neste contexto, os protagonistas das mudanças e transformações sociais em curso não são apenas forças hegemônicas *top-down*, onde o capitalismo avançado tem papel central. Estas determinam condições e questões globais que são continuamente relocalizadas (LONG, 2010) e é neste processo de “*relocalização*” que nascem hoje novas identidades, alianças e lutas pelo espaço e pelo poder.

Os processos de homogeneização/diferenciação em curso desafiam dicotomias antes inquestionáveis como modernidade/tradição, campo/cidade, centro/periferias e, sobretudo, local/global.

Na esfera econômica, o sistema do *capitalismo avançado* trouxe mudanças estruturais nos padrões de consumo, de produção e distribuição de bens e no trabalho. O impacto dessas forças é visível e analisável em todo lugar do mundo. Porém, é nesse contexto que nascem também em muitos lugares movimentos de resistência, de resiliência ou de crítica, criando e recriando possíveis novas reconexões entre economias e culturas, entre questões globais e locais de reassentamento da vida econômica, política e cultural.

O movimento social da economia solidária é considerado, neste trabalho, uma entre essas experiências. Ele incorpora exatamente um processo de relocalização de criticidades e questões globais, de cunho econômico, mas não apenas, dentro de necessidades, imaginários e condições locais.

Por este motivo, ao longo desta pesquisa, houve a necessidade de ultrapassar as fronteiras de um contexto espacial localizado. Um dos marcos que impulsionou a decisão pelo objeto que está sendo exposto foi exatamente a necessidade de entender como novos movimentos sociais se constituem atualmente na era global, desafiando sistemas de dominação homogeneizadores. Entre outras perguntas, uma central na promoção do caminho de pesquisa se definia assim: se existe um movimento hegemônico e global e movimentos contra-hegemônicos, como eles se conformam? Como isso se dá na realidade social? Como podemos entendê-los e explicá-los?

O movimento da economia solidária se reconhece como movimento global, fato que contribui para o fortalecimento de uma identidade universal. Neste sentido, existem em diversas partes do mundo experiências coletivas definidas como ‘economia solidária’ frequentemente

em comunicação e cujas representações se unem em encontros internacionais como, por exemplo, o ‘Fórum Social Mundial’². Temos contribuições acadêmicas bastante estruturadas sobre economia solidária nos cinco continentes.

Por isso, o estudo desta experiência apenas num nível micro e local não esgotava a complexidade do tema. Deste modo, houve a necessidade de aprofundar o estudo também em sua efetiva existência global. Como poderia existir um movimento de economia solidária global?

Como apresentada, a perspectiva teórica escolhida nos oferece uma possível resposta através da realocização de questões globais. Decidimos, então, conferir profundidade analítica nesta direção, saindo da imersão em apenas um contexto e alargando o olhar antropológico a outro contexto. Se o foco da pesquisa começou com a experiência da economia solidária em Recife e região, ao longo do caminho foi introduzida outra pesquisa empírica no âmbito europeu, especificamente na cidade de Milão e região, na Itália.

Esta escolha acarretou uma série de implicações metodológicas. O risco de inserir este propósito num estudo de rede, como é o caso desta pesquisa, pode incorrer em análises multilocais não problematizadas e estudos de rede sem fronteiras definidas, constituindo objetos de estudo caóticos e pouco claros. Efetivamente, algumas questões encontradas no campo de Recife desde o começo me levaram a desviar o olhar para outros locais onde acontecia economia solidária entre os quais o interior do estado de Pernambuco, a região Sul do Brasil, com particular atenção para o estado de Santa Catarina e a cidade de Fortaleza, protagonista do mundialmente conhecido banco comunitário Banco Palmas³.

Permanecia sem embargo a necessidade de olhar para um contexto totalmente diferenciado onde também a economia solidária se apresentava como experiência em constante crescimento. Assim escolhi direcionar a metodologia da pesquisa a um possível estudo comparativo, nos termos agora indicados, para o entendimento das dinâmicas entre global e local dos novos movimentos sociais. Aproveitei então a minha dupla nacionalidade e a dupla ligação acadêmica e cheguei à Itália, em Milão, num momento onde o objeto da minha pesquisa

² Ver sobre em www.fsm.org.br

³Bancos Comunitários são serviços financeiros solidários, de natureza associativa e comunitária, voltados para a geração de trabalho e renda na perspectiva de reorganização das economias locais, tendo por base os princípios da Economia Solidária. Seu objetivo é promover o desenvolvimento de territórios de baixa renda, através do fomento à criação de redes locais de produção e consumo. O instrumento principal de um banco comunitário, além de programas de microcrédito, é a moeda social, motor de criação de relações socioeconômicas no nível da comunidade. O Banco Palmas foi a primeira experiência brasileira de banco comunitário desenvolvida no conjunto habitacional Palmeiras, em Fortaleza – Ceará. Após o grande sucesso desta experiência o Banco Palmas é hoje uma grande instituição de fomento de bancos comunitários em todo o país. Uma ampla bibliografia sobre o caso está disponível.

estava obtendo bastante visibilidade graças a presença do megaevento EXPO 2015⁴ sobre o tema das agriculturas e economias sustentáveis.

De forma geral a pesquisa nos dois contextos permitiu analisar como em dois lugares completamente diferenciados econômica, social e culturalmente emergiam elementos e questões globais que eram relocalizados num movimento de economia solidária.

Foi possível perceber, como veremos melhor ao longo do trabalho, a existência de inimigos globais -o capitalismo, o neoliberalismo, a modernização, o individualismo- e problemas globais -a desigualdade, o desemprego, a pobreza- criticados com discursos globais -marxismo, teoria da libertação, o discurso do *bem viver*-.

Em seguida foi possível perceber como esses elementos globais davam forma, em dois lugares muito diferentes, à ações práticas de crítica intimamente conectadas com as necessidades e potencialidades locais, sob a forma organizativa de redes de atores locais.

Por último foi analisada a criação, através de redes internacionais e fluxos de ideias, objetos e símbolos, de novos valores globais (solidariedade, reciprocidade, cooperação, respeito ambiental e pelo trabalhador) e de novas identidades globais (o movimento da economia solidária).

O global e o local, dentro de uma rede como o movimento de economia solidária, se dão através da dinâmica brevemente descrita, mas que será aprofundada ao longo de todo o trabalho. As experiências de economia solidária em Recife e Milão, no Brasil e na Itália ou na América do Sul e na Europa, são, como veremos, experiências muito distintas em seus potenciais desenvolvimentos contextuais e em seus *corpus* de ação prática. Na análise de cunho econômico e político a diferença é constante. Contudo, ao longo da pesquisa surgiu um fio condutor central tanto nas questões globais problematizadas, quanto nas respostas morais, simbólicas e ideológicas propostas.

A problematização das relações globais e locais também resultou em outras considerações. A ruptura de certas dicotomias teorizadas anteriormente teve respaldo na pesquisa de campo em dois contextos diferentes, na oposição tradicional centro e periferia ou ocidente e terceiro mundo. A experiência da economia solidária põe como central uma inversão simbólica dessas relações de poder dicotômicas e unidirecionais e uma visibilidade da emergência das epistemologias do Sul (SOUZA SANTOS, 2010). Em diferentes ocasiões, foi ressaltada a centralidade da América do Sul, e particularmente do Brasil, na produção de

⁴ Ver em: <http://www.expo2015.org/>

conhecimento e referências para colocar em prática uma economia alternativa. O Brasil, visto como exemplo a ser seguido, dispõe de autores especialistas no tema e oferece livros, materiais e experiências práticas à Itália. Intercâmbios, convites de autoridades em matérias e formações sobre economia solidária no Brasil são realizadas em Milão e outras cidades italianas regularmente. As relações, possibilitadas pelas redes entre os dois lugares, favorecem os fluxos multidirecionais de bens, símbolos e imagens que constituem os movimentos globais atuais, tendo sempre que considerar que a este processo homogeneizador com força global é sempre contraposta a reapropriação local.

A tese se refere, então, a possibilidade de que aos movimentos hegemônicos globais contemporâneos se contrapõem outros movimentos contra-hegemônicos globais, entre os quais o movimento social de economia solidária. Portanto, apesar de não considerar a experiência analisada como *‘ilha anticapitalista’* (SINGER, 2002, MANCE, 2008), tampouco a consideraremos como completamente funcional à lógica capitalista hegemônica (WELLEN, 2012). A economia solidária se explicará, na perspectiva deste trabalho, como resultante de tensões e criticidades nas sociedades contemporâneas, de ações intersticiais e nas margens das hegemonias, como processo múltiplo e heterogêneo entre o local e o global.

2.2 GLOBALIZAÇÃO HEGEMÔNICA E CONTRA-HEGEMÔNICA

A globalização como fenômeno contemporâneo, diferenciado dos antecedentes (colonialismo e imperialismo), é estritamente relacionada ao desenvolvimento de um capitalismo avançado e de uma política econômica neoliberal.

Os impulsos do capitalismo parecem ser os da aceleração de circulação de capital e o de eliminar todas as barreiras espaço-temporais que têm aplicação concreta em fenômenos como a desregulação financeira, a revolução informática, a organização de infraestruturas de produção e distribuição de baixo curso e amplo alcance espacial e temporal (HARVEY, 2012).

Do ponto de vista institucional e das políticas governamentais, tal globalização se traduz pela drástica redução da regulação pública da economia, privatização de empresas estatais, ataques aos direitos sociais e implantação da flexibilização das relações de trabalho acarretando descartabilidade, vulnerabilidade e instabilidade dos trabalhadores assalariados. Finalmente, podemos constatar que isso ainda se traduziria em certa subordinação dos estados nacionais, notadamente dos países semiperiféricos e periféricos, como efeito das imposições do receituário neoliberal das agências multilaterais, no conhecido “Consenso de Washington”. A globalização social se realizou mediante o incremento das desigualdades sociais (SOUZA SANTOS, 2002).

Abordando uma economia solidária como proposta de crítica ao sistema dominante, nos defrontamos com os conceitos de liberalismo e neoliberalismo. Assim como o de globalização, esses conceitos são hoje centrais nos debates e nas pesquisas sociais da contemporaneidade, mas, frequentemente, o uso difuso de conceitos conduz a um uso não exato ou confuso do mesmo. Por isso a importância de preencher a categoria com significados resultantes de uma história e um desenvolvimento teórico que possam contribuir para o uso do mesmo.

Em primeiro lugar é importante considerar que esses são tanto conceitos de teorias macroeconômicas quanto conceitos ideológicos, ou seja, que propulsionaram ideologias com consequências sociais e culturais importantes no processo de globalização.

Liberalismo e neoliberalismo representam, assim, teorias econômicas e ideológicas quase opostas, desvio fundamental a ser apontado. Entendemos por liberalismo uma teoria econômica baseada no *laissez faire* da livre concorrência (BONANNO, 2008). A ideia de livre mercado de seu principal teórico, Adam Smith, decretava a economia como um campo imparcial e autorregulado e a concorrência como um estado de natureza regulado a partir de normas éticas e políticas da sociedade. Neste sistema ideológico o mercado ainda era regulado por regras morais e políticas do contexto socioeconômico (*politization of economics*) (BONANNO, 2008). Por neoliberalismo, ao contrário, entendemos a economia como sistema de concorrência autorregulada, onde a lógica da eficiência se sobrepõe ao sistema ético e político, estando, portanto, a esfera econômica acima do Estado e do sistema moral e cultural (*economization of politics*) (Idem). A separação e a supremacia da economia sobre fatores sociais, culturais e políticos é caracterizante do modelo neoliberal e o elemento de maior crítica tanto da teoria social, quanto de movimentos sociais.

Para essas teorias econômicas dos modelos capitalistas, que participaram da construção da estrutura socioeconômica do capitalismo na Europa e depois, de formas diferentes, nos outros lugares, acompanha a criação também de relações de classe e desigualdades sociais estruturais.

Neste entendimento a antropologia econômica tem proposto perspectivas de análise dos contextos socioeconômicos no mundo que considerem os acontecimentos locais de forma menos abstrata e generalizadora do que as ciências econômicas e política têm feito. O postulado da antropologia econômica se baseia na necessidade de entender a vida econômica como parte de uma vida cultural mais ampla. Assim o capitalismo avançado, ou o neoliberalismo, não são apenas leis de funcionamento econômico mundiais: eles são sistemas culturais dotados de um forte sistema de legitimação ideológica cultural. Entender o capitalismo, em suas diferentes fases, como sistema cultural além de econômico é um processo de extrema importância também

para o entendimento de possíveis movimentos críticos ou ‘contra-hegemônicos’ tal qual o de economia solidária que se opõe a esta ideologia e cultura de legitimação de um sistema dominante julgado como injusto e antiético, propondo uma ideologia diferenciada e ‘mais justa’, segundo seus militantes.

O chamado *fim da história* (ANDERSON, 1992) é o processo político que decretou o fim da oposição entre ideologias de esquerda e de direita e a proposta da terceira via: *a única solução social estaria no mercado*. Este processo de capitalismo avançado e de proposta de neoliberalismo global está baseado num sistema cultural de legitimação de proporções enormes, tendo chegado a representar na atualidade a única natureza possível de desenvolvimento das sociedades, ou seja, uma ideologia dominante.

Os pilares deste sistema de legitimação ideológica são:

- a) O positivismo econômico – a ideia de que as leis econômicas são fixas e imutáveis, assim como o mercado;
- b) A superioridade do mercado ao Estado e a cultura;
- c) O mercado como representação da liberdade e potencialidade da ação do indivíduo;
- d) A lógica da eficiência e concorrência como solução aos problemas sociais e do Estado (ex. privatização da saúde e educação);
- e) O individualismo e a lógica utilitarista e racional da ação do indivíduo como nova ética do sistema;
- f) O *homo economicus* e o cidadão-consumidor como sujeito social da sociedade globalizada.

(BONANNO, 2008)

Esses dois últimos pontos são fundamentais dentro do discurso crítico que estudamos no movimento de economia solidária, mas não apenas. É particularmente na questão da ética e das relações sociais proporcionadas para este aspecto do modelo capitalista e seu sistema de legitimação que nasce a crítica e a resistência chamada economia solidária. A partir da deslegitimação das formas de pensar, ver e fazer dominantes, de um ponto de vista moral e cultural, nascem as experiências solidárias como novos movimentos sociais no mundo, respondendo às situações socioeconômicas específicas.

A opção, dada às premissas, é considerar os “novos movimentos sociais” como frutos de contradições que se globalizaram, sobretudo em consequência das políticas neoliberais como processos diferenciados de constituição de desigualdades globais e de certa desconstrução do mundo do trabalho (TOURAINE, 2012; MELUCCI, 1990; NEGRI&HARDT, 2002). Esses processos de mudança social, ao afetarem a estrutura produtiva na economia, teriam

desencadeado uma série de modificações nas próprias formas de dominação, fazendo com que os conflitos afetassem não apenas a esfera produtiva, mas as esferas do plano cultural e simbólico também. Dessa forma, os movimentos sociais vinculados a questões culturais, identitárias, ao pacifismo, ao ambientalismo e à solidariedade, por exemplo, sobrepõem-se-iam àqueles ligados à classe e ao mundo do trabalho num sentido clássico. Sobrepõem-se-iam, não eliminariam.

A quase inexistência de regulação social e de espaços políticos oficiais de discussão empobrece a possibilidade de emergência de eventuais projetos de futuros societários alternativos ao capitalismo, delineando nesse sentido o “fim da história”. Mas, é nesse contexto, contraditoriamente, que nascem também iniciativas e movimentos que se opõem à globalização hegemônica e que procuram reinventar o modelo, mediante um processo de lutas contra a desigualdade, as injustiças, a destruição ambiental etc.

Nesse sentido Boaventura Souza Santos (2002) sustenta na análise social contemporânea a formação de uma globalização contra-hegemônica. Entendemos por globalização contra-hegemônica o desencadeamento de ações de resiliência e resistência às diferentes forças hegemônicas – econômicas políticas e culturais. Estão incluídas neste patamar heterogêneo ações construídas em diferentes níveis: a democracia participativa; os sistemas alternativos de produção; o multiculturalismo emancipatório, a justiça e as cidadanias culturais; a epistemologias do Sul; o novo internacionalismo operário (SANTOS 2002).

A proposta do conceito de *solidariedade* parece ser marco comum de experiências plurais de contestação no nível global, conceito que será ricamente aprofundado ao longo deste trabalho. Importantes autores do passado, como Marx (2008) tinham, já, se referido à existência de uma solidariedade, no caso da classe trabalhadora, entre todos os países como forma de enfrentar a dominação capitalista; em Durkheim (2012), a solidariedade era suscitada em nome da estabilidade social e pela prevenção da anomia. Mais recentemente, autores como Habermas (1997), que se reporta à “justiça e solidariedade” ou Edgar Morin (2004), que defende uma “ética da solidariedade” reforçam a possibilidade de constituição de um espaço público global de resistência ou de constituição de contra-hegemonias. A solidariedade social alcança temáticas e problemas sociais amplos e não apenas aqueles relacionados ao conceito de classe, embora incluindo-os, e é com esta base que teremos também uma experiência globalmente denominada de “economia solidária.”

No espaço político dos Estado-nações geralmente mais esvaziado e direcionado ao desenvolvimento de políticas neoliberais fundamentadas em uma ideologia do mercado e do indivíduo nascem, em diferentes contextos, ações guiadas por “utopias críticas” (SOUZA

SANTOS, 2003). Essas utopias críticas refletem exatamente aqueles sentimentos de injustiça relacionados ao mundo da globalização capitalista e do neoliberalismo que se contrapõe à *utopia antiutópica* conservadora (Idem). Sendo esta, a defesa da irreversibilidade do processo neoliberal e a crença generalizada de que, se ainda existem exclusão social e desigualdades, isso se deve a não adequada aplicação do modelo, e não ao modelo em si, formando assim a grande ideologia dominante global (Idem).

Mas, a intenção deste trabalho não é apenas tratar de macro ideologias ou de modelos abstratos. Usar categorias como de hegemonia, contra-hegemonia ou sociedade civil cosmopolita, muito presentes atualmente em diferentes teorizações sociais pressupõe o risco de naturalização dessas categorias, simplificando os processos reais que estão contemplados nas sociedades. O risco consistiria em entender e explicar o processo globalizante como uma integração das diferentes pessoas e dos diferentes estados no mundo globalizado de forma horizontal, contínua e homogênea, quando na realidade este processo se dá por meio de transformações complexas que afetam de maneira diversa classes e identidades em diferentes espaços.

Hegemonias e contra-hegemonias são macro categorias, mas não explicativas por si próprias. Para entender os processos de globalização, no sentido que temos visto, é preciso conectar as teorias sobre a globalização às situações concretas, buscando entender o seu impacto na vida de diferentes grupos humanos, bem como a forma como estes reagem a essas transformações. Este é o propósito deste trabalho no qual, graças à perspectiva e metodologia antropológica de pesquisa, encontramos diferentes atores e processos de entendimento, avaliação e resposta ao processo global numa situação e experiência prática de vida, chamada economia solidária.

É importante constar que para além das teorizações acadêmicas em posição crítica à atual estrutura social, os próprios movimentos sociais vão se apropriando destes conhecimentos e criando novos, constituindo uma experiência de resistência própria e complexa.

Além disso, precisamos não perder de vista a relação complexa entre local e global, pois é a partir desta relação que podemos melhor entender as práticas sociais e culturais em ação no mundo.

Consideramos, então, que o mundo sempre foi global, mas hoje implica interações de uma nova ordem e de uma nova intensidade, onde fatores geográficos, ecológicos, econômicos e políticos aceleram os tempos e a força de impacto nos lugares. Mesmo assim, longe de ser um processo unidirecional e homogêneo, encontramos pelo mundo reapropriações e resistências culturais que impedem uma maior interação (APPADURAI, 1996). Cada vez menos podemos

falar de aldeia global, num sentido acrítico, sendo que o mundo que hoje se apresenta é rizomático (DELEUZE; GUATTARI, 1987) ou mesmo esquizofrênico, requerendo, portanto, por um lado teorias do desenraizamento e da alienação, por outro lado, compreender os imaginários e as comunidades imaginadas e as novas coletividades e redes glocais (APPADURAI, 1996).

Entendemos esta capacidade de indivíduos e grupos sociais de imaginarem sociedades, mundos e identidades como o principal modo de ação social de resistência e também como o fulcro de ação de uma suposta economia solidária no mundo.

A imaginação como prática social já não é mera fantasia (ópio do povo cuja verdadeira função está alhures), já não é simples fuga (de um mundo definido principalmente por objetivos e estruturas mais concretos), já não é passatempo de elites (portanto, irrelevante para as vidas de gente comum), já não é mera contemplação (irrelevante para novas formas de desejo e subjetividade), a imaginação tornou-se um campo organizado de práticas sociais, uma maneira de trabalhar (tanto no sentido trabalhista como no de prática culturalmente organizada) e uma forma de negociação entre sedes de ação (indivíduos) e campos de possibilidade globalmente definidos. [...] A imaginação está agora no centro de todas as formas de ação, é em si um fato social e é o componente-chave da nova ordem global (APPADURAI, 2004, p. 48 - 49).

No extremamente complexo sistema de fluxos e circulação de imagens, objetos, capitais, símbolos e ideologias globais; na intersecção entre saberes acadêmicos e populares; no encontro entre diferentes setores da sociedade – sociedade civil, Estado e terceiro setor – que se criam as dimensões de ação social cotidiana de resistência, como o da economia solidária e a imaginação de alternativas sociais. É nesta complexidade de elementos, que uma experiência toma forma até se tornar social, antropológica e institucionalmente relevante.

Nesse terreno, a luta pela afirmação e o poder da identidade (CASTELLS, 2000), são ideias-chave que impulsionam as lutas contra a exclusão e as desigualdades sociais e em detrimento às diferenças étnicas/culturais, bem como à constituição de uma sociedade civil global. Desse modo, se por um lado predomina uma globalização hegemônica, organizada do topo para a base e regressiva do ponto de vista dos direitos sociais, por outro lado cabe assinalar a emergência de outra globalização, contra-hegemônica, composta por um grande número de experiências heterogêneas e constituída por redes e alianças transfronteiriças de movimentos sociais que lutam contra os efeitos da globalização neoliberal e em defesa da emancipação social.

O movimento de economia solidária se insere neste patamar de discussão sobre o discurso contra-hegemônico como uma experiência concreta e contextualizada no intuito de conferir profundidade empírica e prática à categoria teórica de globalização.

Após esta primeira contextualização sobre movimentos sociais entre global e local, sabemos que economia solidária é frequentemente apresentada como proposta econômica. Neste sentido resulta interessante problematizar os contextos de estudos no âmbito econômico através dos quais entenderemos esta caracterização do objeto de estudo.

2.3 DE MAUSS ATÉ M.A.U.S.S. A CONTRIBUIÇÃO DA ANTROPOLOGIA ECONÔMICA PARA A SUPERAÇÃO DE MODELOS DICOTÔMICOS

Desde o começo do século passado (XX) a antropologia vem se perguntando qual é o lugar das atividades econômicas dentro das sociedades estudadas. A subárea da antropologia econômica se constituía, então, a partir de perguntas fundamentais como: a economia é um conjunto de relações utilitárias ou solidárias? A economia é uma esfera separada da sociedade ou entrelaçada com os outros elementos culturais? O que é mercadoria e o que é o dom (MAUSS, 1974)?

Essas perguntas nortearam o debate antropológico, ao longo do tempo, até os dias de hoje, proporcionando diferentes categorias interpretativas e formas de conceber a economia, mas especialmente como o conjunto de atividades de troca de bens entre os seres humanos.

Enquanto a ciência econômica e seus intelectuais iam constituindo o paradigma da economia moderna e capitalista como esfera autorreferencial da sociedade e como sistema autorregulado por leis próprias, antropólogos como Malinowski (2004), Boas (2001) e Mauss (1974) se preocupavam com sociedades, consideradas na época primitivas, em que esse sistema ainda não parecia ter afetado outras formas de trocas econômicas que eram então baseadas em princípios diferenciados. Os mecanismos da economia de mercado não explicavam o funcionamento de trocas econômicas dessas sociedades onde muitos outros elementos da vida social e cultural pareciam ter um papel fundamental. A lógica utilitarista das trocas, o ganho individual como fim último e a teoria da escassez como contexto natural não eram então possíveis universais culturais.

Mesmo com o passar do tempo e com a consolidação da ideologia modernista e capitalista, que supostamente deveria englobar toda forma de vida econômica em vista do

“progresso” global, estudos antropológicos se preocupavam em entender e interpretar outras relações econômicas que se desenvolviam em diversas partes do mundo e apesar do contexto hegemônico sempre mais incidente.

As análises destes “outros” sistemas econômicos apresentavam em preponderância os conceitos de *reciprocidade*, de *dom* e de *dádiva* como possibilidades explicativas de trocas sociais que, ao contrário dos conceitos de mercadoria e troca mercantil, tinham ligação com uma suposta moralidade a guiar a vida econômica. A partir da publicação do *Ensaio sobre a dádiva* de Marcel Mauss, em 1925, a lógica do dom, o espírito das coisas dadas e o princípio da tríplice obrigação – dar, receber, retribuir – se tornam centrais em análises de trocas de objetos e bens que queiram considerar outros fatores para além da racionalidade utilitarista.

Sociólogos e antropólogos propõem, assim, investigar a ação econômica nas sociedades a partir de contextos mais amplos de moral, religião e cultura, contrapondo-se às leis anônimas, racionais e universais da ciência econômica.

O debate chega ao seu momento mais intenso com Karl Polany (2010) que em 1944 define terminologicamente os pontos de vistas “substantivista” e “formalista” como ideologias e enfoques de análises opostas na observação da vida econômica. Mais especificamente, na análise do autor se indicava como *a grande transformação* no ocidente teve lugar no momento em que a prática socioeconômica (substancial) foi penetrando na lógica utilitária da lei do capital e da maximização do lucro. Desta forma, pela primeira vez, a economia não era mais “incorporada” nas outras esferas socioculturais, mas sim uma instituição econômica, uma lógica, que as invadia num movimento contrário. A evolução da economia de mercado capitalista iria assim determinar uma descorporização da economia dos outros elementos sociais.

A partir dos anos setenta, devido à falência de alguns postulados das teorias econômicas e da modernização e à certa crise das teorias estruturalistas, assistimos a uma retomada de interesse para uma abordagem cultural da economia de tipo substancialista. O debate considera não apenas os tipos de estruturas econômicas presente nas sociedades, mas também a questão mais profunda da natureza humana e das relações entre os indivíduos. Os homens seriam por natureza interligados por relações solidárias ou utilitaristas?

Uma nova vertente de teóricos se constitui sobre a fundamental premissa de que os indivíduos de uma sociedade estão primeiramente em relação um com outro a partir de laços culturais e morais constituídos do que por intenções economicistas, princípio aplicável também em sociedades ocidentais modernas. Esta vertente de economia cultural propõe então a

centralidade do dom, da dádiva e da relação moral e solidária no estudo das atividades humanas de troca de bens, em contraposição ao sistema de mercado que já chegava a sua fase avançada.

Uma importante contraposição entre *gift economies* e *commodity economies* (GREGORY, 1982) mostrava as possíveis caracterizações entre sistemas econômicos construídos sobre princípios diferenciados, mas sobretudo duas possíveis formas de ser (pessoas) no contexto das trocas econômicas.

Nesta mesma linha, foram se multiplicando os estudos de revisitação do *dom* de Marcel Mauss nas ciências sociais, e mais especificamente no âmbito dos estudos culturais da economia. Um importante número de interpretações, linhas teóricas e revisitações constituem assim um novo *corpus* de estudos sobre o *dom*.

É assim que nasce também o M.A.U.S.S (Movimento Anti Utilitaristas nas Ciências Sociais), onde encontramos um conjunto de autores de diferentes áreas disciplinares sistematizando os estudos sobre a dádiva. A percepção, dada na leitura desses autores, é que este movimento intenciona propor um novo paradigma na teoria social fundado sobre a dádiva como “*fato social total*”. Sobretudo nas exposições de Caillé (2002), expoente do movimento, o dom seria o paradigma por excelência, ou seja, um paradigma arcaico e anterior àqueles do mercado e do Estado, que seriam derivações do dom (CAILLÉ, 2003; GODBOUT, 2002). Este caráter universal do dom, baseado no postulado filosófico da interrelação recíproca dos indivíduos como fundamento da existência, caracterizaria qualquer atividade humana em sociedade.

Contra as críticas de outras vertentes teóricas que confeririam ao sentido do dom uma função prevalentemente simbólica dentro de outras possibilidades, o movimento antiutilitarista argumenta que o sistema do dom não fecha a possibilidade da existência de outras racionalidades em si. Muito além de ser apenas uma tentativa de entender a sociedade como fundada apenas em “altruísmo” e “bondade”, o sujeito social inserido num sistema de dádiva é um sujeito livre para fazer e desfazer as alianças por ela constituídas, sendo, portanto, a racionalidade instrumental um possível elemento de criação de laços (MARTINS, 2008). O dom, assim, não seria um paradigma fechado, mas aberto a outras racionalidades, incluindo o interesse instrumental. O paradigma do dom então propõe o valor da ação intersubjetiva social significativa como lente para a observação dos planos micro e macro.

Apesar de não estar adotando nesta pesquisa o paradigma proposto pelo M.A.U.S.S como fundamento teórico em sua plenitude, os aportes dados pelos seus autores sobre as dinâmicas das economias solidárias no mundo foram indubitavelmente importantes.

Dentro do percurso de abordagens da economia apresentadas é importante destacar a pluralidade de possibilidades teóricas que dispomos enquanto analistas sociais ao aproximarmos do assunto econômico possibilidades que nos remetem a uma série de escolhas epistemológicas e metodológicas. O cuidado essencial a se manter no momento de efetivar essas escolhas relaciona-se ao risco de criação de dicotomias e oposições também derivantes de uma já estabelecida clivagem entre ciências e paradigmas que as relega em posicionamentos inconciliáveis. As categorias utilizadas pelas diferentes vertentes – dom ou mercado –, durante longos períodos de análise social e econômica, foram objeto de um processo de sobre determinação que gerou como consequência a inconsistência empírica das mesmas. Em outras palavras, temos que o mundo empírico por definição é mais complexo do que as categorias ideológicas ou de análise que utilizamos para compreendê-lo.

Assim, a troca mercantil e a dádiva, a mercadoria e o dom, sociedades capitalistas e pré-capitalistas assumem como premissa fundamental uma clivagem substancial nos pressupostos morais e nas estruturas de troca que analisam, adquirindo, por vezes, inconsistência pragmática. Modelos e sistemas opostos são criados e analisados, sendo que na maioria dos casos o que encontramos nas realidades vividas são dinâmicas de convivência muito mais próximas e íntimas do que certas análises científicas assumem por posicionamentos epistemológicos consolidados.

Nesta dimensão é onde se geram também as perguntas científicas com base nos estudos realizados sobre as economias solidárias, que por sua vez forçam a nos posicionarmos numa vertente ou em outra: a economia solidária é um sistema alternativo ou complementar ao capitalismo? É um sistema de relações solidárias ou utilitaristas?

Destarte, o que observamos no nível empírico de pesquisa não permite dar uma resposta objetiva a estas questões. O que percebemos, pelo contrário, é a coexistência e tensão constituinte de diferentes racionalidades, lógicas, paradigmas e práticas situadas em posicionamento de conflitos com os modelos societários entre os quais o Estado e o mercado, mas simultaneamente em relação com eles. Esta multiplicidade de tensões e conflitos ganha coerência a partir do momento que não se tomem modelos clássicos como dados na realidade. Em outras palavras, se considerarmos um fato social como o da economia solidária não apenas em termos econômicos, culturais ou políticos, mas como movimento de conflito social transversal às três áreas citadas notaremos o quão difícil, senão impossível, será utilizar categorias dicotômicas para a compreensão do fenômeno.

No campo empírico da economia solidária em Recife já o próprio termo *economia solidária* é elaborado, no nível semântico, a partir de uma relação de conflito e tensão entre

modelos, que seriam representados pela oposição entre o termo “economia” e o termo “solidária”.

2.4 “É A PERGUNTA QUE ESTÁ ERRADA”

Eu sou da economia solidária e trabalho com solidariedade, mas no final do mês eu preciso também pagar as contas de casa (S., Empreendedora econômica solidária. Entrevista nº6)

Muitos aqui sabem ser solidários, mas esquecem que a economia solidária é antes que tudo uma economia (B., representante de um empreendimento de economia solidária. (Diário de campo nº3).

Estas frases, colocadas durante um encontro preparatório para a III Conferência de Economia Solidária no Recife, aparecem em muitas outras ocasiões têm uma centralidade paradigmática no argumento deste capítulo. O que será que essas pessoas queriam dizer com essas afirmações que encontramos de forma repetitiva? Que tipo de economia é a que antecede a solidariedade no projeto de economia solidária? Solidário é neste movimento apenas um adjetivo ou a proposta de outra economia?

Porque vê, ‘economia solidária’ parece uma contradição, na verdade é uma contradição. Temos uma economia, aquela capitalista, aquela contra a qual lutamos e tem o ‘solidário’, ou seja, outros princípios. A economia capitalista, que conhecemos todos, é injusta, é individualista, explora as pessoas, sabemos como é né, e então o que acontece quando colocamos o ‘solidário’? Temos outras coisas, temos cooperação, temos solidariedade, temos outros valores aqui. É uma contradição, mas é porque queremos, queremos mostrar para as pessoas que não existe apenas uma forma de fazer, só o capitalismo, mostrar que podemos produzir em grupo com autogestão e de outra forma (C. Empreendedor econômico solidário/Recife. Entrevista nº5).

Nesta entrevista, foi explicado que o termo “economia solidária” é considerado como uma definição inerentemente contraditória, mas como isso deveria ser considerado o seu ponto forte, seu coração. A contradição em questão existiria na palavra *economia*, comumente associada no senso comum com capitalismo, mas quando acompanhada pelo adjetivo *solidária* indicaria, pelo contrário, uma dinâmica de responsabilidade compartilhada, de cooperação e de reciprocidade mútua entre os participantes. A força do conceito, de acordo com o ator do movimento, estaria na ruptura que ocorreria com a ideia naturalizada de que a economia deve ser necessariamente e apenas a proporcionada pelo mercado capitalista.

Neste pequeno, mas interessante jogo linguístico/simbólico (RONGE, 2015), especificamos um uso interessante dos conceitos, representado aparentemente na contraposição entre modelos dados.

O mesmo mecanismo ocorre com outros elementos considerados parte da experiência da economia solidária, onde a partir de uma definição típica da economia de mercado é acrescentado um adjetivo de ruptura, de distanciamento. O *Banco Comunitário*, instrumento importante que consiste na criação de uma instituição de crédito no nível de bairro ou comunidade e até na criação de uma moeda social local, apresenta bem essa dinâmica de continuidade e ruptura entre os dois modelos econômicos: o banco e a comunidade. O *crédito solidário*, parte da finança solidária, também entra nessa discussão entre dicotomias ou continuidades. Representando formas de crédito de diferentes tipologias dependendo da origem dos fundos (de instituições financeiras formais ou de acordos coletivos – de forma parecida aos consórcios), estes instrumentos financeiros são carregados de outros princípios e símbolos, como a gestão coletiva, as condições iguais de participação e democrática, a ausência de taxas de lucro (na elaboração de juros), a cooperação e reciprocidade, marcando novamente uma distinção do significado do atribuído na economia dominante, mas ao mesmo tempo partindo dela.

Outros instrumentos apresentam uma necessidade de distinção semântica maior, com a opção de usar terminologia marcadora de diferença e distanciamento. *Empreendimento solidário* é o exemplo mais expoente:

È empreendimento porque a gente não é empresa. Empresas são do capitalismo, são outras coisas, nos aqui somos empreendimentos porque somos apenas grupos de pessoas que empreendem, ou seja, fazem uma atividade de produção ou algo assim, em grupo, entende? A empresa tem uma estrutura definida, um espaço, escritórios, têm os chefes, tem os empregados, funciona de outro jeito, nos aqui não temos essas coisas, somos todos iguais, todos participam e temos autogestão. Acredito seja por isso que não nos chamamos empresas, economia solidária é diferente (S. empreendedora econômico solidário. Entrevista n°6).

No caso de Recife e região metropolitana percebemos também a procura por uma diferenciação substancial dos espaços de venda dedicados ao movimento daqueles tradicionalmente vinculados a uma economia capitalista. Neste sentido, os termos “feira” ou “feirinha de economia solidária” foram objeto de um interessante processo de discussão.

O espaço criado poderia entrar na categorização de “feira solidária”, no entanto este termo foi rejeitado pela maioria dos organizadores que decidiram usar “espaço de comercialização e divulgação”. A discussão envolveu certa percepção do termo “feira” como

marcado por certa carga depreciativa, indicando um espaço *hierarquicamente* submisso aos espaços de venda que a sociedade considera melhores: as lojas e os shoppings do mercado capitalista. Feira indicaria o espaço do informal, do não ordenado, não organizado, do barulhento, elementos que a economia solidária não quer se identificar. O espaço da economia solidária da mesma forma não podia se identificar com os canais comerciais do *capitalismo*. Precisava então de um nome diferenciado das duas propostas (feira e shopping) que caracterizasse a economia solidária entre os dois níveis de economia que as duas nomenclaturas representavam.

Além desta ambivalência estratégica num nível talvez mais nominativo e semântico (mas que se reflete também nas práticas que estes instrumentos propõem) a frase expressa pela empreendedora situada no começo do parágrafo aponta algo característico do movimento de Recife e Pernambuco: a dificuldade de auto sustentabilidade dos empreendimentos de economia solidária num nível meramente econômico/formal de entrada e saída de dinheiro.

De forma geral, o grande desafio percebido pelos atores da economia solidária é a coexistência com o mercado hegemônico. O discurso ideológico é marcadamente anticapitalista e alternativo, mas se depara nas práticas cotidianas com uma necessidade de relação com o capitalismo, sendo essa inevitavelmente uma relação hierárquica.

No primeiro contato com o campo da pesquisa em Recife, no ano de 2012, os discursos da rede sobre as diferentes decisões a serem tomadas em experiências que estavam apenas começando (como a do espaço de comercialização na UNICAP de Recife⁵, ou a participação no evento anual “Grito dos excluídos”⁶) eram fortemente anticapitalistas. Nessas discussões se excluía a possibilidade de uso de uma máquina de cartão de crédito, considerado “instrumento capitalista” e a prática do desconto era repudiada por ser “estratégia capitalista” de rebaixamento do valor do próprio trabalho. O cálculo do preço dos produtos precisava considerar, sobretudo, o valor cultural e humano do trabalho e as estratégias de marketing tradicionais eram consideradas negativas. Estas considerações eram acompanhadas de um clima de forte otimismo na época e de expectativas quanto ao crescimento do movimento, pois: estava sendo estabelecido o primeiro espaço oficial de economia solidária em Recife e acabava de ser aprovado o projeto pela constituição de um Banco Comunitário na comunidade de Santo

⁵ Espaço de vendas ESCOES que será apresentado no capítulo dedicado.

⁶ O Grito dos Excluídos é uma manifestação popular/religiosa que surgiu no Brasil em 1994. Trata-se de um ato de protesto anual e nacional sob vários formatos e modalidades contra as desigualdades e injustiças sociais. No ano 2012, os organizadores do evento da cidade de Recife – Centro de Trabalhadores Cristãos – decidiram criar um evento ligado ao protesto dedicado à economia solidária. O evento incluiu uma feira de empreendimentos econômicos solidários e diferentes formações e palestras sobre o tema.

Amaro⁷, além de outro projeto de acompanhamento técnico de empreendimentos pela prefeitura. As instituições e as entidades de apoio prometiam financiamentos e as reuniões contavam com a participação de muitas pessoas.

Três anos depois, em 2015, as coisas mudaram muito. O movimento de Recife entrou em uma fase difícil e muitos pontos antes colocados como indiscutíveis agora passaram a ser rediscutidos e revistos. Os representantes do governo mudaram, em decorrência de uma mudança estrutural das secretarias, dos projetos, das prioridades e propostas políticas e de um contexto político nacional mais amplo, que terá em 2016 seu ápice de mudança. As entidades de apoio, especialmente as ONGs que contavam com financiamentos da Europa, viram seus recursos diminuindo em consequência da crise do setor. O espaço de comercialização fundado em 2012 não conseguiu crescer e o projeto do Banco Comunitário apresenta enormes atrasos e dificuldades de implementação, até os dias atuais. Acompanhando alguns empreendimentos entrei em contato com as dificuldades econômicas que eles enfrentam: muitos não se autossustentam economicamente. Este clima também causa uma diminuição no envolvimento ideológico e político das pessoas nos encontros da rede causando às vezes o esvaziamento dos espaços de encontro.

Os empreendimentos atualmente se queixam da necessidade de produzirem, de melhorarem a própria produção e de encontrarem formas para serem aceitos e então aumentarem as vendas e entradas econômicas. No meio rural, em área perto de Recife, o comércio de produtos se encontra num momento mais sortudo: a agroecologia está numa fase de alto reconhecimento social e as feiras agroecológicas em Recife registram boas vendas. Mas no caso de empreendimentos de artesanato, de reciclado, de culinária, de roupas ou produtos de limpeza e beleza - principais produções na rede urbana- a situação econômica é mais difícil.

É possível notar a diferença dos discursos feitos no começo da pesquisa em 2012 e agora, na fase atual de 2016. Hoje, passaram a ser discutidas algumas necessidades dos empreendimentos, tais como: se capacitar para calcular o preço dos produtos com base nos cálculos da economia formal; para fazer a contabilidade do empreendimento; necessidade de estudar os segmentos de venda e trabalhar um percurso de marketing ampliado na venda física e virtual; se capacitar em elaboração de projetos para captação de recursos no terceiro setor e no setor privado.

⁷ Santo Amaro é o nome de um bairro/comunidade no centro do Recife. Trata-se de uma área urbana popular na história da cidade por causa dos altos níveis de violência e privação. Nos últimos anos Santo Amaro se tornou protagonista de diferentes ações políticas e de afirmação identitária voltadas à ruptura deste estigma social (FIALHO, 2015).

Esses exemplos indicam a necessidade sentida pelo movimento de se considerar uma economia antes de tudo, mesmo que uma economia diferente, retomando as frases do começo do parágrafo.

Para ser definitivamente reconhecida como economia está sendo discutida a importância dos empreendimentos se qualificarem profissionalmente e se empoderarem politicamente. A prefeitura e o governo do estado, como veremos melhor em seguida, apoiam este caminho, mas numa direção totalmente distinta da ideologia do movimento. Por exemplo, o projeto de fortalecimento técnico de empreendimentos de economia solidária utiliza cursos do instituto SEBRAE e ações do segmento PRODARTE, ou ainda da economia criativa e do empreendedorismo social, ações essas que contribuem para o distanciamento do movimento de seu processo de construção de identidade.

Neste sentido, procuramos compreender de que economia estamos tratando ao falar de economia solidária. Com certeza podemos falar de sustentação econômica, de práticas de trabalhos ou modos de produção alternativos, mas é preciso reconhecer que, em Recife, o processo de constituição de uma identidade econômica do movimento está em fase de construção e esclarecimento, percorrendo caminhos onde a tensão contínua entre lógicas e racionalidades se torna constitutiva do processo.

Neste percurso, são úteis as reflexões propostas por uma antropologia econômica antiutilitarista que saiba considerar as formas misturadas e híbridas de reciprocidade, redistribuição e troca mercantil (POLANYI, 2012) nas ações econômicas do movimento. Considerar os conceitos de dádiva, reciprocidade e solidariedade não exclui a possibilidade de analisar os interesses individuais e as necessidades dos empreendimentos de se aventurarem estrategicamente, ou não, nas ações da economia formal, calculando ganhos e utilizando estratégias de marketing ou competição. Essa relação é contraditória e ambivalente com certeza, mas necessária e perpetuada nos campos empíricos de ambos os casos de análise: o de Recife e o de Milão.

Dentro do espaço do movimento as ideias são diferentes entre os mesmos militantes participantes dos empreendimentos. Há quem aponte a necessidade da economia solidária permanecer o mais distante possível das práticas econômicas capitalistas e há quem reconheça uma certa fraqueza econômica e admita a posição de dependência que os empreendimentos tem em respeito à economia de mercado; existe ainda quem acredite que a solução para a economia solidária esteja no reconhecimento legal e político de suas ações, quem ache que apenas as vendas permitirão a existência dos empreendimentos e quem considere que a economia solidária tem fundamentalmente um papel educativo, formativo e político no seio da sociedade.

A dimensão das economias plurais se torna chave na leitura do campo de pesquisa. Será possível manter práticas de solidariedade e ao mesmo tempo garantir um retorno econômico através do qual os empreendimentos garantam a sustentabilidade de seus trabalhadores? Qual a conjuntura dos interesses individuais e interesses coletivos nos empreendimentos de economia solidária? Qual a relação entre práticas de reciprocidade e troca mercantil? Será possível apropriar-se de instrumentos da economia capitalista para fortalecer um sistema anticapitalista? Como se dá essa relação ambivalente?

Como se dá, então, esta relação entre modelos, entre propostas diferenciadas e a economia dominante nas práticas e nos instrumentos econômicos solidários?

Perguntei a um militante do movimento, rico em experiência e conhecimento, depois de uma longa entrevista sobre o seu trabalho, se achava a economia solidária um sistema alternativo ao capitalismo ou complementar ao capitalismo. A sua resposta foi essa:

Eu acho que é a pergunta que está errada, não importa se economia solidária é alternativa ao capitalismo ou igual... nós não precisamos ser totalmente anti-capitalistas, ou não sobreviveremos, simplesmente desapareceremos... talvez nem pudéssemos existir agora. O trabalho fundamental da economia solidária é nas comunidades, nas redes de pessoas que mais sofrem com o capitalismo que podem através da economia solidária frear os abusos do capitalismo, elas podem criticar o capitalismo, podem gritar que assim não está bom, dizer que não basta o lucro pelo lucro para melhorar suas condições, [...] a economia solidária não é nem alternativa ao capitalismo e nem o capitalismo... eu acho que ela está no meio, mas ela luta pela própria existência (E. promotor cultural comunitário e educador de economia solidária).

2.5 ECONOMIA SOLIDÁRIA: UM SABER ACADÊMICO, INSTITUCIONAL OU POPULAR?

Existem principalmente três pontos de vista que considero importantes na construção de uma possível definição de uma economia solidária, sendo também os que mais participam deste processo: a autodefinição dos atores protagonistas – os empreendimentos de economia solidária em Recife e os Grupos de Compras Solidária de Milão e Brianza; a definição institucional e o discurso oficial apresentado externamente ao movimento, através de seus canais já constituídos; por fim, a definição da academia e do mundo intelectual que nos últimos anos tem se preocupado bastante com esta temática.

Existe uma controvérsia bastante vigorosa concernente à origem da formação do movimento: seria resultante de iniciativas de base, de transformação social (o famoso movimento *bottom-up*) ou derivada da criação institucional e política deste movimento (*top-*

down) como indicado por vários documentos? Ou ainda, consiste na reelaboração intelectual de um ideal dentro de um projeto nacional de possível combate à pobreza?

Assim, se no caso de Recife é verdade que a economia solidária nasce com a criação do Fórum local por iniciativa do governo do Estado, é igualmente verdade – como veremos ao longo da pesquisa – a declaração dos empreendedores solidários de Recife de que eles já praticavam atividades da economia solidária bem anteriormente a ela existir com este nome ou como política pública. É verdade que Paul Singer criou a definição de “economia solidária” como experiência conjunta institucional no Brasil para resolver o imperante problema de desemprego, assim como é verdade que a economia popular, da qual surge, há dezenas de anos é elemento estrutural da economia brasileira, parte do setor informal, não envolvendo desta forma uma “massa” de desempregados, mas trabalhadores – mesmo que não reconhecidos. Da mesma forma, é verdade que as universidades e os pesquisadores criaram um *corpus* de produção sobre economia solidária lançando-a no campo da produção intelectual internacional com forte colaboração das redes francesas, por exemplo.

A disputa em tentar definir quem criou a economia solidária, se os detentores de poder, os “fracos”, ou os intelectuais se torna complicado dentro de uma pesquisa empírica onde percebe-se que a economia solidária na realidade se apresenta como uma *rede* de atores e discursos diferenciados, mas integrados.

A rede de economia solidária se dá assim nas conjunturas atuais entre discursos altermundistas globais, situações pragmáticas locais, ou seja, o contexto local e popular, e possíveis aberturas institucionais de um dado momento político. Por este motivo, é interessante interagir, dentro de uma pesquisa de cunho antropológico, com todos estes pontos de vista, possibilitando a compreensão da complexidade da formação de movimentos sociais na contemporaneidade. Apesar disto, mesmo reconhecendo esta complexidade de interação, quem se declara protagonista neste movimento, quem trabalha e luta duramente no dia a dia em defesa do próprio posicionamento anti-hegemônico, quem vive de formas econômicas críticas, continuam sendo os empreendedores e empreendedoras de economia solidária, tanto no Brasil quanto na Itália e é, portanto, a eles que dediquei a maior atenção e poder de palavra dentro desta pesquisa.

Considero fundamental também uma construção teórica que reconheça os fluxos e as idas e vindas entre o conhecimento produzido pela academia e a realidade social, especialmente no caso das análises dos movimentos sociais contemporâneos como formas de ação de mudança social.

A premissa é que existe uma relação estritamente hermenêutica entre produção intelectual e realidades sociais, onde uma alimenta a outra numa contínua relação dialógica em termos de “*interpretações de interpretações*” (GEERTZ, 1987) e onde uma influencia a outra num sentido prático, sendo o limite desta relação tão impalpável quanto fundamental no processo de produção de conhecimento. Basta pensar, como apontado por Arruti e Montero (2011), como as principais categorias antropológicas de identidade, diferença e cultura influenciaram a ação social de inúmeras coletividades em suas lutas nos últimos anos. A consequência disto torna-se essencial ao trabalho antropológico para avançar na construção de um pensamento consciente a respeito desta relação e de como um trabalho criativo e dialógico, mas também de precisão e detalhamento dos dados empíricos é um caminho pertinente para a preparação de uma análise. Existem debates levantados por autores reconhecidos (BRINGEL, 2008, GOHN, 2013, GOLDMAN, 2007) que indicam certa falha na agenda de pesquisa sobre movimentos sociais especialmente na problematização da relação entre teoria e empiria, sendo muito presente o risco de se prender a um enquadramento temático repetitivo e pouco criativo. Goldman (2007) alerta ainda sobre certo anacronismo entre as reelaborações teóricas que avançaram nos últimos anos, e que na realidade pouco consideraram os significados das micro experiências empíricas, e o que os atores têm a dizer a respeito de sua própria ação social ou luta pela mudança. Neste sentido, ocorre evitar utilizar categorias aprimoradas e aceitas na teoria acadêmica desconsiderando a pesquisa empírica e o ponto de vista dos “objetos de estudo” (sujeitos) dos quais estamos falando e suas próprias percepções, num sentido *actor-oriented*.

A contribuição antropológica com metodologia etnográfica permite uma abordagem ao tema a partir da teoria, mas que, contudo, a coloca em contínuo exame com as experiências encontradas na pesquisa de campo e no encontro efetivo com as pessoas que constituem o contexto analisado. Ao chegar, então, ao campo com toda bagagem de categorias e parte da produção acadêmica sobre o assunto, podemos constatar como elas podem ser preenchidas de significados novos, modificadas ou até recusadas, mas quase nunca elas se aplicarão da forma em que as pensamos teoricamente.

Esta premissa tem como intuito elaborar uma reflexão a despeito da produção acadêmica sobre o tema da ‘economia solidária’. Conhecendo a literatura principal percebemos o quanto a produção sobre ES como movimento econômico e social foi muitas vezes dominada por teorizações abstratas e com pouca conexão com realidades empíricas e ao mesmo tempo o quanto ela influenciou a percepção social sobre o assunto gerando a partir dela mesma, ulteriores reelaborações sociais.

Segundo os autores engajados na construção conceitual de “economia solidária”, tais como Singer (2002), Gaiger (2004), França Filho e Laville (2004), o reconhecimento da sua existência como fenômeno social é recente no Brasil. Os empreendimentos alternativos ganharam força somente a partir dos anos noventa, em consequência do agravamento do fenômeno do desemprego. Já o conceito de economia solidária começou a ser abordado no Brasil apenas em 1996 com o autor Paul Singer, que teve como intuito reunir empreendimentos autogeridos e solidários existentes num único conceito (DOURADO, 2010, SINGER, 2002).

Ao analisarmos a produção científica sobre economia solidária encontramos diferentes linhas de pensamento. Paul Singer (2000) concebe economia solidária como um novo modo de produção e distribuição; Euclides Mance (2008) percebe-a como uma economia da libertação voltada à realização do bem viver, com a criação de um sistema econômico alternativo. França Filho (2004) a compreende como movimento social e instrumento político; Lechat (2001) define-a como um conjunto de “*novas práticas culturais de cunho solidário*”.

A leitura de autores referenciais sobre o mundo da economia solidária me preparou para o que eu encontraria na pesquisa. No Brasil, Paul Singer e Euclides Mance são os principais produtores de conhecimento sobre economia solidária assim como protagonistas de seu desenvolvimento institucional, tendo sido, o primeiro deles, Secretário Nacional da Economia Solidária do Ministério do Trabalho (até 2016) e, o segundo, fundador da instituição Filosofia da Libertação e coordenador de diferentes projetos governamentais de desenvolvimento de redes de economia solidária. Esses dois autores são também os mais lidos no contexto italiano. Como será aprofundada, ao longo da análise, a conexão Itália-Brasil no mundo da economia solidária representa uma inversão substantiva da relação centro-periferia. A experiência brasileira constitui um exemplo a ser seguido pela experiência italiana, por isso encontramos a referência de Mance e Singer nos discursos de base tanto no campo brasileiro quanto no italiano.

De qualquer forma, ao nos aproximarmos da economia solidária como campo de estudos, logo percebemos uma série de disputas na sua definição científica e no interior do próprio movimento na sociedade.

Os pontos em comum entre a maioria dos autores nos remetem a dois elementos: as origens e a contraposição à economia de mercado de tipo capitalista. Os autores concordam em considerar a economia solidária como um modo de produção que surgiu em diferentes contextos históricos em função das crises no mundo do trabalho e como reação contra as desigualdades e injustiças causadas pelo desenvolvimento capitalista. Também concordam (os autores) em considerar como base teórico-filosófica e histórica aquela construída a partir dos chamados

“socialistas utópicos”, autores que acreditavam que a implantação do sistema socialista e a luta contra as desigualdades do sistema capitalista ocorreriam de forma lenta, gradual e pacífica.

Quadro 1 – Origens da Economia Solidária na Europa

A referência histórica analisada se refere à origem das experiências de cooperativismo solidárias de Robert Owen, que proprietário de um complexo têxtil na Escócia, em 1817, apresentou um plano ao governo pedindo que o fundo de sustento aos pobres fosse revertido para a construção de Aldeias Cooperativas, onde cerca de 1200 pessoas produziram sua própria subsistência e trocaram seus excedentes entre as aldeias. Owen, já definia as melhores condições de trabalho para os trabalhadores, limitando a jornada de trabalho e proibindo o emprego de crianças, tornando-se assim um precursor de muitas lutas de sindicatos e trabalhadores ao longo da história.

Esta experiência conecta as origens da economia solidária com o nascimento do capitalismo em pleno coração de seu desenvolvimento, situado na Europa, mais especificamente na Inglaterra. A partir desta experiência pioneira, várias tentativas foram feitas para criar cooperativas de trabalhadores autogeridas que seguem este modelo para criar uma sociedade alternativa em vários países europeus, mas a hostilidade dos governos e da classe empresarial não permitiram o desenvolvimento do fenômeno.

No final do século XIX, a modernização tecnológica e o investimento na agricultura causaram uma recuperação do movimento com a criação de cooperativas agrícolas como forma de apoio aos pequenos produtores. A grande virada veio na década de 70 do século XIX, quando uma das crises cíclicas do sistema capitalista causou o fechamento de muitas empresas e elevados níveis de desemprego. Como resultado disso, entre 1977 e 1984, grupos de sindicatos progressistas criaram múltiplas iniciativas para salvar e criar vagas de trabalho. Este movimento causou a organização de cooperativas de trabalhadores em toda a Europa que, em conjunto com movimentos sociais de diferentes vieses e ideais desses anos, levou ao fortalecimento de uma nova perspectiva social no que diz respeito às relações econômicas e sociais, a uma nova ideologia crítica. Assim nasceu também uma forte tradição literária que é a base do movimento de hoje, mais informado, organizado e potencialmente mais ativa, o que é proposto como uma alternativa real para o sistema capitalista em diferentes partes do mundo (SINGER, 2008).

Ainda de acordo com a análise de Singer (2008, p. 122-125), a economia solidária chega ao Brasil através das formas de cooperativas trazidas por imigrantes europeus no início do século XX. Essas cooperativas assumiam a forma concreta de cooperativas de consumo nas cidades e cooperativas agrícolas no campo, mas ainda não constituíam um conjunto de atividades de autogestão ou totalmente construído sobre a base de uma ideologia alternativa.

A instituição católica Cáritas teve um importante papel nesse processo histórico, a partir dos anos oitenta, quando começou um macroprojeto de desenvolvimento e financiamento de um conjunto de experiências chamadas PACs (Projetos Alternativos Comunitários), pequenas unidades de economia solidária. Pouco mais tarde, seriam estabelecidas as primeiras experiências de empresas autogestionárias no Brasil, formando em 1991 a rede ANTAEG (Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas e Auto-Gestão Participação Acionária) e dando origem ao movimento de economia solidária (Ibid.). É, portanto, nos anos noventa que se dá o nascimento da experiência da economia solidária, tendo seu ápice de desenvolvimento

e institucionalização no governo Lula e com a criação da SENAES (Secretaria Nacional de Economia Solidária), em 2003.

Este breve histórico elaborado por Singer (2008) e retificado pela maioria dos autores sobre economia solidária explicita o encontro entre experiência e ideologias europeias e os novos movimentos sociais na América Latina. Experiências europeias de economia alternativa reproduzem um sistema de pensamento de moldura marxista e anticapitalista e chegam ao Brasil.

Essa macro história nos remete à circulação de ideias que circulam globalmente historicamente e não podemos negar o quanto correntes teóricas marxistas, da teologia da libertação e do chamado “socialismo utópico” determinaram a base deste novo movimento social. Apesar disto, precisamos considerar que este movimento está marcado por uma pluralidade de fatores, que não permanecem apenas no nível de elaboração teórica e acadêmica, mas também na reapropriação e criação de conceitos-chave ideológicos por parte de uma sociedade civil com diferentes interesses e objetivos diferenciados, incluindo uma forte presença do papel do Estado. Ações da política formal partidária, da igreja e da academia se unem, em muitos casos, com experiências da economia informal, com movimentos populares de bairro ou de outra matriz gerando processos culturalmente e economicamente mais complexos, como analisaremos neste trabalho.

Mas continuemos apresentando a “ideia intelectual” sobre economia solidária.

Paul Singer entende a economia solidária como uma forma alternativa de modo de produção que ocorre através de uma ruptura drástica com os elementos de base da economia capitalista. Primeiro, a empresa solidária nega a separação entre trabalho e posse dos meios de produção. O capital da empresa solidária é possuído e dividido em partes iguais pelos trabalhadores e não há uma separação entre chefes e empregados. Da mesma forma, a gestão da empresa no processo de tomada de decisão é coletiva e igualitária, constituindo a autogestão da empresa. Por fim, segundo Singer, não existe lucro na economia solidária.

A economia solidária não pretende opor-se ao desenvolvimento, que mesmo sendo capitalista, faz a humanidade progredir. O seu propósito é tornar o desenvolvimento mais justo, repartindo seus benefícios e prejuízos de forma mais igual e menos casual. [...] Mas o desenvolvimento solidário propõe um uso bem distinto das forças produtivas assim alcançadas: essas forças deveriam ser postas – à disposição de todos os produtores do mundo, de modo que nenhum país, região ou localidade seja excluído de sua utilização, e portanto, dos benefícios que venham a proporcionar. Dessa forma, a economia solidária propõe abolir o capitalismo e a divisão de classes que lhe é inerente (SINGER, 2004, p. 12).

Euclides Mance (2008), numa linha de pensamento similar à de Singer, traz outro elemento na análise, qual seja, a necessidade de que o modo de produção da economia solidária não exista apenas dentro do pequeno mundo da empresa, mas que se esforce de ser um sistema mais amplo completamente externo aos mercados capitalistas em seus fluxos, constituindo um concreto sistema alternativo. A análise do autor se baseia especialmente no conceito de *rede*, sendo através dessa estrutura econômica que ocorreriam as transações econômicas de maneiras externa ao sistema capitalista.

O isolamento dessas diversas práticas bem-sucedidas fragilizava a sua expansão local e global. Por isso, nas últimas décadas, redes socioeconômicas começaram a ser organizadas, articulando processos colaborativos de financiamento, produção, comercialização, consumo e desenvolvimento tecnológico potencializando as práticas de economia solidária em seu conjunto. [...] Quando redes deste tipo são organizadas, elas operam no sentido de atender demandas imediatas da população por trabalho, melhoria no consumo, educação, reafirmação da dignidade humana das pessoas e do seu direito ao bem-viver. Ao mesmo tempo, elas combatem as estruturas de exploração e dominação responsáveis pela pobreza e exclusão. E, igualmente, começam a implantar um novo modo de produzir, consumir e conviver em que a solidariedade está no cerne da vida. Assim, essas Redes Solidárias podem avançar na construção de uma nova formação social, que se configure como uma sociedade póscapitalista, pois na economia solidária a reprodução do valor econômico está centrada no trabalho e consumo solidários e não na concentração da riqueza (MANCE, 2003, p. 18).

Segundo esses autores, a Economia Solidária é outro modo de produção que existe antes de qualquer especulação utópica.

Quando cheguei ao campo de pesquisa de Recife, comecei a testar as lentes analíticas que eu tinha criado com base nestas leituras. O discurso apresentado nos encontros da rede de economia solidária de Recife e Pernambuco eram certa e fortemente baseados numa retórica anticapitalista e de recusa contínua e extrema dos instrumentos econômicos reconhecidos como capitalistas. Mas, com o tempo, várias problemáticas levantadas a respeito da sustentabilidade econômica e da inserção dos empreendimentos no mercado me levaram a refletir que a proposta de ser uma alternativa ao capitalismo como sistema solidário era difícil de ser encontrada e reelaborada na análise empírica de campo. Essa tese poderia constituir uma ideia do que economia solidária deveria ser idealmente, mas não o que era como processo social atualmente.

Singer e Mance foram duramente criticados por suas posições ideológicas e suas construções argumentativas, raramente baseadas em estudos empíricos das experiências brasileiras.

Durante a primeira fase de elaboração teórica do doutorado me deparei, então, com os chamados “céticos” da economia solidária e descobri uma importante produção acadêmica

centrada na demonstração da inconsistência das argumentações utópicas dos autores acima analisados. O ponto de vista desses autores é que a economia solidária não era nada mais que um discurso utópico completamente desconectado da realidade social e de que ela não apresentava nenhuma proposta de alternativa econômica ou política e, na verdade, até era cúmplice na reprodução do capitalismo. Na sua análise Wellen (2012) argumenta a inexistência de empreendimentos baseados nos princípios da posse coletiva dos meios de produção e que ao mesmo tempo fomentem igualdade, reciprocidade, autogestão e solidariedade entre os trabalhadores. Sobretudo, argumenta a profunda falha econômica dos presumidos empreendimentos econômicos solidários que, em raros casos, alcançariam a sustentabilidade econômica, tanto pela atividade de produção quanto dos seus trabalhadores que, na verdade, acabariam sendo mais explorados do que seus iguais inseridos no mercado de trabalho formal.

Esta perspectiva, por quanto possa parecer incrível, está baseada na teoria marxista, exatamente como a de Singer e Mance. Mas, se esses últimos concluíam a existência de um modo de produção e sistema econômico alternativo, os céticos chegavam à conclusão diametralmente oposta, ou seja, a total inserção da economia solidária no capitalismo. Mesmo que esses estudos fossem dotados de certa coerência interna embasada no próprio recorte de análise, a realidade empírica com a qual eu tinha entrado em contato não parecia possibilitar nenhuma dessas duas leituras. Nos dois casos, por exemplo, as análises eram constituídas em cima de dados institucionais não problematizados, levantados pelo programa do SIES⁸ da SENAES, considerado o primeiro *survey* e cadastro oficial de empreendimentos econômicos solidários do Brasil. E, dentro deste levantamento, os elementos mais considerados para as argumentações resultavam ser as cooperativas, associações e as empresas recuperadas, em suas diferentes formações jurídicas.

Um fator de problematização era que na realidade de Recife e de Pernambuco quase não existiam cooperativas e, ainda em menor número as associações. A rede de economia solidária local era formada principalmente de empreendimentos e experiências informais, grupos coletivos, famílias e pequenas associações de bairro. Estes formatos de organização econômica foram criticados tanto por Singer e “os otimistas”, quanto pelos “céticos” por serem

⁸ O SIES - Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária é o primeiro mapeamento e banco de dados dos empreendimentos de economia solidária de todo o Brasil promovido pela Secretaria de Economia Solidária – Ministério do Trabalho. Ele é composto por informações de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) e de Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento (EAF). O primeiro mapeamento foi realizado em 2005, registrando em sua primeira etapa aproximadamente 18 mil empreendimentos. Em 2007, a base de dados foi ampliada com um mapeamento complementar, chegando-se a quase 22 mil empreendimentos em todo o Brasil. O segundo mapeamento foi realizado entre 2010 e 2013 e abrangeu os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), as Entidades de Apoio e Fomento (EAF) e também políticas públicas voltadas à Economia Solidária (PPES). Ver em www.sies.ecosol.org.br.

uma parte ambígua da economia solidária, feita de simples atividades produtivas informais que apenas se apoiariam nos fóruns e movimentos institucionalizados para receber suporte e apoio de financiamento. Mesmo assim, estes grupos informais ou associativos, no Recife, se definiam como economia solidária e eram os protagonistas de todo o processo de mobilização e de relação com o estado. Como compreender isso?

Da mesma forma, no caso italiano, a economia solidária não tem sua base em redes de cooperativas, mesmo que algumas cooperativas sociais abracem a causa e participem de alguns projetos. No contexto de Milão e Brianza, economia solidária é composta principalmente por experiências informais chamadas “Grupos de Compras Solidárias” (GAS) que reúnem consumidores e produtores em relação direta e que apenas em casos específicos procuram o apoio de instituições como as prefeituras ou entidades mais formalizadas como as cooperativas. As cooperativas, pelo contrário, constituem um mundo totalmente separado, parte da economia formal do contexto econômico.

Dito isto, da mesma forma em que a primeira perspectiva (de Singer e Mance) não proporcionava uma leitura interpretativa para o meu campo de pesquisa, a segunda (dos céticos) também não dava. De fato, assim como não se aplicavam na rede de Recife ou de Milão os conceitos ligados ao sistema de produção alternativo ao capitalismo, também percebia não apenas a presença de um discurso, mas também uma prática, um empirismo que embasava as escolhas de vida e de produção profundamente diferenciados de um modelo hegemônico.

Economia solidária não era uma ilha anticapitalista, mas também não era uma entre as muitas engrenagens de exploração do capitalismo. Decidi problematizar essas teorias e categorias a partir do que os atores reais diziam ou queriam dizer sobre o assunto e também observando suas ações. Objetivando, com isso, estabelecer uma relação dialógica entre essas duas partes, uma vez que consideramos que a relação entre militantes do movimento social e a academia é cotidianamente perpetuada e estrutural no processo de constituição identitária. Os empreendedores de economia solidária, tanto no caso brasileiro, quanto no italiano, estão em contato direto com pesquisadores e projetos acadêmicos além de, em muitos casos, se formarem a partir de leituras e material acadêmico sobre o assunto. Por este motivo, esta relação não pode ser desconsiderada, assim como não pode ser desconsiderada a recíproca influência entre as ‘partes’. Partes: ‘sociedade civil’, ‘academia’ ou ‘Estado’ cuja conceitualização já é problemática, sendo mais praticável uma separação de definição a partir dos interesses de cada uma, mais que pelos discursos, frequentemente inter cruzados e reciprocamente intercambiados.

No entrelaçamento entre ideologias intelectuais, ideologias populares e práticas concretas de organização econômica e política tentarei dar uma definição do que significa, hoje, economia solidária como movimento social.

A perspectiva marxista ou a econômica ajudam na compreensão de muitos elementos da análise, mas não a resolvem por completo. A história do nascimento das cooperativas na Europa e o socialismo utópico fazem parte do discurso que encontramos, mas não representam a única história ou a única filosofia do movimento. O cooperativismo, mesmo sendo uma experiência participante da economia solidária, não esgota a definição do movimento social enquanto tal. A estrutura econômica, o modo de produção e as relações comerciais são um recorte de análise importante, mas não parece possível, pelo que foi encontrado, separá-los da ação política e da construção de identidade cultural do movimento. As motivações de entrada na economia solidária são, em sua grande maioria, devidas aos vazios deixados pelo capitalismo no mundo do trabalho, mas não apenas, veremos uma série de outros fatores tão importantes quanto este como, por exemplo, os conceitos de *bem-estar* e de *estilo de vida*. Todos esses elementos, que a produção acadêmica deu como resolvidos, serão problematizados ao longo do trabalho.

A perspectiva antropológica permite unir empiria e teoria numa relação dialógica onde uma alimenta a outra, numa perspectiva construcionista. Da mesma forma, permite unir diferentes vozes sobre um mesmo elemento de análise através, por exemplo, do instrumento da *polifonia etnográfica* (CLIFFORD, 1998). Não apenas economia, não apenas política, não apenas cultura ou ideologia, mas todos esses fatores problematizados numa reflexão ampla e fundamentada em dados empíricos.

Veremos nos próximos capítulos outras vozes que definem a economia solidária, sobretudo a dos atores contatados na pesquisa empírica.

3 O CAMPO DAS ECONOMIAS SOLIDÁRIAS

Apresentamos o estudo do movimento social de economia solidária entre global e local através da análise de dois casos empíricos: Recife no Brasil e Brianza/Milão na Itália.

Para os fins desta pesquisa perguntamos: como esses campos se desdobram? Como eles se constroem?

O recorte que foi dado ao termo economia solidária neste estudo, dentro da constelação de significados e experiências que se incluem nesta designação é claro: em ambos os contextos focalizamos o que se definia como economia solidária em termos de movimento organizado da sociedade civil.

Cabe aqui assinalar a complexa categoria de economia solidária. Ela é compreendida a partir de seus elementos caracterizantes, ao longo de todo trabalho, mas primeiramente precisamos fazer aqui a distinção primária. Na literatura e no entendimento de economia solidária de forma geral existem duas conotações principais:

- Uma primeira, que considera as economias sociais, solidárias ou cooperativas histórico-culturais, entendendo todas as formas de vida econômica que existiram e existem hoje, que atuam fora ou nos limites das regras da economia dominante através de práticas de socialização, de cooperação e reciprocidade, frequentemente com base comunitária e culturalmente determinadas;

- Uma segunda acepção, que considera dentro dessas experiências aquelas que se constituíram como redes de visibilidade (MELUCCI, 2001), ou seja, como movimento social, caso deste estudo.

Esta distinção é importante porque a segunda definição é a que elabora um discurso crítico e uma ideologia voltados à imaginação de alternativas sociais, como campo de ação política elaborando ações comuns com objetivo da construção de um espaço social próprio.

Utilizaremos aqui a concepção de movimento social ou de “novo” movimento social debatida nas últimas décadas. Entenderemos a definição clássica de Touraine (1996), que, de modo geral, reconhece como movimento social qualquer movimento societário que atue em *“um projeto cultural associado a um conflito social”* (TOURAINÉ, 1998, p.131), tomando como base três princípios: a definição do ator (princípio da identidade); a identificação do adversário social (princípio da oposição) e a referência a temas culturais comuns (princípio da totalidade). Além disso, nos interessa aqui a distinção conceitual entre “velhos” e “novos” movimentos sociais. Se os primeiros eram representados, por exemplo, pelo movimento operário, apresentando fortes conotações de classe e trabalho decorrentes da sociedade

industrial; nos “novos” movimentos observamos ações coletivas fundadas numa miríade de identidades que perpassam a questão da divisão capital/trabalho, incluindo uma série de outras temáticas culturais dentro de uma sociedade pós-industrial.

Dentro de um contexto de capitalismo avançado os espaços de reprodução simbólica, interação e comunicação intersubjetiva (HABERMAS, 1986) são invadidos pelos sistemas racionais burocráticos e de mercado, criando uma poderosa pressão hegemônica que se apresenta como causa do surgimento de novas formas de conflito social. As novas identidades coletivas criam suas próprias e específicas solidariedades (MELUCCI, 1985) com base em novas temáticas voltadas a romper com os limites culturais impostos.

Embora estes movimentos possam ser de natureza diversificada, consideramos a hipótese desenvolvida pelas teorias dos novos movimentos sociais de que eles tendem, na atualidade, a resistir e a combater a colonização do mundo da vida pela racionalidade instrumental, particularmente no domínio da vida privada, dos papéis sociais e profissionais e do paradigma consumista. Tratamos, portanto, como novos movimentos sociais àqueles que se propõem à ação de resistência e revolução de conceitos contra-hegemônicos no nível cultural das identidades, neste caso, econômicas e políticas.

Através deste conceito, portanto, aplicamos o entendimento de movimento de economia solidária nos dois contextos de pesquisa. No caso brasileiro, em particular, fez parte do recorte do objeto a rede de empreendimentos que se auto define como movimento, sendo essa sua característica definida localmente pela estruturação em fóruns oficiais e, sobretudo, pela relação estabelecida com o Estado. Temos então um ator: o empreendedor de economia solidária; um adversário: o capitalismo; e temas culturais comuns que analisamos neste trabalho e apresentaremos detalhadamente ao longo dos capítulos seguintes. No caso italiano, em contraste, foi escolhida a experiência pertencente à chamada Rede de Economia Solidária Italiana, aportando essa uma organização já estruturada da sociedade civil com forma de distrito de economia solidária, sendo a relação institucional neste caso pouco determinante. O ator neste caso é o participante do Grupo de Compra Solidária- GAS; o adversário é a economia de mercado hegemônica e sua política; e os temas culturais também serão apresentados em detalhes no decorrer do estudo.

As experiências analisadas são construídas, portanto, a partir das definições êmicas de economia solidária como movimento social. Este recorte do objeto, sem embargo, nem sempre foi tão evidente.

O movimento de economia solidária da cidade de Recife é um movimento social segundo a própria definição de seus atores, e atualmente também é assim reconhecido pelas instâncias governamentais. Porém, não foi fácil delimitá-lo claramente.

Com a chegada ao Recife, no ano de 2012, eu tinha uma preparação prévia de literatura sobre o tema da economia solidária, já por si só caracterizada por um enorme número de definições, experiências e práticas, mas a realidade do Recife se abriu para mim enquanto pesquisadora, como algo totalmente inesperado.

Um choque cultural que não prevê se alimentar de coisas inusitadas ou se deparar com rituais exóticos, mas mesmo assim um choque que, no começo, não me deixava saber aonde ir, o que fazer e, sobretudo, entender o que havia para pesquisar. Em poucos dias me deparei com reuniões da Rede Metropolitana de Economia Solidária do Recife, com instituições de fomento de economia solidária, incubadoras, empreendimentos chamados de economia solidária, com as mais diferentes experiências: feiras solidárias, clubes de trocas, moedas sociais, catadores de lixo, agricultura familiar, encontros sobre violência, sobre desigualdades, preparativos para a V Plenária Nacional de Economia Solidária; e, por fim, com instituições governamentais que discutiam a chegada de um projeto importante: a constituição de um banco comunitário e solidário no bairro de Santo Amaro, em Recife. Deparei-me com um conjunto de fragmentos, todos ricos e interessantes, mas todos diferentes e aparentemente desconectados. Constituir uma unidade no meio de todas essas peças não podia ser algo feito aleatoriamente, precisava refletir metodologicamente e epistemologicamente.

A inserção no campo de pesquisa foi, num primeiro momento, determinada pelos significados de uma economia solidária referida a um bairro de Recife, Santo Amaro, como proposta de mudança social num contexto fortemente estigmatizado por violência e ilegalidade. O contato com uma liderança comunitária, que na época protagonizava articulações para desenvolver propostas de economia solidária local, foi o canal de entrada neste amplo mundo. A primeira estratégia usada, dado o total desconhecimento do contexto, foi de acompanhar este ator central nos espaços que ele apresentava. Tive oportunidade de conhecer uma ampla variedade de experiências e contextos. Desde logo, a impressão que tive é que economia solidária era, localmente, expressa através de um conjunto de fragmentos onde era difícil encontrar uma linha de coerência que podia determinar um objeto “total” de pesquisa. Mas, comecei a participar das reuniões do Fórum de Economia Solidária de Recife espaço que parecia oferecer dados simbólicos, práticos e políticos de uma identidade própria desta experiência, de forma coletiva.

A “experiência etnográfica” de que fala Magnani (2009) começou, no meu caso, a partir do momento que transpus o estado inicial de choque cultural e me deixei guiar pelos atores que encontrava por tais espaços, sendo o Fórum aquele que mais apresentava respostas. Foi assim que a ideia de “movimento de economia solidária” foi tomando sentido. Falamos em “movimento” porque é o termo mais utilizado pelos atores encontrados e porque é a única maneira com a qual consigo configurar a economia solidária. Mesmo numa metrópole de dimensão média como Recife, o número de experiências, ideologias, projetos e ações autodenominados de economia solidária são muitos, diferentes e estão em constante conformação, mudança e movimento. Mesmo assim, o movimento social em si se reconhece como uma unidade, definida em termos de pertencimento identitário de quem é parte e quem não é.

Foi a partir desta escolha metodológica que fui penetrando nestes espaços fortemente políticos de definição de economia solidária local e que fui conhecendo atores, práticas e significados interessantes para os fins da pesquisa.

A recepção enquanto pesquisadora ajudou muito neste sentido. O movimento local de economia solidária mantinha relações estreitas tanto com o Estado, quanto com a Universidade, através de diferentes canais.

3.1 POSICIONAMENTO NA REDE, MILITÂNCIA METODOLÓGICA, INSTRUMENTOS DE PESQUISA

Neste campo de estudo em rede a pesquisadora não está posicionada fora, mas certamente dentro, num procedimento contínuo de reposicionamento que implica uma dimensão política e, então, uma dimensão metodológica e de abordagem da pesquisa.

Desde o primeiro encontro, os participantes do movimento, com certeza aprovando e elogiando a importância da presença de um representante da Academia (ou ainda da Academia “estrangeira”), acionaram contínuos pedidos de minha participação nas discussões e também nas práticas de tomada de decisão. Ainda que no começo eu tenha tentado caminhos para resistir a esta “cobrança”, rapidamente percebi o quanto teria sido impraticável a minha participação aos encontros e espaços de discussão sem uma participação mais comprometida e “militante”. Esta condição me levou a problematizar o conceito de militância na pesquisa antropológica. Desde então, vivi um contínuo processo de participação em diferentes espaços de decisão, dentro da rede enquanto elemento da mesma, permitindo-me vivenciar as dinâmicas políticas

do movimento social desde diferentes pontos de vista que serão alvo de aprofundamento ao longo do trabalho.

Apesar das expectativas e dos caminhos definidos antes de partir de Milão para Recife, logo se tornou evidente que o processo não dependia unicamente da minha vontade: a inserção inesperada na Rede de Economia Solidária de Recife é a prova mais evidente.

Cheguei ao campo, em Recife, no ano 2012 com o intuito de estudar a economia solidária e suas práticas de inclusão social e saída da pobreza no local dentro do projeto de pesquisa do meu mestrado em antropologia em Milão, na Itália. A falta de conhecimento em profundidade do contexto brasileiro e do movimento de economia solidária, bem como a inclusão totalmente inesperada em momentos bastante complexos de encontro da Rede, levou-me inicialmente a desejar uma observação mais externa e invisível possível. Ignorava totalmente o contexto em que tinha entrado, não o entendia e não conhecia os mais básicos símbolos da linguagem utilizada.

O sentimento de estranhamento pelo contexto em que eu tinha acabado de entrar me levou a desenvolver possíveis estratégias de abordagem e expectativas sobre o caminho que gostaria de seguir, que foram postos à prova imediatamente. A posição de observador externo teria sido uma condição inicial preferível. E, com o tempo, uma vez que pudesse compreender os elementos básicos e as estruturas, tentaria uma abordagem e também uma inclusão mais efetiva dentro das dinâmicas para fins de investigação.

Mas, a partir do momento em que fui apresentada ao primeiro grupo de empreendedores solidários durante uma reunião de coordenação do Fórum no espaço do Projeto Rama, no Centro de Trabalho e Cultura do Recife, a minha presença provocou curiosidade e atenção. Provavelmente acostumados com a presença de pesquisadores, muitos dos atores da economia solidária mostraram uma atitude positiva em relação à minha presença. Em várias ocasiões formais foi enfatizado que o interesse acadêmico era bem-vindo e certamente muito apreciado, dadas às boas relações já estabelecidas com o ambiente universitário; desde o início o movimento solicitou a minha participação nos eventos a que eu queria, inicialmente, apenas assistir.

A presença tranquila, neutra e distante da pesquisadora não foi aceita e desde o primeiro dia fui convidada para participar do círculo do grupo. Inicialmente pensei que essa atitude revelava o aborrecimento de ter uma presença apenas observadora e, talvez, julgadora. Mais tarde, porém, cheguei à conclusão que esta modalidade de inclusão é designada a todos aqueles que se aproximam do movimento, por ser esse um processo de inclusão que o movimento local tenta construir ideologicamente e em suas práticas.

Claro, retornando à metodologia de trabalho, esta condição criou confusão sobre o posicionamento do antropólogo no campo e permitiu uma reflexão aprofundada sobre esta questão. Não havia nenhuma maneira de parar ou recusar o meu processo de inserção na rede: eu desejava ser uma presença neutra e exercer uma aproximação gradual, mas as pessoas pediam que eu falasse, que opinasse, que participasse como se já conhecesse e entendesse o processo. Decidi então entrar na dinâmica e tentei fazer disso um ponto de força metodológico, refletindo sobre o conceito de observação participante (MALINOWSKI, 2004). Ao refletir sobre isso, consegui enxergar o quanto, no começo, me sujeitei facilmente ao risco de limitar a minha presença a uma mera *observação objetivante* (MALIGHETTI, 2008).

A dinâmica da observação participante era um conceito ao qual eu nutria bastante resistência. As ideias elaboradas por Malinowski em sua “bíblia” antropológica “Argonautas dos Pacífico Ocidental” (2004) foram, e ainda são, concebidas como a plataforma de lançamento da metodologia etnográfica, a primeira transcrição científica da disciplina. No entanto, o contexto teórico da época fortemente positivista, evolucionista e colonialista dentro da qual a prática etnográfica estava inserida fazia com que aos meus olhos à obra de Malinowski fosse considerada uma antropologia com fortes caracterizações de aproximação a uma ciência natural, descontextualizante, positiva, nomotética-generalizante (MALIGHETTI, 2008). Nesse sentido, a técnica malinowskiana da observação participante era por mim interpretada como uma tentativa de compreender o “ponto de vista do nativo”, de se colocar nele, ver com seus olhos, desconsiderando muitas reflexões sobre a relação antropológica com a alteridade num sentido também político (MALIGHETTI, 2008).

A problematização da relação entre “sujeito” e “objeto” no campo ocorreu em especial após a *virada interpretativa*. No entanto, a pressão que o campo fazia sobre as categorias de observação participante e de ponto de vista do nativo de Malinowski, tornou-as aos meus olhos mais complexas e difíceis. Mesmo mantendo a ideia de que a observação participante tinha o risco de cair num paradoxo (o de querer se tornar nativo, ou de fingir entender o nativo de uma posição neutra), era inegável que a minha participação, especialmente depois de um tempo, era importante para construção de partilha de um terreno comum. Portanto, resolvi manter a técnica da observação participante como fundamental no meu trabalho de campo inicial, pois durante essa primeira experiência houve realmente observação e também participação. O conceito fica ainda mais interessante se consideramos a elaboração de Tedlock (1991) de “observação da participação”, que não apenas legitima uma participação mais densa, mas chama a atenção daquele conceito que já remarquei como fundante: a reflexividade do fazer antropológico.

Farei outra consideração sobre o posicionamento em campo e o relacionamento com as pessoas e situações encontradas, que diz respeito à minha condição pessoal de jovem estudante de antropologia e estrangeira. Certamente, as idiossincrasias que cada pessoa traz consigo de lugares distantes, direcionam e influem no tipo de relações e dinâmicas que vão ter, e elas se tornam relevantes no caso de um estudo de campo de perspectiva antropológica que pretende ter uma dinâmica reflexiva.

A condição de estrangeira é certamente aquela que mais tem caracterizado esta relação, especialmente no início. A fisionomia certamente não “típica do lugar” logo me identificava, definitivamente, como estrangeira. Passada a primeira fase em que procurava distanciamento e em que sentia o estranhamento do ambiente, comecei a participar das atividades, entender mais os códigos e as ideias, a me sentir mais à vontade. Foi assim que surgiu outra dificuldade, outro risco: surgiu a vontade e a tentação de me sentir parte do grupo e de ter uma relação que poderia ser de empatia e companheirismo. Queria ser reconhecida como parte dos nativos, participante nos processos de construção do movimento de economia solidária. Sob o fascínio do entusiasmo do movimento social, do qual já compartilhava grande parte da ideologia, gostava do clima de mudança e de otimismo dele, sentia-me bem, enfim, fui afetada pelo campo (MAGNANI, 2009). Não obstante, sentia que mesmo tendo sido bem acolhida e aceita pelos participantes, eu não estava totalmente inserida nas dinâmicas locais. Tinha e tem ainda hoje muitos elementos, normas de comportamento, costumes e dinâmicas aos quais preciso dar um significado, entender e decodificar. As pessoas do movimento sabiam disso, me codificavam como *presença externa*.

Eu era “a gringa” onde a distinção principal além de geográfica era a de pertencer à outra classe social no que diz respeito a muitos participantes do movimento. A diversidade e a distância eram constituintes da relação. Em alguns casos era considerada como uma presença que podia conferir certa maneira prestígio ao movimento: agora o movimento era “*um objeto de interesse até mesmo para o mundo acadêmico europeu*”, disseram em uma ocasião. Na realidade, com o tempo percebi o quanto essa relação era ambivalente. Várias pessoas disseram como já tinha sido grande o número de pessoas, pesquisadores que chegavam de fora, que prometiam ajuda e colaboração na fase de pesquisa para logo em seguida desaparecerem, sem nenhum retorno, resultado ou contribuição. Essa condição me levou a ter que avançar mais no processo de inserção e negociação da minha posição. Os atores de certa forma “pretendiam” minha contribuição ao processo construído por eles, não reconhecendo apenas a elaboração de uma dissertação ou de uma tese como contribuição.

Isso não se trata apenas de um elemento estético de reflexividade, mas um dado significativo da metodologia do trabalho. A negociação da minha posição no campo foi continuada e construtiva na metodologia da pesquisa.

A antropologia italiana, ou europeia, tem feito da viagem e da saída do próprio contexto o núcleo central da experiência antropológica. O nascimento da disciplina evidencia isso. A antropologia é o encontro com a alteridade radical. A primeira aula no curso de antropologia da Universidade de Milão era intitulada “A viagem como experiência antropológica”. Acredito que isso seja importante. Mas, existe, hoje, a alteridade radical assim como a que se podia experienciar em épocas passadas? Podemos, no mundo globalizado, encontrar um “outro” tão distante, tão incompreensível em sua ontologia, fazendo disso o sentido do trabalho antropológico?

A antropologia brasileira, especialmente, remarca a possibilidade de encontrar a alteridade dentro dos próprios contextos, dos contextos urbanos, por exemplo, perto das nossas experiências. O primeiro contato que tive com a antropologia brasileira foi numa aula com o título “Antropologia em casa”. Acredito também no valor de considerar isso. Mas, como se dá a relação com a alteridade com nossos vizinhos, amigos, colegas ou de alguma forma, com situações e grupos cujo estranhamento resulta ser bastante limitado? Podemos, num mundo de diferenças, encontrar um “outro” tão perto de nós, tão compreensível em sua ontologia, fazendo disso o sentido do trabalho antropológico?

Espero ter conseguido demonstrar através desta descrição como as primeiras experiências dentro do campo foram caracterizadas por certa confusão. Situada no meio, entre um sentimento forte de estranhamento, para um contexto do qual não conhecia quase nada, e uma tentação para uma familiarização rápida e profunda, fui determinando a minha relação com o objeto. A alteridade foi assim construída num movimento de vai e vem, de distância e vizinhança, de externo e interno; e é nesta relação que o meu objeto de pesquisa foi se constituindo: na confrontação com as perspectivas de uma antropologia exótica e uma antropologia em casa, entre as categorias de estrangeira e local, perto e distante, êmico e ético.

Por um lado, considero a distância como elemento metodológico fundamental, em que se baseia toda a produção antropológica: a diferença entre o etnógrafo e nativo (MALIGHETTI, 2008) é o lugar onde acontece a interpretação e o diálogo útil ao conhecimento antropológico. Por outro lado, a empatia é onde é possível conhecer mais profundamente alguns pontos de vista, compartilhar alguns significados e às vezes se torna fundamental no processo. Também significa deixar-se afetar, que no meu caso aconteceu para poder entender e compartilhar melhor alguns elementos, de dentro. Enfim, significa considerar de novo o contexto de onde

viemos, o âmbito acadêmico e também no meu caso outro país, e relacionar o que foi conhecido na diferença com o que poderia ser mais perto. A negociação da relação é caracterizante do “campo como experiência” (MAGNANI, 2009) e ela se joga entre a reflexividade e a alteridade, o estranhamento e a empatia, a distância e a vizinhança.

Mas voltando à questão da participação no campo em Recife, o tempo foi passando, um, dois e três anos de convivência. Automaticamente e sem nem mesmo querer ou saber me tornei oficialmente pesquisadora do movimento de economia solidária de Recife. Isso para os atores implicava a necessidade de contribuir com algo em contrapartida a disponibilidade deles. Tudo se complicou ainda mais quando, em ocasiões de encontro entre os militantes e as instituições governamentais pediam para eu falar e expressar opiniões.

Os antropólogos nestas situações encontram-se numa posição de tensão. Eles têm que elaborar seus posicionamentos num processo contínuo que com certeza tem implicações metodológicas. Precisam posicionar-se quando nascem discussões entre diferentes opiniões acerca de uma ideia ou de uma ação, entre diferentes linhas de pensamento e facções; precisam posicionar-se quando os atores que dialogam são diferentes como no caso dos encontros entre governo, militantes, instituições de fomento; precisam também posicionar-se como pesquisadores que produzem material para o mundo acadêmico. Como explicitado anteriormente o movimento social é uma arena de forças e poderes, e o antropólogo, a partir do momento que entra no campo, está no meio dela. Relações instrumentais, relações pessoais, relações de desconfiança e relações políticas vão se instaurando. Quanto mais o antropólogo é ciente disso, mais poderá colocar-se metodologicamente e mais sua produção de conhecimento será clara e definida.

Existe, a meu ver, uma consideração a ser feita sobre a questão da participação e da militância. Eu sempre me considerei pesquisadora e militante do movimento, mas existe uma distinção entre uma “militância pura” e uma “militância metodológica”. A militância pura é feita pelo antropólogo que escolhe o próprio objeto de estudo a partir de um posicionamento político e ideológico não problematizando os desdobramentos práticos e epistemológicos que conseguem de forma muito evidente. Tão evidente que a sua produção de conhecimento se torna um ato de defesa inquestionável de um particular grupo ou ideal. Pelo contrário, a militância metodológica é feita por aquele antropólogo que é ciente de estar entrando num campo político, que é ciente de seu particular posicionamento, mas que problematiza tudo isso seja no recorte de seu objeto, seja nas escolhas metodológicas e também nas categorias utilizadas. A militância metodológica consiste em admitir o papel social do antropólogo nos processos contemporâneos de mobilização política dos atores sociais (DE OLIVEIRA, 2009);

significa reconhecer os potenciais de mediação desta ciência apta ao conhecimento de dentro e de fora, ao conhecimento aplicado a um mundo complexo e em constante conformação.

A afirmação de que “*a antropologia é inevitavelmente política*” tem uma razão epistemológica na produção de conhecimento antropológico que vive da metodologia de campo. Um campo político desde sempre, mas que apenas na contemporaneidade se tornou problemático na elaboração da metodologia de pesquisa acompanhando as mudanças das sociedades e identidades contemporâneas.

Depois de quatro anos de convivência com o movimento de economia solidária de Recife a relação com o objeto de pesquisa foi consolidada. A negociação com os interlocutores locais foi remanejada implicando diferentes níveis de participação prática no movimento social. Participei de várias formas de atividades locais. Sempre mantendo o olhar e posição de pesquisadora e, então, de observadora, em muitas circunstâncias teve que expor um posicionamento de mediação entre Estado e militantes. Participei de encontros de construção da lei municipal de economia solidária; participei no processo da terceira conferência nacional de economia solidária, tendo papel ativo na definição da agenda e temáticas locais. Participei de inúmeras comissões de avaliação e organização de eventos e ações. O meu voto era contado nas reuniões do fórum em processos de tomadas de decisões. Por último, devido também a caminhos pessoais empreendidos no processo da pesquisa, e de estreitamento de relações, participei das atividades produtivas de um empreendimento econômico solidário, o grupo “Reciclarte Guarajuba”, experiência em que a observação participante desenvolveu seu pleno sentido. Através desta experiência de trabalho em conjunto pude conhecer e observar elementos mais íntimos do funcionamento da economia solidária local, compartilhar experiências de produção, conquistas, dificuldades, problemas.

A partir de tal circunstância o movimento local reconheceu oficialmente o meu posicionamento dentro da rede aceitando a minha dupla identidade de pesquisadora/militante.

Nos momentos de encontro da rede a apresentação dos participantes e a assinatura de atas de presença eram momentos rituais e, nessas ocasiões, era preciso se identificar nas macro categorias de participantes da rede, sendo eles: empreendimento econômico solidário, entidade de apoio ou instituição governamental. Decidi não me colocar em nenhuma dessas três, decidi indicar outra e plural categoria: a de pesquisadora e militante.

A grande maioria de dados etnográficos que compõem esta pesquisa foi coletada através da convivência de quatro anos no movimento social urbano de economia solidária de Recife. Participei em três espaços sociais do movimento:

1- A rede política e identitária, através da participação nos encontros mensais dos Fóruns de Economia Solidária de Recife e da Região Metropolitana; do Fórum Estadual; e do Conselho Estadual de Economia Solidária de Pernambuco.

2- A rede comercial, através da participação e observação dos espaços de comercialização e venda do movimento: especificamente a feira ESCOES na UNICAP de Recife e todas as feiras itinerantes ou temporâneas realizadas ao longo do tempo.

3- Os espaços produtivos, através da visita e conhecimento de uma dezena de empreendimentos econômico solidários e com a participação efetiva no grupo Reciclarte Guarajuba.

Através destes canais foram aplicadas as estratégias metodológicas parte deste estudo.

Em primeiro lugar, a observação teve um papel central na coleta de dados. A anotação em diário de campo de todos os acontecimentos, dos principais temas tratados, das principais discussões e ações nos espaços de encontros da rede, nos espaços de comercialização e nos espaços produtivos foi o maior recurso de dados etnográficos. A gravação das discussões internas da rede, fruto da observação dos fluxos naturais de ideias e temas que se desenvolviam em todos os espaços, revelaram uma densidade simbólica, discursiva e de significado enorme. Da mesma forma, o registro de todas as ações organizativas e concretas de eventos; de divulgação; de venda; de encontros com o Estado e agências de fomento etc. também ofereceu uma grande quantidade de dados sobre as práticas do movimento. Por fim a observação e registro das práticas produtivas dos empreendimentos permitiu ter uma visão detalhada sobre o tipo de vivência econômica.

Parte dessas discussões, falas e contribuições são utilizadas ao longo do trabalho como dados. A escolha de não usar o nome das pessoas, mas apenas a inicial, é devido a uma opção própria da pesquisadora relacionada a elementos éticos. Algumas dessas falas não foram feitas diretamente para mim ou não foram feitas em contextos oficiais. Portanto, preferi respeitar a privacidade de todo interlocutor e participante da pesquisa.

Em segundo lugar, a participação tem tido papel importante na determinação de campos compartilhados da experiência, permitindo reflexões mais profundas na análise desenvolvida.

Em terceiro lugar, foram realizadas um total de vinte entrevistas qualitativas com diferentes participantes da rede local de Recife incluindo dez produtores, cinco educadores populares de economia solidária e cinco clientes dos espaços de comercialização. Sem querer diminuir a importância desse instrumento central de pesquisa, preciso sublinhar que a anotação de conversas informais, espontâneas, enfrentadas na convivência do dia a dia com os atores produziram de forma mais incipientes as informações utilizadas para a elaboração da análise.

Nas conversas cotidianas que pudemos entrar mais em profundidade nas histórias de vida, nos conflitos, nas contradições e nas relações em rede desse objeto de pesquisa. Da mesma forma, o registro das conversas realizadas entre os atores (e não diretamente com a pesquisadora) nos espaços de encontros foram alvo de análise mais detalhadas por serem os momentos práticos de definição de tudo que constitui o movimento de economia solidária.

Foi utilizado o instrumento do questionário para obter dados pontuais sobre as situações econômicas dos participantes, tipo de empreendimento e produção e definições de significados sobre economia solidária. Este instrumento se revelou de difícil aplicação, não sendo considerado relevante nas conclusões deste trabalho.

A análise de dados implicou principalmente nas técnicas de análise de discurso e na individuação de núcleos temáticos dos registros dos diários de campo.

Alguns desses instrumentos foram utilizados da mesma forma no contexto italiano, apesar da inserção e construção do campo local ter sido bastante diferente da primeira. A pesquisa de campo na região metropolitana de Milão – envolvendo especialmente o Parco Agricolo Sud Milano e a rede de GAS Brianza – foi desenvolvida num período limitado de sete meses, entre outubro de 2014 e abril de 2015, especificamente no fim do segundo e começo de terceiro ano do programa de doutorado. Nesta fase a definição de significados e categorias da pesquisa em Recife estava bastante desenvolvida e o conhecimento do contexto local, por ter sido contexto de moradia da pesquisadora, permitiu uma inserção bastante definida e pontual nas experiências de economia solidária local.

Além disso, o período de pesquisa coincidiu com um momento localmente importante. Entre maio e outubro de 2015 Milão foi sede do megaevento EXPO Milano 2015⁹- Exposição Universal - sob a temática *“Feeding the world, energy for life”*. Ou seja, foram abordadas muitas temáticas como as de desenvolvimento sustentável, economias alternativas, agriculturas do mundo, alimentos, nutrição, tradição/modernidade. A exposição contou com a participação de 137 países, 20 regiões, 22 organizações e 23 empresas e um investimento de 20 bilhões de euros. A presença deste evento foi crucial para a pesquisa. Este megaevento foi pensado e realizado para chamar atenção do grande público nas temáticas expostas com a participação de nações, governos, grandes organizações e multinacionais. Havia um conjunto de importantes atores globais, partes de uma ‘força hegemônica’ criando uma vitrine temática condizente com uma exposição de tal dimensão. Foi extremamente interessante a reação, digamos, contra-hegemônica, que se levantou. Um movimento de centenas de micro experiências locais

⁹ <http://www.expo2015.org/>

compostas por projetos de agricultura alternativa, camponeses e agricultores, ambientalistas, coletivos de economia solidária como Grupos de Compras Solidárias e associações de diferente natureza se organizaram em inúmeras atividades, congressos, workshop, grupos de trabalhos, seminários e ações de contestação da sociedade civil em relação ao acontecimento da EXPO 2015. Constituiu-se assim um ótimo momento de questionamento e debate social sobre o tema das economias alternativas e contra-hegemonias e propício para a pesquisa desenvolvida no local.

Portanto, nos sete meses passados no local foram observados e registrados, numerosos encontros de discussão sobre o evento EXPO a partir de contextos de resistências. Ademais, foram conhecidas e seguidas as experiências dos Grupos de Compras Solidárias em rede com algumas inserções no Parco Agricolo Sud Milano, mas, sobretudo, foi aprofundada a experiência de coprodução da cadeia produtiva do pão elaborada pelo coletivo GAS Brianza. Tive a possibilidade de participar de quatro reuniões de Grupos de Compras Solidárias, onde igualmente ao caso brasileiro, foram registrados os tópicos e as modalidades de discussão.

No local, devido aos tempos circunscritos, foram desenvolvidas quinze entrevistas qualitativas, voltadas a registrar a maior quantidade possível de significados e práticas da experiência local. Foram sujeitos de entrevista dez participantes dos Grupos de Compras Solidária – entre os quais um coordenador de projeto e um coordenador de rede – e cinco produtores participantes na cadeia produtiva sendo eles: dois agricultores, dois padeiros e um proprietário de moinho de farinha.

No contexto italiano a presença de uma rede de pesquisa sobre a experiência dos Grupos de Compras Solidária permitiu contar com uma produção já desenvolvida tanto de dados quantitativos sobre o fenômeno quanto de produção interna dos coletivos sobre a própria experiência, que foi de fundamental importância.

3.2 O RECORTE DO OBJETO: ENTRE MOVIMENTO E FRAGMENTARIEDADE

Conforme como temos analisado se a totalidade ou unidade do objeto antropológico não é mais a de ser entendida como um campo delimitado espacial e simbolicamente, coerente internamente e funcional numa vida social como um todo, significa que temos um conjunto aleatório de fragmentos dispersos e sem sentido? Evidentemente que não. Recortar um objeto de análise significa recortar uma unidade dotada de sentido. Este sentido tem um componente problemático, com certeza não aleatório, mas tem diferentes meios metodológicos para constitui-lo. Retomando Magnani (2009) uma totalidade antropológica é aquela que

“experimentada e reconhecida pelos atores sociais, é identificada pelo pesquisador, podendo ser descrita em termos categoriais: se para aqueles constitui o contexto da experiência diária, para o segundo pode também se transformar em chave e condição de inteligibilidade” (MAGNANI, 2009, p.10).

Trata-se de construir um objeto reconhecido e dotado de sentido numa dinâmica que abrange pesquisador, atores sociais e, eu acrescentaria ainda, a sociedade mais ampla.

O segundo passo é constituir categorias de análise direcionadas pela teoria social e antropológica. Foi árduo constatar que as categorias com as quais queria trabalhar no começo foram pouco a pouco se perdendo durante a pesquisa.

O que conta metodologicamente é que o recorte do objeto não apenas caracteriza a produção de conhecimento, mas toma forma pelas próprias escolhas metodológicas que fazem parte da experiência etnográfica como um todo, numa dinâmica complexa, mas construtiva que une e conecta diferentes atores e dimensões: o antropólogo, os atores sociais, o contexto social, a academia, a teoria antropológica.

O movimento de economia solidária é um movimento social e enquanto movimento precisa ser analisado.

Temos muitas reflexões que tratam de “movimento” metodológico nas pesquisas antropológicas da contemporaneidade. Conceitos como o de fluxos (HANNERZ, 1997, 1999), trajetórias (MAGNANI, 2009, 2002), etnografia nômade (DIOGENES, 1998) e o mais utilizado multisituado (MARCUS, 1998) são apenas alguns. Para Hannerz (1997), considerar os fluxos significa considerar as culturas, as ideias e os significados numa dimensão processual no espaço e no tempo, fugindo do risco de reificar o local e o presente sem considerar as suas conexões com o mundo, a história e a mudança. Para Magnani (2009) entender as trajetórias de um arranjo coletivo no meio urbano significa entender as estratégias de mobilização na cidade, os espaços estratégicos, a maneira de usufruir de serviços e de se encontrar ou trocar experiências uns com os outros, entendendo melhor assim sua configuração e sua identidade própria. Gloria Diógenes (1998), num sentido próximo ao de Magnani, busca metodologicamente acionar uma *“etnografia nômade”*, ou seja, um olhar pesquisador que saiba visualizar e seguir os movimentos da unidade pesquisada, entendendo melhor as dinâmicas urbanas, os usos dos espaços e os significados (sociais e políticos) que isso comporta. Finalmente Marcus (1998), que de alguma forma foi o grande pioneiro desta reflexão, nos indica a importância de se movimentar em diferentes lugares, não apenas com a intenção de estar e conhecer mais espaços físicos, mas, sobretudo, com a intenção de entender as razões desse movimento, transformando o “movimento” e seu significado no recorte mesmo do objeto de pesquisa.

Cada um desses autores, juntamente com os atores de economia solidária, me ajudaram a entender porque eu via o movimento como uma peça fundamental na minha pesquisa. Analisar e entender os deslocamentos e a ocupação de espaço dos atores da economia solidária foi fundamental para entender num sentido mais abrangente sua conformação, sua ideologia e sua ação social. Esclarecendo num nível mais concreto: o fato que os encontros da rede metropolitana sejam realizados na Faculdade de Filosofia do Recife - FAFIRE e os encontros das comissões organizadoras de eventos sejam realizados na Universidade Católica, não são dados neutros. Essas são escolhas estratégicas devido à vontade do movimento de estreitar relações com essas instituições através de um diálogo contínuo voltado à inclusão e ao envolvimento de estudantes, professores, associações acadêmicas à causa da economia solidária. O fato de que se procure organizar feiras solidárias dentro de shoppings e em outros espaços sociais da cidade também revela a intenção do movimento de sair do âmbito fechado de quem a pratica, envolvendo e “educando” a sociedade civil mais ampla e outras classes sociais à existência de uma “outra economia”. O fato de pessoas que têm pequenas produções em suas próprias casas ou em espaços do próprio bairro, normalmente definidos periféricos ou marginais, saíam para participar de encontros em instituições importantes do centro da cidade ou que possam discutir suas experiências nas salas da Assembleia Legislativa da cidade, ou em Brasília, é um fator importante no projeto democrático e político do movimento. O fato de que os militantes do movimento de Recife organizem reuniões via teleconferência com os militantes de todas as grandes cidades brasileiras, trocando ideias e experiências uns com os outros e organizando ações coletivas, também é algo fundamental na conformação do que é e será o movimento de economia solidária (GRITTI, 2012). Por fim, o fato de que as mesmas referências da experiência de Recife sejam utilizadas e intercambiadas com a experiência de Milão, na Itália, para a própria conformação local da economia solidária também nos traz uma concepção metodológica onde o movimento, os fluxos e o nomadismo se tornam parte central do recorte.

Apresentei apenas alguns casos em que a dimensão da dinâmica resulta ser metodologicamente e epistemologicamente fundante na pesquisa do movimento de economia solidária. Visualizando os espaços (físicos ou simbólicos) e o que é feito nesses espaços se torna mais inteligível o projeto ideológico, econômico e político do movimento.

A questão exposta acerca da problemática de se encontrar uma totalidade/unidade em arranjos coletivos como os movimentos sociais se depara neste estudo de caso com um obstáculo: a fragmentariedade própria da economia solidária.

Apesar de ser importante a auto definição na conformação identitária do movimento feita pelos atores, não é possível negar que a multiplicidade de ideias e práticas, às vezes muito diferentes umas das outras lhe conferem, a partir de um olhar externo, uma dose de ambiguidade e de incoerência. Esses elementos estão à base de muitas críticas feitas tanto ao movimento quanto aos pesquisadores que já se dedicaram ao estudo de economia solidária, acusados frequentemente de serem românticos e ingênuos em suas análises. Um dos mais convencidos entre esses críticos tem elaborado um livro no qual desconstrói ponto a ponto o conceito de economia solidária proclamando a evidente inconsistência do mesmo (WELLEN, 2012). Um dos pontos fundantes dessa crítica consiste na extrema fragmentariedade das ações e na inexistência de um programa ou ideologia comum. Apesar da sua análise não ser fundada numa pesquisa empírica e apesar de considerar apenas um dos universos de economia solidária (o cooperativismo), acreditei que o desafio lançado pelo autor fosse merecedor de reflexão.

Como argumentado anteriormente o recorte do objeto de pesquisa, para manter coerência científica, precisa ser reconhecido tanto pelos atores sociais, quanto pelo antropólogo, mas, também, e não menos importante, pela sociedade mais ampla e isso compreende também outras perspectivas acadêmicas ou não. A fragmentariedade do movimento é algo visível para quem o observa de fora e, para ser mais precisa, é também um fato reconhecido pelos próprios atores. Fragmentariedade é entendida aqui em pelo menos dois sentidos: primeiramente pela quantidade de experiências muito diferentes umas das outras (cooperativas, pequenos empreendimentos, feiras, clubes de trocas, moedas sociais, bancos comunitários, agricultura familiar, fundos rotativos, microcrédito etc); num segundo sentido podemos entendê-la como fragmentariedade ideológica e política, pois todas essas experiências têm lógicas próprias de funcionamento e, mesmo vislumbrando um objetivo geral em comum, frequentemente não se relacionam entre si e agem seguindo suas próprias trajetórias.

Gera-se dessa maneira o que poderíamos chamar, retomando criativamente o termo de um dos maiores estudiosos do assunto, Euclide Mance (2008), uma *constelação solidarius*. Isto não é uma contradição. Simplesmente porque desde que todos esses atores se considerem parte de um único movimento e tenham constituído uma identidade muito forte, muitas ações no nível concreto permanecem localizadas em pequenas realidades às vezes colaborando com outras, às vezes, simplesmente, não. Isto criaria o que é criticada como sendo a fragilidade da sua ação política.

A partir disso acredito ser interessante remontar a reflexão metodológica com a qual poderia se analisar o movimento de economia solidária, concluindo assim este primeiro eixo. Considerar metodologicamente tanto a unidade em movimento do objeto de pesquisa quanto

sua fragmentariedade poderia ser uma proposta. A contradição aparente entre essas duas abordagens é resolvida no momento em que ambas foram e serão desenvolvidas a partir da relação antropólogo – atores sociais – sociedade mais ampla. Não é obrigatório pensar que a fragmentariedade tenha que ser algo extremamente negativo ou até que anule a consistência de um movimento que ganha sempre mais seguidores e militantes.

Segundo alguns atores da rede de Recife, isto é, verdadeiramente, uma força: a capacidade de ter vários e diferentes instrumentos e ideias permite se moldarem de maneira mais fácil em diferentes contextos, áreas e realidades. Por outro lado, há uma dimensão crítica, sobretudo inerente ao projeto político que está fazendo parte das discussões, dos debates e dos desafios do movimento. O problema da fragmentariedade poderá ser então um desafio metodológico tanto para a pesquisadora como para os atores do movimento, numa perspectiva de entender o que se trata, quais os efeitos e, por último, se precisa ou não se reconfigurar a partir disso.

Considerar tudo isso dentro de uma dinâmica processual que visualize também os movimentos espaciais e simbólicos será então uma estratégia metodológica voltada a uma melhor compreensão de uma realidade assim importante para muitas pessoas, principais guias nesta peculiar experiência etnográfica.

Quem sabe o objetivo último possa ser o de ir além de uma das muitas dicotomias próprias dos estudos antropológicos: a dicotomia discutida entre a coerência e totalidade dos objetos clássicos e o mundo em fragmentos pós-moderno.

Como é possível então construir uma totalidade, uma unidade dentro do objeto de pesquisa? Como fazer um recorte dentro dos infinitos desdobramentos de um movimento tanto local quanto internacional, tanto urbano quanto rural? Magnani (2009) sugere a possibilidade de reconhecer como totalidade do objeto o que os atores consideram como totalidade, nas experiências cotidianas. Sugere também estudar o objeto em seu movimento, seus arranjos coletivos e circuitos e trajetórias nos espaços. Na primeira fase de conhecimento do Movimento, consegui traçar algumas trajetórias. Os espaços do movimento de economia solidária são muitos e variados: têm os espaços das reuniões, os espaços da comercialização, os espaços da divulgação, as empresas solidárias, têm as comunidades dentro das quais atuam.

A complexidade pode parecer incontável se a todos esses espaços adicionarmos também um olhar comparativo transnacional com todo outro contexto e suas atividades.

Neste quadro de elementos espaciais, circuitos, territórios, relações socioeconômicas, relações do movimento social e das instituições a nível local, nacional e global, gera-se uma complexidade necessária ao entendimento da “totalidade” (MAGNANI, 2009) do meu objeto

de pesquisa. O olhar nômade (DIOGENES, 1998) é a estratégia metodológica que será utilizada, tentando dar conta do movimento, das dinâmicas e dos diferentes níveis de atuação.

O que dará ordem a tudo isso e então definirá o recorte objetivo da pesquisa serão as lentes antropológicas utilizadas.

Primeiramente uma perspectiva *actor oriented*, ou seja, guiada pelos atores que fui encontrando nesta trajetória de pesquisa, e que trazem três diferentes perspectivas sobre economia solidária como objeto, conforme será apresentado no Capítulo 2: a produção acadêmica, a visão das instituições governamentais e do estado e a visão dos militantes/empreendimentos econômicos solidários.

Em segundo lugar a análise terá espacialmente um foco definido: a experiência da Rede de Recife e região metropolitana (cujo significado e definição veremos em breve) e a experiência italiana de Milão/Brianza que entrará constantemente no trabalho, no intuito de problematizar os movimentos globais e locais através de um olhar transversal.

Por último, o recorte do objeto será definido por três categorias nativas/analíticas cujo uso dotou de sentido tudo o que foi observado e todo dado coletado ao longo da pesquisa: economia, política e cultura como forma de viver. Essas categorias podem parecer demasiado amplas ou genéricas, mas tentarei demonstrar o quanto elas se apresentam como categorias nativas fundamentais no entendimento do movimento social de economia solidária conferindo a mesma densidade de significado que os atores que encontrei conseguiram transmitir.

3.3 UM MOVIMENTO EM REDE: APROXIMAÇÃO A ECONOMIA SOLIDÁRIA NA ITÁLIA E NO BRASIL

Os sujeitos sociais mudaram, assim como as relações sociais e os acontecimentos locais e globais. O interesse da antropologia, juntamente com o contexto histórico político foi, igualmente, mudando. O “campo” não é um espaço físico delineado, unitário e englobante como podia ser a aldeia da época de Malinowski. Morar na aldeia e conhecer sua totalidade não é mais a única forma de viver o campo. A moradia, a tenda no centro da aldeia, é hoje vivida de muitas formas, conforme uma maior liberdade de escolhas metodológicas e de recortes de objetos.

O recorte do objeto, ou seja, o ponto de vista, a perspectiva, consiste na escolha do que é importante para o pesquisador no estudo da alteridade e, às vezes, do que é importante para a

alteridade também mesma do que é importante para ela. A cultura como todo, o objeto inteiro, o “povo”, não são mais objetivos inquestionáveis para um estudo do mundo contemporâneo.

Trata-se não apenas de uma simples “moda intelectual” ou uma simples crítica estética. Esta reflexão implica uma mudança estrutural da metodologia e epistemologia antropológica e, em parte, foi uma necessidade que nasceu da vivência no estudo de “campo”: do mundo globalizado, tecnológico, interconexo, politicamente envolvido e das culturas viajantes, processuais.

Nessas novas consciências que tentei esboçar, sem querer nem poder me aprofundar demais, nasceria o assim chamado “mal-estar” do antropólogo contemporâneo (PACHECO DE OLIVEIRA, 2009). Neste caso, se a “cultura” não é mais algo dado e inquestionável na pesquisa antropológica, se o “nativo” não é mais definido a priori e se até o “campo” não é mais geograficamente ou visivelmente perceptível, o que será então o objeto de estudo e a metodologia de pesquisa?

O objeto de estudo constitui-se em cada experiência de pesquisa como uma escolha epistemológica e metodológica de sentido e a ser refletida. Não falaremos mais dos “Nuers”, ou “dos Pancararu”, ou dos “recifenses”. A cultura é hoje um recorte, dotado de sentido científico dentro de sua própria concepção na produção de conhecimento. Num texto ao qual devo muito das minhas reflexões metodológicas, Magnani (2009) nos traz como elemento de reflexão de um cenário específico, o brasileiro, os processos concretos de recorte do objeto de pesquisa. Novos atores sociais e políticos ganham espaço e a antropologia pós anos 70 apresenta um instrumental apto, mesmo que ainda pouco explorado, em acompanhar o entendimento das mudanças na sociedade, especialmente nos contextos urbanos. Este instrumental é constituído segundo Magnani por uma estratégia própria da metodologia antropológica:

Um investimento em ambos os polos da relação: de um lado, sobre os atores sociais, o grupo e a prática que estão sendo estudados e, de outro, a paisagem em que essa prática se desenvolve, entendida não como mero cenário, mas como parte constitutiva do recorte da análise.” (Magnani, 2009, p.4)

Constituiria então na possibilidade de entender os acontecimentos de perto e de dentro, a partir dos atores sociais, mas ao mesmo tempo de fora tanto no contexto mais amplo no qual está inserido, assim como, acrescentaria eu, a partir da experiência intelectual e prática do pesquisador.

Magnani (2009) também aponta para outro elemento fundamental sobre as atuais dificuldades do recorte do objeto antropológico: o conceito de totalidade. Qual seria, neste novo contexto urbano e contemporâneo, a unidade ou totalidade do objeto de pesquisa?

A partir desta pergunta, a reflexão se direciona à metodologia do meu próprio objeto de pesquisa: o movimento de economia solidária de Recife e de Milão/Brianza. A metodologia de um trabalho de pesquisa antropológico é o véu que se interpõe entre a abordagem teórica escolhida e a realidade empírica a ser pesquisada.

Se, no caso da reflexão teórica deste trabalho, cultura não se dá como objeto explicativo em si, mas em seus desdobramentos processuais dentro de dinâmicas simbólicas, econômicas e políticas, como se poderia definir então o objeto? Não será aqui apresentada a cultura do grupo X ou a cultura do lugar Y, mas um processo cultural/econômico/político transversal à sociedade, tanto localmente quanto globalmente. Mas, se é verdade que todo trabalho científico de alguma forma tem que dar conta de um objeto específico, ou de uma “totalidade”, se assim podemos defini-la, como apresenta-la então para fins analíticos? Dentro de um campo que propõe elementos espaciais e ideológicos, circuitos, relações socioeconômicas, relações do movimento social e das instituições a nível local, nacional e global, se gera uma complexidade onde encontramos muitos desafios metodológicos até chegar à apresentação de uma “totalidade” do objeto de pesquisa.

A noção de rede está se tornando um importante instrumento de análise nas ciências sociais e no caso desta pesquisa a rede se apresenta como possível caminho de recorte de objeto. Antes desta escolha houve uma primeira tentativa de aproximação do objeto realizando uma análise com base territorial, concretizada na organização local de atores do bairro de Santo Amaro no Recife, que vislumbravam a elaboração de um projeto de banco comunitário. Contudo, este caminho teórico-metodológico com o tempo se tornou inviável.

O conceito de cultura, na abordagem antropológica deste trabalho, se apresenta como um processo em construção contínua determinado pela agência intencional (no caso do movimento social) dos atores. Desta forma, ele traz consigo a problematização de um estudo com base territorial. Isto porque “território” neste caso específico representava uma dimensão voltada para configurações fechadas dos acontecimentos socioculturais, referindo-se a um campo espacialmente e empiricamente definido. Com isso não se quer excluir a possibilidade de analisar relações socioeconômicas definidas de economia solidária dentro do conjunto de relações histórico-políticas mais abrangentes da vida de uma suposta “comunidade”. Análises deste cunho bem-sucedidas já existem (LOPES, 2014), trazendo olhares inovadores e originais. Neste específico trabalho de pesquisa de campo, contudo, o “território” da “comunidade” não

respondia àquelas que eram as perguntas que mais direcionavam a escolha do objeto, ou seja, um possível entendimento da criação de um “novo” movimento social a partir de suas práticas de constituição processuais (CAVALCANTI, 2014). O projeto de criação do banco comunitário na comunidade de Santo Amaro de Recife, que foi colocado como ponto de partida da pesquisa, não foi implementado. Mais importante é que a não concretização do projeto implicou dinâmicas mais amplas que saíam da dimensão territorial local para conectar-se a toda uma série de outros atores, lugares e processos parte da economia solidária local.

O campo e o objeto deste trabalho não são inscritos em um território fixo e limitável. O contexto urbano e a conformação própria do movimento social não permitem este tipo de abordagem (MAGNANI, 2009; DIOGENES, 1998; GUBER, 2004). Pensando em ter que descrever o campo, a preferência é para representá-lo como um campo relacional, feito por pessoas e relações (MARCUS; FISCHER, 1998). A natureza do campo deste estudo é caracterizada por uma dimensão de diálogo e relações que superam a dimensão bidimensional do espaço, transmutando-se em processos multisituados em configuração de rede.

Os próprios participantes do movimento de economias solidárias locais se identificam com o conceito de rede. Outro termo utilizado pelos participantes quando falam de si mesmos é o de “movimento”. Provavelmente utilizado apenas como diminutivo de “movimento social de economia solidária”, nos transmite a sua dimensão dinâmica e a construção processual da ação. Também expressa o elemento de conflito que o caracteriza, tornando-se um movimento de mudança e conflito na sociedade (ESCOBAR; ALVAREZ; DAGNINO, 2000).

Mas na imagem da rede encontramos simbolicamente a dimensão relacional e a interligação dos atores no processo de construção do movimento. A economia solidária pode ser analisada como uma rede social organizada para conectar simultaneamente diferentes atores de diferentes áreas e níveis de ação, mas formando um único corpo, onde cada elemento, cada nó, desenvolve um papel ativo no funcionalmente total (LATOUR, 2010).

A rede tecida pela economia solidária conecta e aproxima as pessoas e situações a nível local, mas também no nível metropolitano, regional, estadual, nacional e internacional. Considerando, portanto, o objeto de estudo como um movimento e um processo seria impossível definir um lugar fixo em que ele ocorre, os lugares são vários, às vezes aleatórios, às vezes logísticos, às vezes institucionais, mas a economia solidária está também nas ruas, em bares, casas e nas empresas dos participantes.

Foi assim possível perceber que o “espaço” onde a economia solidária acontecia enquanto movimento social era bem menos físico ou sócio geográfico e muito mais aberto em sua dimensão relacional/processual. A partir de então, a própria conformação do campo da

pesquisa foi se direcionando para a participação de encontros móveis “da rede”, que circulavam pela cidade e região.

Com a aproximação da literatura sobre o conceito de rede, foi possível problematizá-lo, entendê-lo e usá-lo da forma mais apropriada possível até torná-lo o objeto da pesquisa.

Além de ser uma noção inserida numa discussão transdisciplinar, tendo em si elementos ecológicos, anatômicos, da cibernética e das ciências sociais, a rede permite dar ênfase nas relações de contato entre elementos diferenciados (os nós) interdependentes e acompanhar os fluxos que une esses elementos uns aos outros, criando sinergias e, sobretudo, constituindo um corpo palpável e analisável deste tipo de processo relacional.

Nos termos considerados por Latour (2010) a metodologia/teoria do ator rede, nos permite visualizar um elemento a partir de suas conexões - não apenas entre sujeitos, mas também entre objetos e entidades - e é na multiplicidade dessas conexões que visualizamos um movimento social de economia solidária. O conceito de rede nos permite visualizar como a ação social é localizada e relocada e é uma forma de olhar os objetos (LATOUR, 2010).

Primeiramente, a “rede” é um conceito teórico-metodológico capaz de captar três distintos, mas entrelaçados, níveis de análise:

1. A conexão de indivíduos, grupos e entidades em relações de sociabilidade, econômicas e políticas que constituem o “movimento social de economia solidária”, conferindo um *corpus* a este conjunto simbólico transversal.

2. A dimensão espacial, numa abordagem que aproveita alguns elementos da metodologia de etnografia nômade (ARRUTI, 2006, DIOGENES, 1998) configurada em espaços físicos de encontro, de organização das ações e também de construção de novas relações e parcerias estratégicas¹⁰, num movimento “expansivo” de dentro para fora de si mesmo.

3. O “espaço da agência”, ou seja, a articulação dinamicamente constituída da ação simbólica (de construção de identidade e projeto econômico), econômica (de produção, troca e consumo de bens) e política (de ação pragmática em relação com o Estado).

Considerando-a na perspectiva dos três olhares apresentados a rede permite analisar em campo e significar na escrita tanto o elemento relacional/social do processo cultural em jogo, quanto o movimento espacial de interface entre local e global. Como mutuamente constituídos,

como em uma dinâmica política dada a partir da conexão entre os diferentes atores, que agora iremos conhecer.

No caso brasileiro os macros elementos que compõem a rede (reconhecidos nas falas dos atores que nela se identificam), são: 1) empreendimentos de economia solidária e seus produtores; 2) entidades de apoio e de fomento; 3) incubadoras tecnológicas e universidades e 4) órgãos públicos e Estado.

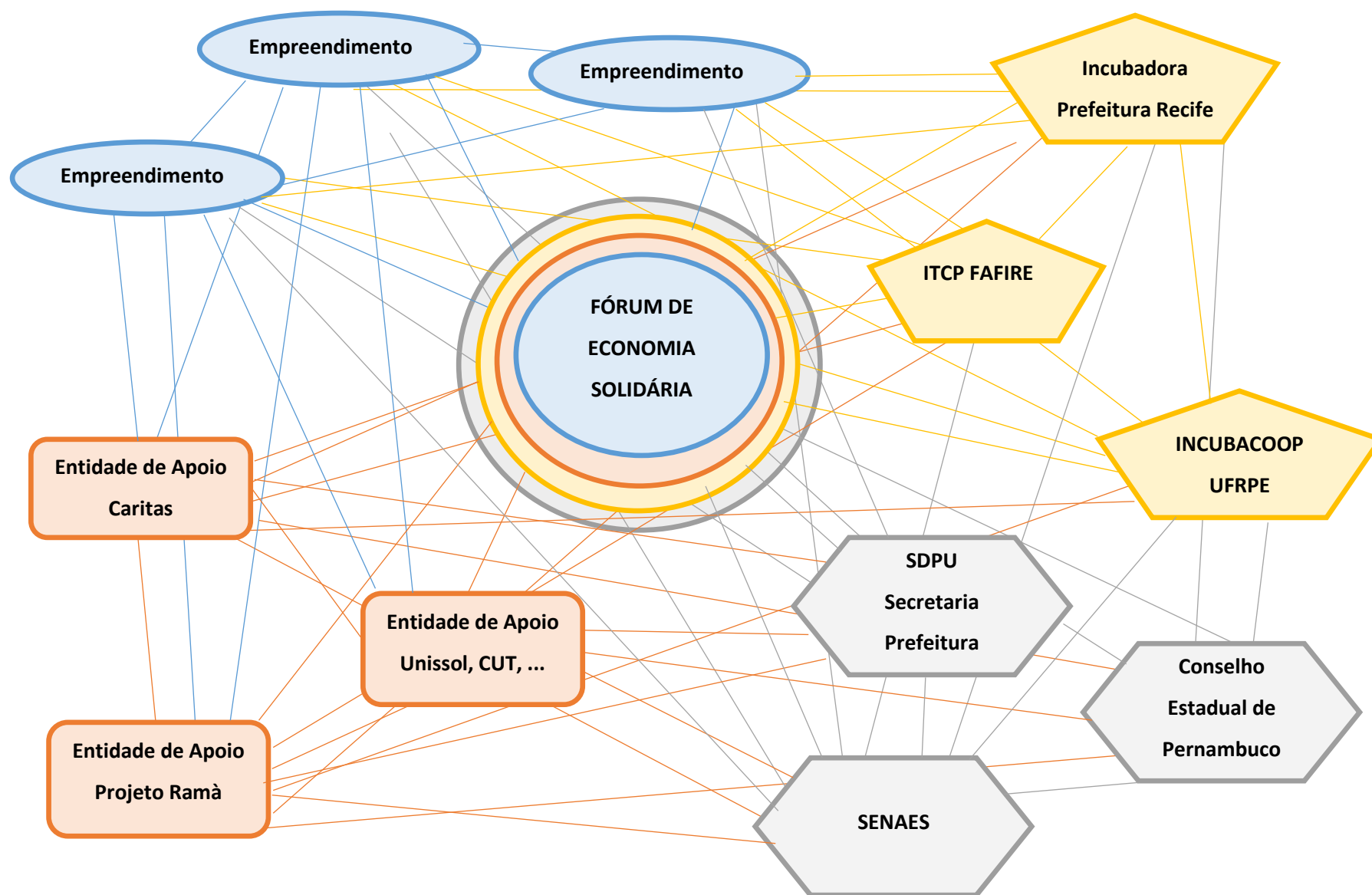


Figura 1 - O campo da economia solidária em Recife

- 1) **Empreendimentos**
- 2) **Entidades de apoio e fomento**
- 3) **Incubadoras e universidades**
- 4) **Instituições governamentais**

1) O termo nativo utilizado é empreendimento. É importante considerar o uso da palavra por distinguir-se de empresa, reconhecida tradicionalmente como modo de organização da produção pertencente ao mercado formal de lógica capitalista. Os empreendimentos em Recife são pequenos grupos de produção originados a partir da economia informal com produção principal nos setores de: artesanato, confecção, produtos de limpeza e higiene, alimentar e agroecológico.

2) Consideradas na literatura como parte do "terceiro setor", as Entidades de Apoio e Fomento são representadas por ONGs e associações da sociedade civil (no caso de Recife têm papel fundamental o Centro de Trabalho e Cultura, o Projeto Ramà, o Grupo Mulher Maravilha etc.), bem como instituições religiosas (Caritas NE II de papel central na rede local). Essas entidades são responsáveis para captação de recursos direcionados ao desenvolvimento de projetos de economia solidária em Recife e no Estado de Pernambuco.

3) As incubadoras são entidades formadas em universidades ou em alguns casos em organismos públicos¹¹. São grupos de pesquisadores, professores, estudantes ou técnicos voltados ao desenvolvimento de estratégias de cooperação e ajuda à economia solidária. Em Recife fazem parte a ITCP Incubação/FAFIRE, a INCUBACOOOP/UFRPE – Incubadora da Universidade Rural de Pernambuco e a Incubadora Pública Municipal da Prefeitura do Recife.

5) Entidades governamentais do âmbito municipal, estadual e federal: Gerência de Economia Solidária, parte da Secretaria de Desenvolvimento e Planejamento Urbano da Prefeitura do Recife; Conselho Estadual de Economia Solidária, do Estado de Pernambuco; SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária, parte do Ministério de Trabalho Federal.

Esta rede e seus componentes são centrais na metodologia de análise do caso de Recife, a partir das suas configurações e trabalho de campo.

A rede brasileira tem sua principal expressão no **Fórum de Economia Solidária**. O Fórum é o espaço formal, público e político de discussão e de definição de valores, princípios, ações e práticas do movimento. É o espaço principal onde o processo cultural de construção de

¹¹ Para fins desta análise serão mantidos separados.

identidade e a constituição de uma rede de visibilidade (MELUCCI, 1990) assumem forma concreta. Baseado nesta ascensão subsidiária o Fórum se compõe pelo Fórum Recife, composto por representantes das diferentes Regiões Políticas Administrativas - RPA, o Fórum da Região Metropolitana, composta por 14 municípios, o Fórum estadual, que reúne representantes das cinco regiões pernambucanas (Metropolitana, Mata Norte, Mata Sul, Agreste e Sertão), por fim temos o Fórum Brasileiro de Economia Solidária, com participantes de todos estados da República Federal.

Um segundo espaço formal de incorporação da rede é o espaço político mais estruturado dentro do processo: o **Conselho Estadual de Economia Solidária de Pernambuco**. O conselho nasce na Secretaria Estadual especial de Juventude e emprego com a Lei Nº 13.704¹², de 18 de dezembro de 2008, é de caráter deliberativo e tem a seguinte estrutura: *vinte e sete membros, sendo vinte e quatro de forma paritária entre o Poder Público Estadual e a sociedade civil, e três convidados permanentes. [...]Doze representantes do poder público escolhido entre diferentes secretarias [...] e doze representantes de entidades da sociedade civil de apoio e fomento a movimentos sociais e empreendimentos econômicos solidários, indicados pelo Fórum de Economia Popular Solidária de Pernambuco – FEPS/PE, priorizando critérios de regionalidade*¹³.

No ano de 2014, época de pesquisa de campo intensiva, foi possível participar em um terceiro espaço da rede local que se constituiu no processo de organização e efetivação da **III Conferência Nacional de Economia Solidária** realizada em Brasília, no mês de novembro de 2014, mas que ao longo do ano se desenvolveu em conferências locais, municipais, metropolitana, regionais e estadual em Pernambuco e em todos os estados brasileiros.

A análise destes espaços será retomada ao longo do trabalho, sendo esses os principais espaços de agência e de inter-relações que constituem foco da análise; os espaços da rede são os principais canais formais da pesquisa.

É preciso especificar que existem nas redes outros espaços informais de encontro e também de diferente natureza, como comissões ou reuniões de projetos ou entidades diferentes. Nessa grande rede é onde acontecem as discussões públicas e onde as dinâmicas políticas de todos os participantes se revelam, onde a sociedade civil e militantes se organizam e se encontram com os representantes do Estado. Observação, análise de discurso e da performance, acompanhamento dos processos de discussão e ação e, sobretudo, as relações e o contato direto com os participantes acontecem essencialmente nestes espaços.

¹² legis.alepe.pe.gov.br/?lo137042008

¹³ Texto da LEI Nº 13.704, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2008, Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco.

É importante também apresentar o conceito de rede como uma categoria nativa¹⁴. Os empreendimentos de economia solidária de Recife se consideram os principais protagonistas do movimento social. Eles se identificam como os componentes que fazem a economia solidária existir por produzir e existir seguindo seus princípios. Apesar da existência de relações estritas com os outros componentes que individuamos na fase analítica da rede, são os empreendimentos que se põem como militantes principais e como a parte de “sociedade civil” do movimento social. Por este motivo também os empreendimentos foram os principais interlocutores da pesquisa. “Nativo”, termo caro à antropologia mesmo que problemático, indica neste momento a consideração desse ponto de vista, dos fatores de economia solidária na pesquisa de campo.

Os empreendimentos do movimento de economia solidária se identificam entre eles a partir do conceito de rede atribuindo-lhe principalmente dois significados: em primeiro lugar um significado técnico com sentido à organização prática e a agenda da própria ação (SCHERER-WARREN, 1996); em segundo lugar é preenchido de um significado ideológico com respeito à proposta alternativa econômica e política construída: a rede representa a ruptura de canais políticos verticais e unilaterais abrindo-se às possibilidades de constituir ações mais horizontalizadas, descentralizadas e, sobretudo, de reciprocidade.

Nós somos uma rede, todos os empreendimentos. E com esta rede a gente tem uma força, porque sabe, somos todos pequenos aqui... somos todos produtores e falta espaço para vender, contatos, formação... Na rede a gente encontra tudo isso. Sabe quando se diz, quando um não pode o grupo pode, é assim que agimos aqui, a rede serve para isso (Entrevista n°6. A. Empreendedora Economia Solidária).

Tarefa importante, quanto difícil, é definir quantitativamente os empreendimentos econômicos solidários de Recife e região que constituem a rede, dado que sempre se apresentou como problemático.

Em primeiro lugar há problemas de definições internas na elaboração de dados quantitativos, devido a uma falta de mapeamento oficial local. Os mapeamentos existentes (SIES etc.) são nacionais e baseados em processos de auto certificação dos grupos, com importantes limitações. Segundo o último mapeamento nacional Pernambuco contaria com 1.503 empreendimentos e a região metropolitana do Recife com um número de 179 (SIES, 2013). A elaboração desses dados tem muitas questões envolvidas entre as quais destacarei três importantes.

¹⁴ O termo nativo já foi problematizado no primeiro parágrafo e indica ao longo do trabalho, as categorias que surgem das falas com os atores encontrados na pesquisa. Nativos são neste caso políticos, secretários, professores universitários, trabalhadores de ongs, empreendimentos de economia solidária, militantes etc.

De um lado a auto certificação permite que os grupos que não participam assiduamente nas atividades da rede, mas que se auto identificam como empreendimentos econômicos solidários possam se inscrever. Isto abriria a possibilidade à uma participação mais democrática e não gerida apenas por poucos. Por outro lado, o movimento economia solidária tem neste contexto uma forte conotação política. O processo de constituição de identidade é assim interligado pela participação efetiva na rede, pela organização de ações, pela relação com as instituições justamente por ser fundamental o lado coletivo do movimento. Por este motivo, como será aprofundado em seguida, parte importante da definição do que é ser economia solidária está ligada a ser parte efetivamente das ações da rede; quem não participa nos encontros deixa de ser considerado pelos militantes como parte da economia solidária, politicamente falando.

A partir disso, o diálogo entre fóruns e SENAES trouxe outra possibilidade de mapeamento de empreendimentos em nível nacional, unido a um maior reconhecimento da identidade de economia solidária: em 2015 foi elaborado o programa CADSOL¹⁵ que une à precedente possibilidade de auto cadastramento no sistema, a necessidade de obter uma aprovação do Conselho Estadual de Economia Solidária. Uma comissão instituída pelo conselho terá como papel, caso não conhecer o grupo cadastrado, de visitar o local de produção, conhecer o grupo e julgar o pertencimento ao movimento. Após a aprovação o grupo obterá a Declaração de Empreendimento Econômico Solidário (DCSOL), com a possibilidade de acessar uma série de programas. Este processo de abertura/fechamento ou se quisermos de inclusão/exclusão do movimento é fortemente sentido como necessidade para muitos militantes com fim de ter uma definição mais clara de economia solidária.

O último elemento a ser destacado sobre as dificuldades de obter dados quantitativos confiáveis está ligado a uma característica própria do movimento de economia solidária: por sua conformação processual e instável o dinamismo dos processos de entrada e saída de grupos é muito mais rápido do que qualquer mapeamento possa controlar. Grupos de produção entram, saem, experimentam a participação, se revoltam, se unem, se dividem, mudam de nome, local e composição continuamente. Poucos são os grupos que permanecem iguais por muito tempo, trata-se de um processo de reconfiguração contínua dentro do coletivo.

¹⁵O Cadsol é o programa que continuará a experiência adquirida pelo TEM- SENAES na construção do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES) que agregado ao Cadsol permitirá a orientação das políticas públicas voltadas para os atores da Economia Solidária no país. Este mapeamento teve início no ano de 2015 e é baseado numa metodologia contínua.

Neste trabalho, tendo foco qualitativo de cunho tanto econômico quanto político, e devido aos espaços próprios da pesquisa, mantivemos maior contato com os participantes e militantes da rede, ou seja, com aqueles que mais participam da discussão e organização de ações práticas. É necessário então fazer distinção entre uma economia solidária mais ampla, relacionada principalmente ao modo de produção dos grupos e provavelmente refletida nos números dos mapeamentos oficiais, e uma economia solidária mais restrita, militante politicamente e protagonista na constituição de um movimento social e de uma rede de visibilidade. Esta diferença foi percebida pela ampla participação de grupos de produção na Conferência Metropolitana de economia solidária de Recife no ano de 2014, onde teve a participação de cerca de 100 grupos, enquanto nos encontros cotidianos de organização da rede metropolitana giram em torno de 30 a 40, com grande variabilidade de frequência na participação.

Além do fórum, já apresentado brevemente na parte analítica, a rede dos empreendimentos de Recife tem muito a ver com os espaços econômicos. As vendas são geridas através de “*espaços de comercialização e divulgação*”, fixos (ESCOES-UNICAP¹⁶), em eventos e feiras extraordinárias, por encomenda e atualmente também a partir do sistema de lojas virtuais de economia solidária nacional¹⁷. Tantos os espaços das vendas quanto os empreendimentos são considerados fundamentais para a pesquisa. Conhecer os espaços dos empreendimentos, suas organizações e cadeias produtivas, sua formação e processos de participação, além dos elementos econômicos mais *strictu sensu*¹⁸ são elementos de conhecimento que possibilitam enfrentar as questões levantadas nos objetivos da pesquisa em matéria socioeconômica e de possível transformação da economia solidária. Junto com os produtores se conhecem as grandes dificuldades e motivações e os principais conceitos desenvolvidos e praticados no fazer uma “diferente economia”. Solidariedade, reciprocidade e participação nos processos de tomada de decisão pela produção e nos círculos de venda se misturam com as necessidades econômicas, de aumentar as vendas, a divulgação, o marketing e com as dificuldades de competir com a economia de mercado vigente com uma proposta diferenciada.

¹⁶ Espaço de Comercialização de Economia Solidária é uma feira trissemanal situada no espaço aberto da Universidade Católica de Pernambuco e organizada com a colaboração do Instituto Humanitas da mesma instituição.

¹⁷ www.ciranda.net é a plataforma virtual elaborada pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária para fortalecer os meios de comunicação entre empreendimentos nacionais e para favorecer também canais de venda virtuais.

¹⁸ Organização contábil, quantidade de produtos produzidos e vendidos, canais de venda, nichos de mercado, material permanente e não permanente necessário, entrada e saída de dinheiro, ações de marketing etc.

Para alcançar um conhecimento mais profundo destas dinâmicas se estabeleceu uma relação mais estrita com dois grupos de produção, incluindo a participação prática da pesquisadora. A rede, na visão dos empreendimentos, tem corpo a partir das ações organizadas coletivamente, sobretudo em matéria de comercialização. Os espaços de vendas são os mais importantes. Mas rede é também percebida, da mesma forma que vimos na categoria analítica na conformação dos fóruns, espaços de discussão e organização fundamentais. Em terceiro lugar, rede, é também o conjunto de relações que cada empreendimento entretém com os outros no dia a dia, em relações de amizade e de colaboração no trabalho.

No caso italiano também encontramos rede como instrumento metodológico-epistemológico viável. Não obstante, num contexto de atuação extremamente diferenciado, como veremos melhor ao longo da análise, a conformação organizacional e de criação de um sentimento de pertencimento unitário ao movimento é expresso sob forma de rede e de uma forma semelhante à brasileira. Os elementos que constituem a rede italiana também perseguem uma lógica parecida, sendo a maior diferença instaurada nos tipos de protagonistas e agentes principais.

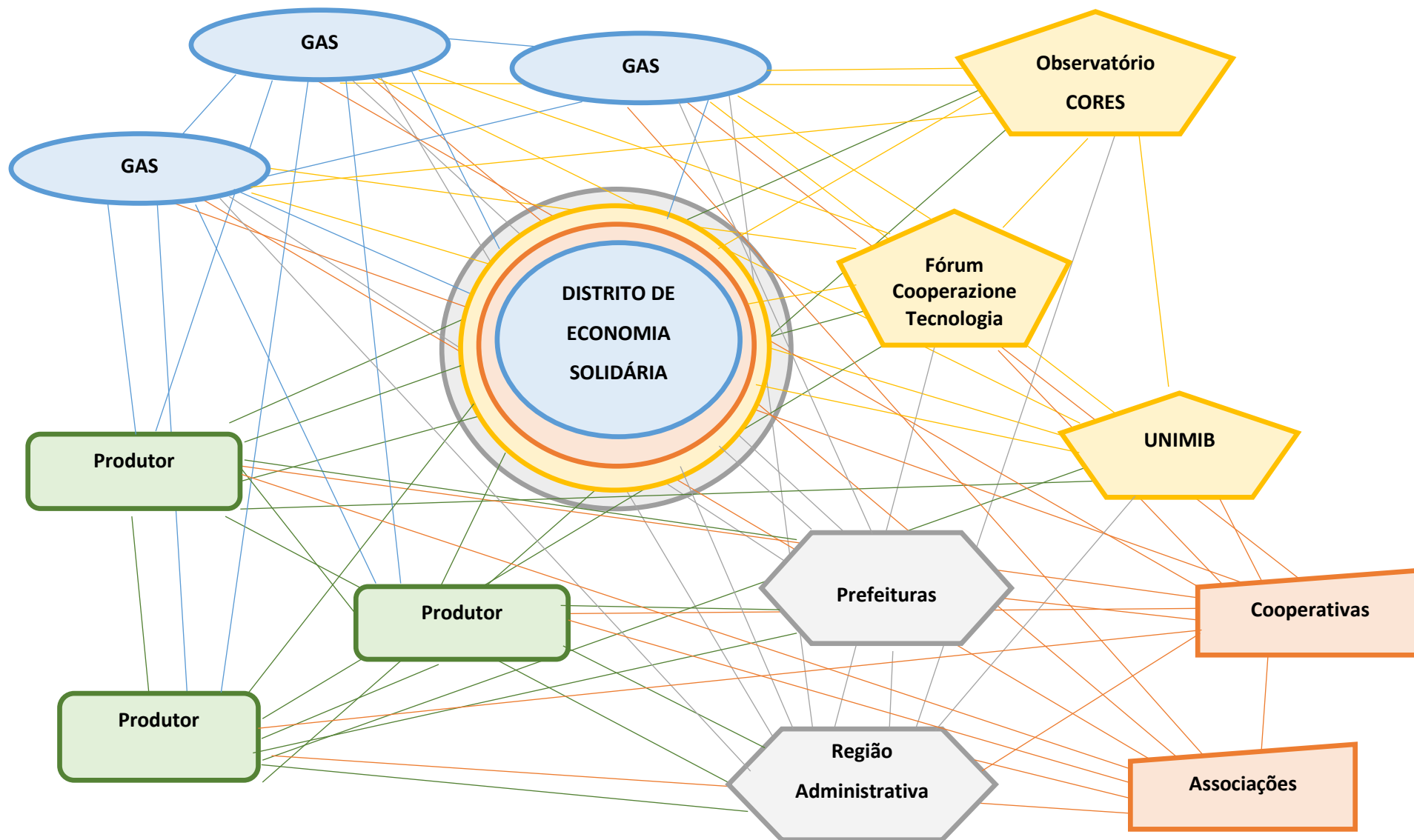


Figura 2 - O campo da economia solidária em Milão/Brianza

- 1) **GAS**
- 2) **Produtores**
- 3) **Cooperativas e Associações**
- 4) **Universidades e Incubadoras**
- 5) **Prefeituras e Região Administrativa**

No caso de Recife encontramos uma economia solidária construída por produtores, grupos de produção e artesãos, no caso italiano da área metropolitana de Milão -e não apenas- o movimento tem sua origem e militância práticas a partir dos consumidores e só em seguida pelos produtores.

- 1) Neste caso a unidade coletiva, o nó principal da rede, é composto por grupos de consumidores conhecidos como “Grupos de Compras Solidária” (Gruppi di Acquisto Solidale – GAS NdA.). Os GAS são grupos formados voluntariamente e, prevalentemente, de maneira informal por cidadãos comuns unidos através de uma relação familiar, de amizade ou vizinhança (FORNO; GRASSEN; SIGNORE, 2013) com a intenção de organizar coletivamente atividades de compras de produtos, especialmente com relação à comida, como veremos. As compras coletivas, vindas de decisões coletivas e em relação direta com os produtores, são redistribuídas seguindo o princípio da solidariedade. Em tempos recentes a organização destes grupos está apresentando diferentes experimentos definidos de coprodução que vêm a relação direta, recíproca e de participação entre o coletivo e os produtores. Uma desta experiência, a rede de coprodução “Spiga&Madia”, representa o canal de pesquisa metodológico do caso italiano.
- 2) Os produtores, principalmente agricultores, empresas agrícolas, artesãos ou cooperativas de trabalho, são os segundos protagonistas do movimento local sendo a relação direta com eles, por partes dos grupos de consumidores, que constitui a dinâmica econômica local.
- 3) Cooperativas sociais e associações compõem aqui também o terceiro setor envolvido, tendo um papel central na organização e na relação com os GAS. Em alguns casos os próprios GAS, ou grupos de GAS, se formalizam sob forma de associação.

- 4) As Universidades e incubadoras tecnológicas, (que no contexto local não são assim denominadas), no campo de estudo específico tem um papel fundamental. Temos neste contexto também grupos compostos por estudantes, expertos e técnicos de diferentes áreas com o intuito de elaborar projetos, pesquisas e ações conjuntas à economia solidária local.
- 5) Prefeituras e Região Administrativa compõem o lado das instituições governamentais. A relação com estas é muito menos marcada que no caso do Recife. A maioria das relações de apoio por parte do Estado, neste caso é desenvolvido no nível local com prefeituras específicas. Uma coordenação e diálogo em nível nacional está em fase de construção.

Estas unidades coletivas também perseguem a metodologia organizacional da rede, em seus contatos e encontros. Sendo possível observar:

- 1) Relações locais entre GAS, chamadas “Redinhas de economia Solidária” (Retine NdA). Estas são desenvolvidas para elaborar projetos e ações de aporte maior do único grupo, mas mantendo relações direta e participativas ao processo. No caso da pesquisa, o maior contato foi estabelecido com a Retina GAS Brianza, rede que reúne 27 Grupos de Compras Solidária na região de Brianza¹⁹.
- 2) Num nível mais amplo temos os Distritos de Economia Solidária (DES) representando o núcleo básico das redes territoriais. DES é uma rede local que põe em relação os circuitos de ideias, informações, produtos e serviços das realidades da economia solidária de um território: os GAS, os produtores e fornecedores e as associações.
- 3) Em algumas regiões, ou áreas macrorregionais, a estratégia de redes é promovida em Redes de Economia Solidária (RES), sendo esses espaços de encontros de coordenação dos Distritos ou outras redes e organizações de economia solidária.
- 4) Por último, temos a organização de tipo nacional chamada “Tavolo Italiano de Economia Solidária”, onde existe a coordenação e representação a nível nacional.

Assim como no caso brasileiro todos estes níveis de rede, do mais local ao nacional, desenvolvem ações coletivas e estabelecem relações com os diferentes níveis institucionais: municipal, regional e nacional.

¹⁹ Área sócio geográfica situada ao norte da cidade de Milão, que representava antigamente a área agrícola de Milão, mas por passar por uma fase de modernização passou a ser considerada área ‘industrial’ da cidade.

A rede italiana desenvolve o mesmo papel que a rede brasileira em sua constituição em múltiplos níveis e especialmente em sua organização política. A rede se constitui por meio de contatos e espaços de encontros do local ao nacional, sendo estes os espaços públicos de discussão, desenvolvimento de ações conjuntas e do processo de constituição de identidade do movimento.

A rede italiana desenvolve-se no nível econômico de forma bastante diferenciada em pelo menos dois pontos:

- A rede local constitui uma relação forte entre cidade e campo, sobretudo por conta da atividade econômica desenvolvida pelo movimento nas áreas da alimentação e agricultura.

- A rede local constitui uma rede de circulação de produtos, reunindo nela tanto os produtores quanto os consumidores. Portanto, a rede econômica solidária italiana representa um circuito econômico onde produtos e objetos transitam através relações socioeconômicas entre os participantes. No caso de Recife, a rede é composta exclusivamente pelos produtores que, como veremos ao longo da análise, desenvolvem outros tipos de dinâmicas entre eles, sendo central o desenvolvimento de espaços de comercialização. Isto não ocorre na Itália, onde a comercialização se dá nos espaços de encontro dos GAS e nas redes de coprodução.

No caso Italiano, resulta ser mais simples definir quantitativamente os participantes da rede. Apesar dos GAS nascerem como coletivos informais existe uma tendência a se unir prontamente ao movimento mais amplo através de cadastros participativos virtuais e presenciais. Portanto, dados atualizados sobre números e caracterizações de cada GAS são facilmente encontráveis no site da economia solidária local, ou no site do Distrito. Os GAS, uma vez nascidos, se estruturam e se mantêm vivos de forma continuada, apesar de existir também ondas de mudanças na participação interna.

Um dos principais e pioneiros GAS da “Redinhas Brianza”, o GAS da cidade Mezzago existe há doze anos, viu sua fundação em 2004 e a responsável do projeto de coprodução Spiga&Madia faz parte dele desde o começo.

Como observamos nesta introdução a conformação do campo da pesquisa e do movimento social de economia solidária, a estrutura enquanto redes de poder e ação no âmbito econômico e político refletem os mesmos padrões de desenvolvimento nos dois lugares considerados.

No próximo subcapítulo aprofundaremos mais nos processos de construção simbólica que envolvem experiências econômicas solidárias podendo já estabelecer termos de comparação e de conformação entre nível global e local, de forma mais detalhada

3.4 OS CAPITAIS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

As redes expressam a conformação de economia solidária nos dois contextos. Passamos agora aos detalhes etnográficos sobre os atores e suas caracterizações para entender mais concretamente de que experiências e sujeitos sociais falamos e para visualizarmos os principais elementos que caracterizam os dois contextos deste trabalho, o brasileiro e o italiano.

Em primeiro lugar, como vimos na definição das redes de ambos contextos, os principais núcleos protagonistas das experiências econômicas solidárias parecem ser: os empreendimentos no caso de Recife, e os grupos de compras solidárias em Milão/Brianza.

Quadro 2 - Elementos caracterizante dos dois casos

	Recife	Milão Brianza
Núcleo/no da rede principal	Empreendimento econômico solidário - grupo de produção.	GAS – coletivo de consumidores em relação direta com produtores
Área de atuação econômica	Artesanato	Agricultura e Alimentos
Quantidade	179 empreendimentos pelos dados oficiais. Variável entre 40 e 100 nos dados da pesquisa. Cada empreendimento tem em média entre 1 até 10 produtores.	27 GAS parte da redinha GASBri. Cada GAS inclui de 10 a 40 núcleos de consumidores (famílias) e de 5 a 10 produtores.
Nível de estruturação política	Alto grau de estruturação entre empreendimentos em espaços oficiais de rede (Fórum). Estabilidade de relação com entidades de apoio e fomento e com a instituições públicas da Prefeitura e do Estado.	Alto grau de estruturação entre GAS na redinha GASBri e no Distrito de Economia Solidária local e regional. Relação estável com entidades do terceiro setor (sendo na verdade o mesmo Distrito associação formal) Baixo nível de relação com as instituições públicas locais.

(GRITTI, 2016. Dados da pesquisa).

Quando falamos de empreendimentos de economia solidária em Recife, nos referimos a núcleos produtivos agentes na rede de ES local. Os produtores destes núcleos foram os principais interlocutores da pesquisa, por serem eles os que permitiram a existência empírica da experiência local. A rede recifense de economia solidária é uma rede de produtores originada nas experiências da economia informal. Além disso, os participantes dos empreendimentos são os que se definem localmente como movimento de economia solidária, respondendo pontualmente ao recorte desta pesquisa.

Quando falamos de Grupos de Compras Solidária (tradução de Gruppi di Acquisto Solidale – indicado como GAS), nos referimos a núcleos co-produtivos que reúnem coletivos de consumidores com produtores, caracterizando a experiência local. Os participantes destes núcleos também foram os principais interlocutores no contexto italiano.

Apresentamos no Quadro abaixo as principais características preponderantes dos atores encontrados:

Quadro 3 – Marcadores atores da pesquisa como participantes da economia solidária.

	PRODUTORES DOS EMPREENDIMENTOS de RECIFE	PARTICIPANTES DOS GAS BRIANZA/MILÃO
Classe	Baixa; média/baixa	Media
Renda média	De um a três salários mínimos/ família. Renda mista.	De 1000 a 3000 euros/ família. Renda direta de uma profissão.
Núcleo familiar	Ampliado, mas variável.	Núcleo restrito (Solteiro/a, Casal ou Casal com filhos).
Moradia	Bairros periféricos, comunidades ou áreas de baixa renda.	Áreas residenciais de classe média.
Idade	40 – 60 anos.	30 - 60 anos.
Gênero	Preponderante feminino 80%.	Menor diferença de gênero na participação.
Nível de estudo	Ensino básico/médio.	Preponderância de formados em ensino superior ou técnico.

Profissão	Artesão.	Muito variada pelos consumidores. Agricultor no caso dos produtores.
Política institucional	Preponderância afiliação e confiança partidária.	Preponderância desconfiança ou neutralidade partidária.
Política ativa	Alta participação em movimentos sociais ou associações de moradores	Alta participação em ações da sociedade civil e movimentos.
Redes sociais	Amplas e constitutivas das relações de economia solidária. Redes familiares, vizinhança, comunidade e de movimento social.	Redes sociais pessoais separadas das redes sociais de economia solidária.
Motivos de entrada na economia solidária	Motivações variadas entre: geração de renda complementar; resposta ao desemprego; “escolha de vida”; motivos ideológicos; pelas relações sociais; por ser uma extensão de outros grupos (de artesãos, feministas); pelo aprendizado e empoderamento; por motivos religiosos; entre outros.	Motivações variadas entre: por querer praticar um consumo consciente; pela obtenção de produtos saudáveis; motivos ideológicos; motivos ambientais; por ter mais controle nas despesas domésticas; por acreditar na autogestão do território local; por ser contra a globalização e a exploração dos trabalhadores; entre outros.

(GRITTI, 2016. Dados de pesquisa).

Passamos a analisar um pouco mais em profundidade esses dados, coletados através de pesquisa qualitativa e da convivência com os sujeitos (no caso italiano complementados por dados quantitativos produzidos pelo Observatório CORES²⁰).

Temos caracterizado os sujeitos de Recife como pertencentes a uma classe de renda baixa. O fato da experiência local surgir diretamente de uma economia informal efetivamente coincide com o pertencimento a grupos sociais de baixa renda e instrução e cuja moradia frequentemente está localizada em áreas urbanas denominadas localmente de comunidades, periferias.

²⁰ www.unibg.it > Centri di ricerca > CESC > Sezioni

Essa renda econômica, dos grupos familiares dos participantes, denominamos de renda *mista*. Isso é devido ao fato de a produção artesanal ligada à economia solidária não ser nem a única, nem sempre a principal fonte de renda: os sujeitos e suas famílias parecem ativar estratégias de múltiplos canais de renda entre os quais: trabalhos formais de algum membro da família; trabalhos informais; trabalhos avulsos (a exemplo de venda de produtos Avon, Natura; ou em muitos casos também trabalhos educativos e formações em projetos das instituições públicas), além de pensões familiares e bolsa família.

Os participantes da rede econômica solidária de Recife são em grande maioria mulheres. Isso contradiz os dados oficiais nacionais (SIES) que indicam uma maioria masculina dentro do movimento brasileiro. Fato este que provavelmente ocorre devido ao contexto urbano desta pesquisa, enquanto que no amplo mundo econômico solidário nacional do contexto rural e agrícola o fenômeno parece espelhar uma maioria masculina de participantes. Nos encontros da rede de Recife, cabe destacar, que os poucos homens participantes têm papéis destacados, caracterizáveis como carismáticos ou de liderança.

Da mesma forma constatamos uma preponderância de pessoas com baixos graus de instrução, sendo o semianalfabetismo parte desta tendência.

Apesar disso, destacamos que existe certa heterogeneidade sincrônica e diacrônica na caracterização dos atores encontrados nesta rede de produtores. Em primeiro lugar, frequentemente encontramos nos grupos de produção pessoas de outras classes sociais ou faixas de renda mais altas como participantes ativos. Em segundo lugar, através da história de vida de alguns notamos que a trajetória tem sido de certa mudança, isso especialmente em relação ao nível de instrução e principalmente dos sujeitos particularmente ativos ou carismáticos do movimento. Ao longo dos quatro anos de pesquisa temos assistido ao retorno de muitas pessoas a percursos de formação e certas vezes de entrada em cursos universitários, outros se tornaram educadores populares de artesanato e economia solidária. Em alguns casos temos assistido à ascensão profissional de alguns membros produtores que teriam sido contratados pelas instituições públicas ou pelas agências de apoio e fomento como colaboradores em políticas públicas de economia solidária.

Quanto ao caso italiano, notamos, a situação é muito diferente. Os interlocutores encontrados são de classe média, por apresentarem os níveis de rendas apontados nos dados qualitativos do observatório CORES. Claramente, precisamos apontar de que os GAS são núcleos primeiramente de consumidores, ou seja, pessoas com profissões e entradas de renda independentes da atividade relacionadas à economia solidária onde a relação econômica se dá em termos de compra de bens ou de *coprodução*, como veremos melhor em frente.

Quanto ao gênero, a pesquisa quantitativa do CORES destaca maior presença feminina nos GAS, sendo que a pesquisa empírica realizada apresenta uma diferença não relevante entre homens e mulheres na participação. Assim como no contexto brasileiro, precisamos afirmar que os papéis de coordenação ou carismáticos das experiências são masculinos.

O destaque que apresenta o contexto italiano é o nível de instrução de seus participantes, bastante alto e, sobretudo, a participação em ações da sociedade civil e de sensibilidade às temáticas sociais de forma contínua nas trajetórias de vida. São pessoas caracterizadas por certa sensibilidade às temáticas sociais, econômicas e políticas. Esse interesse, apesar do nível de instrução formal, encontramos também entre os empreendedores solidários de Recife, onde percebemos que a maioria tem sempre participado em movimentos sociais de várias naturezas (feminista, de associações de bairro, de artesãos etc.).

Quanto às redes sociais as quais pertencem os atores encontrados, destacamos: no caso de Recife, os sujeitos estão imersos em redes muito amplas que se tornam espontaneamente parte também da experiência vivida como economia solidária. Trata-se, em alguns casos, de grupos de produção familiares, ou aonde algum membro familiar participa, ou que se criam a partir de relações de vizinhança pré-existentes ou a partir de relações na comunidade e na economia informal, já, mantidas anteriormente. Neste primeiro caso, queremos dizer, a rede social dos atores frequentemente corresponde com a rede social relacionada à economia solidária. No caso italiano também as redes de GAS se constituem com base nessas relações (familiares, de vizinhanças, ou de contextos de moradias), mas de certa forma parecem ser redes que estão sendo reconstituídas através da experiência da economia solidária.

As motivações de entrada no movimento de economia solidária são muito variadas, mas elas representam um rico elemento de reflexão, especialmente quando conectadas as histórias de vida e aos outros elementos que caracterizam as trajetórias desses sujeitos, por representar a pluralidade e variedade de lógicas, opiniões e necessidades que se encontram nesta experiência.

Bourdieu (2003), na sua teoria da prática, tem dado uma interessante perspectiva sobre o campo social como espaço de disputas, hierarquias, poderes e regras de jogo. Na perspectiva do autor, a posição de cada ator no campo social é determinada pela quantidade e tipologia de capitais que ele dispõe, ampliando a dimensão de capital definida apenas em torno de *capital econômico*, com fim último à determinação da “classe social” ou do *habitus*

que define o ator. Esses outros capitais são respectivamente: capital cultural, capital social, capital político, capital artístico etc. Com base neste instrumental teórico importante deixado de herança pelo autor, tentamos caracterizar o objeto de estudo nos dois contextos da pesquisa como campos de economia solidária que apresentam diferentes capitais:

Quadro 4 – Os capitais da economia solidária

	Economia Solidária Recife	Economia Solidária Brianza
Capital econômico	Baixo	Alto
Capital cultural	Baixo; em aumento	Alto
Capital social	Alto	Baixo; em aumento
Capital político	Alto pela participação em movimentos sociais e pela relação com o Estado	Alto pela participação em movimentos sociais
Capital “tradicional”	Alto pelos saberes relacionados à economia informal e artesanato	Alto pelos saberes relacionados à agricultura local

(GRITTI, 2016. Dados de pesquisa).

3.5 O TEMPO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Após a caracterização dos nós da rede e dos atores que encontramos nesta pesquisa, é preciso levar em consideração os contextos em que esses estão inseridos, num sentido que considere elementos sincrônicos e diacrônicos. Podemos, então, ampliar a análise nos dois contextos considerando, como veremos, que eles produzem processos de construção identitárias diferenciados, com apropriação e elaboração de conceitos que saem de âmbitos diferentes, em meios sociais diferentes, produzindo práticas diferentes. Isto é inevitável, considerando as enormes diferenças contextuais socioeconômicas, políticas e culturais.

A maior clivagem no âmbito econômico que interessa particularmente aos fins da análise – não sendo aqui objetivo permanecer na análise dos contextos – é relativa à forte existência das mais variadas formas de produção e distribuição econômica, no contexto brasileiro existente fora do mercado convencional hegemônico. O meio urbano brasileiro, e de forma geral, a estrutura econômica do país apresenta a existência de um tecido

socioeconômico externo à economia de mercado formal, constituída por circuitos econômicos informais que assumem as formas mais diferentes (economia informal, popular, mista, economia ilegal etc.). Essa situação, que com os devidos apontamentos de sentido de uma teoria neoliberal, podemos constatar como consequências das *incompletudes* da modernidade, na exportação de modelos ocidentais, se transforma no amplo espaço de manobra socioeconômica e política que caracteriza os movimentos sociais locais.

Afirmar que na Itália, pelo contrário, o processo de modernização teve êxito perfeito não é parte de nosso propósito. Assim como não é objetivo afirmar, de um ponto de vista econômico clássico, que a economia local seja apenas definida por um mercado autorregulado e leis formais de troca, ou por um desenvolvimento racional da economia local. Muitos estudos já desconstruíram com bastante clareza esta visão da economia, inclusive nos contextos onde ela teria alcançado altos níveis de desenvolvimento. Isso quer dizer que, tanto nos países onde o capitalismo avançado teve bom êxito, quanto no interior do capitalismo avançado, a pluralidade econômica permanece visível e necessária, sendo as práticas informais, de solidariedade e não monetárias partes da economia de mercado como de qualquer outra forma de vida econômica.

Esclarecido este ponto, é preciso afirmar que o contexto econômico italiano é caracterizado por um alto grau de formalidade das atividades econômicas e por um papel apenas residual de atividade informal, sendo esta no caso brasileiro, pelo contrário, um elemento estrutural da vida econômica. Isso não significa que na Itália não existam formas de economia informal, mas elas se expressam de maneiras diferenciadas e mais submersas nas estruturas formais.

Outro grande elemento que resulta útil na nossa análise das economias solidárias locais é relativo à estruturação socioeconômica da população dos dois contextos. Se no Brasil a ‘incompletude da modernidade’ tem gerado amplos setores de economia informal, ela também é causa/consequência de altos índices de desigualdade socioeconômica. Isto nos permite, não de forma isenta de problematização teórica da noção de classe, encontrar uma faixa de população que definiremos de classe “baixa” e uma faixa de classe “média-alta”. Na Itália a desigualdade existe, mas de forma menos marcada por uma ampla clivagem entre faixas, portanto teremos uma maioria de pessoas pertencentes à faixa de “classe média”, e uma faixa que alguns autores do contexto costumam chamar de “*upper middle class*”, ou seja, classe média-alta, com toda uma série de implicações culturais na definição desta última.

Estes dois elementos são os que mais surgem como definidores de importante

particularidade contextual econômica nas análises das duas áreas geoculturais.

No quadro abaixo são indicados alguns elementos que foram constados como marcadores diferenciais dos contextos úteis para análise.

Quadro 5 – Contextos dos campos de pesquisa.

	BRASIL	ITALIA
	Contexto	
ECONOMIA	CAPITALISMO AVANÇADO “TRONCO”	CAPITALISMO AVANÇADO EXPANSIVO
	Implicações no estudo de economia solidária	
	Economia informal estrutural	Economia informal residual
	Contexto	
CLASSES e População	DESIGUALDADE DE AMPLA CLIVAGEM	DESIGUALDADE DE BAIXA CLIVAGEM
	Implicações no estudo de economia solidária	
	CLASSE BAIXA	CLASSE MEDIA
	Nível instrução baixo	Nível de instrução alto
	Escassos recursos econômicos	Disponibilidade de recursos econômicos
	Contexto	
POLÍTICA	DEMOCRACIA E ABERTURA A NOVOS MODELOS ALTA	DEMOCRACIA E ABERTURA A NOVOS MODELOS BAIXA
	Espaços de participação política em vários níveis	Espaços de participação política no nível local e complicada
	Implicações no estudo de economia solidária	
	Participação política ativada	Participação política de recente possibilidade
	Política do cotidiano estável	Política do cotidiano renovada
	Movimentos Sociais ativos	Movimentos Sociais em reconstrução

(GRITTI, 2016. Dados de pesquisa).

O Quadro é fruto de uma pesquisa que teve lugar em específicos momentos históricos/políticos, fato que precisa ser problematizado.

Nesse sentido, outra diferença central entre o movimento político econômico solidário brasileiro e o italiano é que o primeiro se encontra num estágio de semi-institucionalização avançado, com fortes conotações políticas partidárias, enquanto o

segundo parece preferir constituir-se de forma independente do Estado com relações mais estreitas com o mercado e o terceiro setor.

Num primeiro momento podemos afirmar que esta situação se deve às formas em que os dois movimentos nasceram e se estruturaram.

A economia solidária em Recife se torna oficialmente um termo reconhecido e utilizado a partir de uma práxis estabelecida parcialmente de cima para/baixo, sem por isso esquecer de que as práticas locais que foram se incluindo no movimento, já, existiam há muito tempo no setor popular da economia.

Apesar disso, foi logo após a eleição do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003, que foi criada a SENAES (Secretaria Nacional de Economia Solidária) e que a ES se tornou uma política pública nacional, ou, um movimento social reconhecido e afirmativo. Este fato criou uma ligação forte com o Partido dos Trabalhadores (PT), alimentando um já afirmado imaginário político sobre o presidente Lula e seu governo. No movimento de Recife essa afiliação partidária é constituinte do processo de construção da identidade local. Os atores se referem ao começo do movimento local, em que contavam com a colaboração de um governo petista, como aos “tempos de ouro”, quando tudo era possível em termos de crescimento de uma economia solidária. Este período é o que caracterizou anos de imperante otimismo do movimento social local, até o ano de 2012, também começo desta pesquisa. O ano de 2012 foi o último de oito anos de gestão pública do Partido dos Trabalhadores na prefeitura do Recife. Esta gestão além de ter criado o Fórum local de ES, tinha elaborado e conseguido financiamentos para uma série de programas e projetos relacionados. Mesmo que a implementação destas ações não estivesse isenta de dificuldades, realmente o clima era de extrema positividade em relação ao crescimento deste movimento social assim como de outros, tanto local quanto nacionalmente.

Nesses anos o contexto brasileiro apresentou momentos políticos de abertura importantes.

É, portanto, com as mudanças políticas institucionais dos últimos anos que veremos a relação com o Estado se transformar de tentativa de diálogo e colaboração a de conflito. É nesses últimos anos que o movimento local volta a sentir a necessidade de autogestão e independência da esfera política institucional, tentando procurar um espaço/forma próprio de existência.

A mudança de gestão da prefeitura e de suas secretarias, a partir do ano de 2012, alterou completamente o clima e o sentimento de institucionalização do movimento de economia solidária, tendo o ápice no ano de 2016. Ano caracterizado por mudanças políticas

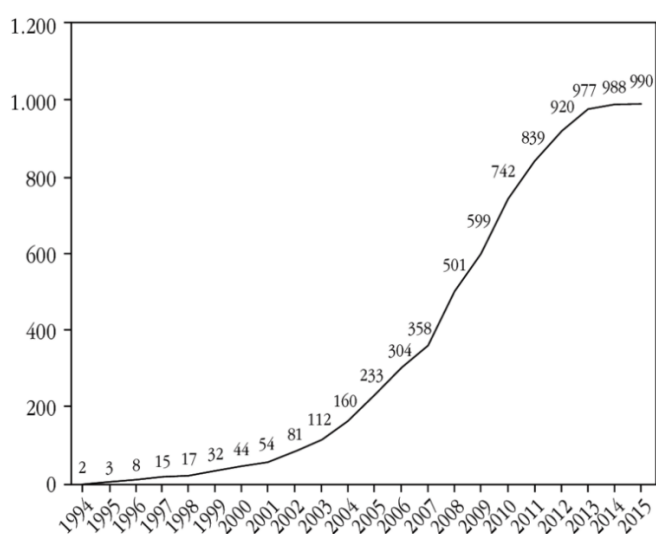
de impacto nacional, pondo em sério risco o diálogo institucional estabelecido com diferentes movimentos sociais. A SENAES encontra-se, atualmente parcialmente extinta. Outras secretarias e gerências locais estão em fase de reestruturação.

Considerar esse tempo da economia solidária é ação necessária para definir e caracterizar o movimento social como fruto de configurações peculiares entre situações globais e situações econômico/políticas locais pontuais.

Enquanto em Recife a economia solidária nasce em um específico momento de participação política e efervescência nacional e local dos movimentos sociais, favorecidos pela abertura da política institucional, na Itália encontramos outros fatores.

Na Itália, a constituição e o fortalecimento da experiência local parecem apontar para um fator determinante: a crise financeira de 2008²¹.

O primeiro GAS italiano nasceu em Fidenza no ano de 1994. Num primeiro momento, a experiência teve um processo de replicação e crescimento mínimo, sendo contabilizados ao final dos anos noventa apenas 32 grupos no território italiano, mas conhecendo em seguida uma aceleração constante. No censo elaborado pela instituição da rede de GAS, os grupos passaram de 153 em 2004 a 394 em 2008, aos atuais mais de 1000 (FORNO, 2016). Trata-se de uma estimativa, com base nos dados disponíveis apenas pela rede oficial, existindo outras redes informais e não cadastradas. Acredita-se, portanto, que, hoje (2017), esteja alcançando já o número de 2000 grupos. Estima-se ainda cerca de 400.000 pessoas envolvidas em Grupos de Compras Solidárias na Itália, atualmente.



²¹ A crise financeira de 2008 é fruto de uma conjuntura econômica precipitada pela falência de um tradicional banco de investimento estadunidense. Essa crise é julgada como responsável do começo do período da Grande Recessão global e na Itália especificamente.

Gráfico 1 - Difusão dos Grupos de Compras Solidárias na Itália (Fonte direta: FORNO, 2016).

Como veremos em breve, a economia solidária local nasce de uma série de vazios definidos frequentemente por “crise”, que os atores têm sentido como parte da própria experiência: crise econômica, crise cultural, crise identitária, crise de valores, são alguns dos termos frequentemente utilizados. Esses sentimentos, ao contrário do que ocorre no Brasil, não parecem estar relacionados à política institucional. Pelo contrário, o sentimento político dos participantes, em sua dimensão partidária ou institucional, parece ser de total desconfiança. O contexto político italiano parece estar definido por um momento de extrema distância entre sociedade civil e Estado, menos na dimensão local das prefeituras onde, em alguns casos, existem formas básicas de diálogo e participação política. Por isso, notamos que os movimentos sociais locais se definem mais como movimentos da sociedade civil e do terceiro setor, com diálogos mais estáveis com a esfera do mercado, do que com o Estado, determinando, assim, sua peculiar dimensão política não institucionalizada.

A economia solidária italiana nasce então de “crise” econômica, política e cultural e explode em seu crescimento e expansão a partir de 2008, ano “oficial” da crise financeira mundial, para, até o momento, não demonstrar sinais de diminuição ou decrescimento, mas igualmente sem demonstrar processos de institucionalização política avançados.

Tendo agora claros os elementos, os atores, as redes, os contextos e os tempos dos campos de economia solidária objeto desta pesquisa vamos, no capítulo seguinte, adentrar mais na análise começando com a compreensão dos significados, símbolos e práticas envolvidas na construção deste movimento.

4 ECONOMIAS SOLIDÁRIAS: CONSTRUÇÃO DE SIGNIFICADOS.

4.1 PORQUE UMA ECONOMIA SOLIDÁRIA?

No intuito de entendermos os processos simbólicos de realocização (LONG, 2010) de questões globais, nos debruçamos desde já no discurso e no imaginário que alimentam os dois contextos da pesquisa.

Será analisado em primeiro lugar o porquê diferentes sujeitos, unidos em coletivos e redes de visibilidade, acreditam ser necessária, hoje, uma economia solidária. Em outras palavras, através da análise do discurso analisaremos os campos semânticos de crítica a um modelo hegemônico, com base prevalentemente moral, que motivam em seguida ações sociais chamadas de economia solidária.

Há elementos comuns entre os dois casos empíricos, o italiano e o brasileiro. Problemáticas globais que se localizam geram a possibilidade de um discurso contra hegemônico global neste sentido.

No contexto atual, o neoliberalismo, assim como outros conceitos ideológicos, tais quais: *desenvolvimento*, *modernização* e *crescimento econômico*, transmitem uma série de significados que reformulam os sentidos de sociedade criando o sistema cultural de referência e o background ideológico hegemônico de funcionamento do sistema econômico e político. O neoliberalismo defende a ideia que desenvolvimento, modernização e crescimento econômico sejam as únicas saídas para a crise global. Os fracassos do modelo são apresentados como os motivos pelos quais o modelo precisa ser mais e melhor aplicado. Esses fracassos, as crises cíclicas do capitalismo e as consequências sociais visíveis na sociedade têm levado à intensificação das desigualdades, à pauperização, à perda sempre mais incidente das regulações trabalhistas, às migrações, às crises culturais, aos problemas ambientais etc.

É desses elementos que nascem na atualidade células de discursos críticos que propõem alternativas que visam outro olhar para a sociedade e a solução a esses problemas.

No contexto brasileiro e do movimento de economia solidária o discurso é mais centrado na categoria/sujeito ‘capitalismo’, enquanto na Itália a centralidade é dada ao termo ‘neoliberalismo’. Os dois termos, temos visto, têm significação muito profunda, histórica e socialmente. Aqui veremos quais são os principais elementos atribuídos pelos coletivos analisados sobre o capitalismo/neoliberalismo que determinarão consequentemente o juízo

fundamental do sistema antiético, para assim justificar a proposta de alternativas éticas e moralmente aceitas.

Desta forma, perceberemos como o discurso da economia solidária nasce como um imaginário discursivo em direta contraposição ao sistema dominante, uma negação absoluta em termos de valores e elementos sociais em jogo e também como perspectiva sobre o mundo, sobre a vida e a economia.

No quadro abaixo foram sistematizadas, com base nos dados levantados por esta pesquisa, os principais focos da discussão sobre o *porquê o mundo precisa hoje de uma economia solidária*.

Quadro 6 - Elementos discursivos dados pelos atores da economia solidária no julgamento do sistema capitalista e consequente proposta de alternativa.

CAPITALISMO/NEOLIBERALISMO	ECONOMIA SOLIDÁRIA
Exclusão	Inclusão
Desigualdade	Igualdade na diferença
Pobreza	Geração de renda
Individualismo	Reciprocidade/solidariedade
Exploração	Autogestão
Saberes e técnicas modernos	Saberes e técnicas locais/populares
Lógica do lucro acima da lógica da vida	Lógica da vida acima da lógica do lucro
Bem-estar consumista	Bem viver
Política corrupta e distante das pessoas	Política participativa

(GRITTI, 2017. Dados de pesquisa).

Entre os empreendimentos de Recife o capitalismo é visto como uma entidade “viva” na sociedade que incorpora todas as causas da própria condição dos sujeitos. É, assim, o ente “culpado” da condição econômica, social e cultural vivida por eles. O capitalismo como fomentador de desigualdades é um elemento *visível* na conformação da cidade e incorporado por eles - eles são os excluídos.

Esta visão, do excluído sobre a exclusão, tem tido certa relevância neste estudo. Considerando nas histórias de vida se concretiza a dimensão de uma exclusão vivida como caminho subjetivo de dificuldades e desafios. E, também a partir das histórias de vida que se materializa outro elemento central no entendimento da crítica local de uma economia

solidária: o objetivo não é o de ser incluído neste sistema, o objetivo é criar experiências próprias no nível econômico, político e cultural que possam ser, em sua diferença, inclusivas.

Isto significa que a condição de excluídos não é sinônimo de um “vazio” econômico, político e cultural, de uma passividade ou imobilidade intrínseca à condição, pelo contrário, demonstra a existência de uma interpretação própria da situação social como consequência do sistema econômico capitalista e da globalização. E esta percepção sempre tem despertado, nos sujeitos militantes encontrados, certa efervescência e mobilização social culminando na entrada no movimento social. Desta maneira, a simples consciência de suas condições se transforma em construção de possíveis alternativas, que a partir da própria experiência trabalham diretamente nas ideias de estilos de vidas e bem viver.

O excluído do mercado formal, sempre neste caso específico estudado, percebe o sistema capitalista – em sua conotação econômica, mas também política, como aquele que não tem proporcionado as oportunidades de vida que as elites da sociedade têm usufruído. É por causa dele que não tiveram uma boa instrução, oportunidades de conhecer e ampliar os próprios horizontes, e que não puderam, então, entrar no mercado de trabalho formal. Mas, é a partir desta condição e experiência de vida que eles percebem também o sistema econômico como errado, como antiético.

Primeiramente, então, o capitalismo é percebido como fomentador de desigualdade econômica, política e social. A partir disso, na visão deles, há necessidade de pensar a vida econômica como uma dinâmica inclusiva da qual se foi excluído. A economia informal, atividade econômica desenvolvida como estratégia de sobrevivência foi a resposta social que cresceu nos meios urbanos “excluídos”. É na economia informal que a maioria dos participantes do movimento desde sempre desenvolveu atividades de produção. Mais especificamente, é entre um conjunto de atividades informais e formais que a estratégia de sobrevivência era elaborada. Mas, a economia informal, com o alto grau de estigma social, não parece oferecer dignidade a um coletivo que pensa e quer uma econômica diferente. Por isso a luta de construção de uma economia solidária é vista como um caminho diferenciado, não apenas do capitalismo, mas também da economia informal.

Na visão dessas pessoas o capitalismo não é apenas gerador de desigualdades, mas também de um estilo de vida e de consumo que elas não reconhecem como próprios.

A questão da exploração é assim conjugada à expressão “*ali no capitalismo, você vive para trabalhar e não trabalha para viver*” (B. Empreendedora Econômica Solidária/Recife). A noção de trabalho oferecida pelo mercado formal, como aquele que define condições e horários em troca de salários mínimos, no caso dos trabalhos com pouca

especialização e dedicados a quem tem baixos níveis de instrução, e, ainda, com poucos direitos e garantias, se torna moralmente errada. Isso, somado à uma cultura consumista onde o dinheiro fruto do próprio trabalho deveria ser gasto em estilos de consumo não compartilhados, se torna quase um paradoxo para alguns militantes.

É claro que eu também gostaria de me vestir melhor e ter cabelos em ordem, mas fazer como os ricos? Isso, não quero! Sobretudo tendo que ver que eu deveria trabalhar cem vezes mais do que os ricos para ter o mesmo padrão de vida. Ou seja, quando eu trabalhava no capitalismo, trabalhei jovem, eu ficava o dia todo fechada lá trabalhando feito louca, com os chefes que pisavam nos meus pés toda hora, me humilhavam, e para que isso? Recebia uma mixaria, nada para poder viver bem, não tinha melhoria nenhuma, sim tinha o que comer e um teto, mais isso tenho também agora [...] claro que queria condições melhores, queria poder fazer mais coisas, mas não naquele sentido, não queria ser rica em cima dos pobres, eu queria apenas ganhar para fazer as coisas que me deixam feliz (Entrevista nº4. B. Empreendedora Econômica Solidária/Recife).

A economia informal, o artesanato, a produção própria, têm sido na maioria dos casos recursos para uma dupla estratégia: a garantia de sobrevivência econômica e a possibilidade de viver de uma forma reapropriada pelo trabalhador, em contraste com aquela que é percebida como exploração no mercado dominante. A economia de mercado e o sistema neoliberal centram fortemente o discurso sobre a liberdade dos indivíduos, ou seja, sobre como o sistema do livre mercado permitiria o desenvolvimento pleno da liberdade dos sujeitos. Para os participantes da economia solidária “ser livre” assume outro significado:

As pessoas que trabalham no capitalismo acham que estão livres, mas eles estão numa prisão. Imagina o inferno que eles vivem, o trânsito todo dia para ir trabalhar, para trabalhar o dia inteiro e chegar em casa sem força nenhuma para fazer mais nada... e para que? Para ter uma vida melhor? Não eles não são livres... eu tenho um monte de dificuldades econômicas, passei momentos ruins de verdade, mas eu sim sou livre e trabalho para ser mais livre ainda (Fala de V. Empreendedora Econômica Solidária/Recife. Diário de Campo nº1).

O imaginário do bem viver nasce em contraste ao imaginário do consumismo e do trabalho explorado proporcionados no sistema dominante. A ideia de felicidade está inserida neste contexto como algo que não pode ser alcançada no “capitalismo”.

O individualismo e a competição do mercado são outros elementos que contrastam fortemente com uma ideia moral de economia. A cultura individualista é específica de uma economia capitalista neste pensamento, mas tem uma acepção mais ampla, como um mal que se alastra na sociedade como um todo, incluindo o âmbito das “comunidades” urbanas. A ideia de que o âmbito “popular” e comunitário desenvolve naturalmente dinâmicas cooperativas e solidárias entre as pessoas, tem sido bastante utilizada para o entendimento e

a definição de “economias populares”. O risco de idealizar esta característica como própria, intrínseca ao âmbito popular, das áreas de moradia de baixa renda, porém, existe. Os participantes da economia solidária têm colocado frequentemente a questão de como, mesmo no âmbito comunitário e das economias informais, a competição e o individualismo continuam a fazer parte do cotidiano, às vezes mais que as formas de colaboração.

As pessoas ficaram muito cada uma por si, individualista, é cada um pensando no próprio interesse, pisando nos outros. Me digam se isso é bom pra alguém? Aqui mesmo vemos isso todo dia, quanto está difícil hoje viver de colaboração e respeito entre nós, e isso é aqui na economia solidária, que tem um esforço nesse sentido, mas lá fora, é ainda pior. A gente sempre se perguntou porque no interior a economia solidária vai melhor, é claro porque lá tem coisas que ou você faz juntos ou não faz, simples assim, na agricultura funciona assim. Aqui na cidade essa solidariedade não existe mais, é sério mesmo, aqui na cidade é muito individual tudo, tirar proveito dos outros, falar mal, é meio que nojento né. Mas é isso que temos hoje, a violência, medo, indiferença, cada um olhando o próprio nariz e tentar sobreviver (Fala de C. Empreendedor Economico Solidario/Recife. Entrevista n°5).

Esse discurso de crítica à economia capitalista e a cultura do consumo é muito significativo e remete a certo discurso ecologista. A ideia de que o sistema econômico capitalista esteja “destruindo o ambiente” e de que a cultura de consumo esteja “enchendo a cidade de lixo”, constitui todo o percurso em vista de uma sensibilidade ambiental. A partir desta dimensão, como veremos melhor, também a produção específica dos empreendimentos é pensada e vivenciada como diferente.

Porque pensar uma economia solidária quer dizer pensar nas pessoas e ao ambiente também, o capitalismo está acabando com tudo, com a natureza, você só olha para a cidade e vê isso. Vê o Rio Capibaribe o que encontra lá? De um lado as palafitas, as pessoas que vivem lá na pobreza absoluta, do outro um monte de lixo, um monte de lixo, nossa, dá dor só de pensar que essa seja a nossa cidade! (Fala de B. Empreendedora Econômica Solidária. Diário de Campo n°1).

Isto acontece porque no sistema capitalista o lucro é mais importante do que as pessoas e mais importante do que a natureza e o ambiente. Este ponto é central no julgamento amoral do sistema econômico.

Nós queremos fazer uma economia onde as pessoas sejam protagonistas e não o dinheiro. Porque afinal das contas é isso que é importante, o sentido da gente trabalhar é as pessoas ficarem bem, não? Não acredito num ideal em que o dinheiro seja mais importante da pessoa, como o que acontece no capitalismo. É como escravidão, você se matar de trabalho para ficar mal e ainda assim passar fome. [...] Por isso pensamos a economia solidária como uma economia mais justa, porque inclui as pessoas, porque trabalhar deve ser todo mundo, trabalhar para viver bem sabe... O dinheiro ele é importante, nós trabalhamos para ganhar

dinheiro sem dúvida, não trabalhamos para passar o tempo, mas tem algo aí, no jeito que a gente faz, que é diferente, que olha para a pessoa em primeiro lugar (Entrevista n°4, B. Empreendedora Econômica Solidária/Recife).

Estes discursos, vindos de militantes em primeira linha do movimento, são fruto de caminhos e de experiências próprias, demonstrando particular consciência sobre a própria situação e uma visão mais ampla da sociedade. São pessoas que, tendo feito parte de movimentos sociais por muito tempo, tiveram variadas experiências de formação e de contato com outras realidades e conhecimentos.

Não todos dentro do movimento se apropriam deste discurso; a variedade de sujeitos e de pensamentos difere muito. Existem nele tendências diferenciadas num *continuum* entre a “escolha de vida” e a “necessidade/utilidade”. De toda forma, o fato da economia solidária ser uma renda complementar para quase a totalidade de pessoas que nela participam e produzem nos fornece elementos para afirmar que a economia solidária não é apenas uma necessidade econômica dos “pobres”, como indicado em alguns estudos que conheci ao longo da pesquisa, especialmente por aqueles provindos da área europeia. Na maioria das vezes, ela é uma escolha, mesmo que complementar estrategicamente a outras.

O movimento local é acompanhado por um discurso crítico ao capitalismo muito forte e pela defesa de estilos de vidas alternativos, não apenas por necessidades econômicas dos “excluídos” do sistema dominante. O empoderamento político que acompanha o processo de participação no movimento só acresce esta dimensão quando os participantes entram nas redes sociais e de conhecimento, onde colocam em xeque continuamente questões sociais, políticas e culturais sobre o sistema dominante e contra o qual a economia solidária luta. Isto quer dizer que fazer parte de movimentos sociais tem proporcionado o contato com uma variedade de discursos, que no caso específico é o da economia solidária. Deste ponto de vista, o movimento é aqui entendido também em sua conotação política anti-sistema, em detrimento de uma democracia participativa.

Em estudos de novas configurações de cidadania (GIDDENS, 2002; HABERMAS, 1997; HELD, 1997) este elemento político é central nos novos movimentos sociais. O que é chamado de “*cidadania cognitiva*” (BAGLIONI, 2008) coincide com a demanda por novos direitos de cidadania, mas que implicam um modo de viver e de interpretar a sociedade cada vez mais consciente, informado e responsável.

No caso italiano, o discurso sobre a ausência de ética do sistema econômico e político capitalista e neoliberal tem vários pontos em comum com o de Recife. A visão de mundo é certamente diferente, não encontramos excluídos do mercado, por escolha ou necessidade,

mas trabalhadores do mercado formal que criticam o sistema dominante a partir de práticas de consumo e coprodução, como aprofundaremos mais adiante. Além dos consumidores encontramos produtores que, estes sim, têm tido dificuldades econômicas, especificamente a partir das dinâmicas de produção e distribuição do setor alimentar e agrícola. O discurso contra a economia capitalista se intensificou com a ocorrência da última grande crise mundial de 2008, que tem afetado profundamente a economia nacional, apesar de ter raízes anteriores a ela. Em algumas falas percebemos a existência de um processo de “desencantamento” face às promessas da modernização e da globalização como sistema que se encarrega de resolver as desigualdades e a pobreza no mundo.

A perspectiva dos participantes da economia solidária italiana tem um olhar sobre as injustiças do capitalismo do ponto de vista local e global também. A desigualdade, por exemplo, vista como consequência direta da economia globalizada é menos experienciada em primeira pessoa e mais vista, a partir da relação com o sul do mundo. Este elemento é constatado também no nascimento das práticas econômicas solidárias locais que tinham a forma de comércio *équo-solidário*²² com iniciativas econômicas no sul do mundo. Certa consciência de posição privilegiada dentro do conjunto de desigualdades econômicas no âmbito mundial parece despertar consciência a respeito da ética da economia. Mas, após a crise socioeconômica local e com o nascimento das experiências dos coletivos de consumidores Grupos de Compras Solidária, também entra nos discursos da economia solidária local, uma visão sobre as microdinâmicas locais de desigualdade, novas pobreza e exploração. Especificamente centradas na área agrícola e alimentar, mas não apenas, estas experiências têm levantado essas problemáticas também no nível local da economia e não apenas em relação aos “países não desenvolvidos”, mas propriamente dentro do processo de “desenvolvimento”. Os pequenos agricultores, as pequenas lojas, ou mesmo as grandes fábricas que fecham todos os dias para entrar no “mercado global” são os “novos” explorados do sistema econômico dominante, com efeito o desenvolvimento de novas formas de pobreza e exclusão locais.

O discurso contra a cultura individualista e utilitarista da economia dominante também tem respaldo forte no juízo dos atores italianos, sendo incorporado especialmente nos conceitos de “solidão” e de “crise dos valores”. Neste discurso encontrado junto aos atores locais, as pessoas na sociedade atual estariam sempre mais sozinhas ou isoladas em pequenos núcleos, privadas de relações sociais mais amplas. A relação entre vizinhos, da

²² Tradução do Termo italiano Commercio equo solidale, no Brasil conhecido como Comércio Justo e internacionalmente como Fair Trade.

família ampliada e na sociedade como um todo são vistas como esvaziadas, perdidas, num estilo de vida influenciado por uma economia que coloca a necessidade de ganhos, de trabalho excessivo e estresse acima de valores “tradicionais” que estariam em crise, na atualidade. Aqui também encontramos nexos com uma ideia de “felicidade” que não cabe no estilo de vida promovido pela sociedade atual.

As culturas do consumo e do desperdício são objeto de crítica e juízo moral, afetando, assim como em Recife, não apenas os seres humanos, mas a natureza também.

Os discursos nos dois locais são diferentes, sobretudo por serem fruto de pontos de vista e experiências locais distintas. Apesar disto, eliminando os elementos contextuais e perspectivas, nos deparamos com um discurso comum. Um discurso que provém dos mais amplos canais e fluxos de ideias chamados de “*altermunistas*”. Nos dois contextos, de fato, os participantes e militantes em primeira linha nas dinâmicas de economia solidária são desde sempre pessoas ativas em movimentos sociais, trazendo este conjunto de discursos (anticapitalista, ecológico, pacifista etc.) nas novas experiências produtivas. Nos dois casos os espaços econômicos solidários são espaços primeiramente de discussão, contestação e crítica ao sistema dominante, são “*academias democráticas*” (BIOLGHINI, 2013), antes mesmo de serem “economias”, incluindo também pessoas que não tem este tipo de experiência política prévia, contribuindo para a socialização deste discurso.

A proposta de uma economia solidária nasce em direta contraposição e crítica à economia dominante. Nela, o mercado é criticado e julgado moralmente como injusto, para em seguida ser proposta uma ideologia econômica, política e cultural diferente.

Remarcamos o fato de este ser um discurso geral, uma ideologia. As práticas ligadas ao movimento social de economia solidária encontram questões e caminhos mais complexos de análise, como veremos em sua constituição identitária e em seu processo de busca por um espaço social de existência próprio.

O que nos interessa perceber neste momento de análise é que o movimento entre global e local parece ter uma existência discursiva e prática. A cultura de legitimação neoliberal e os problemas da economia capitalista são elementos globais, mas cujos efeitos e percepções voltam a ser locais. Desta volta ao local, nas novas configurações da resistência, é que parecem se gerar também, possibilidades de discursos, imaginários e propostas que tornam a ser globais, contra hegemônicas.

O movimento de economia solidária propõe, assim, seu discurso glocal de imaginação de alternativas no âmbito econômico, político e sociocultural.

4.2 EM RECIFE: CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE

Economia solidária é uma forma de trabalhar, de trabalhar no coletivo, pensando no bem-estar das pessoas. É uma forma de geração de trabalho e renda e não apenas, é uma forma de conhecimento e também uma confrontação ao capitalismo [...] Precisa ver, as coisas mais importantes na nossa economia solidária são a autogestão dos trabalhadores, a confiança que criamos nas relações, com o objetivo principal do bem estar e a solidariedade (A. empreendedor de economia solidária. Entrevista nº11).

A definição dada pelo nosso interlocutor nos remete a uma multiplicidade de fatores. Encontramos na fala elementos que coincidem com a ideia institucionalizada e acadêmica de uma economia solidária como resposta ao desemprego, geração de trabalho e renda e autogestão. Estas são fórmulas aprimoradas em toda definição de economia solidária pública e institucional. As duas estão estritamente relacionadas com os planos de desenvolvimento implementados com a Secretaria Nacional de Economia Solidária, cujo secretário nacional, até 2016, foi o autor Paul Singer, que define ES como resposta ao desemprego e projeto de geração de trabalho e renda.

Concomitantemente na mesma fala, encontramos elementos diferenciados das apresentações institucionais: bem-estar, conhecimento e confiança são apenas exemplos encontrados neste pequeno trecho. O discurso local sobre economia solidária é um discurso próprio e particular, composto pela re-apropriação por parte dos atores locais de outros discursos e valores, enriquecidos ou modificados a partir da ideologia e experimentação local.

Definir então economia solidária, neste primeiro momento do trabalho, consiste em analisar o discurso local e empírico sobre esta particular experiência econômica e política; compreender e captar qual é o entendimento dos participantes sobre os processos que estão construindo.

Isso inevitavelmente nos remete a reconstruir elementos processuais de uma identidade própria do movimento social local. Se economias solidárias são um conjunto plural de diferentes e heterogêneas práticas, atores e ideias é interessante analisar o que forma o conjunto ou o núcleo que, pelos seus protagonistas, define o pertencimento a um movimento social chamado de economia solidária local.

Reconstituir o processo de formação do movimento econômico solidário em Recife nos leva a considerar múltiplos elementos. A Teoria do Processo Político nos convida a considerar as estruturas de oportunidades políticas que permitiram o desenvolvimento de um

movimento social onde a relação com as instituições é central tanto quanto às dimensões simbólicas, enfatizadas pela Teoria dos Novos Movimentos Sociais. Ademais, fundamental é o entendimento da fase que antecede a constituição de redes de visibilidade, como os contextos de micro mobilização nos quais identidades coletivas se constroem.

A partir da primeira visão quanto ao contexto material-político de ação, o argumento remete a três momentos a serem destacados no processo local de Recife: 1- a formação na economia popular, 2- o primeiro passo para a institucionalização vinda do Estado, e 3- a formação do movimento estruturado entre institucionalização e militância da sociedade civil. Ao longo dessas três etapas, a articulação estratégica e simbólica entre empreendimentos econômicos solidários e entidades de apoio e fomento produziu uma rede de ativismo automeada “movimento de economia solidária”.

A Teoria do Processo Político salienta que movimentos sociais surgem tipicamente quando ocorrem em momentos específicos oportunidades de abertura política, isto é, nas dimensões formais e informais do contexto sociopolítico, criando condições para a mobilização e a ação. Isso, no caso em questão, tem certa relevância. É na abertura e nos canais criados pela ação governamental da prefeitura, fomentada por políticas estatais e federais para a economia solidária, a partir de 2003, que começa a se possibilitar a constituição de um movimento organizado dentro do contexto político-social local.

Mas, como sustentado na Teoria dos Novos Movimentos Sociais esses se desenvolvem também a partir de questões culturais (simbólicas e identitárias), em um vasto campo cultural no qual se formam laços de confiança e solidariedade (MELUCCI, 1990; DELLA PORTA; DIANI, 2006).

Nesse sentido, a luta operada pelos movimentos sociais não tem como seu objetivo a inclusão no sistema de organização política institucional, tendo em vista a obtenção de benefícios materiais, mas almeja a construção de novas identidades, culturas, símbolos e estilos.

Neste segundo ponto de vista, foi extremamente importante considerar micro contextos de mobilização política que fizeram emergir um movimento estruturado a partir de experiências econômicas populares. Isto é, considerar as ocasiões de interação social, de encontro e de articulação que converteram comuns artesãos locais em ativistas econômicos solidários.

Apesar disso, é no sucessivo momento de organização e na constituição de redes de visibilidade que o movimento alcança sua estrutura engajada em conflitos políticos ou culturais, com base em identidades coletivas compartilhadas (MELUCCI, 2002).

Nesta aproximação inicial para uma análise local de uma identidade coletiva é necessário fazer um apontamento fundamental para o entendimento da posição em que os meus principais interlocutores, os empreendedores econômicos solidários de Recife, se colocam: os empreendimentos econômicos solidários se percebem como os protagonistas do movimento social e de sua história local. Apesar de reconhecerem a contribuição do Estado e de outras agências, os empreendimentos se definem como os criadores da ES de Recife, como parte de um processo de empoderamento e canal de luta próprio.

4.2.1 “P” de popular e o ônibus 651

Como visto anteriormente, o primeiro uso do termo Economia Solidária no Brasil é atribuído ao autor Paul Singer que, em 1990, define desta maneira o projeto nacional voltado ao enfrentamento do problema da massa de desempregados no país. Economia Solidária é então elaborada em 1996, como proposta de política pública no programa partidário do Partido dos Trabalhadores, para enfrentar o problema do desemprego na cidade de São Paulo.

Segundo o autor, no Brasil o desemprego tinha alcançado o nível de patologia social cuja única solução resultava ser o da formação profissional e da concessão de capital para a geração de formas de autoemprego (SINGER, 1996,). A reinserção na economia através do empoderamento dos excluídos do mercado de trabalho era o objetivo do programa político que propunha também um “novo cooperativismo”, ou seja, uma *“volta aos princípios, o grande valor atribuído à democracia e à igualdade dentro dos empreendimentos, a insistência na autogestão e o repúdio ao assalariamento”* (SINGER, 2002, p. 111).

A primeira fase do processo de construção local do movimento é a que chamo de Economia Popular: tanto no contexto brasileiro, quanto como veremos mais especificamente no contexto local de Recife, economia solidária surge de atividades econômicas reconhecidas como economia informal ou popular. Além disso, na narração dos interlocutores locais, a economia solidária nasce com este nome a partir de uma iniciativa institucional formada por diferentes atores (agências de apoio e fomento, Estado e academia), mas não em forma de reorganização de uma *“massa de desempregados”*, pelo contrário:

A informalidade neste país é condenação. Pelo Brasil e pelas estatísticas eu sou desempregada há 23 anos, somos milhões de desempregados no Brasil. Mas há 23 anos eu mantenho três filhos e vivo dignamente, eu não sou desempregada! Eu

vivo da minha produção e de economia solidária. Eu não me sinto condenada, eu fiz uma escolha, a gente hoje pode fazer uma escolha para ficar no trabalho formal, com carteira e tudo, ou não, e mesmo assim viver bem (V. Empreendimento de Economia Solidária, Diário di campo nº 2. 2/10/2014).

No contexto local, a economia solidária nasce em cima de algo que já existia e funcionava: uma economia informal e popular. A geração de emprego e renda de iniciativa popular e comunitária, baseada na autogestão de pessoas excluídas do mercado formal é certamente um fenômeno com uma história mais antiga e anterior à da economia solidária. Economia popular pode ser definida como “*a aparição e expansão de numerosas pequenas atividades produtivas e comerciais no interior de setores pobres e marginais das grandes cidades da América latina*” (RAZETO, 1991, p.23). Neste sentido, a economia popular já encontra no tecido social e comunitário os meios necessários para o desenvolvimento de atividades econômicas.

Podemos entender, abarcando diferentes conceptualizações, a Economia Popular como uma entre outras estratégias de organização e sobrevivência dos trabalhadores suscitadas nas faixas de exclusão e restauração do sistema econômico capitalista, especialmente a partir da década de 80 do século passado. A Economia Popular é criada pelos próprios trabalhadores – não detentores dos meios de produção, diante das transformações que estão ocorrendo no processo de trabalho (LEBOUTTE, 2003).

Esses grupos de produção ou de serviços têm como elementos caracterizantes: serem pequenos grupos ou familiares; surgirem como solução estratégica a uma situação de marginalidade econômica; constituírem atividades informais não legalizadas (RAZETO, 1999). Ou seja, comumente as experiências populares estão relacionadas com os grupos informais de geração de trabalho e renda.

Alguns autores preferem operar uma distinção conceitual entre economia informal e comunitária/popular, sendo a diferença principalmente embasada na organização coletiva, no tecido social local e nas práticas de reciprocidade da segunda:

Dito de outro modo, com o conceito de economia popular trata-se, segundo nosso entendimento, da produção e desenvolvimento de atividades econômicas calcadas numa base comunitária, o que implica uma articulação específica entre necessidades (demandas) e saberes (competências) no plano local (FRANÇA-FILHO, 2002, p.16).

A tradição do recurso do mutirão como sistema de autoorganização popular e comunitária para a realização de projetos coletivos representa a prática mais comum em referência às formas de economia popular.

Diferentemente, economia informal representaria a forma de microprojetos econômicos individuais, embasados em atividades mercantis precarizadas.

A partir destes conceitos, entendemos melhor porque os militantes de economia solidária locais apresentam a própria experiência a partir de uma posição de protagonismo e não de subordinação: *“Eu já fazia economia solidária, antes dela existir”*.

No contexto local a história do processo de construção da economia solidária se entrelaça com outras experiências importantes, algumas das quais narradas nas reconstruções históricas oficiais que encontramos na maioria da literatura sobre o assunto e que têm como seus principais autores Singer (2000) e Mance (2008). Entre essas experiências são reconhecidas como centrais as empresas recuperadas, grandes cooperativas e os PACS – Projetos Alternativos Comunitários desenvolvidos pela instituição religiosa Cáritas. No contexto do Estado de Pernambuco, a Cooperativa Usina Catende, experiência de empresa falida e recuperada por um coletivo de trabalhadores, e os múltiplos PACS desenvolvidos no interior do Estado, especialmente em regiões áridas do sertão, fazem parte do discurso e do imaginário sobre economia solidária como elementos que contribuíram ao desenvolvimento de um movimento econômico alternativo.

Quadro 7 - Usina Catende, economia solidária em Pernambuco

A Usina Catende, localizada no município de Catende, a 140 quilômetros de Recife, e cujo funcionamento remonta ao final do século XIX, era a maior da América Latina. Com o começo do encolhimento do mercado do açúcar e com o fechamento do Instituto do Açúcar e do Alcool - IAA, a empresa começou seu declínio. Desprovida dos mecanismos oficiais de apoio e mal gerida, a atividade entrou em colapso. O impacto foi grande na zona rural de Pernambuco, com o fechamento de dezoito unidades sucroalcooleiras e a extinção de 150 mil postos de trabalho, causando enormes consequências socioeconômicas da população local.

Foi nesse contexto que surgiu o projeto Catende-Harmonia, após as demissões em massa ocorridas em 1993, estando a usina com um imenso passivo público e trabalhista, além de envolvida em fraudes na execução de credores.

Os proprietários ingressaram com o pedido de falência e, após devido processo, a Justiça decidiu decretar a falência em benefício dos trabalhadores, que passaram a administrar a massa falida, como forma de garantir os empregos, os direitos trabalhistas e previdenciários, e ainda tentar reverter as fraudes na transferência ilegal de parte da propriedade para outras empresas.

Os trabalhadores passaram a gerir um patrimônio que abrange 48 engenhos, uma hidrelétrica e um parque industrial. O corpo que garante a administração é formado por um administrador judicial, 48 associações de trabalhadores, cinco sindicatos, uma cooperativa e a companhia agrícola Harmonia.

O sistema de autogestão adotado tem dois vieses: uma gestão coletiva sob forma de Cooperativa, ligada a produção de cana-de-açúcar e outra numa parte menor da propriedade, destinada à agricultura familiar.

Nessa segunda modalidade, participam acerca de 3.000 famílias que vivem na área. O projeto ainda gera 1.500 empregos permanentes, distribuídos entre o campo e a indústria; 1.400 empregos indiretos no período da safra anual e cerca de 1.000 na entressafra.

Após anos de declarado bom funcionamento, nos últimos tempos a cooperativa começa enfrentar diversas dificuldades de gestão.

(Fonte: CAVALCANTE, 2006).

Apesar disto, no contexto de Recife, mesmo sendo estas experiências marcos históricos de referência, a trajetória dos atores é vivida e reconstruída com certa distância delas. A partir da história contada pelos atores urbanos locais observamos uma maior inter-relação da experiência deste contexto com o setor de economia popular e informal comunitária.

Um dos marcos na argumentação entre os atores e empreendimentos econômicos solidários locais está relacionado a eles estarem praticando economia solidária anteriormente a sua nomenclatura oficial pelas políticas públicas nacionais e locais. Diferentes participantes atuais do movimento declararam o sentimento de estarem atuando numa forma de trabalho diferenciada, socialmente e coletivamente organizada, antes de conhecerem o movimento institucionalizado.

Nós já fazíamos economia solidária, sem saber, mas já fazíamos há muito tempo! Quando eu vim para Recife já estava tendo alguma coisa de economia solidária acontecendo, e eu conheci e comecei a fazer parte em 2003, final de 2003, começo de 2004. Mas o empreendimento, existia antes, eu sempre fiz artesanato, cresci com isso, na minha família. Eu ainda estava em outra cidade quando abrimos o Artana, o empreendimento, éramos quatro. E quando a gente voltou (em Recife ndr.) um amigo de A. conhecia V. e ela participava já da economia solidária, da rede de mulheres produtoras e é assim que conhecemos. E ela conheceu o nosso trabalho e achou que a gente ia se dar bem com o movimento, pelo jeito que a gente trabalhava e fazia as coisas juntos. O lançamento do fórum foi 17 de julho de 2003 de Pernambuco, a gente entrou depois desse dia. Em 2000, 2001, na verdade já em 1999 tinha movimento de pessoas nestas redes de produção aqui em Recife e tinha outras coisas acontecendo, então o movimento só foi batizado em 2003 como algo oficial, mas existia movimento há muito tempo já aqui. Eu entrei logo depois da oficialização. Mas o trabalho, o trabalho já era assim, era trabalho de grupo, era trabalho diferenciado, já atuávamos com princípios diferente e trabalho diferente, entende? (R. militante e participante de empreendimento econômico solidário em Recife. Entrevista n° 8).

Outros empreendimentos que participam do movimento oficial desde o começo, ou mesmo aqueles que só entraram em tempos mais recentes, declaram terem se identificado muito rapidamente, desde o momento em que o conheceram, mas que a forma de trabalhar que, então, vinha sendo definida como de economia solidária, já era desenvolvida anteriormente.

A maioria das pessoas encontradas que fazem parte da experiência desde seu começo eram pessoas já ativas politicamente e socialmente em outros movimentos, e é

comum encontrar falas em que existe uma aproximação de valores da economia solidária com a vivência pessoal religiosa.

Porque entrei a fazer parte? Bom eu nunca gostei de ficar parada, eu adoro gente, adoro conversar, adoro estar fazendo coisas. Então sempre fiz parte de movimentos, do movimento estudantil, desde a adolescência faz parte do meu convívio. Então não foi nada estranho ao meu convívio normal, foi natural. E na economia solidária, bom, na minha educação informal, na educação familiar tinha muito desses conceitos e princípios, sabe? Tanto que já desenvolvia um trabalho dessa forma. Eu tive uma mãe que dizia que se todo mundo atendesse o primeiro mandamento, não precisava dos outros nove. Todos os valores da economia solidária, da amizade, da cooperação, da justiça e a solidariedade, já estavam no meu sangue. A luta pelo direito, pelas conquistas faz parte depois disso (R. empreendedora econômico solidária/Recife. Entrevista n° 8).

Então como fazia parte de alguns encontros que aconteciam na comunidade para as mulheres da comunidade que faziam algum trabalho eu comecei a desenvolver trabalho associado com elas, sempre lá na comunidade. E assim a gente trabalhou por anos, juntas e se ajudando todo mundo, até que um dia uma amiga me chamou e me convidou para este Fórum, este encontro de economia solidária. Essa amiga eu conhecia faz muito tempo, ela também trabalhava com artesanato e desenvolvia um trabalho legal com outro grupo, então a gente tinha contato, trocava ideias, e um dia me falou disso. Foi assim que conheci o movimento, em 2006 (B. empreendedora econômica solidária/Recife. Entrevista n° 2).

Podemos perceber como o entrelaçamento entre uma vivência e uma rede social informal, em espaços de micro mobilização de economia popular, com um movimento institucional mais amplo são ambos constitutivos da experiência local.

É no ano de 2003 que o governo Lula, recém-empossado, atende a demanda da sociedade civil e do projeto intelectual desenvolvido por alguns autores de referência do País, criando a Secretaria Nacional de Economia Solidária, como parte do Ministério de Trabalho e Emprego. Propõe assim um conjunto de políticas públicas voltadas a este novo fenômeno, que se configurava e estruturava no País inteiro. Em 2003, exatamente no dia 17 de julho, é assim fundado o Fórum Estadual de Pernambuco e tomam lugar as primeiras iniciativas institucionais organizadas sob o nome de Economia Solidária.

É nesta movimentação dupla, ou tripla, entre economia popular, terceiro setor e governo que formas já existentes de criação de laços e redes internas da economia popular, das economias comunitárias ou associativas se reúnem sob um possível mesmo projeto comum.

Também a partir de 2003, este campo de economia popular da cidade de Recife formatou-se como resposta ao desemprego formal e a pobreza urbana (SINGER, 2000), com base em canais de interação e intercâmbio de experiências e valores no cotidiano, empreende a direção para um movimento de luta e conquista de direitos baseado na própria

especificidade econômica, começando a se sentir parte de um ‘movimento social’. Este sentimento de pertencimento, para os empreendimentos que participaram desde o início ao processo de construção local, tem uma virada e um marco a partir da primeira viagem à Brasília, para participar da I Plenária Nacional de Empreendimentos de Economia Solidária, em 2004. Esta viagem, símbolo de uma primeira identidade política do movimento é a viagem do ônibus 651.

O ônibus 651 é uma história interessante, ficou bem famoso entre nós que estamos desde o começo. Este ônibus foi o que fez a viagem até Brasília para o primeiro Encontro Nacional de Empreendimentos de Economia Solidária, em 2004. Éramos apenas empreendimentos viajando naquele ônibus e lembro ainda hoje, quem estava nele, os grupos e trabalhadores daquela época, estão ainda hoje então foi um ônibus muito importante, de muita sorte! Bom, este ônibus e o encontro daquele ano demonstravam a liberdade que tínhamos. Agora, bom, agora faz muito tempo que tento organizar um encontro apenas de empreendimentos daqui, mas não consigo, o espírito mudou, os encontros hoje são feitos com os gestores, estamos enfraquecidos (A. empreendedor econômico solidário/Recife. Entrevista nº18).

No conto do nosso interlocutor, o ônibus 651 representa a passagem simbólica de simples atividade econômica popular a empreendimento de economia solidária. Portanto a segunda fase da experiência local de economia solidária tem seu marco com o começo de um diálogo institucional: a partir deste momento em Recife teremos um movimento de economia popular denominado de economia solidária.

É nesta viagem para Brasília que esses grupos passaram a vivenciar a experiência de movimento social introduzindo o elemento fundamental de distinção entre economia popular e economia solidária no contexto local: a identidade política.

Nas falas dos militantes de economia solidária de Recife, a luta política é o que realmente define a economia solidária local, sendo mantidos no plano econômico os elementos que caracterizavam as atividades de produção como economia popular: autogestão, coletividade, reciprocidade etc.

A partir do primeiro encontro em Brasília de 2004 os empreendimentos de Recife acionam uma série de ações coletivas políticas de demandas e diálogo com as instituições voltadas ao reconhecimento e fortalecimento da própria economia. Ações em conjunto com a prefeitura, eventos, divulgação e organização de um coletivo fortalecido caracterizam os anos seguintes até a constituição do Fórum de economia solidária de Recife, em 2011.

Podemos perceber na constituição de uma rede política, instaurada entre Estado e terceiro setor, a conformação oficial de uma economia diferente da de mercado que caracteriza o nascimento da economia solidária local. É na passagem de uma rede informal

do cotidiano a uma rede de visibilidade (MELUCCI, 2002) que se define também a constituição na experiência local de um movimento de economia solidária a partir de uma economia popular.

Como conclusão deste primeiro eixo observamos mais um elemento: se o “P” de Popular aparecia nas primeiras nomenclaturas e acrônimos de Fóruns e órgãos do movimento já organizado (FEPS²³-PE, FEPS-Recife etc.), em 2013 a partir das discussões internas e locais os protagonistas optam para a sua remoção.

Considerando as concepções dominantes do desenvolvimento, em que a ênfase é posta na centralidade do mercado e no crescimento econômico, a economia popular continua representando um lugar bastante subordinado na dinâmica socioeconômica. A ideia de que no senso comum a economia popular comumente é associada à economia informal, a uma *“economia dos centavos”* ou a uma *“economia dos pobres”* deslegitimava o poder transformador e de reconhecimento da diferença que os militantes cobiçavam no movimento. Neste sentido, “economia solidária” representa um passo a mais no sentido político e no intuito de seus protagonistas locais. Este nome representa no contexto local o distanciamento de uma experiência, não mais vista como própria, de economia informal. Assim, se os elementos econômicos derivam, como declarado pelos empreendimentos, de uma economia popular anterior ao nascimento da economia solidária, esta economia já não é mais a mesma coisa. O que os protagonistas sentem é que ao se tornar economia solidária, eles deixaram para trás tudo o que é socialmente considerado negativo, excluído e marginal na sociedade local. Na luta política e no caminho para a conquista de direitos de existência, reconhecimento e apoio institucional, a economia solidária se apresenta como proposta de sistema econômico próprio das camadas populares, mas carregado de elementos simbólicos retrabalhados, oferecendo uma imagem de si mesma mais digna, politicamente situada e socialmente reconhecida.

A partir dessas discussões internas à rede de empreendimentos o “P” de popular foi removido de todo acrônimo referido ao movimento, teremos a partir de agora apenas Economia Solidária.

4.2.2 Essa não é a economia solidária

²³ Fórum de Economia Popular Solidária do Estado de Pernambuco e Fórum de Economia Popular Solidária da cidade do Recife.

Nos processos de definição de identidade que ocorrem dentro da rede local, especialmente entre empreendimentos e entidades de apoio, num nível mais cotidiano do que formal, encontramos múltiplos elementos de disputa.

A definição do que seria uma produção de tipo solidária oferece uma margem ampla de interpretação. Princípios tais como solidariedade, cooperação, participação, igualdade, autogestão etc. postos apenas num nível discursivo apresentam um alto grau de abstração, se não de universalidade²⁴. Por esses motivos, a questão de como esses princípios se traduzem nas práticas cotidianas de produção e nos circuitos econômicos vai ser discutida e resolvida local e contextualmente e, no caso de uma ação em rede como a de Recife, inserida nos processos de definição próprios da rede local.

Em muitas ocasiões, conversando com os empreendimentos ao longo do tempo, percebemos como a definição do que é uma produção econômica solidária vem sendo construída a partir de uma ideia coletiva perpetuada discursivamente, e continuamente afirmada a partir do que “*não é economia solidária*”.

O conflito, a disputa e a discussão definem a identidade deste movimento social.

“*Este empreendimento não é economia solidária*”, “*Fulano não é economia solidária*”, “*O tal produto não é economia solidária*” são frases proferidas constantemente gerando discussões em função das diferentes opiniões dos participantes, mas que, contudo, contribuíam para o processo de definição do que, no fundo, “*é economia solidária*”. Vamos então ver que tipo de empreendimento, produto e produção é identificado como de “economia solidária” a partir do argumento do que “*não é*” assim considerado.

O elemento que mais se torna importante nessa abordagem que apresentaremos está ligado ao entendimento *substancial* – no sentido dado por Polanyi (2010)- de um movimento econômico que pretende se diferenciar como *substancial*. Ou seja, tentaremos ver qual é o significado que as pessoas deste particular grupo conferem ao fazer *economia* enquanto atividade remunerada e social ao mesmo tempo. Muito longe, ou até em contraposição, com o que a ciência econômica define ser *economia* e através da qual define a natureza do homem moderno, o *homo economicus*, analisaremos aqui as propostas de um grupo que, definindo uma economia solidária, define uma própria ideia de economia socializada no dia a dia e politicamente, num sentido anti-hegemônico e com importantes traços de economia popular.

²⁴ Inclusive muitos trabalhos acadêmicos constroem críticas à economia solidária por essas atividades econômicas não respeitarem os princípios, mas se pautarem definições próprias do que esses princípios representam. Wellen (2013), por exemplo, afirma que é muito difícil encontrar cooperativas que apliquem o princípio de cooperação e de participação nos processos de tomada de decisão, mas sem especificar de qual significação ele parte para afirmar isso.

Aqui, dinâmicas de dádiva e reciprocidade adquirem um sentido evidente – que iremos aprofundar no capítulo dedicado. Aqui entenderemos como, no intuito de Mauss e do Movimento antiutilitarista, não é possível pensar economia como esfera externa do sistema moral e cultural mais amplo.

Apesar disso, sempre no entendimento de uma economia no nível substancial, precisamos remarcar o quanto o modelo dominante está presente no contexto da pesquisa. O capitalismo, que na perspectiva dos atores do movimento representa uma instância personificada e anti-humana, está presente como pano de fundo de qualquer ação social urbana, trazendo consigo toda uma carga de valores e guias culturais, políticos, econômicos e não apenas. O capitalismo, entendido como modelo dominante nas três áreas citadas é também percebido pelos sujeitos sociais como o único e atual canal de sobrevivência no meio urbano. Necessita-se de dinheiro para adquirir qualquer bem e estar inserido nas cadeias de produção de tipo capitalista e também para qualquer produção ou aquisição material. Além disso, o modelo capitalista oferece os princípios, valores e guias direcionando boa parte da ação social nas sociedades contemporâneas, incluindo as esferas morais e sociais das culturas locais, as comunidades.

O coletivo da economia solidária está inserido neste contexto e consciente de que a proposta de modelo alternativo não se dá em termos estruturais, mexendo na essência do sistema.

“Nós e o capitalismo? A gente vai de mãos dadas”.

Ele se depara e cria uma relação com este contexto de ação que dispõe gerando dinâmicas complexas de oposição/relação. O posicionamento do coletivo com o modelo econômico capitalista está processualmente negociado e renegociado. Sendo a análise das práticas econômicas, num sentido mais definido, elaboradas no capítulo dedicado, vamos agora introduzir o conceito local a partir dos significados mobilizados por uma possível definição.

“Esse não é um empreendimento de economia solidária”

Eu não sei, passamos muito tempo falando da necessidade de se trabalhar no coletivo, produzir em coletivo, porque é assim que se faz economia solidária. Não é sozinho, tipo eu faço meus produtos e vendo sozinho, sabe. Todo mundo preferiria assim porque afinal das contas você ganha mais, tudo o que vender vai no seu bolso não precisa dividir com ninguém. Mas o nosso objetivo não é esse. Aquele empreendimento [...], ele diz que é empreendimento familiar e tudo, mas todo mundo aqui sabe que ele produz sozinho, e aí? Eu acho que não deveria

participar da ESCOES, o empreendimento individual não é economia solidária (B. Empreendedora econômica solidária/Recife. Diário de campo nº2).

A maioria dos empreendimentos econômicos solidários de Recife e região metropolitana são constituídos sob forma de “grupo” e “coletivos” formados no contexto do bairro ou da comunidade. Um dos fatores mais reconhecido como caracterizante é de fato a produção coletiva, sendo apenas através dessa possível aplicar outros princípios, como a cooperação, a inclusão, a participação e a igualdade. Uma produção de tipo individual espelha pelo contrário princípios ligados a uma cultura individualista, rendendo assim mais difícil a aplicação dos valores fundamentais.

No entendimento de produção coletiva, os empreendimentos apresentam duas possibilidades: de um lado um grupo de produção em que cada indivíduo desenvolve uma fase da produção – como no caso do grupo Reciclarte Guarajuba – e de outro lado, a possibilidade de cada indivíduo produzir um produto próprio, mas com fases de colaboração e gestão coletiva do negócio - como no caso do grupo Artana:

É assim o nosso processo de produção: somos 6 pessoas, eu, meu irmão e as quatro meninas do centro, elas que tem transtornos mentais... então a gente considera que cada um tenha suas próprias capacidades, então os processos de produção são definidos pelas pessoas com base nas capacidades e também no que elas querem saber, que tem vontade de fazer, que gosta de fazer... Ai nós temos essas fases: coleta do plástico, limpeza, corte, ai vem a prensa, onde criamos o outro material a partir das sacolas, o plástico mesmo, depois disso, com a matéria prima, vem a decoração e a costura das peças. Bom, cada um tem seu papel. As meninas fazem a coleta e a limpeza principalmente, elas gostam de fazer isso e fazem independentemente, tipo gostam de interagir, de sair nos lugares, procurar as sacolas... depois limpam. Eu ajudo na parte de cortar, porque elas fazem, mas precisa de uma ajuda nesta fase, precisamos cortar placas todas iguais, sabe? Depois a prensa, é meu irmão que faz, que é mais forte – e a máquina é pesada de usar – e dependendo da ocasião sempre tem alguém para ajudar nisso. Por fim vem a parte da decoração. Meu irmão é muito criativo, ele faz cada desenho bonito, e as meninas gostam também dessa parte, participam. No final eu faço a costura, dependendo do produto que queremos, bolsas, nécessaire, chaveiro e por ai vai (Reciclarte Guarajuba/Recife Entrevista nº 12).

Somos um grupo produzindo. O Artana é um coletivo. Funciona assim a autogestão, a gente decide as coisas juntos, resolve o que produzir, como, quem vai vender, quem vai pegar os materiais e um bocadinho de coisas... Mas como cada um tem o tempo dele, e como também cada um tem sua arte, sua inspiração para fazer as coisas, é assim, cada um aqui produz seu produto, eu faço o meu o outro faz o dele, [...] é porque eu faço as peças, mas faço seguindo a minha ideia, é a minha criatividade, e ai demoro o tempo que demoro, as vezes tenho um tempo, pego faço um pouco, depois deixo e volto só depois para terminar, etc. [...] é assim que produzimos como grupo... (Artana/Recife. Entrevista nº 17).

Existe uma pequena porção de empreendimentos individuais na rede. Por muito tempo foi discutido nos encontros a não pertinência destes produtores com os princípios de uma economia solidária, assim como vimos na fala acima mencionada.

Este tipo de discurso pertencia àquele momento mais otimista de crescimento do movimento em Recife, que, como foi percebido, carregava significados de certa forma mais “extremos” em relação à definição identitária ligada à produção e comercialização. Ao longo do tempo, eventualidades e certas dificuldades enfrentadas por diversos grupos de produção ocasionaram vários casos de abandono e reconfiguração do empreendimento. Em muitos momentos o grupo continuou existindo pela presença de apenas uma pessoa do grupo, mais militante e mais compromissada com a causa. Nessas fases, efetivamente a produção de vários empreendimentos da rede só continuou graças a um indivíduo.

Essa situação sempre mais frequente levou a reconsiderar a possibilidade de a rede incluir também empreendimentos individuais em suas ações. A mudança do discurso se deu em relação ao fato de que os princípios de cooperação, igualdade e participação coletiva podiam ser aplicados não apenas ao grupo de produção, mas também no nível da rede. Este elemento é significativo, pois, como veremos, o exercício do princípio da reciprocidade nas trocas econômicas e simbólicas do movimento acontece principalmente no nível da rede, ou seja, entre o coletivo de empreendimentos, muito mais do que dos empreendimentos para os consumidores externos.

Atualmente, dentro dos contínuos processos de reconfiguração dos empreendimentos econômicos solidários, temos pequenos grupos de produção, artesões individuais e associações que entre outras atividades organizam grupos de produção.

Empreendimentos individuais? Sim, a gente teve que reconsiderar, porque? Porque era uma situação que estava se apresentando com sempre mais frequência... e a gente conhecia essas pessoas, sabia que essas pessoas eram da economia solidária, não produziam sozinhas por querer, por interesse individual, mas mais pelas dificuldades encontradas em manter um grupo unido, pelas dificuldades econômicas também. [...] E muitas pessoas nas reuniões diziam, afinal das contas mesmo um produtor individual que participe da rede ele está aplicando os princípios certo? Ele participa, ele coopera, ele traz um valor a economia solidária assim desta forma. Vai nos espaços de venda e assim trabalha no coletivo [...]

(A. Empreendedor econômico solidário/Recife. Entrevista n°18).

A dimensão da coletividade e da ação conjunta é estritamente conectada à dimensão da *autogestão*. É muito frequente ouvir este conceito nas falas dos atores e nos encontros da rede, inclusive entre outras instâncias – governamentais e do terceiro setor. Por autogestão se indica a capacidade dos empreendimentos e da rede de empreendimentos de organizarem

independentemente e de forma cooperativa as próprias ações, sendo essas: produção, espaços de comercialização, posicionamento político em relação ao Estado.

A autogestão dos empreendimentos é fundamental. A nossa ideia é de ter atividades econômicas que funcionam do jeito que dizemos e queremos nos, dentro do grupo, e não que alguém de fora nos diga como fazer. Isso é também nos organizar na rede do jeito que achamos melhor... (A. Empreendedor econômico solidário/Recife. Entrevista n°18).

Autogestão se contrapõe ao termo “*gestão*”. São chamados gestão e gestores todos os atores que no contexto brasileiro devem, ou deveriam, construir ações de apoio e fortalecimento da economia solidária num sentido institucional. “Gestão”, portanto, diz respeito aos participantes das secretarias com planos e projetos de economia solidária, os representantes das grandes organizações nacionais e das menores entidades locais de apoio e fomento. Apesar desta relação com as entidades gestoras ser central no processo da rede local e, inclusive para pedido de apoio e financiamentos, muitos empreendedores econômicos solidários sentem a necessidade de se manter separados delas, mantendo uma independência de decisão coletiva nos processos de afirmação identitária e nas ações.

A gestão, parece que só é ela a economia solidária agora, nas reuniões muitas vezes são só eles que falam. A gente tem que ver que isso não pode acontecer, economia solidária somos nós, o nosso coletivo de produtores, nada mais. É preciso evitar a dependência deles, pois sabemos que eles fazem outras coisas, muitas vezes nem sabem o que é economia solidária, você sabe, temos vários exemplos disso. A gestão é um guarda-chuva? É. Precisamos dos fundos disponibilizados e precisamos de suporte, mas os grupos precisam agir em autogestão e especialmente agora, porque agora estamos vendo que a gestão mais atrapalha que ajuda
(A. Empreendedor econômico solidário/Recife. Entrevista n°18).

Outro fator que distingue um empreendimento econômico solidário, de outro que não é, trata-se da participação na rede no sentido de **participação política** e de formação. Não basta ser um coletivo e desenvolver a produção de certas formas, precisa participar da rede econômica solidária por ser assim considerada em função desta relação.

Não adianta você produzir em coletivo, produzir como economia solidária e não participar da rede, das formações, das reuniões. Porque afinal esse movimento não é só para produzir e vender [...] economia solidária não é só no lugar de produção e no grupo pequeno, é também no coletivo maior, a rede aqui (L. Empreendedora econômica solidária/Recife. Diário de campo n°1).

Conheci um bocado de grupos que só aparecem na hora do espaço de comercialização, mas na hora de participar no movimento de verdade

desaparecem, e aí? Isso não é economia solidária (V. Empreendedora econômica solidária/Recife. Diário de campo N°1).

Para ser reconhecido no coletivo o grupo de produção precisa frequentar e participar nos espaços de encontro da rede. Mesmo não tendo uma ligação direta com a questão econômica essa característica é de fundamental importância na definição e no reconhecimento de um empreendimento econômico solidário. Existe uma tolerância que se refere à participação não assídua, considerando o grande número de ocasiões de encontros, comissões e formações que se realizam, com frequência quase cotidiana. Mas, para ser identificado como tal, um empreendimento precisa ter uma ou mais delegadas, idealmente que atuem de forma alternada e representem o grupo nas discussões. Considerando que nos encontros da rede que são decididas as estratégias e os espaços de vendas coletivos e, que esses são quase sempre fruto da ação dos atores que se empenham à procura de contatos e apoios, não é considerado ético a aparição de grupos apenas no momento da venda, sem ter apoiado a fase de organização do espaço.

Outras dimensões da participação que não a econômica *stricto sensu* são relacionadas à capacidade do empreendimento em colaborar/cooperar com os outros e a **sociabilidade**. A rede, em seus momentos de encontro e nos espaços de venda, é fortemente caracterizada pelas práticas de sociabilidade dos participantes e em formas de colaboração, como veremos de forma mais específica mais à frente. Grupos que não estreitam relações de sociabilidade e de colaboração prática com outros grupos não são bem vistos:

Aqui no espaço de comercialização, tudo é baseado na cooperação dos empreendimentos, formamos turnos para ficar no espaço em que quem vai se responsabiliza também pelas vendas de quem não está [...] agora veja, a pessoa só faz o interesse dela, vem e fica uma hora e não a tarde toda como marcado, que falta de compromisso é esse?! Não pode ser assim.. Aí eu sugiro, vamos voltar como antes e fazer que todo empreendimento que quer vender aqui seja presente? Se desse jeito não está funcionando é o único jeito né! E aí a pessoa vem me dizer “mas isso não é economia solidária” como assim? Economia solidária não é colaboração antes que tudo? (J. Empreendedora econômica solidária/Recife. Diário de campo n°3).

Socializar, colaborar, estreitar relações de confiança são fundamentais à participação de uma economia solidária local. Frases como “*Fulano não é economia solidária*” capturam a nossa atenção em relação ao afirmado. Como uma pessoa “*não é economia solidária*”?

Entendemos que existe uma série de comportamentos relacionados a certos valores que podem fazer uma pessoa “solidária”, ou não, nos espaços deste movimento. Uma pessoa que “*não é economia solidária*” é identificada, nas falas dos atores, como a pessoa que mostra atitudes individualistas e de interesse próprio de forma muito visível. Uma pessoa que participa em espaços de venda, mas não conversa com os outros, não estabelece relações de proximidade em diferentes ocasiões foi criticada por “*não ser economia solidária*”. De forma geral, pessoas que não se envolvem nos processos sociais que definem estes espaços são criticadas por não “se doarem” à economia solidária, sendo a socialização percebida como grande riqueza e também como canal de colaborações mais concretas entre os participantes.

Sujeitos com atitudes autoritárias em relação ao próprio coletivo, que tentam impor a própria personalidade e vontade com formas discursivas centradas no “eu”, da mesma forma, não são bem vistas:

Eu, eu, eu, ele só fala de “eu” você vê na reunião? Eu faço isso, eu faço aquilo, eu quero isso, eu não admito aquilo,... Aqui não estamos num coletivo? Cadê o “nos”, cadê a cooperação entre nós? As discussões aqui deveriam sempre ser em vista do coletivo, não do que cada um quer, senão não somos economia solidária! Cada um pode expor o seu pensamento, mas precisamos ver os outros também, o que mais beneficia todo mundo ou a maioria, não o “eu”. Essa forma de falar eu não gosto, precisamos refletir sobre isso urgente (V. Empreendedora econômica solidária. Diário de campo nº2).

Como vimos nas falas e nas considerações efetuadas o espaço de uma economia de tipo solidário não se dá apenas no espaço de produção, na forma de ser um empreendimento e produzir bens. Há uma estrita ligação com a dimensão da rede social, ou seja, com o coletivo de empreendimentos e na relação entre eles. Veremos o quanto isso é importante na análise das trocas econômicas, nas vendas e, sobretudo no que perceberemos como práticas de dom e de reciprocidade, no capítulo 4.

Por fim, outro elemento que define “*o que é*” e “*o que não é*” empreendimento econômico solidário é o de “*levar a sério*” o lado econômico, “*ser profissional*”, podendo assim diferenciar-se de uma economia informal.

[...] Para ser economia solidária precisa viver da produção, precisa ser a ou uma das atividades principais das entradas das pessoas. Porque precisa levar o lado econômico a sério aqui. Não são economia solidária aqueles grupos de mulheres ou de idosas que fazem costuras para passar o tempo, sabe?! Aquilo é trabalho terapêutico ou enfim, é muito bom, pode até estar com a gente, mas não tem um plano econômico de fazer o negócio andar, de fazer um produto com qualidade e

viver daquilo mesmo e é isso que queremos aqui (L. Empreendedora econômica solidária. Entrevista n°4).

Como temos visto a produção de um empreendimento econômico solidário, precisa responder alguns critérios, decididos a partir das discussões e também dos conflitos entre “*o que é*” e “*o que não é*” economia solidária na rede local.

O empreendimento precisa ser de preferência coletivo e não individual; precisa participar das ações da rede política e não apenas comercializar nos espaços dedicados; precisar colaborar e socializar com os outros grupos; precisa fazer parte do setor popular da economia local; precisa, por fim, ter um plano econômico definido, voltado à proposta de uma “economia séria”.

Cooperação, autogestão e solidariedade são incorporadas no discurso local através destes elementos.

“Isso não é produto de economia solidária!”

Os empreendimentos econômicos de Recife trabalham quase exclusivamente com artesanato. Como vimos no capítulo anterior, o que caracteriza a economia solidária em Recife e Pernambuco é também a sua direta proveniência do setor popular da economia local.

O artesanato em Pernambuco, e no nordeste brasileiro em geral, faz parte de uma rica tradição local que chegou a produzir vertentes e estilos de artesanatos locais. Trata-se de um saber local estabelecido no tempo e no espaço. É uma riqueza da economia informal local que gera trabalho e renda para muitas pessoas que estão fora dos circuitos do mercado de trabalho formal. Recentemente muitos programas governamentais de desenvolvimento estão visando o fortalecimento deste setor econômico local.

Dentro deste setor é que se originou uma economia solidária local. Com a decisão de acrescentar ao seu próprio trabalho informal e artesanal, princípios morais e práticas sofisticadas e criticamente elaboradas numa rede política que se se formaram os primeiros militantes econômicos solidários da região.

Entendemos por artesanato o desenvolvimento de trabalhos manuais ou com uso de equipamentos de tipologia doméstica não industrial, mas, sobretudo um trabalho desenvolvido com base em capacidade e conhecimento específicos, não especializados no sentido técnico/profissional/formal. Entende-se também tais artefatos como portadores de

símbolos e significados que se transmitem através dos estilos produzidos com base na cultura popular.

Assim, neste contexto o produto econômico solidário precisa ser artesanal. Nos discursos dos produtores é no artesanato que encontramos a possibilidade de aplicar outros valores importantes – que veremos individualmente - como a arte, o saber popular, o respeito ambiental, o respeito pelos trabalhadores e a relação com o objeto, interligando produtor e consumidor.

O fato de ser um produto original, artesanal e artístico confere identidade ao bem produzido pela economia solidária:

Economia solidária é feita de produtos originais, próprios, é uma produção artística totalmente diferente da que você encontra no capitalismo. Precisamos ter um estilo para ser economia solidária, uma história, uns princípios nos nossos produtos.

Porque economia solidária é artesanato e é arte. São produtos únicos, a gente não faz produtos de massa para as massas, como a indústria, que propõe todas coisas iguais, com as peças que chegam da China, esses são produtos sem valor nenhum. Aqui não, aqui é a arte da pessoa que você encontra, é a sua capacidade de criar peças únicas e a partir de material que ninguém considera como valioso, material reaproveitado ou reciclado. A gente inventa coisas do nada, maravilhosas.

[...] a gente aprende fazendo... Ai você vê o diferencial da economia solidária, nos colocamos aqui uma capacidade, uma arte, uma criatividade que é o que dá valor ao nosso trabalho. Aqui é tudo artesanal e, além disso, é tudo feito com princípios da economia solidária. Isso daqui tem tudo para dar certo, oferecemos algo realmente diferente do capitalismo. Você vê grupos que acham que podem comprar material lá no camelo da china, com preço super barato, aí eles adicionam uma coisinha, uma florzinha ou uma costura e pronto, vende. Mas isso não é economia solidária, não pode fazer isso não. [...] A gente sempre está explicando isso para as pessoas, toda hora, porque é importante as pessoas saberem que produtos são de economia solidária e quais não... (L. empreendedora econômica solidária/Recife. Entrevista n°4).

A partir desta definição de artesanato podemos afirmar que todo grupo de Recife e área metropolitana oferece nos circuitos da economia solidária produtos artesanais de diferentes naturezas. Há uma concepção desses produtos, como proposto na fala da empreendedora, que une diferentes elementos: o artesanal e o artístico, a unicidade do produto, a importância do conhecimento técnico e criativo do produtor e, por fim, o fato desses produtos representarem valores pertencentes a uma economia popular e solidária. Os objetos incorporam esses elementos conferindo o valor econômico e transmitindo símbolos morais na hora da troca econômica nos espaços de comercialização.

O artesanato solidário em Recife alcança uma variedade interessante de objetos. No meio do artesanato convencional os grupos oferecem joias e acessórios de embelezamento feitos de couro e outros materiais; objetos de decoração doméstica; roupas; bolsas e sapatos;

vasos em barro e plantas caseiras; sabonetes naturais; material de limpeza; cadernos e material de escritório; brinquedos; chaveiros; iluminações etc.

Há uma pequena presença de grupos que trabalham com alimentos produzindo especialmente chocolates, bolos, bolachas, frutas secas e legumes frescos.

No caso dos alimentos, a ideologia e prática da agroecologia fornecem os elementos para apresentação de um produto diferenciado e respeitoso aos princípios econômicos solidários. A agroecologia pode ser considerada um movimento, uma prática agrícola e um discurso em si, dotado de sua própria conformação e autonomia. Apesar disso, não são raros os casos de cruzamento de experiências pertencentes a diferentes movimentos nos espaços de venda econômicos solidários. Grupos de agricultores agroecológicos fazem parte da rede de economia solidária local, ainda que em menor quantidade do que nas regiões rurais situadas no interior do Estado. Alguns agricultores, sobretudo das áreas ao redor de Recife, mantêm relações estreitas com o coletivo urbano, criando oportunidades de colaboração e participação nos espaços de venda. Outros casos de participações cruzadas entre diferentes movimentos se dão com a presença de pertencentes do movimento dos catadores de lixo de Pernambuco; grupos de artesãos do movimento indígena; grupos de artesanato do movimento negro, e por fim, mais numericamente relevantes, os grupos de ação social do movimento de gênero das mulheres.

Outro componente central na ideia dos produtores sobre “*o que é economia solidária*” relaciona-se ao valor do **respeito ambiental**, que toma corpo na elaboração dos produtos através da prática de reciclagem e reaproveitamento. Um lema, assim como o título de uma feira econômica solidária recifense anual é “3R: Reduzir, Reaproveitar, Reciclar”.

A *artereciclagem* compõe de maneira importante o número de empreendimentos econômicos solidários e caracteriza aqueles grupos que produzem artesanato a partir de um trabalho de reciclagem ou reaproveitamento de material. Custo zero de matéria prima e valor adjunto do respeito ambiental facilita a criação deste tipo de produção, mas um componente criativo e artístico se torna premissa concreta para a realização do trabalho.

O setor da artereciclagem produz principalmente decorações e peças artísticas - quadros e esculturas – claramente feitas de material reciclado, mas na verdade grande parte da produção acima mencionada já é elaborada com material reciclado ou reaproveitado.

Há uma grande variedade de uso de matérias primas recicladas ou reaproveitadas, normalmente essa escolha caracteriza a principal produção de um grupo. O grupo Reciclarte

Guarajuba²⁵, por exemplo, elabora bolsas, cadernos, nécessaires etc. utilizando como matéria prima um plástico obtido da reciclagem e transformação de sacolas. O grupo Artana, por sua vez, utiliza principalmente madeiras destinadas ao lixo e outros pequenos materiais reaproveitados para elaborar suas peças. O grupo Semeando Futuro apresenta como produtos principais bolsas, lixeiras de carro e porta-tudo de tecido jeans e outros tecidos obtidos através do reaproveitamento de roupas usadas. Outro grupo de produção elabora quadros e peças artísticas utilizando pedaços de vidro, de latas, e de metais provenientes do lixo.

O elemento transversal na produção artesanal dos grupos de Recife e região metropolitana é o chamado “respeito ambiental”, princípio fundamental, que se combina com a possibilidade de encontrar matéria-prima a custo zero para a elaboração dos produtos econômicos solidários.

A ideologia e simbologia que constituem o discurso deste coletivo não apenas se materializam na forma de produzir no empreendimento e nas relações entre empreendimentos, mas também nos objetos, nas mercadorias, através do valor construído com eles, em suas vidas sociais (APPADURAI, 2008). A construção do valor reflete a complexa relação de elementos simbólicos, sociais e políticos com a questão econômica, vivida como problemática pelos agentes envolvidos.

Respeito do ambiente e do trabalho humano, ser fruto de cultura popular, de um saber fazer próprio, artesanal, ser de alguma forma “artístico”, único, ser produzido com modalidades reconhecidas como de economia solidária e ser feito “com carinho” são todos elementos que conferem o valor da mercadoria na feira. Além desses elementos, na fase de definição do preço e da exposição da feira se unem também cálculos formais relativos à produção, à comercialização e à sustentabilidade econômica²⁶.

Conceitos como valor de troca e valor de uso são fundamentais na literatura marxista para esta discussão, mas, com Appadurai (2008) aprendemos também um valor da mercadoria desvinculado do processo de produção, assumindo seu significado a partir da troca. A mercantilização reside na complexa intersecção de fatores temporais, culturais e sociais (APPADURAI, 2008) que assumem forma a partir da troca. As mercadorias são

²⁵ Encontraremos este grupo repetitivamente ao longo do trabalho. Na metodologia da pesquisa alguns empreendimentos foram acompanhados mais do que outros. O Reciclarte Guarajuba foi um que conhecemos de perto (a organização do grupo, a forma de produção e os produtos), tendo ainda uma atuação prática por parte da pesquisadora.

²⁶ A maioria dos empreendimentos participaram de oficinas sobre a temática da construção de preço, recebendo indicações sobre como calcular os gastos com matéria prima, energia e trabalho para a determinação do preço final de um produto. Estes cursos não consideravam outros valores discutidos no movimento social, como, por exemplo, o valor artístico, social e ambiental.

símbolos materializados e é partir disso que se constitui o valor. Além disso, o autor nos indica o caminho para um entendimento das práticas de consumo e das trocas também como politicamente determinadas. É nesta acepção que se insere a discussão sobre a construção do valor das mercadorias nas feiras de economia solidárias, onde além do valor simbólico, social, ambiental, cultural, afetivo e econômico dos objetos oferecidos também há necessidade de um elemento político, ou seja, o objeto vendido na feira deverá espelhar também os ideais políticos do movimento, num posicionamento anti-hegemonico.

“Esta não é uma feira!”

Uma vasta literatura etnográfica considerou a natureza das trocas socioeconômicas das “feiras livres” no Brasil (PALMEIRA, 2014; ARAUJO, 2012; VEDANA, 2013; DE OLIVEIRA, 2015; VIANA; FILHO; MOREIRA, 2010). A abordagem proposta neste tipo de estudo tem por objetivo a problematização de um entendimento científico das atividades econômicas num sentido unicamente formal e utilitarista. O espaço da feira livre parece manter a promoção da sociabilidade e da construção de laços sociais como prática fundamental da troca econômica. Junto a isso, a circulação de objetos, dinheiro, saberes, gestualidades e fazeres como práticas cotidianas da vida econômica abrem a reflexão para um estudo do consumo e da economia num sentido mais complexo e aberto, antropológicamente relevante. As dicotomias entre prática capitalista e pré-capitalista entre troca mercantil e reciprocidade, entre econômico e social, são nestes espaços mais tênues, mais visivelmente confluentes uma com a outra.

Estas pesquisas apresentam também a troca econômica e então as atividades de venda/consumo não como canais de troca unilaterais construídos a partir da lei da demanda e da procura e de um valor de uso e valor de troca abstraídos de seus contextos, mas sim como *experiências compartilhadas* onde comunicação, laços sociais e partilha de valores estão na base da troca e incorporados nos objetos trocados.

A ampliação do caráter estritamente comercial nos leva a perceber o espaço da feira como espaço histórico, familiar, coletivo, simbólico, cultural, social e, também, como possível espaço de mudança socioeconômica (PALMEIRA, 2014).

Nesta abordagem antropológica se insere a análise do espaço de comercialização e divulgação econômico solidário de Recife. O que resulta importante caracterizar como diferencial deste tipo de feira é o entendimento deste, a partir dos agentes envolvidos, como um espaço de socialização econômica no sentido que temos visto agora, mas também como

espaço *político de afirmação identitária* do movimento social local. Neste contexto de movimento social, as práticas de socialização e de solidariedade e as trocas simbólicas e materiais como elementos inseparáveis da ação econômica são parte de uma ação intencional, consciente e discutida coletivamente nos processos de tomada de decisão. Esses elementos são parte do processo político de conformação de identidade de uma economia solidária, no intuito de ter um posicionamento crítico a sociedade de consumo e às práticas econômicas capitalistas.

A maior carência percebida pelos agentes envolvidos, dentro da possibilidade de construir um diferencial da economia informal mais ampla, é a comercialização dos produtos e a sustentabilidade econômica do empreendimento. Por este motivo, desde a minha chegada como pesquisadora no movimento em 2012, a constituição de um espaço fixo de comercialização é um dos pontos centrais de toda discussão, reunião da rede, comissão e grupo de trabalho constituído.

No mesmo ano de 2012, após alguns eventos experimentais de venda, foi criada a ESCOES – Espaço de Comercialização de Economia Solidária, situado na UNICAP – Universidade Católica de Pernambuco, no centro de Recife, em colaboração com o Instituto Humanitas da mesma universidade e do Projeto Ramà, entidade de apoio e fomento ativa na rede de Recife. A organização e implementação deste espaço foram fruto de muitos encontros da rede e de trabalho em comissão onde foram discutidos e decididos o formato, as regras e os objetivos a serem alcançados.

O espaço criado poderia entrar na categorização de “feira solidária”, sendo que este termo foi rejeitado pela maioria dos organizadores que decidiram usar “espaço de comercialização e divulgação”. A discussão acerca da nomenclatura do espaço de venda de produtos econômicos solidários fez parte do processo de encontros organizativo e da rede do movimento onde muitos elementos foram debatidos e votados.

A discussão envolveu certa percepção do termo “feira”. Percebido como um termo marcado por certa carga depreciativa, feira indicaria um espaço informal, *hierarquicamente* submisso aos espaços de venda que a sociedade considera melhores: as lojas e os shoppings do mercado capitalista. A feira indicaria o espaço do informal, do não ordenado, não organizado, do barulhento, todos elementos que não caracterizam economia solidária no intuito de seus militantes. O espaço da economia solidária da mesma forma não podia se identificar com os canais comerciais do *capitalismo*. Precisava então de um nome diferenciado das duas propostas (feira e loja/shopping) que caracterizasse a economia solidária entre os dois níveis de economia que as duas nomenclaturas representavam.

Esta categorização feita pelos agentes do movimento social resume dois elementos fundantes da concepção que está na base da prática. *Comercialização* indica as práticas de troca econômica que aconteceriam nela, mas, sobretudo na *divulgação* estaria o elemento distintivo.

Pelos empreendimentos econômicos solidários a feira não é percebida apenas como espaço de venda: ela funcionaria mais como espaço de exposição dos produtos, e de criação de laço com potenciais consumidores, sendo as vendas realizadas principalmente por encomenda por parte de quem conheceu o trabalho de produção, enquanto as vendas diretas representam uma quantidade menor. Considerando este fato, a *divulgação* é muito incentivada neste espaço, ou seja, nos discursos dos organizadores, em função do *papel educativo e social* que se desempenham.

No espaço de comercialização e divulgação aconteceria a educação à economia solidária. O objetivo principal seria chamar a atenção do público do local e estabelecer relações diretas entre produtores e consumidores, apresentar a economia solidária e o funcionamento do próprio grupo e produção, deixando então claros os elementos diferenciais que caracterizam os objetos vendidos. Criar uma relação com o potencial cliente é poder transmitir os valores incorporados nos produtos, valores conectados aos princípios fundamentais de trabalho coletivo, respeito pelo trabalhador e pelo meio ambiente, a solidariedade e a autogestão, além de serem todos produtos artesanais e então de alguma forma *únicos*.

A troca de valores se torna tão importante quanto à troca de objetos, numa ação intencional, politicamente situada. A conversa e a relação vis-à-vis são os principais canais desta troca socioeconômica que acontece no espaço, tão importante quanto à troca material dos objetos.

O escopo principal do espaço é então a apresentação da economia solidária a todo potencial cliente, assim como as vendas. Tanto no interior do grupo de produtores quanto na relação com o externo as práticas são continuamente ligadas ao discurso e voltadas a “outro agir econômico”. A comunicação, a solidariedade entre produtores, a relação dos produtores com o público, a explicação do valor dos produtos e então a educação sobre a economia solidária são mantidos como guias principais nas atividades do local.

O espaço da feira é um espaço de afirmação do movimento social, reconhecido como muito importante pelos empreendimentos, aumentando o sentimento de pertencimento na identidade coletiva. A possibilidade de comunicar, apresentar, explicar e vender produtos num espaço coletivo econômico solidário permite a afirmação de relações do movimento

social, da própria identidade e da própria capacidade de apresentar um diferencial econômico tendo o cuidado em todo elemento que constitui a feira.

O local específico e o tipo de público que transita na universidade não foram problemáticos. Com certeza a abertura do local à experiência da economia solidária favoreceu o começo das negociações, mediadas pelo instituto Humanitas. Mas, nos encontros da rede era discutida a importância estratégica deste espaço e público. Construir uma parceria num lugar de formação onde se encontram estudantes e professores principalmente da “classe média” ou “alta” era considerado desde o começo uma importante âncora do movimento e um primeiro passo para a autoafirmação. É um público considerado importante no sentido educativo e socializante deste espaço de comercialização e divulgação de economia solidária. De toda forma, este contexto comercial apresenta também fatores problemáticos: enquanto o movimento almejava a penetração em espaços diferenciados do próprio, tendo em vista uma “educação” e socialização da economia solidária, a constituição de uma relação mais estável com este público se demonstrou muito complicada, como veremos.

Gente! A ESCOES não é apenas um espaço de comercialização! É um espaço onde as pessoas nos conhecem, conhecem nossos produtos, como produzimos. A economia solidária...é um espaço onde estão todos nossos princípios de solidariedade. Mais que isso, a ESCOES é o espaço da economia solidária de Recife, nosso espaço e temos que estar orgulhosos dessa conquista do movimento... (Intervenção de A. – Reunião do Fórum Metropolitano do Recife. Diário de campo nº2).

“Isso não é economia solidária”

Nas considerações feitas até agora confirmamos a presença de um processo de construção de identidade que oscila continuamente entre o *ser* ou *não ser* uma economia solidária. Este processo de oposição simbólica em algum momento parece ter uma dinâmica mais exclusiva do que inclusiva, considerando que “inclusão” é um dos valores fundamentais da proposta do coletivo. A oposição contínua nos remete a dimensão anti-hegemônica da rede: a percepção que temos é de que os atores considerem a maioria do mundo afora como se sempre existissem os perigos relacionados ao individualismo, ao capitalismo, a exploração etc., todos elementos dos quais precisa se proteger. O processo de definição,

assim, faz parte da criação de identidade própria em oposição ao modelo que se pretende criticar através da ação proposta.

Capitalismo é um conceito que encontramos com muita frequência nas falas desses atores do movimento. Ele representa uma entidade com consistência concreta e dada no mundo, autoevidente. Frases como “*o capitalismo faz*”, “*o capitalismo é*”, “*o capitalismo pensa*” etc. são utilizadas e conferem a este modelo quase uma forma de personificação. Entendemos então o uso da palavra *capitalismo* como modelo econômico cujas práticas representam tudo contra ao qual a economia solidária se opõe, ou seja, uma entidade que incorpora todos os contravalores do movimento: individualismo, competição, injustiça, desigualdades, dependência, exclusão etc.

A metodologia de formações, organizadas para os empreendimentos que se “iniciam” na economia solidária na rede local, utiliza então este modelo de capitalismo cuja contraposição nasce a ideia de uma economia solidária. Como temos visto, também no processo do dia a dia de auto definição esta contraposição resulta ser constitutiva.

Simbolicamente, o sistema capitalista, é percebido como instância extremamente negativa, num sentido moral de julgamento.

No movimento local encontramos sujeitos que podem ser definidos como “excluídos” do mercado formal de trabalho, no sentido de não responderem aos critérios de acesso a ele; mas encontramos também muitas pessoas que escolheram não entrar nele:

Eu podia trabalhar no capitalismo, já fiz isso quando era jovem, trabalhei por bastante tempo. Mas o capitalismo me deixava doente, era muito difícil. Ficar o dia todo num lugar fechado, com o ar condicionado em cima da cabeça e tinha que escrever e escrever, eu nem sabia o que estava fazendo, não que não o fazia bem... mas comecei a ficar doente. Eu sempre fui uma pessoa criativa, e resolvi viver da minha criatividade. Empreendedora econômica solidária/Recife. Diário de campo nº3).

De toda forma, o grande desafio dos empreendimentos de economia solidária locais consiste em definir a própria relação em termos de coexistência com o mercado hegemônico. O discurso ideológico é marcadamente anticapitalista, mas se depara nas práticas cotidianas com uma necessidade de relação contínua, sendo essa inevitavelmente uma relação hierárquica.

Quando cheguei ao campo pela primeira vez, em 2012, os discursos da rede de Recife sobre as diferentes decisões a serem tomadas em experiências que estavam apenas começando (como a do espaço de comercialização na UniCap de Recife, ou o evento anual “Grito dos excluído”) eram fortemente anticapitalistas. Nessas discussões se excluía a

possibilidade de uso de uma máquina para cartão de crédito, sendo considerado um “instrumento capitalista” e o desconto era repudiado por ser “estratégia capitalista” de rebaixamento do valor do próprio trabalho. O cálculo do preço dos produtos precisava considerar, sobretudo, o valor cultural e humano do trabalho e as estratégias de marketing eram consideradas negativas. Lembro-me que estas considerações acompanhavam um clima de forte otimismo naquela época (em 2012), em continuidade com um momento de apogeu das possibilidades de crescimento do movimento: estava sendo estabelecido o primeiro espaço oficial de economia solidária em Recife e acabava de ser aprovado o projeto pela constituição de um Banco Comunitário na comunidade de Santo Amaro. As instituições e as entidades de apoio prometiam financiamentos e nas reuniões participavam muitas pessoas.

Já a partir do ano 2014, observamos muitas mudanças. O movimento de Recife se encontrava numa fase difícil e muitos pontos antes colocados como indiscutíveis passaram a ser considerados de forma mais maleável. Os representantes do governo mudaram, acompanhados por uma mudança estrutural das secretarias, dos projetos, das prioridades e da proposta política. As entidades de apoio, especialmente as Ongs que contavam com financiamento da Europa, viram seus recursos diminuindo sempre mais. O espaço de comercialização fundado em 2012 não conseguiu crescer e o projeto do Banco Comunitário passa por enormes atrasos e dificuldades, ainda hoje. Acompanhando alguns empreendimentos entrei em contato com as dificuldades econômicas que eles enfrentam: muitos não se autossustentam economicamente. Este clima também tem causado uma diminuição no envolvimento ideológico e político das pessoas nos encontros da rede determinando em certos casos o esvaziamento dos espaços de encontro.

Por estes motivos, se do ponto de vista simbólico a identidade se cria e recria a partir da contraposição com o conceito de capitalismo, atualmente definições e estratégias de ação prática estão tomando outras direções. A conclusão a qual chegamos, e cujos detalhes empíricos continuaremos a aprofundar nos próximos capítulos, é que a economia solidária local está se constituindo num espaço social próprio e sobre uma identidade própria, mas através de uma relação/contraposição com outras duas instâncias: a economia capitalista e a economia informal.

4.3 EM MILÃO/BRIANZA: CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE

Considerando a abordagem deste trabalho, voltada ao entendimento de um movimento social global, mas em suas conotações locais, encontraremos no caso de Milão e Brianza um panorama muito diferente. Isto é inevitável considerando as diferenças sociopolíticas e econômicas dos dois contextos. Mais uma vez, parece-me necessário esclarecer que esta escolha não foi isenta de problemas e questionamentos.

Primeiramente esclarecemos que os lugares específicos da pesquisa de campo foram também relacionados às oportunidades acadêmicas e pessoais da pesquisadora: de origem italiana, formada em antropologia na Universidade de Milão e residente na área da Brianza desde o nascimento; a saída do próprio contexto para o de Recife representou um dos caminhos e elementos que compõem, em parte, a experiência antropológica. Depois de quatro anos de moradia e pesquisa em Recife, a oportunidade de voltar ao contexto de origem e descobrir a existência de um forte movimento relacionado ao próprio objeto de pesquisa, abriu a possibilidade então de redefinir o olhar metodológico do trabalho. Além deste percurso pessoal, conforme mencionado anteriormente, sentiu-se a necessidade metodológica de abrir os direcionamentos do campo de economia solidária para além do espaço-lugar de Recife. Isto porque, quanto mais se aprofundava o conhecimento empírico do lugar, mais se percebia que a dimensão local estava relacionada às dimensões extra locais e da circulação de ideia, objetos e pessoas da economia solidária.

No começo foi elaborada uma tentativa de seguir estes caminhos através de um instrumento metodológico tal qual o do campo “multisituado” (CLIFFORD, 1998), com a constatação da existência de um forte movimento de economia solidária também no próprio contexto de origem da pesquisadora, abriu-se novas possibilidades. Como questão inicial de tese o entendimento de um movimento no nível global e local de economia solidária, prospectou-se interessante a possibilidade de considerar dois casos em dois continentes e contextos socioculturais diferentes, no intuito de aprofundar as dimensões “glocais” do mesmo. Foi desta maneira que sete meses de pesquisa de campo foram praticados na experiência italiana de Brianza e Milão.

A economia solidária italiana, desde sua conformação básica e sua própria história, se desenvolve com um duplo direcionamento: um global e um local. Como relatado oficialmente pelos documentos do movimento, a economia solidária italiana nasce nos anos 1990 com experiências de comércio équo (comercio justo no brasil) e solidário e de finança

ética. O primeiro eixo de atividades é constituído por iniciativas de exportação de mercadorias – principalmente artesanais e agrícolas – por parte de pequenos produtores de países “subdesenvolvidos” para pequenas experiências de comércio que com o tempo se tornarão muito conhecidas: as *Botteghe del Mondo*, por exemplo. Estas iniciativas tinham como objetivo, instaurado em outras experiências já existentes de cooperação internacional, a possibilidade de constituir caminhos econômicos e de desenvolvimento baseados na coparticipação, de caráter antiassistencialista e na sensibilidade social e corresponsabilidade entre o norte e o sul do mundo. O segundo eixo, representado pelas cooperativas MAG (Mutua Auto-Gestão) que atuam na área das finanças, perseguiram o objetivo de financiar através da união de poupanças autogeridas realidades ou sujeitos que não obteriam crédito nos canais formais de financiamento. Da ideia da MAG nasceu, em 1999, o Banco Popular e Ético, o primeiro banco pensado em termos de finanças e gestão éticas.

Assim como no Brasil, estas experiências nascem com a participação de diferentes atores entre os quais sindicatos, sujeitos do mundo católico, terceiro setor e militantes de diferentes movimentos (como ecologistas, pacifistas etc.) que tentam elaborar planos e iniciativas num sentido crítico ao sistema capitalista de exclusão e desigualdades, tanto no nível local como e, sobretudo no nível global.

Estas experiências reconhecidas como marcos iniciais da economia solidária local tiveram uma história própria de desenvolvimento: o comércio justo e solidário cresceu substancialmente, contando hoje com mais de 500 unidades de “*Botteghe del Mondo*” e um faturamento de 50 milhões de euros; enquanto as experiências das MAG permanecem em pequenos números, mas coletando alguns milhares de sócios.

Desta maneira, temos hoje um conjunto de experiências diferenciadas e constituídas em organizações no plano nacional que se reúnem sob a forma de associações: AFE (Associações de Finança Ética), AGICES (Associação Geral Italiana de Comercio Équo), ANBDT (Associação Nacional dos Bancos Do Tempo) etc.

Mas, paralelamente a este patamar de experiências, a partir do final dos anos noventa, temos o nascimento e crescimento de uma estrutura definida a partir de uma conformação local e, sobretudo em formato de Rede: a do consumo crítico dos sistemas locais de troca, conhecidos como GAS Gruppi di Acquisto Solidale (Grupos de Compras Solidárias, em português).

Neste contexto, nasce a Rede de Economia Solidária italiana, que se propõe a pôr em relação direta sujeitos de diferentes setores, entre os quais o setor público e o terceiro setor,

no intuito de criar um corpo mais autônomo e fortalecido em relação ao sistema da economia de mercado.

Em 19 de outubro de 2002 acontece na cidade de Verona o seminário “Estratégias de rede para uma economia solidária”²⁷, no qual se consolidou um grupo de trabalho permanente para formação de redes locais. No ano seguinte, em 2003, é redigida a “Carta para Rede Italiana de Economia Solidária”²⁸, na qual são resumidas as características e os valores guias do movimento e onde se propõe a ativação de Distritos de Economia Solidária (DES) (BIOLGHINI, 2012). Os distritos funcionam como coordenações das redes locais voltadas a promover o contato entre entidades locais (produtores, fornecedores de serviços e administrações locais públicas) com os consumidores críticos (os Grupos de Compras Solidárias) para a geração de ações alinhadas com os princípios da economia solidária. O primeiro DES é instaurado em Torino, no outono de 2003, logo após a publicação da Carta de Princípios. Na região de Brianza o DES também é criado no ano 2003 logo após a visita e o encontro do professor brasileiro Euclides Mance (BIOLGHINI, 2012).

Além das experiências dos DES, que logo terão representatividade em todo o território nacional, nascem outras diversas iniciativas, como: experimentações de estilos de vida diferentes, projetos de autodesenvolvimento, colaborações com as políticas antimáfia etc.

Podemos perceber, como igualmente ao Brasil, que esta área de atividade teve como elemento propulsor o dos movimentos altermundistas, ou movimento dos movimentos, organizado a partir do Fórum Social Mundial. Igualmente também à experiência brasileira a conformação e constituição de uma identidade própria chamada de Rede de Economia Solidária adquire sentido a partir da dimensão local, mas que no caso italiano se desenvolve a partir de um movimento de consumo crítico e de consumidores, ao invés de produtores, como protagonistas ativos das experiências chamadas de economia solidária.

4.3.1 “C” de consumo

A principal experiência ligada à economia solidária na Itália tem lugar no contexto agrícola e alimentar. Portanto, vemos como este processo tem nascido em outros campos de

²⁷ <http://www.retecosol.org/docs/Atti.pdf>

²⁸ <http://www.retecosol.org/docs/CartaRes0703.pdf>

discurso, para além do discurso altermundista, especialmente em relação ao consumo, à produção e distribuição de alimentos e alimentação saudável.

Quanto à dimensão do consumo, precisa-se esclarecer o contexto sociopolítico e económico no qual este conceito se torna central e fundamental, assim como no caso brasileiro, temos analisado a origem de um movimento de produtores dentro do contexto da economia informal e popular.

O conceito de consumo na contemporaneidade detém uma centralidade sem precedentes. Como o de produção - que tem sido central por um longo período - torna-se um dos principais elementos no entendimento de uma sociedade de consumo, assim como a italiana. Mas, também do ponto de vista da análise cultural e social o consumo assume um novo valor, passando a indicar uma possível chave de interpretação do que caracteriza o modo de pensar, de viver, de entender e se relacionar no mundo, hoje. A categoria do consumidor na concepção clássica de *“ator soberano e atomizado, livre de qualquer condicionamento social, que opera as decisões de compra em busca de maximizar a utilidade individual”* (LORI; VOLPI, 2007, p.45) dá lugar na contemporaneidade a uma nova e complexa concepção, que o vê o consumidor como ator inserido numa rede social, formando suas próprias escolhas com base em crenças, valores, estilos de vida, uso do tempo e energia, conhecimento e informação e socialidade, participando em construir novos sentidos de identidade.

Para definir este fenómeno é preciso constar a existência de um cenário complexo, onde os atores são muitos e diferentes e a velocidade das transformações é alta e imprevisível no cenário globalizado. O importante, no movimento da sociedade de consumo das últimas décadas, em relação também a cenários de crise, é que as atitudes dos consumidores se transformaram em direção à criação de uma consciência, de um conhecimento e de demandas cada vez mais específicas.

No ato de compra, portanto, está implicada uma série de questões culturais e sociais numa estrutura de preferências complexas e sempre mais específicas. A demanda dirigida principalmente para a satisfação de necessidades simples e claras é substituída por uma demanda exigente e direcionada para atender desejos de complexidade crescente.

O indivíduo e as coletividades na sociedade de consumo teriam as características de um *“homo consumericus”* (LIPOVETSKY, 2007), um novo esquema interpretativo do consumidor, não alinhado, móvel, flexível, amplamente libertado de antigos padrões de consumo de classe, imprevisível em gostos e escolhas de compra. O consumo é assim um dos indicadores mais importantes dessa cultura: *“[...] a nossa é uma sociedade de consumo.*

Mas quando falamos disso, nós temos em mente algo mais que a observação trivial de que todos os membros dessa sociedade consomem [...]. A sociedade atual treina seus membros para o objetivo primário de desempenhar o papel de consumidores [...] à qual é imposta uma regra: conhecer e querer consumir" (BAUMANN 1999, p.75-76).

Práticas, lugares e mercadorias caracterizam a gênese de modelos da cultura do consumo, considerando que os seres humanos sempre usaram e estão usando os bens para fins simbólicos como prova de status, inclusão e exclusão em comunidades e grupos, ou seja, na definição de relações sociais. Uma visão distante a essa ideia é a de que o comportamento do consumidor é ditado por um princípio de racionalidade instrumental, a qual é para os economistas um pré-requisito da economia de mercado.

Ademais de uma definição sociocultural de novos comportamentos de consumo, do qual veremos o caso da economia solidária italiana, ocorre contextualizar de antemão o papel político que o consumidor foi adquirindo no contexto local, permitindo a ampliação e criação de um espaço de luta anti-hegemônico inserido no próprio campo do consumo.

Crises econômicas, criação de conhecimento e consciência dos processos de produção e distribuição e mudanças nos padrões e comportamentos de consumo deram vida na Itália a um consistente movimento político de consumidores. A crescente divulgação de habituais casos de fraude no campo da indústria alimentar; a absoluta liberdade de formação de preço dos produtores; uma legislação lacunosa em relação à produção e distribuição de produtos foram alguns fatores que levaram a formação dos primeiros questionamentos legais da relação de mercado com o consumidor, numa visão mais reativa do mesmo. Começa-se a sentir a necessidade de uma tutela ou garantia de alguns direitos do consumidor, que ainda precisavam ser definidos. Neste contexto, em 1955, nasce a primeira associação de consumidores nacional. Segurança, qualidade, transparência dos produtos e ética de mercado são conceitos que começam a ser discutidos a partir do ponto de vista dos consumidores. O crescimento do pedido de assistência e tutela foi aumentando e as instituições têm começado a participar, provendo soluções legislativas a muitas questões do recém-nascido movimento consumerista local.

Hoje, o número de associações legais de tutela aos direitos de consumidores e o código normativo da área alcançaram um nível quantitativo e qualitativo muito alto e complexo, tanto que podemos falar de um verdadeiro movimento político/jurídico de consumo.

A noção de “cidadão-consumidor” se insere neste contexto. Numa sociedade onde a hegemonia de mercado resulta ser quase monopolística, no nível tanto econômico quanto

político, um sujeito de direito particularmente atinente é o que corresponde à definição de “cidadão-consumidor”. Nos estudos de cidadanias passamos, inclusive, a visualizar as críticas da perspectiva do cidadão-proprietário (GARGIULO, 2008), onde o sujeito de direito italiano (e europeu) era um sujeito inserido no mercado a partir de sua propriedade, ao cidadão-consumidor (CASTRIGNANO, 2009), onde o sujeito de direito passa a ser o sujeito inserido no mercado, trabalhador e consumidor e o Estado simples provedor de serviços, deixando ao mercado o papel de regulador social. Mas, o surgimento do cidadão-consumidor trouxe uma consequência inesperada: o processo de politização do mercado e do consumo (Idem.) que hoje dá vida a uma série de movimentos de críticas ao próprio sistema, como o de economia solidária.

A ideia de um “fazer política” através do “consumir” se torna a base de análise de inúmeros movimentos onde ética, moral e responsabilidade social da sociedade de mercado são questionados (SETIFFI, 2013). O mercado e suas instituições se tornam elementos contra os quais o movimento de consumo se mobiliza, fazendo das práticas e comportamentos de consumo no cotidiano os instrumentos de luta optados. O chamado “consumo crítico” abre, assim, sua margem de manobra em pelo menos três direções: consumo político negativo – representado principalmente pelo boicote; consumo político positivo – baseado no “*buycott*” (SETIFFI, 2013) ou premiação das empresas que demonstram um comportamento ético; e, por fim o que chamo de consumo político alternativo - composto pela crescente constituição de redes de trocas econômicas locais que constituem as experiências dos GAS italianos.

Como brevemente visto anteriormente, entre todas as experiências de consumo crítico relacionadas a uma atualização cultural sobre estilos de vida, consumo e bem-estar, os Grupos de Compras Solidárias são os que registraram o maior índice de crescimento.

Os GAS são grupos de famílias, vizinhos ou amigos que decidem gerir suas compras cotidianas coletivamente construindo relações diretas com produtores locais éticos. Uma evolução recente dos grupos consiste na constituição de projetos de coprodução e reconstrução da cadeia de produção. Ou seja, além de comprarem produtos agrícolas ou outros produtos prontos diretamente com o produtor, há a proposta de participarem ativamente na produção -de formas diferentes- e na reconexão de todas as etapas de produção local de certo alimento, obtendo assim um produto próprio criado numa cadeia produtiva local e ética.

A prática do consumo crítico, como vemos, é construída a partir da criação de um canal de consumo alternativo ao mercado hegemônico, acompanhado por um importante

processo de construção de um discurso político e de mudança cultural. É interessante, neste sentido, perceber que a recente grande crise da economia de mercado na Itália, iniciada em 2008, e cujos efeitos continuam a aumentar de proporções no contexto econômico e político, não causou a diminuição deste tipo de movimento, pelo contrário, o acelerou. Isto parece ser não apenas por causa das estratégias realizadas pela pequena agricultura, sempre mais frágil no contexto do amplo mercado, mas também porque os Grupos de Compras Solidárias permitem não apenas baixar o preço de compra de alguns produtos, mas sobretudo porque esses produtos parecem responder a algumas dinâmicas de procura de sentidos relacionada às escolhas cotidianas de consumo e estilo de vida (FORNO, 2016).

É na reconstrução de tecidos econômicos e sociais, fundada no movimento do consumo político, que o GAS é analisado enquanto mecanismo central da rede econômica solidária de Milão e Brianza. Passamos, então, a observar de qual discurso e simbologia local nasce esta experiência no contexto concreto. A pesquisa de campo da região teve principalmente dois núcleos empíricos: o primeiro situado no Parque Agrícola Sul Milão, onde encontrei diferentes pequenos produtores de *cascina*²⁹ e os participantes dos relativos Grupos de Compras Solidária locais; e o segundo, situado em Brianza, consistia num projeto de coprodução e reconstrução da cadeia curta e local de pão, organizado em colaboração entre a Redinha GAS Brianza e produtores e transformadores locais, chamado “Spiga & Madia”.

4.3.2 “Se não consigo explicá-lo, você pode comê-lo”

O movimento nomeado de rede de economia solidária na Itália, em sua constituição mais incidente, se insere no contexto dos movimentos consumeristas e do consumo crítico/político notadamente no âmbito da cultura alimentar. Por este motivo precisamos analisar, a partir deste discurso e prática, a geração de significados e ações do movimento local.

A globalização da produção e distribuição de alimentos e o relativo e gradual processo de transformação em mercadorias tem tido como consequência uma incisiva remoção do cotidiano do alimento da “terra” e da cultura e história local. As práticas locais relacionadas à comida são práticas históricas de formas de produção, trabalho humano, relação com a terra, saberes e técnicas adaptados e aperfeiçoados em amplos ciclos de tempo.

²⁹ Cascina é o nome local da estrutura “tradicional” de pequeno agricultor.

Mas, no mundo globalizado e do livre mercado, assistimos paulatinamente ao encontro entre indústria alimentar e indústria química, abrindo o caminho para um processo de mudança no conceito de produção do alimento, baseado numa lógica “*racionalizadora*” e numa “*mercadorização*” do mesmo (LE BRETON, 2006). Os laboratórios químicos e agrônômicos implementam práticas de transformação do alimento, de criação de novos, até alterar completamente a sua composição, o seu sabor e o seu sentido cultural. O processo de produção industrial decompõe e recompõe o alimento exatamente como qualquer outra tipologia de produto do mercado, trazendo vantagem de um sempre mais refinado saber químico e técnico.

Neste sentido, conjuntamente ao modelo “*fast food*” (RITZER, 1996), que teria mudado nossos hábitos cotidianos de alimentação, um modelo químico-racional de produção transformaria o próprio alimento – e o sabor – com uma velocidade e um impacto extremamente significativos. Uma questão central do modelo globalizado hegemônico de produção e distribuição de alimentos está relacionada a uma progressiva remoção ou distanciamento do consumidor com a comida. As possibilidades tecnológicas de produção industrial em larga escala voltadas a estender os tempos de vida biológica dos alimentos, facilitados por uma eficiente logística de distribuição e tratados comerciais em escala global, causaram rupturas espaciais e temporais na relação de produção e acesso ao alimento e uma despersonalização da relação. Nesta linha de pensamento, a industrialização é percebida como um processo que distancia o alimento das pessoas, até ao ponto de promover um desconhecimento da origem e constituição de ingredientes do mesmo.

Neste contexto, indivíduos e coletividades levantam questionamentos e preocupações relacionadas à indústria alimentar. A partir das conversas com os interlocutores do campo de Milão e Brianza, autodefinidos militantes de economia solidária, podemos destacar três elementos fundantes do discurso crítico ao mercado alimentar globalizado, num sentido ético e moral, mas não apenas. Estes três elementos correspondem respectivamente à: conhecimento e soberania, alimentação saudável e desigualdade.

Primeiramente, percebemos nessas conversas uma grande preocupação em relação ao direito de conhecer a própria alimentação, particularmente no sentido de rastreabilidade dos produtos e de conhecer como é executado o processo. Os interlocutores – pertencentes aos GAS locais – apresentaram a preocupação de não saber o que é e de onde vem a comida que compram no mercado convencional, não obstante as leis e os direitos dos consumidores sobre proveniência e rastreabilidade dos ingredientes. O sentimento de perda de soberania, controle popular e democracia em relação à alimentação é assim expressado:

Aqui perto de Milão temos o maior parque agrícola da Europa, mas quem sabe disso? Ninguém! E porque ninguém aqui o conhece? Porque aqui não se produz comida para Milão, produzimos outras coisas, para outros mercados em outros lugares... e o que comemos aqui em Milão? De onde vem a farinha do nosso pão cotidiano? A compramos de outros países, só Deus sabe de onde, Barilla compra a farinha mais barata de diferentes países e depois a mistura. Não sabemos mais de nada, isso não faz sentido, não acha? (G. militante e representante da redinha GASBri. Entrevista N° 21, tradução livre da autora).

É possível perceber que a ausência de conhecimento e controle sobre a alimentação é estritamente conectada a uma questão local/global, onde longas cadeias de produção do alimento distanciam a produção do mesmo dos lugares e terras locais. Isso se relaciona à memória local e cultural também:

Somos todos filhos de operários e netos de camponeses aqui. Então todo mundo sabe quanto era importante a agricultura nesta área e como era boa a nossa produção de comida. Minha vó cozinhava todo dia o que era cultivado perto de casa, ou seja, isso é normal, não é normal ter uma comida cujos ingredientes chegam de dois, três ou quatro países diferentes e longes daqui. Quero dizer, eu não quero afirmar que temos que voltar ao passado, como as coisas costumavam ser, passado é passado, mas ter a nossa comida onde vivemos e saber o que comemos todo dia? Sim, isso é o que queremos (G. militante e representante da redinha GASBri. Entrevista N° 21, tradução livre da autora).

Diretamente relacionados ao primeiro ponto de discussão estão os significados sobre a alimentação saudável. Um importante elemento de criticidade e preocupação da qualidade dos alimentos, particularmente relacionados ao uso de agroquímicos na indústria agrícola, conduzem muitas pessoas a questionarem a ética de tais empreendimentos. A ideia central neste caso é que a lógica da maximização e racionalização da produção e a centralidade do lucro estão prevalecendo sobre a preocupação com a saúde humana e com o ambiente:

Hoje a terra já era, moramos na segunda região mais urbanizada da Itália. Isso parece trivial, mas se você for ver os congressos e todas essas coisas muito nobres promovidas pela região e pelas universidades, eles não dizem isso, eles não dizem que o problema é o cultivo sem o solo, dizem que o problema é a produtividade da agricultura. Então se nós temos perdido 20% de terra cultivável, qual é o problema? Coloco dentro da terra química ou OGM e a agricultura se torna 20% mais produtiva. Essa ideia que para comer precisamos de terra e não de química foi perdida. E a terra está mudando por isso, a terra morre, as pessoas ficam doentes, claro por causa do uso descontrolado de agroquímicos [...] essa indústria não se importa com nossa saúde, nos faz comer química, nos faz comer veneno (F. Agricultor Cooperativa Social. Entrevista N°20, tradução livre da autora).

Os usos de agroquímicos na produção agrícola é um grande tópico de discussão local. Mas, o mais importante é o quanto este fator incide e define a falta de moralidade do modelo do mercado global. As pessoas com as quais conversei se sentem seriamente preocupadas por essa relação entre alimentação e saúde, sustentam a contraposição moral de que a “*economia*” não pode ser mais importante “*do que os seres humanos*”. A leitura que eles fazem tem uma conotação estritamente moral. Reportam diferentes casos de fraudes alimentares divulgados pelas mídias, relacionados ao uso indevido de produtos proibidos, a falsificação dos processos de produção, a falsa origem dos ingredientes etc., para demonstrar como a lógica do lucro não pode combinar com valores morais, especialmente em relação à saúde humana e ambiental.

Além disso, no terceiro ponto, o discurso crítico encontrado inclui a questão global social sobre pobreza e desigualdade. Novas análises sociais e novas campanhas de organizações não-governamentais expoentes e de cooperação internacional estão deixando claro para os nossos interlocutores que o problema da má nutrição e da pobreza em algumas regiões do mundo não ocorre devido a um contexto de escassez de recursos e alimentos, mas à distribuição desigual e ao desperdício dos mesmos, especialmente nos países “ricos”. Envolvendo, portanto, questionamentos sobre o estilo de vida desses últimos.

O funcionamento do livre mercado e do modelo neoliberal é percebido como fomentador desta situação. O mercado é visto como a principal causa de desigualdade global, mas, também, local:

Vou te explicar: nesta região, ainda temos muitos pequenos e médios agricultores trabalhando. Mas, neste momento de crise econômica e política... se estes trabalhadores já antes tinham dificuldades, agora estão empobrecendo ainda mais. Sempre tem sido um trabalho difícil, mas hoje o grande mercado está explorando os agricultores de uma forma inconcebível. Nós vamos ao Esselunga (cadeia de supermercados da região, Nota do Autor.) e encontramos verduras muito baratas, e pensamos, que legal! Mas se vamos olhar o que tem atrás do preço e ver a cadeia de produção da Esselunga do começo até a venda, então vamos descobrir que o agricultor do qual eles compraram as abobrinhas que você está pagando 1,5 euro por Quilo, está recebendo apenas o 15% do preço final, o 15%, quer dizer nada. Eles não podem viver com este pagamento, mas não podem mesmo. Isso é porque queremos comprar direto do produtor e pagar o preço justo, para nós, consumidores, mas para eles também, os produtores (D. participante de um GAS local. Intervenção em evento expo 2015, tradução livre da autora).

A crise econômica e as dinâmicas do mercado são vistas como fomentadoras de práticas amorais e exploradoras dos pequenos produtores em detrimento dos grandes. De fato, a partir da última década o panorama agrícola da região está passando por um processo de mudança. Encontramos diferentes estudos que estão considerando o aumento de

importantes mudanças relacionadas aos modos de produção agrícola da região, aos produtos cultivados e às estratégias adotadas pelos pequenos agricultores em face da instabilidade econômica e política para uma “agricultura multifuncional” (VAN DER PLOEG, 2009, GRASSENI, 2014). Estudos sobre as dinâmicas dos Grupos de Compras Solidárias apontam a estes elementos também.

De todos esses elementos brevemente expostos e com base no discurso local dos militantes de economia solidária quando questionados sobre o significado da própria posição crítica foi possível perceber a centralidade e o aumento de preocupação em relação à ética e a moral no corrente sistema econômico hegemônico.

A economia solidária italiana constrói sua específica ação e o seu discurso a partir destes três patamares de problemáticas relacionadas ao sistema de mercado da alimentação num sentido global e local. A economia neoliberal é vista como modelo antiético e injusto contra o qual cabe mobilizar-se através de propostas e práticas fundamentadas em uma economia “nova” e “moral” ou, solidária.

Assim se constituem Grupos de Compras Solidárias, a partir de cidadãos-consumidores comuns que discutem e atuam para construir novas dinâmicas sociais e econômicas em vista de mudanças no estilo de vida.

Os “Grupos de Compras Solidária” (Gruppi di Acquisto Solidale – GAS) são grupos formados voluntariamente e prevalentemente de modo informal por cidadãos comuns unidos através de uma relação familiar, de amizade ou vizinhança (FORNO; GRASSENI; SIGNORE, 2013) com a intenção de organizarem atividades de compras de produtos. As compras coletivas, efetuadas a partir de decisões grupais e em relação direta com os produtores, são redistribuídas seguindo o princípio da solidariedade. Em tempos recentes a organização destes grupos está apresentando diferentes experimentos definidos de coprodução que priorizam a relação direta, recíproca e de participação entre o coletivo e os produtores.

O modelo GAS começa a se definir a partir do ano de 2004 e é parte de um fenômeno crescente. Na região de Milão e região metropolitana (província - região Lombardia), podemos contar 450 GAS cada um com uma média de 10 a 50 pessoas/núcleos familiares. Nas palavras dos protagonistas um GAS é caracterizado por três adjetivos: “*pequeno, local e solidário*”. Pequeno, para permitir a fácil organização e promoção de relações entre os parceiros, objetivo principal de existência do coletivo; local, para fortalecer o vínculo entre os cidadãos e o território que habitam, assim como os produtores locais, e de uma forma que é considerada solidária.

Os dados quantitativos coletados pelo Observatório CORES³⁰ (Consumos, Redes e Economias Sustentáveis) da Universidade de Bergamo sobre o movimento de GAS da região Lombardia trazem características interessantes sobre os participantes: 62% é composto por mulheres (o questionário era aplicado junto ao núcleo familiar participante, mas era pedido que fosse indicada a pessoa mais empenhada no dia a dia do GAS); são pessoas de idade média e alta: 49,6% estão entre os 30 e 44 anos e 42,9% entre os 45 e 60 anos. A maioria das famílias têm filhos (71,8%); e, 49,5% dos participantes têm graduação, indicando um grau de instrução mais alto do que a média nacional. Contrariamente a certas expectativas não foram encontrados dados que conectam o público dos GAS à classe alta, mas sim a classe média, sendo declarada por 22,3% dos participantes uma renda familiar inferior a 2.000 euros mensais; 56% entre 2.000 e 3.500 e 20% superior a 3.500.

Ainda conforme os dados do Observatório CORES 69,8% declaram serem muito interessados na política, mas apenas 25% entre eles declaram confiar em partidos políticos. Maior confiança é destinada à União Europeia (45,6%) a igreja católica (29,5%), aos sindicatos (32,6%), à administração comunal (prefeitura) (48,4%), às associações de consumidores (75,1%) e às cooperativas sociais (80,9%).

Além da organização de atividades econômicas, os GAS são centros de discussão política e social. Os encontros da rede são ocasiões de discussão de elementos sociais, culturais, morais, sobre economia e política criando e construindo processualmente um discurso, uma ideologia e uma cultura política própria que são acionadas através do consumo. A partir de um ponto de vista qualitativo encontramos uma grande riqueza e variedade de linhas de pensamentos, ideais e questões, das quais destacamos, a seguir, alguns elementos chave da simbologia discursiva desta experiência:

³⁰ Os dados indicados são referidos no *Rapporto Di Ricerca sui Gruppi di Acquisto Solidale della Lombardia* pelo Observatorio CORES, curadoria de Francesca Forno, Cristina Grasseni e Silvana Signori (2013) Osservatorio CORESUniv. degli Studi di Bergamo.

Quadro 8 – Valores locais de economia solidária (Itália)

- 1) O valor social do trabalho humano
- 2) A retomada de valores e práticas relacionadas aos saberes tradicionais, populares e não industriais
- 3) Direito ao conhecimento e transparência dos produtos
- 4) A procura por produtos e alimentação “saudáveis” (onde saudável adquire uma dimensão peculiar, construída socialmente, como veremos)
- 5) A importância do território, da terra e da cultura local
- 6) O respeito pelo meio ambiente e a biodiversidade
- 7) A procura por uma relação de intercâmbio respeitosa com a natureza na atividade agrícola que, no caso específico, assume a forma de agricultura “orgânica”, prática que prevê a remoção do uso de produtos agroquímicos reativando formas tradicionais e inovadores dos ciclos de cultivo.
- 8) Soberania alimentar
- 9) Reconstrução da relação direta entre produtor e consumidor, fundada nos princípios da cooperação, solidariedade mútua e, confiança como modo de troca econômica.

(GRITTI, 2017. Dados de pesquisa).

Observamos e analisamos a constituição de uma experiência particular de economia solidária que, conforme a definição dos participantes locais tem como objetivo central o estabelecimento de uma economia moral sendo, em oposição, o mercado convencional julgado como amoral.

A definição de uma economia solidária moral e local se dá, então, a partir de discursos, significados e práticas relacionadas ao consumo na área da alimentação. Podemos perceber como a identidade local se constrói a partir de conceitos próprios que abrem o leque de crítica política para enfrentar o sistema hegemônico e outros elementos também. Uma revolução de conceitos, apropriados e elaborados a partir da vivência local, compõe de forma específica a economia solidária da região.

Assim como no caso brasileiro, os produtos dessas dinâmicas socioeconômicas são carregados de fortes simbologias em relação à ideologia própria do movimento. Não se trata apenas de produtos e bens vendidos ou trocados a partir de valor de uso e valor de troca, mas sim de fortes símbolos não apenas de uma cultura alimentar específica, mas sobretudo de um sistema de pensamento.

No projeto de reconstrução da cadeia de produção do pão “Spiga & Madia”, esta dimensão é central. O **pão** adquire um papel fundamental nesta prática, sendo ele já um dos alimentos básicos da região. As pessoas da região de Milão e Brianza costumam consumir pão cotidianamente e em cada refeição do dia: café da manhã, almoço e jantar. Era o alimento principal das gerações passadas e continua sendo, também, hoje, inclusive nas novas práticas ligadas ao modelo “*fast food*” – lanches rápidos durante o dia são feitos frequentemente com ‘*panini*’, pão, queijos e frios. Na cultura local o pão representa memória e tradição, é parte da cultura popular musical e do imaginário e, relacionado ao sagrado. É um elemento central da cultura local, claramente relacionado às práticas alimentares.

A partir desta base já definida localmente, o pão se tornou o produto desenvolvido pela reconstrução de cadeias produtivas curtas³¹ locais ou quilômetro zero por iniciativa da rede GAS Brianza. A escolha, além de não ter sido então casual, é carregada de mais significados:

O pão aqui tem importância por várias razões. Primeiramente é porque é a cadeia de produção mais simples. O alimento mais simples, que tem toda a simbologia do pão, o pão da religião, todas as coisas com as quais crescemos, o pão de cada dia, famoso ou não, afinal é só pegar farinha, água e sal, mistura-los e é feito, é simples.

[...] E depois era o pão dos nossos pais que iam todo dia na fábrica sempre trazendo a ‘*michetta*’ (tipologia específica de pão da região, Nota do Autor.). Os nossos avós tinham na cabeça um pão diferente, feito em casa, mas era sempre o pão. Então, porque escolhemos o pão? Todas essas palavras que falamos agora, todos o que queremos dizer sobre o modelo econômico, a indústria, a desigualdade, as injustiças, são coisas complexas sabe, é toda uma filosofia por traz da cadeia do pão, mas o pão não é filosofia, o pão você o come, o vê, sente o sabor diferente dele, aí você começa se fazer perguntas. Assim, como podemos explicar todas as coisas sobre os GAS e a economia solidária para as pessoas que não conhecem? Como falar tudo o que pensamos? Porque o problema é a complexidade, mas o que quero enfatizar é que se você coloca o pão na mesa e todo mundo o entende. **Se não consigo explicá-lo, você pode comê-lo.** O pão todo mundo entende, você o coloca na mesa a conversa com as crianças, sem fazer abstrações sobre o típico ou o local, você fala com elas e deixa comer. Você o come e você entende. [...]

Então está aí, o pão, o que significa para nós, toda a história, pelo que é na nossa alimentação ainda hoje, nós não queremos pão industrial, queremos um pão que nos represente (G. militante e representante da redinha GASBri. Entrevista N° 21, tradução livre da autora).

Como o nosso interlocutor explicou nesta importante conversa o pão se torna na dinâmica do GAS algo mais do que simples alimento local, ele se torna o meio de expressão, explicação e divulgação de um estilo de vida, de uma forma de pensar e de uma prática socioeconômica que está sendo instaurada. “*Se não consigo explicá-lo, você pode comê-lo*”

³¹ Cadeia curta ou Quilometro Zero é o nome dessas experiências de produtos locais, no território.

é a expressão que mais indica o papel do pão como meio de comunicação e de troca simbólica entre as pessoas em relação neste meio. O pão se torna assim ‘símbolo de resistência’ dentro da ação econômica e de consumo. De simples alimento cotidiano passa a ser objeto/sujeito de crítica a um modelo pelo grupo, pela coletividade, expressando valores ideais e morais. Ao considerarmos que todas as coisas são produzidas através da interação social de atores num processo de interpretação (BLUMER, 1975), entendemos, aqui, o quanto é possível aplicar esta dimensão no ato de se alimentar. O objeto simbólico transmite significados e valores.

Outro conceito muito importante que os interlocutores da nossa pesquisa remarcam com frequência é o de ‘**natureza**’. O que é natureza ou natural no sistema de significados acionados pelo grupo econômico solidário, sobretudo em relação à alimentação e à agricultura?

A dicotomia natureza/cultura, como conceitos antropológicos, nas sociedades ocidentais industrializadas se tornou ela mesma a fundação ontológica do nascimento de ciências da natureza e ciências sociais: a natureza neste imaginário hegemônico assume, diferentemente das culturas locais, um valor ontologicamente autônomo e fundacional (DESCOLA, 2014); tornou-se assim campo de experimentação, sujeito passivo de exploração e de controle da ação humana e da técnica (VAN AKEN, 2014). Mas, muitos grupos ao redor do mundo não compartilham desta cosmologia, abrindo a possibilidade para outras formas de naturalismo (DESCOLA, 2014), em relação a outras dimensões da natureza social, que confere a natureza uma dimensão de sujeito ativo, mesmo de forma contraditória e ambivalente, dependendo da cultura local.

Os atores de “Spiga & Madia” propõem uma cosmologia diferente como resultado da discussão e crítica ao modelo socioeconômico, por eles, considerado antiético e no qual a natureza e o ambiente são considerados como objetos a serem explorados. Não se trata apenas de considerar o natural, como tudo o que não é cultural, e então como algo apenas a ser protegido. Trata-se, neste discurso, de considerar a natureza como um sujeito de relação e interação, cujos significados são revistos olhando também para o passado e a certa “tradição” agrícola, por exemplo. A mudança dessa relação com a natureza, num sentido anti-industrial e antirracionalização, é relacionada ao valor moral do ‘respeito’ pelo meio ambiente.

O que se propõe, nesta linha, é um modelo agrícola econômico que reflita uma relação com a natureza, chamada de “respeitosa”. Podemos entender este valor a partir de três dimensões: a relação com a terra onde esta é considerada sujeito ativo e que não precisa

de uma intervenção humana agressiva, representado pelos produtos agroquímicos; práticas de *know-how* de agricultores e produtores baseados num saber ‘tradicional’ e ‘local’; a saída do modelo da maximização do lucro e da competitividade priorizando o bem-estar do ambiente e do ser humano.

É assim que no projeto “Spiga & Madia” reencontramos o termo ‘**camponês**’ como expressão de um modelo agrícola em oposição ao modelo da ‘agricultura convencional’ ou do ‘empreendedorismo agrícola’. Dois termos que representam dois modelos opostos de relação com o ambiente, do papel do ser humano e do sentido do produto.

Nos discursos dos atores abordados o que mais define a identidade relacionada às práticas socioeconômicas de economia solidária é o conceito de **relação**.

E’ porque podemos chamar o que fazemos também como economia das relações. Vou te explicar porque é a relação o centro de tudo. Pensamos na sociedade em que vivemos, não são apenas os valores que estamos perdendo neste momento louco, mas as relações também, estamos sempre mais sozinhos. As famílias desintegradas, as redes sociais, todo mundo a falar no facebook e ninguém de cara a cara, o mercado de trabalho que é muito competitivo, os vizinhos nem se conhecem mais, o que mais? Bom, em muitos sentidos o que mais estamos perdendo são as relações com as pessoas. Esta sociedade, eu não sei, parece que nos quer sozinhos, enfraquecido, apenas servimos para comprar e pagar, trabalhar, comprar e pagar, mas sem ir muito longe, isso tem a ver com o nosso dia a dia, nossa vida mesmo, não quero nem falar de modelos e sistemas. Os jovens especialmente, estão deixando de lado a coisa mais importante da vida, as relações com as pessoas. Enfim, na economia, no mercado, nem se fala né e a crise não ajuda. A ideia então de tudo o que fazemos aqui na ‘*cascina*’, toda nossa produção, o que fazem os agricultores, o padeiro, o grupo das bolachas, é que os clientes possam vir aqui, nos conhecer, se re-la-ci-o-na-rem conosco, e assim vem a confiança, vem a simpatia, vem a vontade de vir aqui passar o domingo juntos, comer aqui, fazer uma caminhada, alguma atividade, entende do que estou falando? não apenas produzir e vender (A. Agricultor da cadeia produtiva Spiga&Madia. Entrevista nº 13, tradução livre da autora).

O GAS nasce com a intenção de pôr em relação pessoas, amigas, ou vizinhos formando um coletivo de consumo, e de colocar este coletivo em relação com o território, com seus produtores locais. A ideia central repassada de toda ação deste sistema socioeconômico é basicamente centrada na relação. E não se trata apenas de relação entre pessoas: vimos anteriormente a centralidade da relação com a terra e a natureza – sentida como perdida e a ser recuperada-, a relação com a alimentação, com a cultura local, o passado e o território.

O que percebemos, de fato, na análise do discurso dos nossos interlocutores é que a relação é também o conceito fundante dos significados de alimentação saudável e de consumo, na construção de uma posição crítica.

Quando questionados sobre alguns posicionamentos midiáticos, científicos ou de

sentido comum que criticam a agricultura orgânica e biológica e a cozinha ‘tradicional’ por não ser sinônimo de saúde e de alimentação saudável, uma das respostas foi extremamente interessante:

Quem diz isso não entende e nem sabe o que fazemos. A nossa luta não está no produto orgânico, aquilo você encontra em qualquer supermercado agora, está lá, a seção orgânica, você paga dez vezes o preço do produto normal (risadas, Nota do Autor) e tem o seu produto orgânico. Outra coisa, eu sei muito bem que se a Cascina está fazendo agricultura orgânica e o vizinho dele usa toneladas de produtos químicos eles chegam até as minhas verduras, digamos, não precisa ser formado para saber disso. Mas é isso, eles não conhecem o que fazemos, porque as coisas por aqui vão muito além. A questão é você se reunir com pessoas, discutir juntos coisas como o consumo etc. o que quer e o que não quer para você e para sua família, a questão é você ir no produtor conhecer ele, o que ele faz, como trabalha, se está tudo certinho, no sentido da ética, do trabalho etc. aí você compra as coisas dele, porque confia, porque pode ir lá quando quer, lá também tem muita coisa para fazer, conhecer, comer e beber (risadas). Eu todo domingo ou quando posso vou lá, sabe. Não sei se consigo explicar, mas é muito diferente do orgânico do supermercado aqui, não tem nada a ver, por isso quando leio essas matérias nem me preocupo, só penso que eles deveriam conhecer melhor, só isso (F. participante de GAS. Entrevista N°19, tradução livre da autora).

Na relação social se constrói o sentido do ‘saudável’ e do consumo crítico, nesta atividade de economia solidária local. O produto é ‘mais saudável’ porque o comprador conhece o produtor e sabe como ele trabalha, construindo uma relação de *confiança*. No mesmo sentido, o meio do consumo crítico tem sua aplicação substancial a partir da relação que se cria entre sujeitos do território, construindo um coletivo onde se discutem questões políticas e de consumo.

Em conclusão, podemos afirmar que a experiência local é parte de um processo de apropriação e reelaboração de conceitos, símbolos e práticas. A direção moral da nova proposta, em contraposição ao modelo existente julgado como antimoral, é o óleo motor desta engrenagem de discussão. Agricultura, natureza, orgânico, economia, política, consumo e até o pão são os conceitos vividos como revolucionários e sobre os quais é processualmente instituída a identidade de economia solidária local. Mas, é a relação social que resulta ser o fio condutor de tudo, a ressocialização é o objetivo primário em todas as suas extensões: entre vizinhos e amigos, com produtores, com a comida, com a terra e o território alcançando diferentes níveis econômicos, políticos e sociais.

O trabalho, a troca econômica e o consumo são aqui campos de experimentação dotados de sentido político. Representam a politização do mercado através de formas de consumo político alternativo por parte de cidadãos-consumidores.

4.4 UMA OU DUAS ECONOMIAS SOLIDÁRIAS? GLOBAL E LOCAL

Temos apresentado nos dois subcapítulos antecedentes os conceitos, símbolos e ações que pertencem à economia solidária em dois contextos muito diferentes.

Ocorre apontar que a metodologia e a abordagem antropológica, fundadas em um trabalho de campo como experiência cotidiana, têm o interesse de entender os microcontextos culturais de mobilização alcançando um ponto de vista que raramente é captado pelas análises macrocontextuais. Portanto, mesmo tendo considerado e analisado os dados quantitativos sobre as regiões, o interesse da pesquisa esteve sempre voltado a entender qualitativamente o que era economia solidária para as pessoas encontradas nos contextos específicos. Por um lado, essa metodologia resulta em dados muito específicos sobre as experiências locais, mas, por outro lado nos abre a um entendimento qualitativo profundo dos significados envolvidos e sem negar a possibilidade de, em seguida, realizar um estudo comparativo através da generalização destes dados, de uma forma coerente e cientificamente embasada. É este último desdobramento que se põe como fim da pesquisa no momento em que, após a análise das “duas economias solidárias”, tentamos entender em que termos este movimento social, cultural e econômico se dá também em termos globais.

Diferentes autores referência nos estudos atuais sobre economia solidária relatam e afirmam a clara existência de elementos universais no movimento de economia solidária num nível internacional (FRANÇA-FILHO, 2002, LAVILLE, 2009), mas poucas são as análises apontando como isso se dá no nível empírico.

Sendo este um dos objetivos principais desta tese, recorreremos em todos os capítulos trazer elementos de reflexão que nos permitam contribuir ao preenchimento desta lacuna. Neste nível de análise sobre os discursos e significados resulta possível remarcar alguns pontos.

Quadro 9 - Juízos de base moral: economia de mercado versus economia solidária

CASO RECIFE		CASO MILÃO-BRIANZA	
MERCADO	ECONOMIA SOLIDÁRIA	MERCADO	ECONOMIA SOLIDÁRIA
EXCLUSÃO	INCLUSÃO	LÓGICA CAPITAL	LÓGICA SER HUMANO
POBREZA	GERAÇÃO DE RENDA (COMPLEMENTAR)	POBREZA	ENFRENTAMENTO À CRISE
DESIGUALDADE	IGUALDADE	DESIGUALDADE	COPARTICIPAÇÃO
DEPENDÊNCIA	AUTOGESTÃO	EXPLORACÃO	AUTORGANIZAÇÃO
SABER TÉCNICO	SABER POPULAR	SABER TÉCNICO	SABER LOCAL
INDIVIDUALISMO	COMUNIDADE	INDIVIDUALISMO	COLETIVO
DESTRUIÇÃO DO MEIO AMBIENTE	RESPEITO AO MEIO AMBIENTE	DESTRUIÇÃO DO AMBIENTE	RELACÃO COM NATUREZA
MAL ESTAR SOCIAL (MARGINALIZADO)	PAPEL SOCIAL E SOCIABILIDADE	SOLIDÃO	SOCIABILIDADE
ECONOMIA DE MASSA	ARTE CRIAÇÃO POPULAR	NÃO SAUDÁVEL	SAUDÁVEL

(GRITTI, 2017. Dados obtidos a partir do diário de campo).

Quadro 10 - Sentidos conferidos à economia solidária como proposta alternativa

CASO RECIFE	CASO MILÃO-BRIANZA
PRODUÇÃO	CONSUMO
TROCAS ECONÔMICAS COM EXTERNO	TROCAS ECONÔMICAS INTERNAS CO-PRODUÇÃO
EMPODERAMENTO POLÍTICO	DEBATE POLÍTICO
ESTRATÉGIA DE GERAÇÃO DE RENDA (COMPLEMENTAR)	ESTRATÉGIA CONTRA A CRISE

FORMAÇÃO	FORMAÇÃO
RELAÇÃO	RELAÇÃO
CULTURA LOCAL	CULTURA LOCAL

(GRITTI, 2017. Dados obtidos a partir do diário de campo).

Quadro 11 - Elementos comuns entre os dois casos.

RECIFE	BRIANZA
COLETIVO produtores	COLETIVO GAS + produtores
AUTOGESTAO PRODUTORES	AUTOGESTAO GAS
VALOR DO TERRITORIO, SABER E CULTURA LOCAL NO ARTESANATO	VALOR DO TERRITORIO, SABER E CULTURA LOCAL NA AGRICULTURA
PRODUTOS ARTESANAIS = VIDAS SOCIAIS	PRODUTOS ALIMENTARES = VIDAS SOCIAIS
RESPEITO AMBIENTE E CULTURA DO CONSUMO E DESPERDIÇO = ARTERECICLAGEM	RESPEITO AMBIENTE E CULTURA DO CONSUMO E DESPERDIÇO = AGRICULTURA ORGANICA E DIRETA
LAÇOS SOCIAIS ENTRE PRODUTORES, COMUNIDADES, COM O TERRITORIO E CONSUMIDORES (DESAFIO)	LAÇOS SOCIAIS ENTRE VIZINHOS, FAMILIAS, COM OS PRODUTORES, COM O TERRITORIO,
MORAL	MORAL

(GRITTI, 2017. Dados obtidos a partir do diário de campo).

1. Em primeiro lugar notamos que em ambos os contextos o discurso sobre a construção de uma economia solidária tem uma forte conotação moral anticapitalista, no sentido de crítica à economia de mercado. Como visto no primeiro capítulo, o discurso se constrói com base no julgamento moral das dinâmicas econômicas e culturais do capitalismo avançado. Mesmo tendo contextos e implicações diferentes nos dois casos observamos a existência de juízos morais comuns e de uma definição última do modelo hegemônico como antiético.

Esta constatação nos remete à existência de um discurso anti-hegemônico global, representado discurso altermundista. A incidência deste discurso global no nível local é altamente visível nos dois casos. Por esta razão, a existência de uma economia solidária

resulta ser a resposta local à questões que são de natureza global, relativas ao sistema econômico e político, mas sobretudo à crise de confiança em sua conotação cultural (BONANNO, 2008).

Os conceitos, como temos visto, são preenchidos localmente de significados, mas carregam conotações universais. O que é importante salientar é que a economia solidária nasce como resposta moral global a problemas globais de incidência local. Assim, a cada juízo negativo no sistema capitalista corresponde uma proposta de alternativa moral na economia solidária (ver Quadro nº 6) e esta dinâmica corresponde ao processo de construção simbólica do movimento tanto de Recife, quanto de Milão-Brianza.

2. O coletivo é, então, a primeira resposta e o primeiro instrumento de ação da economia solidária.

Através do coletivo e das relações sociais reconstruídas nele – no primeiro caso, entre produtores, e no segundo, entre consumidores e produtores – “outras” experiências econômicas são pensadas e postas em ação. A conformação em rede, como instrumento de horizontalidade das relações resulta ser estratégia de estruturação em ambos os contextos.

3. Autogestão como possível surgimento de uma sociedade civil mundial.

Como a esfera de relações e de atividades transnacionais criadas por atores coletivos, movimentos sociais, redes e organizações da sociedade civil que parecem nascer e permanecer, mesmo que não de forma continuada e linear, fora do alcance do Estado e mercado. Nos dois casos analisados as ações são construídas a partir de uma estrutura em rede que se conecta às instâncias do Estado e do mercado, mas formando um *corpus* próprio de maneira tal que não se enquadram no que se conhece por “terceiro setor”. Terceiro setor e economia solidária, embora pareçam termos correlatos, pertencem a universos semânticos distintos, especialmente em relação ao papel desempenhado (ou a desempenhar) por estas experiências no que se refere à relação como Estado e o mercado (FRANÇA-FILHO, 2002). Pela ótica liberal e, de certa forma “funcionalista” a economia solidária seria estabelecida como um setor à parte, entre Estado e mercado, e com a função de corrigir ou suprir as falhas e lacunas deixadas por estes, desempenhando, assim, um papel de ajustamento social. O que percebemos, através da análise empírica, é que a articulação entre esfera econômica, social e política desenvolvida pela economia solidária nos dois contextos vai além de uma visão liberal.

Neste sentido, o que é expresso como “autogestão” pela economia solidária de

Recife, como valor próprio do movimento, e o que é definido como “coprodução auto-organizada” no caso de Milão e Brianza, vem a indicar a natureza fora do Estado e fora do mercado destas experiências. Isto não significa que não haja relação com as duas macroesferas de regulação social, pelo contrário, existe uma correlação continua e ocasionalmente ambígua de dependência.

É exatamente neste posicionamento de tensão entre diferentes lógicas, modalidades e registros de ação que se conforma o papel autônomo da economia solidária. Numa experiência nascida a partir de um descontento da sociedade civil alterglobal se constituem formas econômicas que não compõem um “terceiro setor”, mas que interagem com as formas de regulação social dominantes numa perspectiva de arranjos em direção a princípios morais diferentes, a fim de subordinar à lógica mercantil a outros imperativos de ação coletiva definidas localmente (FRANÇA-FILHO, 2002).

4. Nos dois contextos de análise da economia solidária percebemos o papel central do território local como campo de produção e distribuição econômica “outra” e os saberes e culturas locais como meios e instrumentos econômicos também.

Algo que Boaventura Sousa Santos, e vários outros autores, tem chamado de “epistemologias do Sul” (SOUZA SANTOS, 2010), parece adquirir sentido nos dois lugares. Os dois casos estudados têm apontado a importância dos “saberes locais”, da “cultura local” e da “tradição” em suas próprias atividades críticas. Em Recife, o saber fazer próprio da produção artesanal tem por objetivo produzir bens únicos, artísticos e representantes da cultura local em contraste aos bens de massa, privados de sentido social da economia convencional. Em Milão, é na cultura alimentar e agrícola que os saberes tradicionais e a cultura local são chamados em causa como meios de contraste à homogeneização global e à supremacia da técnica racionalizante, considerada antiética e nociva à saúde física e social do local. Algo interessante, que gostaria de apontar, é que epistemologia do Sul não indica uma separação geográfica dos saberes, ou seja, como processo resultante de uma divisão entre epistemologias do Sul e do Norte, ou entre centro e periferia, ou entre países ricos e países pobres. Mesmo dentro das áreas geográficas do Norte, ou do ocidente, ou dos países ricos existem e sempre existiram “epistemologias do Sul”, ou seja, conhecimentos e saberes postos em paralelo aos canalizados pelas ciências oficiais e transmitidos como hegemônicos. A cultura popular, neste sentido, não é algo que consta apenas numa divisão por nações ou áreas geográficas, mas em todo e qualquer lugar do mundo, inclusive nos centros onde essas epistemologias foram produzidas. Isto é o que encontramos no caso italiano onde, apesar do

uso massivo de técnicas e saberes científicos, muitas práticas locais e populares, entre as quais as alimentares e agrícolas, permaneceram e evoluíram paralelamente, ou melhor, concomitantemente.

Boaventura Sousa Santos (2010) analisa os processos de renascimento e reavaliação das epistemologias do Sul, remarcando as possibilidades destas epistemologias irem se movimentando e se hibridizando no mundo global atual. Esta também é uma consideração relevante nos contextos pesquisados, onde a “tradição” e os saberes locais postos em xeque estão sendo chamados em causa como frutos de um processo de renovação, de mistura e de encontro com outras epistemologias e, sobretudo, entre passado e possibilidades futuras. Aprofundaremos este elemento mais tarde.

5. Na mesma direção do que é indicado no ponto quatro observamos o conceito de “popular” tornar-se um elemento central e universal da economia solidária como movimento local e global. Na análise deste capítulo temos discutido como a, talvez, maior diferença entre uma economia solidária brasileira e uma italiana residiria no fato que a primeira nasce no meio da economia popular/informal de produção e a segunda na esfera do consumo crítico. Mas, com um olhar mais aprofundado poderemos perceber que nos dois contextos o objetivo parece ser o de contrapor uma socioeconomia, ou uma forma de vida econômica, de espírito “popular” ao mercado hegemônico despersonalizado. Em outras palavras, o processo de moralização e a ressocialização econômica, do qual este movimento se faz porta-voz, consiste numa socialização no nível do cotidiano, do local, da cultura em evolução, da criatividade própria do meio “popular”.

Em Recife, a experiência nasce diretamente em um meio econômico popular do qual na verdade parece existir um processo de distanciamento, pelo menos simbólico: se o popular é relacionado ao informal, no sistema hegemônico atual ele acaba assumindo uma carga negativa, por seu posicionamento às margens do socialmente e legalmente aceito. Por este motivo os grupos de produção informais que renascem como economia solidária parecem ter a oportunidade de, por um lado, manter os valores e as práticas que já eram conhecidas e utilizadas anteriormente, e de outro lado de reconstruir uma identidade enriquecida de uma carga positiva, no sentido social e político.

No caso de Milão a situação é diferente: o popular, o local, a solidariedade comunitária e do território são percebidos como algo que está sendo perdido naquela que parece ser a fase final de um capitalismo avançado antropofágico. Torna-se então objetivo a ser alcançado reavaliar estes elementos como parte necessária da vida cotidiana a partir de uma revisão de estilos de vida e de bem-estar que estão sendo fortemente questionados com

a chegada da grande crise econômica. A perda de sentido cultural, questão central no contexto local nos últimos anos, está levando certos coletivos, entre outras direções, a um “movimento de retorno”: retorno à terra, retorno ao simples, retorno ao perto, retorno à identidade, processos estes com desdobramento muitos diversificados. Entre eles está a proposta oferecida pela economia solidária e por seus Grupos de Compras Solidárias onde a dimensão popular desempenha um papel central de ação crítica e anti-hegemônica.

6. Nos dois contextos os produtos criados, produzidos e distribuídos nas experiências econômicas locais não são percebidos em suas definições de “mercadorias”, por seu “valor de uso” e “valor de troca”. Os bens são vistos a partir de suas vidas sociais (APPADURAI, 2008), de suas cargas simbólicas, morais e culturais com intuito a reconstrução de uma relação social com os bens adquiridos no meio econômico.

7. Na classificação moral das propostas anti-hegemônicas de ambos contextos, destaca-se o papel fundamental do discurso “ecológico”. No caso de Recife é expresso em sua forma mais comum como “respeito ao meio ambiente”. No caso de Milão, observamos de forma mais preponderante a possibilidade de “reconstrução da relação com a natureza”. As duas pesquisas envolvem grupos do meio urbano, mesmo que no segundo caso o âmbito de ação na cultura de consumo alimentar, traga uma relação com o meio agrícola de forma mais incipiente. Então, no primeiro caso o discurso ecologista traz como modalidade de ação uma produção baseada na arte-reciclagem, ou seja, na redução, reutilização e reciclagem em detrimento à cultura do consumo e do desperdício. No segundo caso, é na relação com a terra, com o meio natural, sentida como perdida na cultura da racionalidade técnica que o discurso se desenvolve.

A ideia ecologista, elemento de um discurso global altermundista, é representada a partir de pontos e conjunturas diferentes nos dois contextos, mas é interessante perceber a centralidade da questão ambiental nos dois casos. Juntamente com o conceito de solidariedade do trabalho e com a priorização dos seres humanos face o lucro da economia de mercado, a solidariedade ambiental caracteriza de forma preponderante a experiência da economia solidária.

Essa cosmologia tem o intuito global de propor a ressocialização e sobreposição das entidades sociais às atividades econômicas.

Antecipando o que será aprofundado ao longo da análise podemos, então, afirmar que a economia solidária apresenta uma forma de vida econômica de forte conotação

universal e protagonismo popular voltados a remoralização e ressocialização da economia na vida social.

Consideramos a partir dos elementos apresentados as experiências econômicas solidárias dos dois locais como experiências de resistência e resiliência local às conjunturas globais.

Ao tomarmos a definição de resiliência como capacidade de um sistema de resistir à usura e às forças externas e adaptar-se às mudanças; e de resistência uma ação tendente a impedir a eficácia de uma ação contrária e a capacidade de um material de resistir às forças externas antes da ruptura, podemos já aqui perceber o sentido social e cultural dessas atividades sociopolíticas econômicas como parte de um discurso local globalizado.

5 QUAL ECONOMIA ACONTECE?

5.1 FORMAS DE VIDA ECONÔMICAS E MERCADOS PLURAIS

A possibilidade de trabalhar com o conceito de *formas de vida econômica* (PAVANELLO, 2008) ou *mercados plurais* (ZELIZER, 2009) abre a nossa perspectiva analítica em sentidos que possam ser transversais à constituição de modelos dados e fechados em cima de dicotomias. Essas perspectivas de um lado acionam uma interpretação do mundo econômico como *embeddedness* – incorporado - na vida social, num sentido próximo ao de substancialismo de Polanyi (2010) e dos antiutilitaristas, mas de outro lado ampliam a mesma concepção de *embeddedness* aos elementos transdisciplinares com aspetos políticos, culturais, cognitivos e, ambientais.

Os processos econômicos, reconhecíveis como economia de mercado ou não, não devem ser colocados em oposição às forças extraeconômicas culturais e sociais. Em outras palavras, precisamos olhar para a economia de mercado como em contínua relação com todos outros mundos de significados culturais, morais, religiosos. Precisamos também ver uma suposta economia solidária e sua proposta alternativa como continuamente determinada e em relação com a economia dominante, suas leis e significados culturais produzidos. Assim, teremos mercados plurais ou formas de vida econômica que não pertencem nem a um modelo e nem a outro, mas com elementos de ambos.

Outras abordagens elaboradas com o intuito de promover outro olhar às economias existentes na sociedade contemporânea são *economia moral* (LECHAT, 2001), *economia plural* (LAVILLE, 2004), *economia social* (DEFOURNY, 1992), definições que abrem possíveis caminhos de entendimento também das economias solidárias como incorporadas num sistema social mais amplo.

Essa mesma perspectiva repassada agora acerca de uma economia híbrida e plural foi se constituindo a partir do encontro com os atores da economia solidária nos casos estudados.

Podemos perceber como o intuito não é o de tratar a economia solidária como subsistema econômico, mas como:

Um conjunto poli centrado de iniciativas as mais variadas no campo popular, que compartilham alguns traços constitutivos essenciais de solidariedade, mutualismo, cooperação e autogestão comunitária, que define uma racionalidade especial, diferente de outras racionalidades econômicas (RAZETO, *apud* GAIGER, 1998, p. 57).

As experiências conjuntas de economia solidária nos dois casos de estudo, Brasil e Itália, não compõem um campo integrado e sistêmico de atividades econômicas, mas redes de iniciativas econômicas diferenciadas, que gravitam em volta de um discurso e de uma ideologia fundada em princípios compartilhados:

E, mais ainda, o conceito recobre uma realidade diversa, feita de motivações e iniciativas com origens e naturezas distintas, próprias a cada lugar e circunstância, sem que comportem, necessariamente, uma expectativa ou compromisso prévio com a construção de uma nova totalidade social (GAIGER, 2000, *apud* LECHAT, 2001, p. 18).

Lechat (2001) nos ajuda a esclarecer um elemento importante deste conjunto de análise, sob uma ótica preeminentemente antropológica. Diferentes autores têm utilizado o conceito de “cultura” para definir economia solidária: Gaiger (2004) fala em nova cultura econômica e mais tarde de cultura cidadã; Singer (2000) em cultura cooperativa, outros têm se referido a certa cultura do trabalho.

Existe uma tensão entre o que os antropólogos entendem por cultura e o conceito de cultura como está sendo usado acima. Fala-se sempre de uma “nova cultura”, do trabalho, econômica, política. Para a antropologia, a cultura é um conceito mais amplo do que economia, política, trabalho. Se a cultura coloca sua marca na economia, na política, na concepção e modos de realização do trabalho, não existe uma cultura econômica; podemos perceber a influência da cultura na economia, e isto não equivale a dizer que há uma cultura econômica (LECHAT, 2001, p. 20).

Analisar e compreender a economia solidária como forma de vida econômica, significa então considerar que há uma influência cultural – com forte conotação moral – sobre certas formas de economia, invertendo parcialmente o paradigma economicista de que as práticas culturais sejam determinadas por leis racionais e universais do comportamento humano. Ou seja, a perspectiva analítica deste trabalho é uma perspectiva antiutilitarista da vida econômica, simplesmente retomando a compreensão desta dimensão a partir de um ponto de vista cultural, local, popular, mas sem por isso tomar como dada a fundação de um sistema econômico alternativo ou oponente ao capitalista num sentido revolucionário, mesmo que a encontremos no nível discursivo e ideológico dos atores.

Assim, a economia solidária é uma forma de vida econômica que atua com base em diferentes lógicas coexistindo e criando uma experiência diferenciada e situada entre as

esferas de mercado e Estado; as lógicas em questão podem ser sumarizadas como: informal/formal, solidariedade/capital, economicista/moral, etc.

Essas categorias analíticas, assim compreendidas, nos ajudam a entender a relevância de um estudo de caso com base na superação das dicotomias, para um entendimento analítico mais atinente aos dados etnográficos encontrados.

Viviana Zelizer (2009) nos alerta contra o risco de continuar idealizando a falsa ideia de esferas separadas e modos distintos de vida social comumente expressas por duas orientações: uma típica das organizações económicas, orientadas para a racionalidade e eficiência; e, a outra típica de relacionamentos emocionais, sentimentos e solidariedade. A perspectiva proposta pela autora nos convida a perceber que, pelo contrário, sem a integração profunda das duas dimensões da vida social, o funcionamento do sistema chegaria a um impasse.

Nas obras de Viviana Zelizer (2009) encontramos a proposta de reconhecer e mostrar a pluralidade de formas em que a vida econômica está incorporada - na vida social e vice-versa. Pensar em termos de “mercados plurais” nos permite capturar as interações entre o cultural e o estrutural, o político e o económico.

É possível detectar nos casos estudados a tensão existente entre conceitos de economia informal e formal.

Pavanello (2008) nos ajuda a esclarecer alguns elementos dessa particular forma de tensão. A economia informal teria, como categoria analítica, quatro possíveis significados. O primeiro concerne uma abordagem dualística, retomando elementos da discussão de Zelizer (2009), para o qual existiria um ‘setor informal’ da economia composto por toda atividade marginal, residual destinada a existir apenas enquanto o setor formal não alcance seu completo desenvolvimento. Os ativos do segmento, a maioria dos quais não é registrada nas estatísticas oficiais, incluem artesãos, trabalhadores domésticos, pequenos comerciantes, operadores de quiosques, vendedores ambulantes, engraxates, artistas de rua, catadores de lixo, e muitos outros trabalhadores por conta própria, às vezes com um séquito de aprendizes, trabalhadores familiares e funcionários (PAVANELLO, 2008). Vemos como vários elementos da lista correspondem aos nossos empreendimentos solidários.

Em segundo lugar, uma abordagem estruturalista considera o setor informal da economia como o conjunto de modos de produção subalternos ao capitalismo e a clivagem existente entre uma suposta economia institucionalizada e uma não institucionalizada. Os critérios de distinção seriam neste caso: uma clara separação entre o capital e o trabalho;

uma relação contratual entre os dois; uma força de trabalho paga com condições salariais reguladas legalmente.

Em terceiro lugar, a "escola legalista" (PAVANELLO, 2008) atribui à informalidade os custos e o peso excessivo da regulação burocrática. Neste caso, um Estado mais eficiente e menos invasivo deixaria os mercados se autorregularem e, portanto, reduziria os benefícios de uma conduta contrária às regras formais.

É no quarto significado que se abrem perspectivas novas de análise. “*O formalmorfismo: é a projeção em bom e ruim na leitura de um informal, como se fosse não-formal, mero "negativo" da economia oficial, regulada, legal e, portanto, "positiva"*” (CRUZ 2000 apud PAVANELLO, 2008, p. 2).

Numa tal abertura da noção de informal o foco muda. Enquanto anteriormente o formal e informal eram tratados como modos de produção, distribuição e emprego separados e mutuamente impermeáveis, agora é possível traçar um *continuum* em que trabalhadores e empresas se movimentam de forma relativamente fácil de um modo para outro.

A distinção formal e informal depende dos critérios de avaliação que empregaremos para defini-los, mas o que é importante dizer, retomando Pavanello (2008), é que os membros de qualquer grupo estão sempre envolvidos na procura da "forma invariável" mais apropriada para eles.

Estritamente falando, essa posição envolve uma mudança do objeto da investigação em si: em vez de se concentrar sobre as diferenças e interdependências da esfera formal e informal da economia, agora deve dedicar-se ao estudo das fronteiras, das "terras de ninguém": contaminação, hibridação, ou mais especificamente a "creolização", que resultam em um terreno, em vez que a uma linha divisória, *borderline* (PAVANELLO, 2008, p. 7, Tradução livre da autora).

A análise da rede de economia solidária beneficia-se da perspectiva indicada pelo autor. Se considerarmos informal e formal polos opostos, perceberemos que a economia em análise não corresponde totalmente nem a um nem a outro modelo, mas apresenta elementos de ambos, traçando um *continuum* nas fronteiras do híbrido. Desta forma, acontece a procura de uma ‘forma própria’ invariável, que resultaria com a definição de uma economia solidária. Por enquanto, a forma econômica solidária do movimento social está em processo de conformação e busca de espaço próprio, cotidianamente.

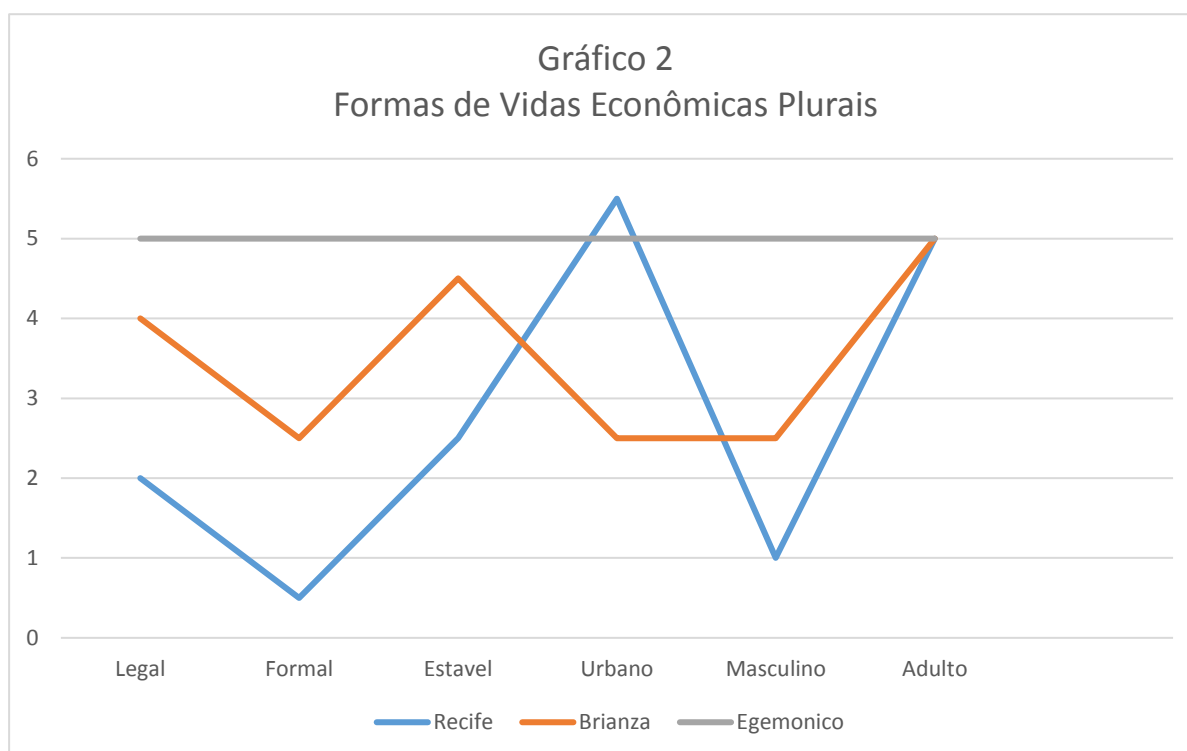
Pavanello (2008) nos convida a imaginar seis coordenadas de definição de uma economia: legal, formal, estável, urbana, masculina e adulta e seus opostos. Definir uma forma econômica com base nas combinações das doze variáveis apresentaria possibilidades

numerosas e intrincadas, complicando o poder explicativo e esquema preditivo de definições unilaterais e fechadas.

No *continuum* entre esses critérios dicotômicos se posiciona a economia solidária, agora mais do que nunca legitimada em se apresentar como “*forma de vida econômica*” em construção.

Se uma economia representasse a série de seis variáveis propostas como definidoras preponderantes de uma economia hegemônica teríamos uma forma em linha reta, mas, analisando outras vidas econômica teremos diferentes formas, oscilantes entre essas variáveis e seus opostos, como vemos no gráfico abaixo:

(GRITTI, 2017. Elaboração a partir de dados de campo).



No caso brasileiro de Recife, a insurgência do movimento a partir da economia popular nos intima a perceber traços de informalidade bastante marcados, mas sua interconexão com ações políticas de identidade e seu processo de institucionalização parecem denotar certo distanciamento de algumas instâncias informais em vista de uma forma própria de existência, não capital, não Estado, não informal.

No caso italiano, dentro das experiências dos Grupos de Compras Solidárias, existe um maior grau de formalidade das ações. Apesar disto, os direcionamentos de pactos e formas contratuais de troca econômica, de trabalho e de relação entre os atores parecem

preferir meios informais de atuação com clara intenção de se distanciar do mercado convencional, utilizando valores e normas próprias. A falta de um canal nacional de institucionalização do movimento local permitiu até agora o desenvolvimento de redes e de canais de ação sempre em equilíbrio precário entre o formal e o informal (um exemplo esclarecedor é representado pelo ‘pacto de economia solidária’ que consiste em uma forma contratual utilizada pelo movimento no caso de construção de parcerias entre produtores e consumidores, mas onde os termos contratuais são estabelecidos com base na ‘confiança’ e ‘solidariedade entre as partes’).

Percebemos então como nos dois casos é preciso entender a relação entre formal e informal como constitutiva do processo de economia solidária. Aprofundaremos nos subcapítulos dedicados aos dois casos esses elementos como centrais na análise de construção de ação própria através de diferentes lógicas.

O mesmo processo, ou abordagem analítica, aplica-se à polarização entre material e simbólico e, sobretudo entre solidário/moral e economicista/capital.

Quanto às outras variáveis propostas por Pavanello (2008), observamos como elas contribuem a definir formas de vida econômicas diferenciadas.

5.2 ENTRE TROCA MERCANTIL E RECIPROCIDADE: O CASO DE RECIFE

5.2.1 O solidário da economia

O elemento que se destaca na análise empírica da economia solidária é a socialização e a moralização da economia. No caso de Recife, como visto no Capítulo 3, a autodefinição do movimento social dos empreendimentos se dá em termos negativos com respeito ao que é julgado como amoral e antissocializante da economia de mercado dominante.

Como percebemos a distinção principal que o movimento se autoconfere em seus discursos e práticas está situado num elemento fundamental: a relação e a socialização das práticas econômicas. Nas expressões “isso não é empreendimento da economia solidária!”, “isso não é produto da economia solidária!” e “Esta não é uma feira!”, pudemos ver que o “não ser” ou “ser” está definido em termos de relação: entre empreendimentos no primeiro caso, relação com o objeto no segundo e relação com o consumidor no terceiro. O objetivo da criação deste sistema de relação é o de fortalecer um coletivo, o da economia solidária,

que através da rede propõe a criação de uma ação econômica diferenciada com base moral, voltada ao bem comum.

Os circuitos de troca material e simbólica deste grupo de produtores se conformam nessas três dimensões de relação, mas todas estão reciprocamente situadas na perspectiva de um “bem coletivo”.

Voltando à discussão apresentada no começo do capítulo, tentaremos agora entender como se dão as dinâmicas de dádiva e reciprocidade no contexto de produção e troca econômica que temos visto, num foco analítico que considera o lado solidário da economia. É preciso sempre lembrar que a análise considerará tanto o lado “solidário” do econômico, quanto o “econômico” do solidário, com o intuito de compreender as dinâmicas híbridas que existem, como percebemos nos nossos dados de pesquisa, entre modelos em contraposição/relação no intuito de criar um espaço próprio de existência determinado por lógicas plurais.

A grande produção de conhecimento realizada sobre o paradigma da dádiva a partir de Marcel Mauss considera a tríplice obrigação social de *dar-receber-retribuir* como fato fundante de qualquer movimentação simbólica e material social. Mauss entendia este sistema de dom como “*fato social total*”, ou como o mais importante motor de constituição de laços sociais e de sociedades. O sistema de mercado - e a lógica que o acompanha - não chegaria neste olhar analítico a substituir antigas formas de troca. A compreensão está aqui baseada na ideia que já temos visto de sociedade onde elementos econômicos, culturais, político, religioso etc. estão concatenados um com o outro de forma indissolúvel e também no pressuposto de que a troca de objetos entre sujeitos sociais é primariamente uma troca simbólica, cujo sentido e valor são conferidos intersubjetivamente.

A atual crítica antiutilitarista e antieconomicista nasce com a intenção de mostrar que o objetivo da lógica mercantil não é gerar o social, mas, ao contrário, produzir lucros, mesmo que isto signifique o fim do social (GODBOUT & CAILLE’, 1991). Apesar então da lógica mercantil ter vivido um processo de dominação sobre outras lógicas, ela não chegou a eliminá-las completamente: pelo contrário, na atualidade o mundo observa o surgimento ou a resistência de muitas formas econômicas não geridas a partir, unicamente, de princípios de mercado.

Neste entendimento, segundo os mais atuais autores do M.A.U.S.S., não seria possível analisar as sociedades modernas, inseridas na economia de mercado, apenas como constituídas de laços econômicos separados dos outros símbolos, ou seja, determinadas pelas leis utilitaristas que caracterizariam a lógica de mercado. O paradigma da dádiva na

modernidade se encontrou sufocado, ou quase completamente englobado pelos outros dois paradigmas do Estado e do mercado (MARTINS 2008, CAILLE', 2000). Limitar o entendimento do sujeito social moderno como um ser apenas movido pelos interesses individuais e pelo egoísmo em suas relações com estas esferas sociais significaria desconsiderar todo o aparato simbólico de troca e as formas de reciprocidade que ainda existem nas sociedades, num sentido meramente interpessoal ou até mesmo dentro dos outros dois paradigmas de Estado e mercado.

O sistema de reciprocidade ainda define a maioria das atividades sociais e o “*espírito da coisa dada*” (MAUSS, 1974) ainda motiva a circulação de bens e símbolos nas sociedades.

Caillé (2000) analisou a tendência na contemporaneidade de separação entre dois diferentes modelos de sociabilidades. A sociabilidade primária seria constituída por laços onde a relação em si é mais importante do que o papel ou a função dos sujeitos em relação. Na sociabilidade secundária, ao contrário, é a função da relação que se impõe hierarquicamente no tipo de laço.

Este contexto teórico encontra ainda mais fundamentos no estudo de um coletivo que propõe aplicar os princípios de reciprocidade e socialidade dentro de uma práxis de tipo econômico.

Mas, como isso ocorre no caso de estudo do coletivo de economia solidária de Recife?

Temos visto a importância da relação social em todo elemento que constitui a ideia de “economia” para esses sujeitos. No movimento de economia solidária a proposta persegue o objetivo de sair do sistema de mercado hegemônico e reconstituir relações econômicas baseadas em relações sociais primeiramente, e guiadas pelos princípios apresentados. Como temos visto a relação e a avaliação moral são fundamentais entre empreendimentos, na relação com o objeto ou o bem produzido e com os consumidores.

As trocas que observamos na dimensão da rede econômica solidária são plurais e determinadas pelo posicionamento de cada uma num *continuum* entre dois polos: como cooperação de trocas materiais (um polo) e trocas simbólicas (outro polo).

Material e simbólico podem ser associados aos dois níveis de análise propostos, tal qual a ‘lógica mercantil’ e a ‘lógica não-mercantil’. As trocas que acontecem neste sistema se posicionam dentro do *continuum* entre esses quatro polos, definindo assim os vários campos da economia. Uma pluralidade de lógicas econômicas que formam uma totalidade.

Entendemos então o sistema de reciprocidade e troca da rede como articulada entre os quatro polos, referentes à ordem economicista e material e à ordem substancial e simbólica.

Quadro 12 – Trocas Recife: material/simbólico economicista/substancial

	MATERIAL	SIMBÓLICO
ECONOMICISTA	- Transação econômica nos espaços de comercialização (rede – consumidor)	- Valor do produto Vs. Preço do produto (produtor-produto-consumidor)
SUBSTANCIAL/MORAL	<ul style="list-style-type: none"> - Troca de material (rede) - Troca de mão-de-obra (rede) - Ajuda econômica em caso de dificuldades pessoais (rede) 	<ul style="list-style-type: none"> - Troca de conhecimento (rede) - Troca de informações (rede) - Partilha de valores na troca econômica (rede-consumidor)

(GRITTI, 2017. Dados de pesquisa).

1 - Entre os empreendimentos, na dimensão da rede, é que se dá a reciprocidade solidária cobiçada, ou seja, o dar-receber-retribuir aqui constituem laços de solidariedade;

Os empreendimentos da rede de Recife e região metropolitana promovem diferentes formas de troca entre o material e simbólico e é neste espaço que mais percebemos a evidência de um sistema de reciprocidade desenvolvido nos atos de dar-receber-retribuir. Como já temos visto um pouco até agora, a função de uma articulação em rede é propriamente a de favorecer a troca e a relação entre grupos pequenos, permitindo um fortalecimento do coletivo e alcançando o que o grupo individual não consegue, com o intuito de criar um clima de bem comum entre os participantes.

Vamos ver quais são essas formas de trocas.

Primeiramente, entre os empreendimentos de Recife, existem formas de troca de material de tipologia não mercantil, ou seja, realizadas não sob a forma de compra e venda mediada pelo dinheiro. Estas formas de trocas parecem estar próximas aos princípios de solidariedade e colaboração cobiçados, criam relações, criam sentimentos de dívidas e dinâmicas de reciprocidades contínuas entre os grupos, constituindo laços sociais estáveis.

O tipo de troca mais comum se dá com a matéria prima, sobretudo nos casos de grupos que têm uma produção baseada no uso de material reaproveitado ou reciclado:

Hoje S. tem que passar aqui, ela e o grupo dela estavam precisando de material jeans para produção, aí outro dia no bazar lá de Brasília Teimosa eu consegui separar o material, porque sempre fica lá sabe... tem muito jeans que mesmo no bazar não sai muito, um pouco estragado, ou como são todos iguais para homens... o pessoal lá deixa, porque é também para deixar mais espaço livre para outras coisas melhores... então hoje ela vai passar aqui buscar (B. Empreendedora econômica solidária/Recife. Diário de Campo nº4).

Vê, um dia eu preciso de uma coisa, outro dia eles precisam de outra e como não todo o material que eu reaproveito eu consigo usar na produção então eu passo para eles, porque sei que em outro momento eles vão ter algo... como foi aquela vez, lembra? Quando a prefeitura doou todos aqueles banners da copa do mundo que tinha que jogar fora, eram de plásticos e dava para fazer muita coisa com eles, aí a secretaria chamou B. para buscar, mas eram muitos ela e o grupo dela não iam dar conta de tudo, então ela entrou em contato comigo, com S. com o pessoal do ACAAPE, para distribuir e todo mundo ter um pouco... (B. Empreendedora econômica solidária/Recife. Diário de Campo nº4).

Essa troca de matéria prima de produção parte do cotidiano dos empreendimentos e conforma uma circulação de materiais entre as pessoas e os grupos. A pessoa que recebe o material sente que terá a obrigação de retribuir em outra ocasião nesta dinâmica de ajuda recíproca, e assim acontece.

No mundo das economias solidárias, existe um instrumento oficial voltado precisamente à realização de trocas não mercantis, chamados convencionalmente de “mercado de troca”. Esses mercados, pequenas feiras onde cada participante traz material próprio produzido ou para reaproveitamento, estão baseados na forma de troca não mercantil sem dinheiro, nem preço, trocando um objeto pelo outro. O objetivo desses mercados é justamente favorecer uma relação entre trocadores não mediada pelo dinheiro, ou por um valor objetivado, sendo que entre eles se negociará o valor de cada produto, chegando a um compromisso justo entre as partes e realizando assim a troca. Este instrumento na rede oficial de economia solidária local pesquisada não é utilizado, se não em raras ocasiões em que me foi referido que foram feitas provas experimentais. Ele permanece um objetivo a ser realizado pelo coletivo, mas atualmente o mercado de troca é mais realizado em bairros e comunidades onde associações ou grupos de moradores se organizam para a sua realização. Existindo então, mas fora daquele que destacamos nesta pesquisa como o canal oficial de economia solidária local.

Algumas trocas que acontecem dentro da rede de empreendimentos local assumem característica prevalentemente simbólica, mas, ainda assim, contribuem em gerar esquemas e laços de reciprocidade estruturais às relações da mesma.

Os grupos então trocam mão-de-obra nos trabalhos. Encontramos casos em que, em seguida a alguma encomenda ou pedido específico, o grupo apresentava dificuldades na realização de tarefas, tornando necessárias formas de cooperação de trabalho entre grupos. A título de exemplo, num caso de encomenda de um produto que envolvia a necessidade de costurar peças, em um grupo que não dominava esta prática, pediu-se a colaboração de outro grupo na realização da tarefa. Casos deste tipo são bastante comuns permitindo a circulação de pessoas e formas de trabalho articulados com base em situações específicas não engessadas em padrões fixos de articulação.

Da mesma forma, nos deparamos com situações de circulação de pessoas entre empreendimentos para casos específicos, criando aquela dinâmica já citada de contínua conformação dos grupos – saída, união, divisão etc. No caso de algum grupo ter sua produção parada por certo período, os trabalhadores circulam em outros grupos, criando parcerias sob forma de ajuda na produção e desenvolvimento de algumas funções. Neste caso, o indivíduo pode participar em várias produções dependendo das necessidades de cada um.

Nascem assim tanto atividades de reciprocidade e de troca de “trabalho” quanto à circulação dos trabalhadores dentro da rede aumentando assim a amplitude dos laços de colaboração e solidariedade. Essa condição por um lado é fruto de uma condição de precariedade dos grupos de produção, que não têm continuidade ou são autossustentáveis, mas por outro lado permite a contínua existência da rede de empreendimentos baseada justamente nesta flexibilidade e nesta possibilidade de criar laços de ajuda recíproca para além do critério econômico.

Outra conformação de troca em rede é a de experiência e conhecimento. Há diferentes propostas formativas dentro das atividades principais da rede e, a maioria dessas, é realizada a partir da experiência e conhecimento dos próprios participantes³². Existe aqui uma convivência entre profissionais externos, técnicos e acadêmicos e os conhecidos como “educadores populares”, construtores de saberes próprios das práticas locais. É, portanto, comum que os próprios produtores econômicos solidários organizem formações e cursos sobre assuntos específicos.

³² Acompanha a rede de economia solidária local uma Rede de Educadores em Economia Solidária, na qual se encontram os responsáveis das formações internas da rede ou também da sociedade civil mais ampla.

Então para poder participar da Fenearte eu precisava comprar material, não sabia bem como fazer e foi então que a “entidade PR” ofereceu uma pequena quantidade de dinheiro para eu poder comprar as coisas e então produzir mais... ai pediu que em troca eu não desse o dinheiro de volta, mas que fosse ensinar a técnica do trabalho do plástico para o pessoal da comunidade lá, conheço aquele grupo de pessoas, acho bem legal trocar assim... (B. Empreendedora econômica solidária/Recife. Diário de Campo nº4).

Teve casos uns anos atrás que se fazia intercâmbio com fora sabe, uma vez que eu lembro que achei uma experiência muito rica foi com Fortaleza. Ai o pessoal de Fortaleza vinha aqui fazer formação sobre o que eles faziam, o que produziam, tinha oficinas mais técnicas mesmo, outras conversas mais sobre a organização o jeito de fazer... enfim, depois a gente ia lá e apresentava tudo o que tinha aqui... era tão legal, porque aprendia muito e também fazia novas amizades, conhecia pessoas, experiências e também compartilhava as dificuldades etc. (B. Empreendedora econômica solidária/Recife. Diário de Campo nº4).

Nesses dois casos, observamos a conformação de trocas de experiência e conhecimento. No primeiro caso na troca realizada se utilizou o dinheiro, como forma de crédito, mas com o oferecimento do conhecimento de uma técnica de produção para o grupo de pessoas de uma associação como forma de contrapartida. No segundo caso a troca foi realizada no âmbito da rede multilocal, ou seja, entre duas redes de duas cidades diferentes. Nos dois casos a reciprocidade permitia a criação ou estabelecimento de laços através da oferta de conhecimento da pessoa da rede. O elemento da formação é central nas dinâmicas organizadas pela rede de produtores para a rede de produtores. O intuito de construir um saber próprio sobre economia solidária e, sobretudo, de socializar práticas e valores entre empreendimentos antigos e empreendimentos novos são vistos como processos constitutivos do movimento. Uma relação de colaboração e conflito constitutiva destas práticas está presente na convivência entre militantes-produtores e militantes-técnicos-acadêmicos. É no encontro de diferentes lógicas que definitivamente tenta-se construir o saber e conhecimento da economia solidária local, mas é na crítica a certos saberes e na preferência por um saber próprio que se forma concretamente o processo. Os produtores reconhecem a necessidade de dominar conhecimentos que derivam de outras áreas, mas se relacionam a isso de forma crítica continuamente. Veremos este elemento melhor mais tarde.

Para além do saber e conhecimento formativo, trocas de informações são efetuadas constantemente entre empreendimentos. Toda ação do coletivo, desde a organização de espaços de vendas até as reivindicações ao Estado, é organizada e baseada em fóruns, encontros, comissões e reuniões. A quantidade desses momentos é muito grande, sendo que em certas épocas os encontros chegam a ter cadência quase cotidiana, tornando muito difícil para todo empreendimento a participação em tudo, sendo isso inclusive um dos motivos de queixa dos mesmos.

Assim, um sistema de troca de informação via celular ou pessoalmente é constantemente acionado. Os empreendimentos mais próximos, ou com mais relação estabelecidas, ligam cotidianamente um para o outro para realizar a atualização sobre os acontecimentos, as decisões tomadas, as próximas ações etc. Em tempos recentes a criação de grupos no aplicativo Whatsapp facilitou este processo de comunicação coletiva. Trata-se de uma prática muito comum e recíproca: se um representante de um empreendimento puder comparecer num encontro e outro não, o primeiro informará o outro sobre o que foi conversado e assim a mesma pessoa retribuirá quando a situação se inverter. Quem é excluído desse sistema de troca tem muitas dificuldades em acompanhar os processos em ato e entender os acontecimentos da rede. Muitos encontros, muitas informações: o processo da economia solidária está em constante mutação e muito rapidamente. Na própria experiência de pesquisa foi possível vivenciar essas dificuldades. Faltar um mês aos encontros da rede significa perder muitos acontecimentos, se não é ativado o sistema de troca de informação com os outros participantes fica difícil se manter atualizado.

Nestes circuitos de informações a “fofoca” também tem um papel importante, mesmo que mais informal. Dentro dos canais de troca de informação informais, sobre os acontecimentos políticos ou decisórios da rede se repassam, também nesses laços criados, informações pessoais sobre os participantes da rede ou sobre os grupos. Neste canal informal é onde se criam muitas vezes os laços de amizade ou inimizade entre os participantes definindo assim vários níveis de conexão de colaboração e solidariedade. Na fofoca transitam também informações sobre as posições políticas dos participantes, as brigas, as discussões ou as alianças criadas no dia a dia, definindo assim os reajustamentos das relações internas.

Neste mesmo sentido vamos apenas citar a troca pessoal e de amizade que acontece na rede, outra dimensão das práticas de sociabilidade do movimento. Além de aspectos mais formais, econômicos ou políticos das relações de rede, as pessoas compartilham nela também suas próprias vidas e vivências, suas alegrias e sofrimentos pessoais criando relações de amizade e intimidade neste contexto. Em diferentes situações de dificuldade pessoal de algum participante da rede houve o envolvimento de outras pessoas, que organizaram manifestações diferenciadas de solidariedade e apoio num nível mais pessoal, emotivo, e às vezes também de ajuda econômica.

A partir destas práticas que a rede existe enquanto sistema de reciprocidade entre empreendimentos, atuando em canais que vão desde o material até o simbólico, mas todos voltados à constituição de laços sociais.

É interessante perceber que a única forma de troca que não tem lugar neste contexto é exatamente a troca mercantil, coisa bastante problemática segundo certos pontos de vista. Na teoria da “*revolução das redes*” elaborada especialmente pelo autor Euclides Mance a economia solidária apenas se consolidará como proposta econômica alternativa com a geração de redes econômicas, num sentido estrito, onde a troca mercantil de bens possa constituir cadeias econômicas externas ao mercado formal. Mas, em Recife, os empreendimentos efetivam muito pouco compras de bens de seus colegas. O motivo disto certamente é devido ao tipo de produção, relacionada principalmente ao artesanato e na produção de bens que são sim bens do dia a dia, mas provavelmente não percebíveis como bens de primeira necessidade pelos produtores.

Mais importante ainda é provavelmente a origem e conformação desta rede local que não sustenta a possibilidade de trocas de objetos sob forma de venda entre os participantes. O coletivo local nasce como coletivo de produtores para sustentar-se e fortalecer-se como coletivo de produtores, não incluindo desta forma a parte dos consumidores e não sendo permitida também a circulação econômica interna pela semelhança de produção desenvolvida. Por isso a relação com o público de consumidores se desenvolve com canais diferenciados numa perspectiva dentro-fora e não internamente como podemos observar no caso italiano.

Segundo a análise podemos concluir que o paradigma da reciprocidade tem pleno desenvolvimento nas práticas internas da rede. Ajuda recíproca e trocas em diferentes contextos são claramente voltados a desenvolver formas de solidariedade onde a relação se torna fundante também do caminho econômico e político empreendido juntos. O coletivo, desta forma, sairia beneficiado. Neste meio a troca mercantil, num sentido economicista, tem um valor secundário com respeito a toda troca simbólica que cotidianamente acontece.

1 - Analizando por outro lado, as relações entre a rede de produtores e os consumidores/clientes percebemos que as dinâmicas das relações se posicionam no *continuum* entre simbólico/solidário e material/econômico de forma muito diferente.

A constituição da rede com base no coletivo de produtores tem colocado a questão da comercialização de produtos como central e problemática na estruturação do movimento local. O fato de não existir um público “econômico solidário”, ou seja, um público de consumidores formado e frequentador desta economia no dia a dia tornou a dimensão das vendas um desafio dos produtores locais. O que percebemos é que a relação com os

consumidores é uma relação onde a troca mercantil desenvolve um papel preponderante, mas o intuito e o objetivo dos produtores é direcionado a possibilidade de mudar esta conformação. As ideias da economia solidária incluem processos de mudanças na cultura do consumo e nas dinâmicas de compra e venda. Analisando os espaços de comercialização³³ - as feiras- percebemos que tudo neles é pensado em termos de criação de uma relação com os consumidores ou potenciais clientes, ou seja, as pessoas que transitam no espaço. A dinâmica da venda almeja ser acompanhada por dinâmicas outras além da troca de produtos, como a de criação de relação com base na partilha de histórias, valores e símbolos.

A intenção de viver o espaço de venda como “*experiências compartilhadas*” de comunicação, laços sociais e partilha de valores para além da troca de objetos e dinheiro não é apenas um olhar teórico a esta dinâmica, mas é também o que é cobiçado pelos empreendimentos.

A indicação da nomenclatura como “*espaço de comercialização e divulgação*” resume dois elementos fundantes da concepção que está na base da prática. *Comercialização* indica as práticas de troca econômica que aconteceriam nela, mas, sobretudo na *divulgação* estaria o elemento distintivo.

Pelos empreendimentos econômicos solidários a feira não é percebida apenas como espaço de venda: ela funcionaria mais como espaço de exposição dos produtos, sendo as vendas realizadas principalmente por encomenda por parte de quem conheceu os trabalhos produzidos, ou seja, em um momento posterior, enquanto as vendas diretas representam uma quantidade menor. Considerando este aspecto, observa-se que a divulgação é bastante incentivada neste espaço e nos discursos dos organizadores, em função do papel educativo e social que se propõe. No espaço de comercialização e divulgação aconteceria a educação à economia solidária. O objetivo principal seria chamar a atenção do público do local e estabelecer relações diretas entre produtores e consumidores, fazer conhecer a economia solidária e o funcionamento do próprio grupo e produção, deixando então claros os elementos diferenciais que caracterizam os objetos vendidos. O objetivo de criar uma relação com o potencial cliente é poder transmitir os valores incorporados nos produtos, valores conectados aos princípios fundamentais de trabalho coletivo, respeito pelo trabalhador e pelo

³³ Espaço de Comercialização de Economia Solidária (ESCOES) situado na UNICAP – Universidade Católica de Pernambuco, em colaboração com o Instituto Humanitas e o Projeto Ramã, entidade de apoio e fomento de Recife. Feira dos “3 R – Reduzir, Reaproveitar, Reutilizar”; Feira anual; Feira de economia solidária do Recife do Coração – parte do programa da Prefeitura de revitalização do bairro Recife Antigo. Outras feiras e espaços de venda itinerantes e contextuais desenvolvidas ao longo da pesquisa de campo em Recife.

meio ambiente, a solidariedade e a autogestão, além de serem todos produtos artesanais e então de alguma forma *únicos*.

O escopo principal do espaço é então a apresentação da economia solidária a todo potencial cliente, juntamente às vendas. Tanto dentro do grupo de produtores quanto na relação com o externo as práticas são continuamente ligadas ao discurso voltado a “*outro agir econômico*”. A comunicação, a solidariedade recíproca entre produtores, a relação dos produtores com o público, a explicação do valor dos produtos e então a educação à economia solidária são mantidos como guias principais nas atividades do local.

Porém, captar a atenção do consumidor num espaço de passagem e instaurar diálogos longos e elaborados de troca nem sempre é tão fácil neste contexto. Diferente são os casos de feiras solidária no Brasil – sendo a mais conhecida a de Santa Maria RS – onde o espaço já adquiriu um reconhecimento nacional como feira de economia solidária e os consumidores desta feira a frequentam conhecendo e procurando este tipo de experiência. No caso de Recife este tipo de promoção não é realizado.

Por este motivo, no contexto local, é possível perceber que o interesse maior em relação aos clientes é que a compra seja efetivada. Apresenta-se à nossa observação uma troca de elementos simbólicos, a criação de uma relação de conhecimento entre vendedor e comprador mais relacionada ao produto e sua venda que na criação de uma relação de reciprocidade e partilha mais duradoura. Em outras palavras, se a sociabilidade do espaço de venda construída através do intercâmbio de histórias, valores e outros símbolos é julgada uma boa prática, o fim último é a venda do produto por necessidade econômica do empreendimento.

A possibilidade de criar uma verdadeira relação de confiança que seja perpetuada no tempo, dando vida a laços sociais de intercâmbio mais duradouros parece se travar no breve espaço temporal da troca econômica. Há alguns casos em que se estabelece com o cliente uma relação desta natureza quando, por exemplo, após a compra de um produto o cliente entra em contato com o grupo para fazer encomendas.

Mas, fundamentalmente no espaço de venda presenciamos uma troca mercantil onde o fator de distinção, na maioria dos casos, é a partilha de valores gerada através da troca econômica/simbólica, sendo, em outros casos, apenas o interesse num produto.

E: Você pode me dizer porque comprou este produto?

Cliente: humm, como assim? (risadas) comprei porque achei bonito, é artesanato e tal, tinha que fazer um presentinho para uma amiga e achei que esse fosse bom para ela, e estava barato também.

E: Sim, entendo, você viu também que aqui é um espaço de economia solidária?

Cliente: sim, ela me falou, estava contando sobre economia solidária, nunca ouvi falar de economia solidária, achei legal, tipo, parece que eles praticam com o respeito ambiental e tal né? Hmm... não tenho certeza de ter entendido bem, mas ela estava falando sobre isso, interessante. (Entrevista realizada com cliente da ESCOES. 15/10/2014).

E.: Você pode me dizer porque comprou este produto?

Cliente: Olha, eu acho legal o trabalho de artesanato, sempre tem algo diferenciado, sei lá, diferente... e várias vezes, quando vejo as feiras de artesãos eu já conversei várias vezes, eles fazem um trabalho bacana, eu acho, eles vivem disso e acho bom, quando eu puder, ou quando procuro algo mais específico, eu compro aqui mesmo... Eles aqui sempre falam de como fazem os trabalhos, tem um grupo ali que trabalha com inclusão social, numa área marginal, acho bacana [...] e também sempre colocam a questão da natureza, que eu respeito muito, o interesse que essas pessoas tem no ambiente, todo mundo deveria ter assim... (Entrevista realizada com cliente da ESCOES. 15/10/2014).

O tempo/espaço do comércio da rede de economia solidária de Recife, exemplificada aqui com o espaço ESCOES, mas poderia ser com outras feiras itinerantes, é nitidamente muito limitado para permitir a criação de laços de dádiva mais elaborados. A partilha de valores se cria em relação apenas ao ato de compra-venda e toda atenção das duas partes – produtor e consumidor – é centrada no produto. É então o produto o vínculo da relação, sendo que nele estão incorporados os valores de uma economia solidária, como temos visto, e os interesses do comprador.

Definiria assim este campo específico de troca produtores-consumidores como uma troca econômica/simbólica e não como possibilidade de uma relação de dádiva/reciprocidade solidária como acontece, pelo contrário, nas práticas internas a rede. Remarcarei aqui como isso é percebido como um problema pelos produtores, que ficam divididos entre a proposta de uma economia diferenciada, mas com um contexto comercial de atuação onde isso é impedido. No próximo subcapítulo veremos como se dá esta dimensão.

A *experiência compartilhada* do espaço de venda econômico solidário local é construída na partilha de valores e interesses diferenciados, situados entre o simbólico e o interesse econômico, espelhando então esta dimensão também na relação de reciprocidade constituída.

A feira de economia solidária, espaço da relação entre produtores e consumidores, se põe como possível espaço de conexão entre dois universos: o movimento econômico solidário de produtores e consumidores pertencentes ao sistema econômico mais amplo. Mas, é através do produto que esta comunicação entre moral e economia acontece de forma mais forte.

2 A relação entre o produtor/consumidor e o objeto

Como temos visto, o produto econômico solidário é sujeito de relação e veiculador de valores que vão desde o simbólico e moral até o econômico na relação entre o produtor e o consumidor.

O produtor reconhece em seu produto, tanto uma parte de si – sua arte, sua história, seus valores etc. – tanto um valor econômico – o preço – que lhe permite manter o circuito econômico do empreendimento funcionando. Da mesma forma o comprador poderá ver no produto tanto os valores de um possível “consumo consciente”, quanto um interesse econômico ligado a outros fatores: utilidade, moda, conveniência de preço etc.

O produto é mediador desta relação ambígua, mas necessária, entre a moral e a economia.

Os participantes da rede conferem muita importância ao fato de criar uma relação com os objetos que possa ir além de uma dimensão exclusivamente utilitarista. O objeto não é apenas seu custo de produção e seu preço final, mas também o conjunto de valores que nele estão presentes. É também percebido como muito importante ter a capacidade de transmitir isso para os clientes, de forma que o comprador não compre apenas um objeto, com seu preço e sua utilidade, mas também todo o material simbólico proposto, permitindo assim que o consumidor crie uma relação de partilha maior com ele.

Por outro lado, tanto o produtor quanto o consumidor sempre terão como preocupação de fundo os elementos típicos de uma troca mercantil. O consumidor estará preocupado com que o produto responda a padrões de qualidade e de baixo preço e o empreendimento estará pensando que o produto precisará ser vendido a um preço maior do que o custo de produção e de mão-de-obra garantindo um ganho.

Preço ou valor?

Neste sentido, por preço entendemos uma quantidade numérica, expressa em dinheiro, e por valor entendemos uma qualidade, expressa simbolicamente por um conjunto moral. Os objetos da economia solidária representam tanto um preço quanto um valor e a relação entre as duas dimensões é distribuída de forma sempre diferenciada e inter-relacionada à definição de troca mercantil e troca simbólica.

O valor dos objetos circulantes é construído, desta forma, num movimento duplo. Por um lado um valor moral, simbólico e “sagrado” e por outro um valor em dinheiro, neutro e “dessacralizado” (GODELIER, 2001).

O preço do produto será construído a partir de elementos como o custo de produção, de matéria prima e de mão-de-obra, mas também a partir dos valores que neles estão presentes. O respeito ambiental, a arte, a história do objeto etc. representam um *surplus*, ou seja, têm um preço econômico. Os valores são vendidos. O preço econômico assume um valor adjunto por sua base simbólica e moral. Custa mais.

Da mesma forma o preço tem um valor moral. Ou seja, o gasto de dinheiro que está sendo efetuado pelo comprador no ato da troca, pode assumir, na visão de um ou de outro, um valor moral. O pagamento, o dinheiro pelo preço do produto, tem mais valor, porque é investido numa economia justa, uma economia solidária. O dinheiro que está sendo oferecido pelo preço do produto tem um valor adicional por isso, um valor moral.

Eu queria que as pessoas comprassem na economia solidária porque quando compra aqui você compra algo mais... no sentido, não é como você ir nas lojas do capitalismo onde você compra algo que é muito barato, mas não sabe nada dele, não sabe de onde vem, quem o fez, não sabe nem como é feito, se é de material perigoso ou, sei lá, teve os casos das indústrias que exploravam muito crianças, pessoas, não sabe dessas coisas, entende? Quando compra aqui você sabe de tudo isso e você não está jogando fora o dinheiro, sem saber para quem, você está dando seu dinheiro para uma economia mais justa, e para as pessoas que fizeram aquele produto, aqui você sabe o que compra e quem faz, [...] você gasta melhor seu dinheiro aqui, ou isso é o que eu penso [...] Mas as pessoas aqui são muito consumistas, é difícil falar sobre essas coisas porque estão todos na correria do capitalismo, onde comprar, comprar e comprar é a regra, aí fica complicado (S. Empreendedora econômica solidária/Recife. Entrevista n° 6).

A tensão moral contida na troca é clara em práticas de economia solidária, onde o circuito econômico que parece estar articulado simultaneamente em dois conjuntos de trocas, uma monetária e outra não, deve enfrentar a busca de um bem-estar maior, coletivo, simbólico e moral. A peculiaridade que parece emergir neste caso, porém, é que os dois conjuntos de trocas, num cenário de economia de mercado, não só não se excluem mutuamente e se alimentam uns aos outros, mas eles também agem tendo o mesmo objetivo e o mesmo papel na determinação do valor econômico da troca, para que haja reciprocidade.

Como vimos até agora o espaço de comercialização econômico solidário é muito mais que um espaço de trocas de mercadoria. São estabelecidas nele várias outras tipologias de trocas, todas discutidas e intencionadas como práticas próprias da economia solidária. Encontramos nela trocas de conversas, trocas de histórias pessoais e histórias de grupos, trocas de saberes de produção, trocas de favores e de confiança, todas concebidas dentro de uma perspectiva de mudança social através de uma socioeconomia, de uma “outra economia”.

Mas, se vimos como estas dinâmicas são dificultadas na construção de relação com os consumidores e no espaço da feira, podemos perceber a centralidade que os produtores sentem em relação aos objetos, as mercadorias, através do valor construído com eles, em suas vidas sociais (APPADURAI, 2008). A construção do valor reflete a relação de elementos simbólicos, sociais e políticos com a questão econômica, vivida como problemática pelos agentes envolvidos. Respeito do ambiente e do trabalho humano, ser fruto de cultura popular, de um saber fazer próprio, artesanal, ser de alguma forma “artístico”, único, ser produzido com modalidades reconhecidas como de economia solidária e ser feito “com carinho” são todos elementos que conferem o valor da mercadoria na feira. Além desses elementos, na fase de construção do preço e de exposição da feira se unem também cálculos formais relativos à produção, a comercialização e a sustentabilidade econômica³⁴.

Conceitos como valor de troca e valor de uso são fundamentais na literatura marxista para esta discussão, mas com Appadurai (2008) aprendemos também um valor da mercadoria desvinculado do processo de produção, assumindo seu significado a partir da troca: “[...] *a mercantilização reside na complexa intersecção de fatores temporais, culturais e sociais* [...]” (APPADURAI, 2008). As mercadorias são símbolos materializados e é partir disso que se constitui o valor. Além disso, o autor nos indica o caminho para um entendimento das práticas de consumo e também das trocas como politicamente determinadas. É nesta acepção que se insere a discussão sobre a construção do valor das mercadorias nas feiras de economia solidária, onde além do valor simbólico, social, ambiental, cultural, afetivo e econômico dos objetos oferecidos também há necessidade de um elemento político, ou seja, o objeto vendido na feira deverá espelhar também os ideais políticos do movimento, num posicionamento anti-hegemônico.

Neste intuito, e considerando a abordagem de Appadurai (2008) em relação ao valor e a troca, apresentarei agora dois objetos expostos na feira ESCOES com intenção de entender o valor que pertence a eles em suas vidas sociais e dentro desta específica construção cultural da mercadoria que é a economia solidária.

³⁴ A maioria dos empreendimentos participou em oficinas sobre a temática da construção de preço, recebendo indicações sobre como calcular os gastos de matéria prima, energia e trabalho para a determinação do preço final de um produto. Estes cursos não consideravam outros valores discutidos no movimento social, como, por exemplo, o valor artístico, social e ambiental.

Quadro 13 - Reaproveitamento, sobrevida, personalização, carinho.

“Eu vou pegar um que está aqui... quer tirar foto? Cd, ou DVD, reaproveitado, este trabalho é composto de reaproveitamento de cd e emborrachado chamado eva, certo? Tematizando ele para a música, onde se cria esta imagem de uma guitarra estilizada e onde está o nome “rock”. Este trabalho ele tem duas coisas interessantes, uma bem pessoal né, minha mesmo e a outra da questão do trabalho com meu grupo e da artereciclagem. Pode tornar um dvd ou cd reaproveitado? Segundo o pessoal do movimento dos catadores que conheço é o material que menos se consegue reaproveitar, e que quase não tem reaproveitamento nenhum. Então a partir do momento que a gente procura dar um ponto de utilidade ou de decoração para ele a gente cria uma sobrevida para este material, para ele não ir pro lixo, um dia ele vai pro lixo, não tem jeito, mas é impedir que ele vai tão rápido ou seja impedir que ele vá pro lixo por ainda muito tempo. E a questão personalizada minha é que eu amo música. Então crio uma série de materiais tematizados em coisas de música... este daqui é do rock, pode ter uma sanfona para o forró, os tambores de axé, o violão para blues né e outros instrumentos e outras coisas ligadas a música. Então é um material que agrada algumas pessoas, principalmente jovens, que querem decorar o quarto estilizado com música então... em fevereiro vai chegar uma coleção inteirinha nova. Coisa relativa a música. Eu aqui vejo a sobrevida para o material tem a questão pessoal e a questão do meio ambiente, de um produto de lixeira se transformar em algo bonito e que me representa como artesão. Imagina... do lixo para o quarto de um jovem novamente, tão bonito e colorido e tão expressivo. [...]

Tem que ver que o meu grupo, ele é um coletivo, trabalhamos todos com material reaproveitado e dependendo do que encontramos produzimos material diferente, como o cd. A gente trabalha na economia solidária, não tem chefe, somos todos colaboradores e criamos juntos, trabalhamos juntos né, mesmo que cada um pode ser livre de desenvolver sua ideia. E isso é arte, vem da criatividade, é uma ideia única que só eu posso fazer assim, eu penso, procuro os materiais, invento e faço algo bonito para vender. É eu que sei fazer isso. Outros podem fazer, mas nenhum vai saber fazer como eu faço, vai fazer diferente. Tem que ver que tem parte de mim ali em todo meu produto. E tem o carinho, eu faço esse trabalho com carinho, pensa o tempo para fazer uma coisa dessa, eu penso, paro, faço um pouco, depois quero mudar então volto faço outra parte... demora tempo... e gosto de fazer isso, amo, para mim é um trabalho de carinho.”

A. Artereciclador rede economia solidária de Recife – Entrevista nº 11

“Escolheria o chaveiro, porque é o produto que tenho mais carinho, só que esse não é a versão original não, é do outro trabalho lá do CAPS, é cortado um pouco torto você lembra, eles não sabiam cortar certinho... Gostei do chaveiro...

Esse é um chaveiro é uma peça que a gente sempre pensou que, assim, ele seria o carro chefe do grupo, o chaveiro, por ser ecológico. Foi uma ideia do meu irmão, ele pensou a ideia e fazia os desenhos, a arte dele... retrata o meio ambiente, tem baleia, passarinho, peixe, árvore e o coração que seria a parte do ser humano... A arte é que destaca este produto, a gente cria e recria a partir de material morto e esse daqui foi meu irmão que fez.

O chaveiro como todo nosso produto é feito da reciclagem artesanal né, do plástico... a gente pega as sacolas de plástico e limpa, junta e dividi os tipos de plásticos, aí prensa, com a máquina que faz prensa a calor e pensa os desenhos e corta até dar isso. Tudo manual e criatividade nossa.

Quando vendo isso aqui, eu vendo, mas é feito com carinho, do meu irmão, do trabalho do grupo né, eu vendo o meu carinho por ele também. Esse aqui não é apenas um objeto tem muita coisa... a história do Reciclarte, a minha história, meu trabalho.

A gente pensou isso mais para criança, para todos, mas principalmente para criança porque a gente fazia as bolsas da escola e foi mais uma coisa para agregar a mochila entendeu? Porque esse é o símbolo da nossa produção, a questão do meio ambiente, do amor. Por isso veio a ideia do chaveiro.

Bom o valor do produto hoje a gente vende a 10 reais, mas houve épocas em que ele era mais caro... bom mais além do preço tem que ver a utilidade do produto e não só... ele retrata o meio ambiente e é reciclado, o que tem mais importante hoje? A gente sabe quanto as sacolas de plástico acabam com ambiente e a gente usa elas para criar matéria prima para outros produtos, isso é fantástico...

E como a gente trabalha com plástico a gente pensou justamente nisso, de fazer a representação do meio ambiente através de uma reciclagem que ajuda o meio ambiente. A ideia é essa, a gente chama chaveiro ecológico, porque além de usar a reciclagem ele tem a questão ambiental, um símbolo, porque faz com que você lembre, o peixe, o passarinho, a árvore... e do amor que a gente tem, que temos que ter... o coração representando. E o chaveiro é uma peça que todo mundo usa.

O produto, se tem alguma ligação com economia solidária? Sim, porque tem tudo aqui de economia solidária. Olha o trabalho é feito em grupo, um grupo onde todo mundo tem a mesma importância. Antes tinha meu irmão né... hoje não... mas os produtos são dele também ele que fazia a arte... Bom tem a preocupação com o ser humano, o trabalho, a preocupação com o meio ambiente...

Em nossos produtos sempre teve essa coisa, eu acho que da forma que a gente sempre trabalhou, pensamos na inclusão social, trabalhamos no grupo com as meninas de Brasília Teimosa, lá no centro, com as meninas que tinham transtornos mentais, mas faziam esse trabalho com a gente, todo mundo juntos. Então de economia solidária tem tudo... tanto nos nossos produtos, os valores que passam, o meio ambiente, o amor... como a forma de trabalhar e organizar...

As pessoas deveriam comprar, aliás não deveria comprar né, não se “deve” comprar, mas a gente gostaria que comprasse porque aqui tem a conscientização, e economia solidária faz isso também... enfim...”B. Empreendedora econômica solidária/Recife. Entrevista nº 12



Na apresentação dos dois objetos, enfatizarei os elementos que são chamados em causa na construção do valor dos mesmos, valor que é repassado no momento da troca da comercialização.

Appadurai (2008) nos ajuda na análise, discutindo criticamente a oposição entre presente e mercadoria. Se numa abordagem tradicional o presente representaria os laços sociais e os valores culturais e a mercadoria um bem útil e dessocializado, percebemos aqui certa confluência. Numa nova abordagem de cultura material entendemos o significado social da mercadoria como produto produzido e vendido a partir de elementos sociais e culturais. Retomando sempre a discussão deste trabalho é importante remarcar que esta percepção antidicotômica é útil para o entendimento da cultura material da sociedade industrial e então dos bens de massa, sendo neste caso aplicada a um movimento anti-hegemônico que faz da mesma antidicotomia sua bandeira, inserindo então um valor político em sua economia.

Nas falas acima percebemos a objetivação das relações sociais, ou seja, os objetos se fazem mediadores e portadores de significados no momento da troca econômica.

No primeiro caso o reaproveitamento, que confere uma utilidade ou decoração a uma peça que iria para o lixo, criaria uma “sobrevida” do objeto, incorporando tudo que identifica o trabalho do artesão. Na fala fica evidente que o produtor de economia solidária repassa ao objeto diferentes significados. O respeito pelo ambiente é ligado ao reaproveitamento, elemento básico da produção deste objeto, tirado da lixeira para obter outra vida. Tem em seguida a questão “personalizada”, ou seja, o fato da decoração ser feita a partir dos interesses e gostos do artesão, neste caso representando sua paixão pela música e propondo esta paixão para eventuais clientes, pensando neles no momento da produção. A personalização seria então a construção deste laço tanto com o objeto, que representa o amor pela música, quanto com os clientes, que se comprassem, o compartilhariam. O objeto se personaliza neste laço, sendo portador de paixões compartilhadas. O conceito de trabalho

coletivo, fundamental num trabalho de economia solidária, é remarcado no momento em que o produtor se refere ao seu grupo, onde o trabalho é desenvolvido em conjunto, mas cada um com sua ideia, com sua criatividade. A “criação” é o que confere ao objeto sua unicidade e através dela o artesão se sente representado por seu objeto (*“Tem parte de mim no meu produto”*). Por fim o “carinho”, o tempo dedicado, o pensamento, a criatividade que constroem uma relação afetiva com o objeto são remarcados como sendo parte do trabalho desenvolvido.

Na segunda fala, o chaveiro se torna “símbolo” do respeito pelo ambiente, da mesma forma que o primeiro, mas dessa vez sendo já fruto de um processo de reciclagem que transforma objetos potencialmente perigosos pelo ambiente (as sacolas de plásticos) em símbolos de amor pelo ambiente. O formato e a “arte” do objeto também repassam a mesma mensagem, tendo uma dupla representação da questão ambiental incorporada no produto. Neste caso também, o chaveiro representa o trabalho de grupo, pela dimensão da “inclusão social”. O grupo sempre trabalhou com pessoas com transtornos mentais e faz dessa questão uma discussão central no próprio trabalho, desenvolvendo uma interface da economia solidária com a problemática de exclusão social na área de saúde mental. O chaveiro concreto apresentado na entrevista foi desenvolvido por usuários de um Centro de Atenção Psicossocial, onde foi organizado um projeto experimental de geração de renda. Esta dimensão é sempre repassada no momento da apresentação do objeto e de sua venda como uma dimensão central. Outro elemento da vida deste objeto lida com uma dimensão “familiar”. O irmão da produtora, falecido recentemente, foi o desenvolvedor da arte e dos desenhos desse produto assim como de outros, dessa forma o chaveiro mantém também a memória deste laço familiar. De novo, nesta fala, assim como em outras que aconteceram, o carinho pelo objeto aparece como expressão de múltiplos fatores, entre os quais, afetivos, familiares, da causa ambiental e de uma criatividade como expressão de um trabalho próprio, que deixa a marca da pessoa artesã no objeto que será vendido.

Nos dois casos a construção de preço é pouco baseada em cálculos formais envolvendo custos de matéria prima, de material adicional ou de energia e transporte. Estes custos no caso de produtos reciclados e reaproveitados são quase inexistentes. O valor do objeto reside em todos os outros elementos apresentados, unindo-se à questão discutida na rede de economia solidária do “preço justo”. O preço justo é a indicação de que o valor tem que respeitar tanto os trabalhadores quanto os consumidores. Por este motivo ele vem sendo construído a partir de uma ideia de trabalho artesão onde valor ambiental, social, cultural, familiar e o carinho pelo objeto se entrelaçam às questões econômicas mais concretas.

Os objetos da feira ECOSOL são “testemunhas” de histórias, neles se encontram elementos da vida pessoal e profissional dos produtores, participando na construção de um valor, que junto com outros, é repassado no momento da venda ou da apresentação do objeto mesmo.

Nos dois casos os objetos são reconhecidos como pertencentes à economia solidária. Os dois representam os valores que o movimento social propõe em sua “carta magna”: trabalho coletivo, respeito pelo trabalhador e pelo ambiente, inclusão social, solidariedade, cooperação, autogestão. Os dois objetos, portanto, se fazem portadores das mensagens da “outra economia” tornando-se também objetos políticos de crítica a economia hegemônica, capitalista, neste contexto entendida a partir de valores opostos: individualismo, desrespeito pelo trabalhador e pelo ambiente, exclusão social e dependência.

5.2.2 O econômico do solidário: “ganhar a vida no sistema”

Apresentamos em primeiro lugar a dimensão solidária da economia (ou seja, os valores e relações sociais e de reciprocidade nela presentes), pois os próprios atores do movimento a colocam como uma proposta diferenciada do modelo dominante.

A oposição entre troca mercantil e reciprocidade/dádiva se dá também na dicotomia entre formalidade e informalidade, onde a primeira representaria o nível monetário e da troca impessoal e o segundo o campo mais amplo das relações sociais recíprocas. Como temos visto, o intuito da economia solidária parece ser o de fazer emergir o papel central da relação informal no nível formal da troca econômica, dando assim vida a uma estrutura econômica centrada na relação, além do intercâmbio monetário.

Isso, como já foi repetido várias vezes, não exclui outro tipo de relação importante desta rede: a relação com o mercado dominante e capitalista, com uma dimensão formal da economia. Os atores do movimento percebem a problemática dessa relação e, se num primeiro momento o distanciamento extremo era o caminho preservado nas ações da rede, nos últimos tempos a aceitação desta relação e a elaboração de um caminho estratégico de convivência “crítica” vem sendo elaborado.

Temos discutido a ideia de “economia” que os participantes do movimento social de economia solidária de Recife implementam e como ela funciona, nas formas de produção dos empreendimentos, nos objetos produzidos e nas formas de comercialização. A economia neste caso de estudo é caracterizada por uma pluralidade de fatores que se situam num

continuum entre os polos do economicismo/utilitarismo e da moral/simbólico/solidário, ou entre o formal e o informal.

A relação com o capitalismo é uma evidência constante nas experiências cotidianas dos atores:

É inútil fingir que não, sabe? A gente está toda hora no capitalismo, a gente produz usando coisas que compra no capitalismo, a gente vende num espaço capitalista, a gente come e se veste com coisas do capitalismo... não adianta achar que estamos por fora, que de verdade pertencemos a outro sistema, não, é e está na hora de enfrentar isso e discutir para entender como lidar com isso como uma economia solidária... (B. Empreendedora econômica solidária/Recife. Entrevista n°4).

É um trabalho de formiguinhas o que fazemos aqui, eu sempre digo isso sempre que posso, porque em outros lugares a gente sabe que a economia solidária tem mais reconhecimento, tem mais espaços, como lá no sul: eu fui a Santa Maria no ano passado e lá é totalmente diferente. Economia solidária tem um público, tem gente que acredita e compra, não como aqui. Aqui é uma luta mesmo, todo dia, para conseguir ser ouvidos para tentar ter espaços para vender mesmo e organizar ações educativas (R. Empreendedora econômica solidária/Recife. Entrevista n° 8).

Não adianta produzir se depois não tem onde vender, para que? A gente aqui se esforça com toda a dificuldade que tem, para fazer uma produção boa, contínua, de qualidade, mas se não temos para quem vender, como um empreendimento vai para frente? Não adianta nada... Eu sou da economia solidária e trabalho com solidariedade, mas no final do mês eu preciso também pagar as contas de casa (S., empreendedora econômica solidária/Recife. Entrevista n°6).

Os empreendimentos econômicos solidários locais percebem então a tensão e a posição hierárquica que eles entretêm com o mercado de tipo capitalista. Querendo analisar efetivamente o modo de produção e organização deste coletivo podemos perceber uma dupla forma de subsunção, como afirma Gaiger (2003):

De um lado, estão sujeitos aos efeitos da lógica de acumulação e às regras de intercâmbio impostas ao conjunto dos agentes econômicos, de conteúdo eminentemente utilitário; de outro, como forma de responder à premissa de produtividade competitiva, estão compelidos a adotar a base técnica do capitalismo, os processos materiais de produção por ele introduzidos continuamente, configurando-se com isso uma subsunção formal inversa, de uma base sobre uma forma, similarmente ao caso da economia camponesa (GAIGER, 2003, p.13).

A lógica solidária no contexto do empreendimento e na rede de produtores se depara então com um sistema de produção e venda coercitivo, sendo assim obrigada a conviver com tensões contínuas com as outras lógicas – capitalista e utilitarista, por exemplo-.

Esta lógica solidária à qual nos referimos consiste principalmente nos aspetos de autogestão e cooperação, não apenas nas formas de trabalho, mas também em todas outras práticas da rede: entre grupos de produção, nos espaços de venda etc.

Considerar esta lógica como uma lógica “alternativa” às lógicas dominantes não significa afirmar que os empreendimentos solidários estejam construindo o caminho de substituição das empresas capitalistas, como aprofundaremos mais tarde. O que propõe um dos possíveis papéis da procura de um espaço social próprio de uma economia solidária que aqui sustentamos é a possibilidade de considerar a autogestão, ou gestão cooperativa, como possibilidade não inferior à gestão capitalista no desenvolvimento das forças produtivas por dispor de vantagens comparativas, decorrentes da sua forma social de produção específica (SINGER, 2000; GAIGER, 2003).

Em primeiro lugar certamente podemos considerar que num empreendimento econômico social a relação social constituída entre os trabalhadores com o próprio trabalho e o produto que produzem apresenta fatores positivos em relação a outras formas de trabalho.

O interesse dos trabalhadores em garantir o sucesso do empreendimento estimula maior empenho com o aprimoramento do processo produtivo, a eliminação de desperdícios e de tempos ociosos, a qualidade do produto ou dos serviços, além de inibir o absenteísmo e a negligência (GAIGER, 2003b, p. 137).

Adicionaria a isso a cooperação em rede como fator determinante de um possível sucesso econômico, nos formatos de solidariedade que temos visto. Do ponto de vista social e de laços sociais, os fundamentos democráticos da autogestão vêm precisamente ao encontro dos requisitos de envolvimento e participação dos trabalhadores, preconizados pelos métodos de gestão modernos.

Entretanto, o rigor da análise torna necessário afirmar que a força da solidariedade, realizada através de práticas de cooperação e reciprocidade, não se mantém apenas por uma inspiração moral dos participantes, mas também a partir do *quanto* e *como* essas práticas podem satisfazer mais plenamente interesses de matriz econômica individuais, familiares, ou de pequenos grupos. Este esclarecimento tem por objetivo evidenciar a profunda matriz utilitarista dessas experiências econômicas, mas também de reconhecer a pluralidade de lógicas que nelas tomam forma. Mas, é justamente neste ponto que reside a importância de demonstrar e reconhecer a efetividade de formas de produção, trabalho e distribuição de tipo solidária face outras alternativas existentes.

Tratada como valor, a solidariedade é apresentada aqui como uma racionalidade que se opõe a outra instigada pelo sistema capitalista, baseada na individualidade e na concorrência. É a solidariedade que permite, em situações econômicas adversas, enfrentar a concorrência (LECHAT, 2001, p. 15). A confiança mútua e a ajuda mútua são vitais para recuperar a competitividade. Ou seja, os empreendimentos de economia solidária enfrentam a concorrência do

mercado e só podem vencê-la estabelecendo laços de solidariedade entre os sócios (SINGER, 1997, p.12).

Neste sentido, a solidariedade se oferece como racionalidade propriamente moral e social da vida econômica e ao mesmo tempo como estratégia de competitividade no mercado.

Entre os empreendimentos de Recife a ação coletiva também é construída nos termos de conferir maior força, capacidade e competitividade das produções face ao mercado capitalista e face à economia informal, ou seja, como possível estratégia de maior sustentação econômica dos indivíduos e grupos de produção. A maioria dos produtores assinala este elemento dentre os quais determinaram a entrada na rede econômica solidária local. Poder trabalhar e vender com a força da rede resulta na possibilidade de obter maiores ganhos econômicos e pessoais, do que permanecendo em circuitos econômicos informais percebidos como sempre mais competitivos.

A relação crítica com o mercado capitalista é acompanhada por uma ação crítica da economia informal. A informalidade econômica, cuja centralidade é representada pela relação, também inclui aspectos conceituados como negativos: a falta de padrão de qualidade dos produtos, a falta de conhecimento e sistematização de informações do “mercado”, a falta de controle formal do funcionamento econômico interno dos empreendimentos, que poderíamos chamar de ‘viabilidade econômica’, num sentido formal, são alguns exemplos de características de uma economia informal que a ES precisa superar.

Da mesma maneira que com o mercado formal, a economia solidária expõe um sentimento de problematidade com sua dimensão informal.

O maior problema percebido pelos atores de Recife em praticar uma economia com tendências à informalidade no sentido mencionado até agora é a dificuldade em encontrar um público mais amplo de consumidores que assegurem a sustentabilidade econômica dos empreendimentos.

Os espaços de venda e então o ‘mercado’ em que as trocas econômicas solidárias acontecem ainda não apresentam uma estrutura autônoma, em nível de espaço e público próprios, mas vivem numa dimensão de tensão entre informal e formal.

Esta relação de tensão gera uma contínua procura de conformação, de tipo processual, dos espaços intersticiais de venda e relação econômica que enquanto retomam alguns elementos informais para a realização do sistema da reciprocidade, por exemplo, também propõem tomar outros instrumentos do mercado formal para a realização de um sistema mais autônomo e regulado.

Uma estratégia elaborada na rede consiste em usar o contexto e os instrumentos capitalistas para tentar penetrar e modificar estes espaços de mercado. Tarefa árdua e que coloca a ação do movimento numa posição ambígua e arriscada, mas que também se oferece como única possibilidade praticável.

Neste sentido, “economia” para o movimento de economia solidária é também a possibilidade de alcançar a sustentabilidade e viabilidade econômica do empreendimento e de seus membros como meio para “*ganhar a vida*” e poder enfrentar os gastos do dia a dia num meio urbano.

Enquanto os elementos “solidários” da economia, por suas características próprias não envolvem dinheiro e são aplicáveis *in primis* no meio social e moral da rede, os elementos “econômicos” da solidariedade, ou seja, a possibilidade de sobreviver neste sistema são postos em relação com a economia de mercado.

Em diferentes ocasiões foi explicitado como as características derivadas da economia informal dos empreendimentos econômicos solidários teriam algumas características negativas na constituição atual de uma “outra economia”. A baixa qualidade estética e de utilidade dos produtos, a frequente falta de organização dos espaços de comercialização e a pouca organização própria dos grupos de produção são exemplos discutidos nos encontros da rede. Esses elementos concernentes a uma suposta economia informal são vistos negativamente tanto nos resultados das vendas, quanto no reconhecimento social. Mas, precisamos lembrar que são as características próprias dessas produções que as diferenciam das do mercado capitalista, por serem caracterizadas como economias artesanais, locais e populares.

O objetivo de “viver da própria produção”, numa posição intermediária entre economia informal e economia capitalista, é onde se construiria então a “outra economia”, mas não de forma isenta de problemas.

Uma estratégia elaborada resultante é a de utilizar instrumentos e práticas da economia convencional como tentativa de resolver as adversidades relativas à sustentabilidade econômica.

Muitos grupos são denotados por sistemas de produção organizados típicos de uma economia informal, onde as atividades de produção e venda são vistas como independentes e não calculadas. Uma produção “desorganizada” neste sentido é relativa à falta de um sistema de contabilidade registrado e estruturado. Os produtores, na maioria dos casos, recebem dinheiro de forma estipulada coletivamente no grupo e de acordo com as vendas registradas mensalmente ou em cada evento de comercialização. Isto acaba não

considerando, de forma continuada, os gastos proporcionados pelas compras de material, já, realizadas para assegurar a continuidade da produção. Ou seja, o que muitos economistas considerariam a alfabetização mínima necessária à abertura e manutenção de qualquer empreendimento econômico muitas vezes não define a estrutura organizacional dos empreendimentos econômicos solidários, que baseiam seus próprios planejamentos em tempos curtos de atuação, venda e redistribuição entre os trabalhadores.

O contato com alguns cursos, oferecidos por programas governamentais e em seguida também pelo mesmo movimento em rede, foi o que favoreceu a formação acerca de alguns elementos básicos de desenvolvimento de uma atividade econômica no sentido convencional. Minicursos sobre o cálculo de preço formal do produto e a lei da demanda e da oferta ofereceram este tipo de formação. Se no começo essas questões eram reputadas como absolutamente “capitalistas” e renegadas, com o tempo e de forma processual as vemos integrarem-se a algumas formações da rede. Os empreendimentos constatavam a necessidade de ter um maior controle sobre a circulação econômica e os movimentos de dinheiro relativos à produção, possibilitando também formas de planejamento quanto ao rendimento de cada participante.

O ‘estudo de mercado’ e a ‘viabilidade econômica’ foram outros termos significativos que surgiram nas discussões, também neste caso desde alguns programas governamentais e as ações de incubadoras. Em diferentes ocasiões, as comissões organizacionais e de avaliação da ESCOES se perguntavam do porquê de alguns grupos registrarem boas vendas e outros não. As discussões começaram então a se centrar na necessidade de conhecer o ‘mercado’ e os potenciais consumidores dos espaços de venda. Os empreendimentos introduziram assim a necessidade de refletir não apenas sobre o tipo de ‘oferta’ de produtos, dentro das potencialidades das próprias produções, mas também sobre a ‘demanda’ gerada em determinado contexto, ou seja, a aceitação de cada mercadoria dentro de cada espaço de venda. Isso implicava considerar na discussão as matérias a partir da perspectiva das modas e tendências.

Nos debates aparecia a necessidade de perfeição a qualidade dos produtos. Os empreendimentos precisavam ter capacidade de oferecer produtos que, mesmo respeitando os valores artísticos e populares de produção artesanal, de alguma forma pudessem também respeitar os cânones estéticos e os padrões de aceitação da clientela. O acabamento de alguns produtos, ou o ‘bom gosto’, a ‘usabilidade’, o ‘bom funcionamento’ dos objetos precisava ser avaliada e reavaliada dentro de cada produção coletiva da ESCOES. Houve casos de constituição de comissões de avaliação dos produtos, onde coletivamente se discutia a

pertinência, a qualidade funcional e o acabamento estético dos objetos, em vista de eventos de exposição.

O ‘marketing’ era outra área econômica que a rede de empreendimentos inicialmente buscava como prática própria. Marketing neste meio era substituído principalmente por elementos relacionais e de exposição dos valores dos produtos no momento do contato direto com o cliente. Propostas de modalidades criativas para chamar atenção do público sobre os espaços e os produtos foram feitas ao longo do tempo e incluíam a participação de grupos teatrais ou musicais e a exposição de vídeos, por exemplo. Mas a grande mobilização de recursos e organização que este tipo de ação demandava impediu sua realização contínua. O espaço, assim, mantinha-se sempre mais no anonimato.

Nos últimos tempos, a discussão sobre o aumento de possíveis canais de venda, colocou em causa a possibilidade de efetuar a venda direta também de forma virtual. Os empreendimentos iniciavam a estruturação de vendas através de redes sociais, blogs e do site coletivo – loja virtual - econômico solidário ciranda.net. Esses fatores decorreram da necessidade de adquirir outros saberes, além dos informáticos, também em relação à apresentação e exposição de produtos e às estratégias de comercialização do mesmo. Mais formações então centraram em cima desses elementos.

Como podemos perceber, os casos apresentados agora se referem todos à aquisição de conhecimentos ‘formais’ relacionados a certa ‘racionalidade econômica convencional’. Este tipo de necessidade, que apareceu apenas nos últimos dois anos, trata-se de uma tentativa de resposta a algumas grandes problemáticas de matriz econômica, vividas pelos empreendimentos.

Essas formações e discussões sobre temáticas econômicas mais amplas foram também fruto de interação com entidades e programas governamentais que, estes, sem capacidade de oferecer instrumentos voltados para as lógicas próprias da economia solidária ofereciam, ao invés, material pautado sobre os métodos do micro empreendedorismo. Em um primeiro momento isso foi motivo de disputa e conflito, para, em seguida, algumas das ações serem processualmente integradas à rede. Veremos como se conformou a relação com essas entidades no próximo capítulo; agora é importante analisarmos os processos em que se deram essas conjunturas entre diferentes modelos econômicos.

Ressaltaremos a este propósito a dinâmica estratégica de reapropriação destes saberes. Não percebemos, de fato, uma entrada unidirecional de formas, digamos, ‘capitalistas’ de fazer economia incidindo no risco implícito de se transformarem em simples empresas convencionais, como apontado em alguns estudos. A rede continua a valorizar a

informalidade e os valores que através desta consegue manter e repassar através de suas atividades econômicas. Percebemos, pelo contrário, como os empreendedores econômicos solidários selecionam apenas os elementos que reforçam a ação econômica solidária, mantendo os valores da relação social e da solidariedade como os que a caracterizam em primeiro lugar.

Percebemos isso também na questão do espaço de comercialização. Como vimos em capítulo anterior alguns aspectos de informalidade relacionados às percepções das feiras livres, por exemplo, foram recusados pelo coletivo por serem aportes negativos a construção de ‘outra economia’. A economia solidária não se identifica com espaços barulhentos, desorganizados, sujos etc.. Concomitantemente não pode se identificar com os espaços do ‘capitalismo’. O resultado, numa situação de ausência de um formato próprio econômico solidário estabelecido, é a formação de espaços que tenham elementos de um e de outro também. Como temos visto, o problema maior relaciona-se ao potencial de comércio e venda de produtos, sendo a estruturação dos espaços de venda pauta essencial em toda discussão e ação da rede. A ‘loja de economia solidária’ de Recife é meta cobiçada pelo coletivo da rede e muitas mobilizações são feitas para alcançá-la. Uma loja ou um espaço fixo de vendas representariam a conquista de reconhecimento social desta economia, além de um fluxo contínuo de vendas. Por esse motivo as negociações com instituições e agências de apoio e fomento são direcionadas a obtenção de um espaço de economia solidária constituindo, concomitantemente ao canal virtual, uma ampliação do mercado de venda. Esses dois espaços ajudariam a fortalecer a dimensão econômica dos empreendimentos, mas, nas palavras deles:

“Não, mesmo assim não deixaríamos os nossos espaços itinerantes, na rua, nas calçadas, não. Porque é nestes espaços que fazemos realmente o que precisamos fazer como economia solidária... encontrar as pessoas, falar com as pessoas, e compartilhar com elas o nosso trabalho. Sabe, a relação com o cliente é uma questão imprescindível para este coletivo, não podemos apenas nos fechar na questão de vender, não é assim. Tem tudo a ver a forma como produzimos e a forma como vendemos e para quem vendemos.” Empreendedor econômico solidário/Recife. Entrevista nº 18).

A conquista de espaços de ‘mercado’ mais convencionais como as lojas físicas e virtuais pela internet não são assim acompanhadas pelo esvaziamento da dimensão relacional e de valores da economia solidária, ou pelo menos, assim o é no pensamento de alguns militantes da rede. Entretanto a necessidade de criar relações de venda com consumidores que não pertencem ao próprio universo de discurso tem trazido os empreendimentos locais

a reavaliar o uso de certos instrumentos e competências com o fim de poder obter ganhos do próprio trabalho.

Há uma tensão constante, como podemos ver, entre o econômico convencional e a proposta diferenciada, ou entre o informal e formal, ou entre o solidário e o utilitário, se quisermos assim nomear, mas ainda há muita certeza e segurança em se auto definir um movimento de resistência, no sentido de mostrar a consciência de não querer se transformar em economia convencional mesmo com as oportunidades de fazê-lo.

Em relação à possibilidade de se formalizar como grupo de produção, isso é visível também. Alguns grupos ‘dos antigos militantes’, com os quais conversei, tiveram em algum momento da própria trajetória a possibilidade de efetuarem um Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) e se formalizarem enquanto empresas, adquirindo o direito de participar de programas e políticas públicas de desenvolvimento no âmbito do empreendedorismo. Nestes casos a decisão de não tomar este caminho foi fruto de uma escolha acordada pelo coletivo. A luta consistia em serem reconhecidos pela própria identidade, que seria a de ‘empreendimentos de economia solidária’. Recentemente esta conquista foi parcialmente alcançada. A SENAES, que representa a economia solidária no âmbito do governo federal, reconheceu politicamente, através do cadastro nacional CADSOL, a identidade ‘formalizada’ - mesmo que parcialmente - dos ‘empreendimentos econômicos solidários’. Os grupos que obterão este cadastro oficial, mesmo não sendo formalizados com os critérios da legislação econômica nacional – CNPJ *im primis* – serão reconhecidos institucionalmente e poderão participar enquanto tais aos programas e recursos que abrirão para eles.

Vimos algumas situações em que interesses econômicos, de venda e sustentabilidade dos empreendimentos mostraram possibilidades de abertura ao uso de conhecimentos e instrumentos considerados parte da economia convencional. Em um primeiro momento a incorporação desses elementos era totalmente renegada, mas em função da conformação processual e de reajustes contextuais, criou-se condições de maior abertura.

Encontramos sempre mais dados que fundamentam a afirmação de que a economia solidária é um espaço de mercados múltiplos, que está processualmente constituindo uma *forma* própria.

Trata-se de uma conformação que se inspira nos movimentos da vida cotidiana de seus participantes e que se apoia numa pluralidade de lógicas, inclusive aquelas do interesse (mercado) e da obrigação (Estado), mas que prioriza a constituição do vínculo social no meio econômico. Percebemos, então, não a presença de uma ou outra lógica, mas de todas simultaneamente, gerando um movimento em alguns aspectos paradoxais e incertos entre

interesse e desinteresse, liberdade e obrigação, mas centrados no valor da relação de tipo moral. Por isso Godbout (2002) afirma que, para além dos valores de uso e de troca daquilo que circula, a dádiva parece veicular um terceiro tipo de valor que se poderia chamar valor do vínculo, que exprime a intensidade da relação entre os parceiros do dom (GODBOUT, 2002).

Muitos analistas que consideraram a dimensão econômica deste grupo específico se revelaram céticos quanto a eficácia dos empreendimentos solidários em providenciar meio de sustentabilidade econômica. A argumentação dada para isto é que a autogestão, e eu acrescentaria a informalidade da autogestão, como valor fundante dos grupos de produção significaria tanto autonomia quanto precarização.

O valor da autonomia se realizaria no fato de que é o trabalhador, livre e autogestionário, quem organiza e procura suas próprias condições necessárias de vida, trabalho e direitos. E por isso mesmo, defendem estes autores, seus aspectos positivos são limitados por causa de seu caráter informal, que pode resultar numa precarização das relações e condições de trabalho. Gaiger (2014), nos ajuda a complexificar este ponto de vista, apontando as contribuições da economia solidária, sobretudo as que ocorrem no âmbito da diminuição das desigualdades. Segundo o autor isso se dá em decorrência destas organizações, que se apoiam na cooperação e que ativam circuitos de solidariedade, tenderem a contribuir diretamente para o fortalecimento dos seus membros, propiciando-lhes maior autonomia, confiança e possibilidades de promoção da igualdade.

Acrescentaria que, os próprios atores e membros do coletivo estão cientes dos perigos da posição ambígua e de tensão que escolheram viver, ou de outra perspectiva, que não escolheram, mas tiveram como único caminho. Estão cientes também de que um dos objetivos, juntamente a outros, é de poder viver da própria atividade econômica, poder ‘ganhar a vida’.

Neste contexto, o empreendimento de economia solidária em quase nenhum caso é o único meio de provisionamento econômico. As pessoas da rede atuam com diferentes e múltiplas estratégias para garantir os próprios meios da vida, sendo o derivante da produção econômica solidária parte de uma renda complementar. Economia solidária representa para elas geração de renda econômica, mas representa também uma série de outros fatores de igual importância, como mudança da própria condição social, do próprio isolamento, da imobilidade social que sentiam antes de fazer parte dessa experiência. Por outro lado, a economia solidária ajudou a aprimorar produções já ativas e a articulá-las na rede social fortalecendo-as, infundindo melhorias.

No nível de análise escolhido, portanto, a precarização das relações de trabalho não se presta como categoria interpretativa eficaz para captar não o que o objeto de estudo deveria ser, mas o que ele é no contexto etnográfico específico. Na rede local, encontramos pessoas que precedentemente não tinham relações de trabalho, nem precárias, e temos pessoas que escolheram não ter relações ‘formais’ de trabalho, por oposição a um meio que não representa o estilo de vida e a ideia de bem viver que elas traziam consigo na trajetória pessoal. Encontramos pessoas que apenas na socialização encontram o espírito do fazer atividades produtivas e pessoas que vislumbram na rede a possibilidade de se profissionalizarem e criarem um trabalho melhor, com a força do coletivo. Encontramos pessoas que acreditam no projeto político do movimento social e pessoas que apenas comparecem nos espaços de venda porque, estes, canalizam mais públicos e maiores possibilidades de venda. É nesta conjuntura e neste ecossistema plural que é construída a experiência econômica solidária da cidade de Recife.

Seria esse, então, o momento propício para a ruptura definitiva das dicotomias, em favor da aceitação da existência simultânea de diferentes e múltiplas racionalidades econômicas na sociedade atual, num sentido que possa carregar também elementos críticos e contra hegemônicos do modelo dominante?

5.3 RESISTI³⁵: O CASO DE MILÃO E BRIANZA

No contexto italiano, a RES - Rede de Economia Solidária é muitas vezes tratada como o conjunto de experiências econômicas solidárias em termos de “economia das relações” e de resistência. Este termo, que remete a uma centralidade da relação social em conjunto com a relação econômica, tem um bom nível explicativo no ponto que estamos desta análise. O capital das relações humanas transita neste contexto com outros capitais, como o econômico e o simbólico, assim como vimos no caso de Recife, mas construído com bases e práticas diferenciadas de resistência.

Também neste campo as formas de dádiva e reciprocidade se situam no contexto econômico solidário através das relações: entre produtores, objetos e com os consumidores. São postos em relação dentro de uma rede única que compõe o movimento de economia solidária local. Aqui, a saída da experiência a partir do âmbito do consumo e do coletivo de

³⁵ RESisti é um termo utilizado em vários documentos e canais de comunicação no local e indica os participantes da RES - *Rete di Economia Solidale*, introduzindo desta maneira um jogo semântico com a palavra “resisti”, ou seja, “resista” e RED de Rede de Economia Solidária.

consumidores tem permitido a construção de relações econômicas diretas com os produtores locais, desenvolvendo redes econômicas num sentido que reúne consumidores e produtores.

No campo de pesquisa da região de Brianza foi escolhido um projeto de coprodução e de cadeia curta de produção do pão, intitulado “Spiga & Madia”.

Na região, o projeto “Spiga & Madia” se insere num conjunto maior de atividades iniciadas nos anos 2000 dentro do GASBri (Redinha de cerca de 30 Grupos de Compras Solidária da Brianza), mas é na sua especificidade prática que podemos visualizar o tipo de relações e trocas que caracterizam a experiência territorial.

O projeto tem por objetivo a reconstrução do processo de produção do pão no território local, tendo como referência supostas práticas tradicionais:

Se por cadeia alimentar entendemos o conjunto de agentes que diretamente ou indiretamente operam ao longo de todo o itinerário econômico de um produto do estado inicial da produção até o final de uso (SACCOMANDI, 1991, p.212).
Por cadeia curta entendemos uma relação comercial direta entre produtor e consumidor em que há possibilidade de comprar produtos ‘pulando’ as mais comuns formas de intermediação (TAVOLO PER LA RETE ITALIANA DI ECONOMIA SOLIDALE, 2013, p.66, tradução livre da autora).

Se nesta definição encontramos o elemento da ‘relação comercial’ como fator preponderante, veremos que esta vem sendo construída a partir de princípios e práticas que definimos como *corpus* de dádiva e reciprocidade, não deixando de ser, por isso, uma relação comercial.

Mas a diferença substancial entre as duas definições é que no caso da ação coletiva dos GAS a cadeia produtiva precisa enganchar os produtores com os consumidores finais, acrescentando transparência e coparticipação à relação socioeconômica.

O objetivo de “Spiga & Madia” é construir uma cadeia produtiva de pão agroecológico, gerida dentro de um raio máximo de 50 quilômetros. As distâncias precisam ser reduzidas, em comparação ao mercado global, no nível econômico-produtivo, cultural e social. São caracterizantes desta cadeia produtiva as mudanças substanciais nas práticas agrícolas, de produção e distribuição do alimento, com atenção à “sustentabilidade ecológica e econômica”, com o fim a obtenção de um produto “saudável” e uma experiência de consumo convivial e substantiva.

O nome Spiga & Madia faz referência a “espiga” o fruto do trigo que permite a obtenção da farinha, e “Madia” um tradicional móvel de madeira - antigamente presente em todas as habitações locais e hoje proibido pelas normas de higiene produtivas – disposto para auxiliar o processo de amassamento e descanso do pão.

As fases desta cadeia produtiva de pão consistem em:

- 1- Ordem anual do produto, decisão participativa do “preço justo” e partilha do risco econômico, através do cofinanciamento da produção de trigo entre GAS e o produtor.
- 2- Cultivo sazonal de trigo pelo produtor local com metodologia “agroecológica”.
- 3- Moagem do trigo em “moinho à pedra tradicional”, para obtenção de farinha agroecológica de tipo 1 e tipo 2³⁶.
- 4- Panificação com técnicas “tradicionais” de amassamento baseadas no uso de “massa madre” ou levedura natural, e cozimento em forno à lenha “tradicional”.
- 5- Distribuição semanal do pão com base voluntária pelos participantes do GAS.

Os elementos determinantes deste processo, na ideologia própria de sua constituição são assim atribuídos:

- Pão como alimento central da dieta local, com forte conotação simbólica (social, cultural, política e religiosa);
- Cultivo do trigo redimensionado ao território local. Trata-se de um “movimento de retorno”, pois este tipo de cultivo localmente tem sido reduzido a cultivo acessório; O território volta a ser pensado como fonte de alimento e fonte econômica.
- Uso de saberes e técnicas de produção e transformação definidas como “naturais” e “tradicionais”;
- Relação econômica e social como prática concreta de conhecimento recíproco e processos de tomadas de decisão participativa.

Os atores que formam esta cadeia produtiva são as famílias e os sujeitos participantes dos grupos GAS, duas cooperativas agrícolas agroecológicas, um proprietário fundiário da região e duas padarias. No ano de 2006 estes atores formalizaram este projeto coletivo com a constituição de um “pacto econômico solidário”, onde foram estabelecidas as linhas gerais de funcionamento e as normas éticas.

A produção de pão fornece o alimento à cerca de 25 GAS, compreendendo 500 famílias ou indivíduos. A farinha produzida anualmente é de cerca de 15.000 quilos e a média do número de pães distribuídos semanalmente é de 300, por um preço atualmente fixado em 4 euros o quilo (permanecendo na mesma faixa do preço do pão industrial).

³⁶Diferente da farinha industrial tipo 00, obtida com moagem industrial a cilindros em aço.

Temos visto, no capítulo anterior, a construção de significado através dos elementos que incidem na experiência local. Neste projeto específico, notamos a atuação prática daqueles elementos simbólicos anteriormente considerados em suas conotações discursivas-ideológicas.

Ao fim da análise veremos os elementos que definem as práticas socioeconômicas deste grupo particular, remetendo-as às três relações que observamos também no caso brasileiro, mas, aqui, contextualizadas. As três relações fundantes da experiência local são neste caso:

- 1) Entre consumidores - GAS
- 2) Entre consumidores e produtores – Preço justo
- 3) Com o produto e a natureza – Tradicional, natural, saudável

Da mesma forma que no caso brasileiro as relações constituídas se posicionam no *continuum* dos comportamentos de dádiva - economicismo e simbólico-material:

Quadro 14 - Trocas em Brianza: material/simbólico economicista/substancial

	MATERIAL	SIMBÓLICO
ECONOMICISTA	- Transação econômica entre GAS e produtores	- Preço Justo GAS-Consumidores
SUBSTANCIAL/MORAL	- Relação entre consumidores - Co-financiamento GAS e Produtores	- Natural, tradicional, saudável – Relação com o produto e a natureza

(GRITTI, 2016).

Ademais, veremos como a relação com a economia de mercado dominante aqui se dá de forma diferente na relação entre formal-informal do que temos visto no caso recifense.

- 1) Entre consumidores: GAS entre solidariedade, experiência econômica e academia política.

A ideia de distrito econômico solidário, assim como os projetos de coprodução desenvolvidos por coletivos do GAS que se dão em relação direta com os produtores responderiam melhor à proposta de Mance (2005) de criar mercados alternativos ao capitalismo através de redes econômicas com fluxos monetários e de produtos próprios. Mas, assim como no ocorre no exemplo da cadeia produtiva do pão, seria também este o caso das redes econômicas solidárias italianas?

Os Grupos de Compras Solidárias são os protagonistas do desenvolvimento destas redes e é a partir da esfera do consumo que nascem possibilidades e práticas de solidariedade e reciprocidade nesta experiência.

O consumo responsável é um sistema de ação fundado numa específica visão de mundo, cuja interpretação não se reflete nos efeitos e objetivos concretos da ação, mas, sim, na confrontação aos códigos dominantes do sistema vigente (LORI; VOLPI, 2007), através de comportamentos e relações que tratam as questões do interesse coletivo e do bem-estar contra-hegemônico. Nos GAS a almejada dimensão de solidariedade e reciprocidade se dá dentro da própria gestão do grupo. Coletivos, grupos, células de consumo, os GAS parecem propor o funcionamento de micro sociedades onde se tenta aplicar valores e comportamentos diferenciados.

A autogestão coletiva das compras implica em um sistema de relações onde cada participante coopera com a rede e o projeto coletivo desenvolvendo um papel específico. A cadeia de produção do pão Brianzola foi construída desta forma e continua funcionando através da autogestão de seus participantes. Assim, enquanto uma pessoa tem a função de organizar as encomendas de determinado produto, outra tem de distribuí-lo, ou de manter o controle do caixa do grupo, ou ainda manter o contato com os produtores das diferentes etapas da produção e por aí vai. Outros elementos são propriamente de gestão e tomada de decisão coletiva: a definição de entrada de novos produtos, a procura de produtores e o conhecimento deles, a avaliação ética no estreitamento da relação com os produtores e a avaliação da experiência em geral.

No projeto Spiga & Madia, especialmente na fase de construção da cadeia de produção, o envolvimento dos participantes dos GAS foi essencial e bastante complexo:

Imagina éramos todos voluntários aqui e nenhum de nós tinha saberes específicos sobre como fazer o pão, aí começou, já quase dez anos atrás, fazíamos as reuniões e cada um se ocupava de fazer algo e começamos ir atrás, do agricultor, ver o que precisava, que farinha, quanta, quando etc. [...] Fomos ao moinho, e vimos que não existiam mais moinhos por aqui que não fossem industrializados, e muitos não tinham intenção de aceitar pedidos tão baixos de quantidade de trigo como o da

gente, procuramos e procuramos e encontramos finalmente um, que trabalhava com pequenas porções e aceitou fazer este trabalho juntos (isso antes de encontrar o Stefanelli que é o último moinho a pedra da região e que hoje faz nossa farinha). [...] O que mais, ah sim, fomos então ver quem ia fazer o pão, queríamos um produto natural o mais possível, então fomos atrás de padeiros, ver como trabalhavam etc. [...] Olha foi muito tempo de trabalho, mas estávamos decididos, cada um que participou deste projeto, acreditava que era necessário expandir as nossas ações e que juntos poderíamos fazer isso (G. Participante do GASBri/Brianza. Entrevista n°21, tradução livre da autora).

Também hoje, momento em que a cadeia produtiva já funciona de forma bastante estável, os participantes do GAS responsáveis pela cadeia do pão, dividem papéis e funções, como: encomendas – anuais, mensais, semanais -, contato com o agricultor e gestão da relação, contato com o moinho, contatos com os padeiros e distribuidores. No coletivo geral, são discutidas e tomadas decisões sobre questões que nascem em relação à cadeia produtiva, como: problemas de ética e confiança com algum produtor, problemas entre os consumidores e suas participações nas compras, problemas logísticos, problemas financeiros etc.

Os GAS definem encontros e reuniões semanais ou mensais, dependendo do amadurecimento do grupo na gestão, para discutir todo elemento que envolve suas práticas. Nestes encontros adquirem uma conotação central os momentos de festa e convívio. A promoção das relações sociais começa na experiência local a partir do pequeno grupo do GAS onde jantares e festas com produtos adquiridos pelo grupo são comuns.

Também aqui, como no caso de Recife, as formações e as trocas de conhecimento são parte do dia a dia do coletivo do GAS. Encontros, workshops e palestras com especialistas de diferentes setores são organizados com frequência.

A organização coletiva autogerida do grupo e o desenvolvimento de atividades voluntárias, não pagas, por parte dos participantes em prol do interesse coletivo parecem expressar na prática a dimensão de dádiva, reciprocidade e solidariedade.

A solidariedade parece adquirir aqui a conceptualização de cooperação gratuita entre pessoas em relação de proximidade através da autogestão e do desenvolvimento de trabalhos voluntários. Ou seja, desenvolver atividades que requerem tempo, competência e investimento de energia dos sujeitos em favor de um bem coletivo e não apenas individual, seria a expressão da dimensão da solidariedade no funcionamento interno de um GAS. Além do mais a construção da sociabilidade efetiva e de proximidade, obtida através da colaboração e da partilha, também em momentos de convívio e festa, ou formação, criaria a dimensão de aplicação de valores como numa micro sociedade solidária.

O GAS, ele nasce com a intenção de pensar com uma cabeça só o coletivo, colaborar, se ajudar e também resolver os conflitos sempre pensando no coletivo e não cada um em si. Então cada um disponibiliza seu tempo, sua vontade, sua paciência e às vezes o seu trabalho para um coletivo, que somos nós... quer dizer, agir desta forma é necessário. [...] O ideal é que cada um faça sua parte desta forma, claro que não é sempre assim, tem um processo para as pessoas se acostumarem, entenderem, porque isso é tão distante do que a sociedade está acostumando a gente, sabe? Não é natural, não é espontâneo, demora tempo... (A. Participante da redinha GAS Brianza, entrevista n°22, tradução livre da autora).

Neste trecho de entrevista percebemos como esta dimensão de solidariedade e dádiva se funda na construção de uma ação coletiva e de uma cultura anti-individualista primeiramente. O que é percebido na sociedade “afora” é o que precisa ser reconstruído no pequeno mundo do GAS. Conhecer vizinhos, se juntar com amigos e, muitas vezes, desconhecidos para desenvolver atividades voluntárias conjuntas, onde cada um tem um papel e fundar, assim, relações de confiança e corresponsabilidade é o que tenta ser feito no GAS, entre os consumidores.

Claro que dizer essas coisas não é como fazê-las. Aqui tem pessoas de todo tipo e nem sempre é possível estar todo mundo de acordo, isto é uma utopia! Tem pessoa de todo tipo, tem religiosos que já trabalhavam com a Caritas, têm ateus, têm pessoas de vários partidos políticos, imagina aqui em Brianza! Tem militantes do ambiente e de outras coisas, ah e também cada um com seu trabalho, suas vidas, têm empresários e tudo. Pode tentar imaginar como é difícil trabalhar todos juntos. Teve casos, têm casos de pessoas que vêm por aqui apenas para terem produtos baratos, ou por terem a entrega em casa porque é mais confortável do que irem ao supermercado [...] têm aqueles que só pensam na questão da saúde, do biológico, e prevalentemente se preocupam com isso. [...] Têm pessoas que vem só para polemizar também, infelizmente, sempre tem, e têm aqueles que nunca aparecem nas reuniões e temos que ir atrás toda hora. Olha posso continuar por muito tempo, a coisa é que não é fácil o coletivo. Deveria ser de um jeito, mas muitas vezes não é, isso não quer dizer que não somos quem dizemos, apenas quer dizer que tentamos fazer um trabalho grande aqui, de construir algo, no consumo, no coletivo, e não é tão fácil. [...] Mas é isso, na diversidade, nas muitas cabeças, tentamos ter alguns pontos em comum e aí fazer no dia a dia algo novo, algo diferente... (A. Participante da redinha GASBri, entrevista n°22, tradução livre da autora).

2) A relação entre consumidores e produtores: solidariedade, dádiva e mercado

Apesar do núcleo de consumidores ser o nó central na criação de redes econômicas solidárias locais, contendo em si grande parte do sentido solidário desta economia, é na relação com os produtores que as trocas socioeconômicas dos bens têm lugar. Especialmente na área de atuação das cadeias de produção, como o do Spiga & Madia, mas não apenas, a relação com os produtores adquire a forma de coprodução, mudando radicalmente as

relações convencionais entre produtor e consumidor (que, na verdade, como temos visto, é uma relação residual no mercado dominante).

A coprodução consiste na escolha de um determinado produto e na prática do cofinanciamento e tomada de decisões conjuntas. No caso de Spiga & Madia, os coprodutores determinam essa relação a partir do estabelecimento de um Pacto de Economia Solidária, entre todas as partes envolvidas, que prediz os seguintes pontos:

- Relação de confiança entre os coprodutores que assim decidem coletivamente;
- Quantidade anual de pão requerida – e então de farinha e trigo;
- Preço justo e estável por um ano para todos os coprodutores;
- Pagamento de um “capital antecipado” pela coparticipação no risco;

Desta forma, as práticas de coprodução internalizam três elementos: um econômico, um social e um ético. Os três não resultam de fios condutores diferentes ou paralelos, mas estão entrelaçados um ao outro. O movimento de dinheiro que corresponde ao pagamento dos serviços agrícolas e das outras etapas de transformação do produto é gerido dentro da experiência com base em vários fluxos de confiança, sociabilidade e ética: é através de um pressuposto de confiança – e não em termos contratuais jurídicos – que o pacto se estabelece; é através da confiança, confirmada na prática de cofinanciamento, que o agricultor produz as quantidades de trigo requeridas; no valor da confiança e da “justiça” que se estabelece o “preço justo” e, é na confiança e na partilha que o cofinanciamento é feito em relação ao risco (risco de perder o cultivo, risco de mudanças na estrutura do GAS e das encomendas, risco de perda da farinha por agentes externos etc.).

Confiança, relação social e trocas em dinheiro vão assim na mesma direção dentro do processo de produção cobiçado por todos (GIDDENS, 2002).

O valor da confiança neste caso também é, em grande parte, relacionado ao conhecimento e a sociabilidade entre os participantes, assim como a transparência de cada um.

Nós íamos lá, sabe? Desde o começo a gente vai, lá, no terreno do agricultor, lá também tem outras coisas, tem um restaurante, no outro a gente organiza as festas... essa abertura da “*cascina*” nos permite ir lá e conversar com ele, ou fazer outras coisas o tempo todo. Eu posso levar as crianças, depois a gente pode organizar uma merenda com o grupo, assim, nos conhecemos bem, e depois nos respeitamos, mesmo com todos os problemas que as vezes aparecem... mas, tem essa vontade de cooperar, de fazermos juntos, como aquela vez em que foi perdida a granola, grandes quantidades, foi um problema enorme, sim, alguns reclamaram e só, mas muitos se ativaram para procurar soluções e assim todo mundo acabar bem... (M. participante do GASBri/Brianza. Entrevista n°23, tradução livre da autora).

Há casos onde problemas de “confiança” colocam em risco a relação econômica. Numa reunião do Grupo responsável do projeto Spiga & Madia alguns participantes puseram dúvidas sobre a transparência de um padeiro, por causa de algumas atitudes esquivas e por parecer não deixar aberta a porta do seu local. Assim, a discussão transcorreu sobre a possibilidade de ele estar misturando as farinhas, ou utilizando técnicas não consideradas éticas numa relação de transparência entre coprodutores. Neste caso, o que vem sendo discutido é a possibilidade de criar instrumentos de certificação ou controle, baseados principalmente nas formas de controle social. Confiança faz parte de um processo contínuo que precisa ser mantido na relação econômica estabelecida e, sobretudo, ser reconstruído em detrimento as práticas econômicas cujos produtores estão acostumados no mercado convencional.

São diversos os casos de empresas “salvas” pelos GAS, empresas que arriscaram o encerramento falimentar e que foram convertidas em produção orgânica através do cofinanciamento e coprodução com os GAS. No geral, a situação de crise econômica do setor agrícola, especialmente de pequeno porte, tem levado à conversão de alguns produtores que consideraram estes projetos como possíveis alternativas às relações estabelecidas com as grandes distribuidoras:

Sim, sem sombra de dúvida nós pensamos diferente da grande distribuição, criamos uma cooperativa de segundo nível e tentamos uns 7, 8 anos atrás participar ao biológico com a “Esselunga” (grande cadeia de supermercado local, nota do autor)... mas foi, foi que são jeitos e percursos que não têm, não são nossos. Somos pequenos e com eles também tínhamos altos e baixos de vendas, então nem conseguíamos mais, não estávamos à altura, porque deles vinham pedidos muito variáveis e muito complicados, sendo o nosso único cliente era impossível... por exemplo, pediam uma quantidade enorme, e quando nós chegávamos a esta quantidade eles às vezes iam em outro e compravam em outro. Fora que o pagamento era baixo, bastante baixo (F. Agricultor Brianza. Entrevista nº20, tradução livre da autora).

A partir desta situação a conversão da produção e distribuição foi considerada uma possibilidade, uma estratégia de sobrevivência. Esta estratégia junto aos projetos das cadeias produtivas e os GAS é mais frequente, mas não consiste na única via: a *agricultura multifuncional* é o caminho que prevê uma série de atividades diferenciadas, saídas e setores de mercado variados como maneira de diminuir o risco e ampliar as possibilidades das vendas.

Então, a produção aqui na Nibai é muito diferenciada. A perspectiva da cooperativa social, já tem em si os objetivos de uma cooperativa social, ou seja, dar trabalho a pessoas com dificuldades em vários níveis e várias entidades e então

temos aquela que agora é chamada multifuncionalidade na agricultura, para nós sempre foi um processo fundamental. Diversificado ao máximo, temos produções hortícolas, cereais, criação de animais, mas, além disso, temos as produções primárias com projetos de transformação também. Temos laboratórios de transformação hortifrúti onde fazemos as conservas, geleias... temos o matadouro onde fazemos a chacina dos nossos animais e do lado tem a fábrica de salsichas onde transformamos os salames etc. Depois temos a loja aqui dentro, temos o agroturismo... diversificamos para inserir mais pessoas a trabalhar e para ter diferentes setores de produção [...] então fornecemos para outras lojas, tínhamos “Altromercato” em Milão, fornecemos para MondoAlegre, todas uma série de “Botteghe” do comércio équo... depois abriu “Buon Mercato” na área de Opera e também lá fornecemos matérias primas e também, o nosso trigo também é utilizado para fabricar uma cerveja que tem ganhado um prêmio das cervejas artesanais italianas... (F. Agricultor Brianza. Entrevista n°20, tradução livre da autora).

Cascina Nibai³⁷, produtora no projeto Spiga & Madia, nasce, já, como uma cooperativa social tendo como foco objetivos sociais, e, portanto, direcionando sua diversificação de produtos e distribuição a canais da área das economias solidárias locais - Altromercato, Mondoalegre, Buonmercato são todos projetos ligados a esse mundo -. Em alguns outros casos o produtor consta numa empresa agrícola, portanto, a diversificação mencionada acima é em parte efetuada através dos canais oficialmente reconhecidos de economia solidária e, em parte, através dos mercados convencionais, mesmo sendo estes pequenos distribuidores, lojas e feiras locais.

No caso de Cascina Nibai o sentido da participação no projeto Spiga & Madia com os nossos GASBri é esta:

Bom, já foi um encontro de 7 ou 8 anos atrás, gostávamos muito desta ideia de criar relações com o consumidor final, para o consumidor. Saber que o teu trabalho faz crescer as crianças e viver as pessoas, significa fazer um trabalho bem feito. Bom, também é difícil chegar aos acordos, porque são muitas pessoas e é complicado... Mas você vê, não é apenas no aspecto econômico ter uma relação com os GAS ou Spiga & Madia, porque tem um envolvimento de todos nas decisões e participação também no risco da empresa. Se fazemos uma conta depois de todos esses anos, que o trabalho foi muito, economicamente de fato empatamos. Mas tem esses valores que conferem um valor adjunto... estes fatores que nos fazem dizer “sim queremos fazê-lo”, também porque do ponto de vista econômico a granola do trigo é muito bem paga. (F. Agricultor Brianza. Entrevista n°20).

Como notamos nesta fala, a dimensão econômica relacionada ao Spiga & Madia tem um balanço econômico fechado em paridade – lucro baixo – ele precisa desta forma estar inserido numa variedade mais ampla de canais econômicos. Mas é a agregação de valores, de construir algo em coletivo com consumidores finais que parece manter vivo o interesse

³⁷ <http://www.nibai.it/>

no negócio, apesar de não ser economicamente central em sua geração de lucro. Este fator nos indica como a relação com os GAS não é apenas determinada por fatores utilitaristas ou meramente econômicos. Mas, mesmo assim ela desenvolve um papel econômico, que é determinado por fatores sociais. Como vemos no caso de uma empresa do Parque Agrícola Sul Milão:

Sim nós atuamos com a agricultura multifuncional, todos aqui, a maioria que tem terras pequenas.. então temos o agroturismo, o restaurante, o cultivo, temos a parte de transformação, onde fazemos o pão, os biscoitos, os doces, tem a parte dos animais e ali também produzimos carne, salame... isso é considerar o multifuncional e ai fornecemos direto aos clientes, fornecemos à algumas feiras “mercati della terra”, por exemplo, mas também a outros, outras lojas... enfim temos tudo isso e mais [...] sim, depois temos os GAS que compram, olha, a parte dos GAS se insere em todas as outras atividades e assim, não é a parte maior do ganho, não, não. Mas, nós achamos que é extremamente importante manter a relação com eles, para além de ser projetos bons e com todas ideias interessantes, mas também porque com eles é diferente... eles fazem os pedidos que permanecem, tem uma coisa de se conhecer, de conversar e tudo mais, que quando chega o pedido eu já sei que eles vão comprar aquilo e que se continuar a fazer um bom trabalho e oferecer produtos de qualidade eles vão vir e pedir sempre. Que se alguma vez tiver algum problema eles me falam, a gente discute juntos, pensa e vê como fazer [...] essas coisas não acontecem com as lojas ou com os outros, pelo contrário às vezes os outros pedem e depois não compram, às vezes não pagam, às vezes encontram alguém que vende mais barato e mudam sem nem avisar (R. Agricultor Parque Agrícola Sul Milão, Entrevista n°24).

A relação direta construída pelos GAS desenvolve elementos sociais - nestes casos, mas não sempre – relacionados a fatores de confiança, diálogo e reciprocidade que acrescentam à troca econômica fatores de “segurança”. Em outras palavras, os fatores de ganho e lucro na troca econômica com os GAS não são preponderantes, tornando-a economicamente pouco interessante no curto prazo. Apesar disso, essas trocas diretas determinam relações socioeconômicas de segurança e confiança que jogam um papel fundamental na situação de estabilidade econômica no conjunto total da empresa e no longo prazo.

Economia, ética e sociabilidade são, nos sentidos vistos, fatores fundamentais e inextricáveis da troca socioeconômica realizada entre coprodutores.

A relação direta entre consumidores e produtores parece ser assim a maneira escolhida para a experimentação de relações econômicas “outras”, no caso, locais. No intercâmbio econômico a solidariedade é expressa como reciprocidade, respeito e confiança mútua.

3) Com o produto e a natureza – Tradicional, natural, saudável

No caso do projeto Spiga & Madia o produto desenvolvido com práticas de coprodução é o pão, como vimos no capítulo anterior ele exerce um significado fundamental nos processos econômicos solidários locais. O pão, assim como os outros produtos comprados pelos GAS, não representa simplesmente uma mercadoria, um bem cujo valor é determinado apenas por questões econômicas, mas representa uma série de símbolos e valores que canalizam o percurso e a ideologia política do projeto.

Na verdade, uma questão problemática dentro dos circuitos do GAS em suas diferenças e conflitos internos reside nisso. O propósito de muitos participantes consiste em empreender caminhos extra econômicos de reconstrução de valores morais, éticos, sociais e culturais “outros”. Entretanto, há uma grande diferença interna de atores e ideias que, claramente, constitui a complexidade do mesmo. Entre os fatores que os sujeitos mais militantes sentem como um perigo interno a essas práticas é a dimensão que em algumas análises foi definida como “elitista”. Em relação à alimentação saudável e aos produtos naturais, de fato, existem duas principais abordagens sociais atualmente: uma definida como elitista e outra política/crítica.

A prática e ideologia da alimentação (MINTZ, 2002) saudável tem uma história bastante longa no contexto. O que nos interessa, aqui, é que em alguns casos ela se apresentou como uma cultura de elite definida em termos de consumo e como forma de *distinção* (BOURDIEU, 2007). No âmbito econômico de produção alimentar industrializado e “de massa”, portanto, o fato de poder consumir alimentos fora destes circuitos tem começado a despertar interesse dos setores das populações mais ricas, que juntamente com uma cultura do corpo e da imagem estabelecem todo um conjunto de normas e práticas alimentares definidas como “saudáveis” (FEATHERSTONE, 1990). O alimento “biológico” ou “agroecológico”, portanto, tem sido carregado deste valor de distinção de consumo dentro de uma cultura elitista. O mercado convencional tem se apropriado deste discurso disponibilizando, já, há alguns anos setores de alimentos saudáveis e agroecológicos na grande distribuição e, fator determinante, a um custo muito mais alto do que os produtos convencionais, químicos, não saudáveis.

Por este motivo por bastante tempo, e ainda hoje, as experiências das cadeias curtas e dos GAS foram acusadas de representarem movimentos elitistas na sociedade. Com base nos dados quantitativos e também no estudo de caso aqui realizado sabe-se que uma parte dos sujeitos da economia solidária local participa da experiência fundamentalmente por

quererem uma alimentação saudável. Sem embargo, estudos mais recentes têm apontado alguns fatores que revertem parcialmente à perspectiva de uma economia solidária elitista. Em primeiro lugar tem se conferido que os GAS são compostos em grande parte por participantes de renda média e média/baixa, mais do que alta. Em segundo lugar, o preço dos produtos adquirido pelos GAS não corresponde aos dos produtos de setores agroecológicos fornecidos por distribuidores convencionais (que frequentemente superam de 3 a 4 vezes o preço dos produtos “normais”). Na maioria dos casos, os preços dos produtos dos GAS entram na mesma faixa de preços dos canais convencionais, tendo os benefícios de não acarretarem os custos das etapas intermediárias das cadeias longas, e em outros casos, superam levemente estes últimos. A escolha, por parte dos consumidores coletivos, de pagar um pouco mais por estes produtos se insere numa escolha de consumo mais ampla, ou seja, nas despesas totais dos núcleos familiares, não sendo diretamente contingentes a uma capacidade de compra maior do que a média. Enquanto os dados relacionados ao nível de instrução dos participantes dos GAS os caracterizam como uma população acima da média nacional, “mais informada” ou “sensível” a certas temáticas, o mesmo não pode ser dito com respeito à renda e, portanto não é possível deduzir que esta escolha estaria baseada num consumo de distinção com referência a riqueza.

Esta consideração é para esclarecer e tirar dúvidas sobre fatos e elementos do contexto que algumas vezes têm gerado confusão sobre essas experiências, mas sem excluir a possibilidade que, dentro do mesmo movimento, existam tendências e caminhos diferentes.

Dito isto, os estudos mais recentes, incluindo o que está sendo elaborado neste texto, apontam a uma tendência majoritária de um pensamento e comportamento políticos e críticos em relação aos significados de uma possível alimentação saudável e aos produtos “naturais”. Os dados aqui coletados e as entrevistas com os participantes confirmam esta tendência como primária, sem excluir as outras tendências.

Passemos a ver, então, quais elementos são constitutivos dos produtos econômicos solidários, como no caso de Recife, em suas vidas sociais (APPADURAI, 2008).

Tradicional, saudável e natural são os conceitos que mais constituem a relação com os produtos dos GAS, como o pão do Spiga & Madia. Isto se dá em contraposição às grandes cadeias globais industriais dos alimentos considerados modernos, nocivos e artificiais/químicos.

Em que sentido então estes conceitos se revelam críticos de um sistema dominante? No sentido que, no caso destes produtos, o tradicional, o saudável e o natural são criadores

de relações: relação com a cultura local e seus saberes e técnicas, relação com a natureza e a terra, relação entre pessoas (coprodutores).

No projeto Spiga & Madia observamos um movimento de retorno dos termos “camponês” e “cultura camponesa” em contraposição ao “agricultor convencional” ou ao “empreendedor agrícola”. As duas terminologias se referem a procedimentos produtivos e modelos diferenciados, especificamente no que concerne o tipo de relação construída com a terra, o trabalho e o produto agrícola.

Os processos de produção na agricultura convencional estão embasados em práticas de racionalização e dessocialização do trabalho agrícola (VAN DER PLOEG, 2009; GRASSEN, 2014) mediadas pelo uso extensivo de agentes externos – tecnológico e agroquímicos – construídas acima do modelo econômico da máxima produtividade. O trabalhador neste contexto é um trabalhador assalariado parte de uma cadeia de produção similar a da indústria. O produto é objetificado em sua produção, tendo que se adequar a critérios e padrões estéticos e de qualidade definidos externamente e sendo resultado calculado de uma relação entre *input* e *output*, estrategicamente designada pelos saberes da agronomia.

O “modelo camponês” ou “agroecológico” (a palavra local é “biológico”) representam elementos diferentes num conjunto discursivo entre passado e modernidade, com intuito crítico ao outro modelo.

Primeiramente, a natureza e a terra são reconceitualizadas como entidades vivas e ativas nos processos produtivos agrícolas: “*com toda a química que eles usam, a terra morre, nós queremos uma terra viva*”.

O processo de trabalho é assim intimamente ligado a saberes e técnicas locais e “tradicionais” assumindo o significado de como as coisas eram feitas antes da “revolução verde” (GRASSEN, 2011), ou seja, antes do processo de industrialização/racionalização: “*Neste lugar demoraram centenas, milhares de anos para afinar todo conhecimento sobre os produtos agrícolas, a terra, a água, os parasitas... em 50 anos tudo isso foi perdido*”. O núcleo central deste saber parece ser a questão do equilíbrio entre trabalho humano e respostas naturais, sendo a agressividade produtiva vista como típica de uma visão exploratória da natureza.

A revitalização destes saberes se encontra, todavia, modificada, alterada pela modernidade onde nem tudo o que foi introduzido é visto negativamente: uso de tecnologia de facilitação do trabalho e de pesquisas biológicas sobre os produtos são exemplos de elementos “modernos” mantidos nas técnicas de trabalho: “*sim aqui nós usamos os tratores,*

é claro, é bem melhor” “a possibilidade de pesquisar trigos antigos e trigos novos, como eles reagem melhor ao ambiente, saber a adaptação e tudo, isso faz parte de novos conhecimentos que são fundamentais”.

“Orgânico” ou “biológico” representam, portanto, não apenas a ausência de produtos químicos, mas todo um conjunto de saberes e técnicas que objetivam uma mudança na relação com a natureza e a terra. Tal metodologia de trabalho entra em contradição com o modelo convencional e industrial por não perseguir o objetivo da máxima produtividade, mas sim o da “produtividade possível” para manter a terra viva, produzindo também produtos que frequentemente não respondem aos padrões estéticos e qualitativos da grande produção.

Com base em todos esses elementos os produtos da economia solidária local são produtos “naturais”.

Essa argumentação se aplica também nas fases de transformação do produto, a etapa propriamente de produção do alimento, como no caso do pão de Spiga & Madia. Encontramos entre os participantes do projeto um discurso ricamente detalhado sobre os processos de produção da farinha, que faz emergir os motivos pelos quais a farinha industrial (tipo 00) seria menos saudável do que a farinha tipo 1 ou tipo 2, mais “natural”, obtida por processos mais lentos de moagem. Estes detalhes conjugam discursos científicos com outros discursos, conjugam passado e presente, técnica e composição do alimento com o sentido do gosto. Os procedimentos da padaria também são objeto de reconstrução de valores: fazer a levedura, fazer a massa, cozinhar o pão também adquirem o sentido de “natural” e “tradicional” numa mistura complexa entre memórias do passado e saberes atuais.

Pontos em comum, captados nos dados desta pesquisa, parecem ser o uso de poucos ingredientes e “naturais” (não químicos), o uso de receitas e técnicas das gerações passadas – não racionalizadas com parâmetros industriais-, o tempo prolongado do processo, em contraste com os tempos acelerados industriais, a existência de uma relação qualitativa do trabalhador com o produto e com o seu trabalho, em outras palavras, o interesse do trabalhador para que o produto tenha uma qualidade e um valor adjunto (o fator carinho, que temos encontrado na produção artesanal em Recife, também neste contexto aparece como fator participante da produção do alimento):

Eu faço o pão assim porque é assim que eu o vi fazer, sempre está viva minha vó aqui, o seu jeito de fazer, as suas coisas, por isso também a levedura eu sempre fico cuidando dela sabe, ela tem mais de 60 anos. E é assim, a única de quatro filhas, minha mãe começou a fazer isso com minha avó, e depois de minha mãe eu e agora espero a minha filha... desde criança eu lembro, subia num “puff”

porque não chegava na mesa para trabalhar a massa, e hoje faço isso e faço isso porque tem uma paixão aqui (F. padreira de Spiga & Madia, entrevista n°25).

O saber fazer, as práticas de preparo do alimento são práticas “tradicionais” no sentido de “artesanais”, populares, do dia a dia, que procedem de um passado e de uma memória própria e que chegam à atualidade modificadas, mas seguindo os mesmos princípios.

O produto dos GAS é, portanto, um produto “mais saudável” e “natural” incluindo neste conceito todos os elementos aqui brevemente analisados, criando uma categoria representante de discursos críticos que envolvem as práticas mais amplas dos projetos: a relação com a natureza, a relação com o produto e, por último a relação com as pessoas, em contraste nítido com as práticas industriais de produção alimentar:

O pão, este pão, não é como os outros, não apenas pelo gosto ou por ser mais natural, mas porque é feito por várias mãos que estão, de alguma forma, todas conectadas, com uma intenção e um projeto comum de fazer as coisas de forma diferente... (G. participante de GASBri. Entrevista n° 21).

O produto, no caso analisado, se faz veiculador de relações e projetos ideais num sentido crítico/político. A reciprocidade que precisa ser reconstruída nas relações entre consumidores e entre consumidores e produtores é encarnada no produto final, consumido diariamente.

O valor dele é, portanto, carregado de uma multiplicidade muito ampla de significados sociais do trabalho e da terra, éticos, de memórias culturais, mas o preço dele também é importante. Conseguir manter o preço do produto dentro dos padrões do mercado convencional competitivo significa tornar a experiência local da economia solidária uma experiência para todos, não elitista, economicamente competitiva e politicamente ativa.

5.3.1. Revolução das redes?

Analisamos tanto no caso italiano, como no brasileiro, as atividades econômicas de economia solidária através das principais relações socioeconômicas desenvolvidas. Assim como no primeiro caso, o objetivo analítico foi o de considerar a multiplicidade de lógicas que nelas encontramos.

No começo da análise do caso italiano, nos perguntamos se a estrutura de circulação de bens entre consumidores e produtores representaria de fato a “revolução das redes”

teorizada por Mance (2005), ou seja, se a economia solidária estaria construindo canais, setores e redes alternativas em termos sistêmicos. Na análise podemos observar que ali, como no Brasil, não é este o caso. Os participantes dos GAS são todos trabalhadores do mercado de trabalho formal que apenas praticam e constroem discursos de economias “outras” em suas atividades de consumo. Os produtores das redes da mesma forma não praticam uma produção unicamente “alternativa”, à exceção de alguns casos, eles permanecem no sistema econômico mais amplo atuando a estratégia da multifuncionalidade e ativando relações na economia solidária por razões que oscilam de forma evidente entre conveniências econômicas, éticas, sociabilidade e solidariedade.

Na mesma direção, a circulação de bens e produtos dentro da rede, articulada entre o “preço” e o preço justo é uma circulação que podemos definir como socioeconômica, mas que não cria uma economia ou um sistema autárquico de sobrevivência. Na revolução das redes o consumo ético se constrói tanto como consumo final dos produtos, quanto como consumo produtivo, sendo este funcional às cadeias de elaboração de produtos e serviços finais. Se o consumo final é amplamente desenvolvido na rede local através das relações diretas entre consumidores-produtores agrícolas, o consumo produtivo não encontra aplicação concreta.

Aqui em Nibai tentamos ser autossustentáveis e fazer tudo o que podemos por conta própria ou dentro das redes, aqui. Mas, você entende que é impossível pensar em tudo desta forma?! Tenho um trator, no trator vai a gasolina, quando ele quebra preciso das peças para repará-lo, aonde as pego? Você pode ver que é impossível (F. Agricultor Brianza. Entrevista n°20).

A ideia de construir cadeias amplas de economia solidária, incluindo então o consumo produtivo é certamente parte da utopia local, mas na realidade atual já existem problemas sobre a sustentabilidade da experiência existente: entre eles a questão da expansão do modelo. O número de GAS e de redes de economia solidária obteve um crescimento considerável nos últimos anos, mas, apesar disso, existe uma questão estrutural interna que não permite uma expansão descontrolada destas células econômicas. Dentro do discurso crítico construído nos GAS e nas coproduções concernente a solidariedade e reciprocidade, se ressaltam dois elementos problemáticos: o trabalho voluntário e a logística. O trabalho voluntário visto com conotação positiva de participação cívica dos cidadãos, no sentido comum local, tem um perigoso e ambíguo limite com o de trabalho explorado. Em alguns casos os atores dos GAS desenvolvem papéis simples e de pouco investimento (distribuição dos produtos), em outros, profissionais de determinadas áreas colocam suas competências

profissionais a serviço do coletivo (contadores, advogados etc.). Este tema surgiu em alguns debates em que as pessoas se perguntavam se esses trabalhos deveriam ser pagos por aumentarem os padrões de bom funcionamento do sistema de GAS e, então suas possíveis dimensões.

O mesmo processo acontece com a logística. No pequeno grupo cada participante se encarrega de manter o contato com o produtor e de executar atividades como, por exemplo, ir buscar os produtos de todos para em seguida redistribuí-los no coletivo. O que aconteceria, então, se a quantidade de produtos superasse o número de participantes e se o GAS então, aumentando de dimensão, precisasse desenvolver um sistema logístico próprio, com intermediário e distribuição de produtos? A resposta preponderante a estas questões é que o sistema de GAS perderia seus significados e sentidos de ser. É o caso de alguns GAS que se tornaram distribuidores na internet, onde o contato com consumidores virtuais aumentou muito o porte da produção e distribuição dos produtos orgânicos, mas a custa de perder as relações de sociabilidade e coparticipação do processo produtivo do qual o GAS nasceu.

Vendo desta perspectiva e inclusive segundo as palavras de alguns atores locais, os GAS precisam permanecer pequenas experiências locais, caso contrário, se transformariam, sim, num sistema de mercado, mas não alternativo. A única direção praticável com parece ser a da multiplicação da experiência e não o aumento de dimensões de uma única célula.

Mais uma vez percebemos que considerar o movimento de economia solidária como um sistema alternativo à economia de mercado atual não é uma perspectiva útil para o entendimento de seu funcionamento atual.

Para sermos mais pontuais ainda, precisamos esclarecer que no caso italiano, mais que no brasileiro, a relação com a economia de mercado capitalista não é nem vista como problemática. Os sujeitos que participam da economia solidária local, assim como os de Recife, estão cientes do tipo de relação contínua e da posição hierarquicamente submissa que estas experiências mantêm com a economia dominante, mas não por isso percebem suas ações como menos importantes, por toda a carga de significados, revolução de conceitos e estilos de vida que estão atuando. Diferentemente do caso brasileiro, os atores deste segundo caso, não percebem este tipo de relação como negativa ou como um problema. As dinâmicas ambíguas e alternantes entre dom e mercadoria, entre formas econômicas capitalistas e solidárias são vividas de forma mais normalizada.

Estas formas socioeconômicas desenvolvidas como movimento da sociedade civil em colaboração com outras entidades definem melhor o conceito de *mercados pluraís*, onde adicionamos, por continuar sendo uma experiência de movimento social, a procura de um

espaço próprio de existência em contínuo processo de construção entre o formal e informal na sociedade.

5.4 CONSIDERAÇÕES SOBRE AS OUTRAS ECONOMIAS

Nas atividades econômicas promovidas pelos GAS brianzolos e de Milão, e pelos empreendimentos de Recife, podemos observar que os conceitos de solidariedade, dádiva e reciprocidade não são separáveis de elementos econômicos, num sentido utilitário e instrumental.

A partir da análise realizada podemos afirmar que as economias solidárias locais adquirem seu sentido socioeconômico dentro da rede, lugar social onde acontecem as trocas econômicas. Mesmo tratando-se de trocas monetárias, as trocas estão inseridas numa rede como conjunto de laços sociais e valores morais e ao mesmo tempo de interesses econômicos e de práticas híbridas.

Percebemos nitidamente as duas naturezas presentes na troca econômica: uma de ordem monetária e outra baseada na reciprocidade, orientada ao bem-estar do coletivo de produtores num caso e de coprodutores no outro; encontramos duas naturezas diferentes de troca, mas que desenvolvem o mesmo papel na determinação do valor socioeconômico.

As dinâmicas simbólicas entre mercadoria e dom podem ser consideradas como partes das trocas contíguas, porém separadas e avaliadas de formas diferentes. Parry e Bloch (1989) Parry e Bloch (1989) ao estudarem sociedades “outras” identificaram que as formas de vida econômica tinham remarcado este aspecto: *“De um lado as operações ligadas à reprodução da ordem social e cósmica, projetada no longo período; do outro lado uma ‘esfera’ de trocas de curto prazo que representa o campo da competição individual”* (PARRY; BLOCH, 1989, p.133).

A troca em dinheiro, nas considerações dos autores, é associada a valores moralmente negativos, mas que são diluídos e rearranjados em trocas de longo prazo, simbólicas, moralmente positivas, de dom. As duas naturezas da troca são necessárias, uma à outra. A troca em dinheiro é “purificada” por formas de dom contidas na mesma troca que alimenta a dimensão ética, social e cultural mais ampla.

Nas experiências analisadas parece-nos possível pensar o sistema de troca através desta perspectiva. A troca de mercadoria está sempre relacionada à manutenção de um sistema solidário específico, inserido numa ordem de longo prazo, contrariamente ao curto prazo da troca concreta. Em outras palavras, a troca econômica é funcional à manutenção de

uma rede solidária mais ampla, que não poderia sobreviver sem ela. As duas naturezas das trocas, dessa forma, se alimentam uma na outra.

Neste sentido, podemos falar de economias plurais, definindo por fim a natureza múltipla da economia solidária como sistema de trocas socioeconômicas, nos termos vistos na análise. No contexto de Recife, a rede de produtores é fomentadora de relações de reciprocidade, mas o desenvolvimento da ação coletiva visa também à inserção em relações socioeconômicas externas com os clientes, ou seja, as atividades monetárias que podem sustentar a existência dos grupos de produção e, por conseguinte, da própria rede. No caso italiano, a rede em si é o lugar das trocas monetárias econômicas e das dinâmicas de reciprocidade, mas, apesar disso, temos visto que a rede não pode ser definida como conjunto de trocas fechadas, nos termos de uma revolução das redes (MANCE, 2003).

Ainda sobre essa dimensão econômica do movimento de ES, podemos destacar mais elementos frutos do nosso olhar comparativo, como os seguintes:

Em primeiro lugar, permanecendo na perspectiva econômica, a relação entre atores participantes e entradas ou circulações monetárias provindas da ES permanece parcial, dentro das experiências de cada um. Em outras palavras, a economia solidária não representa nem em um caso, nem no outro, a única experiência econômica dos atores envolvidos, aumentando, assim, a importância de remarcar a natureza plural do objeto. Os produtores de Recife, produzem, trocam e comercializam no meio da rede econômica solidária local, mas suas entradas e suas dinâmicas de geração de renda pessoais e familiares são constituídas por um conjunto variado de estratégias econômicas. A renda dos produtores de Recife derivante da ES é então parcial.

Também na rede de coprodução de Brianza a experiência da ES é uma situação de troca parcial. Primeiramente, porque neste caso a área de trabalho dos atores dos GAS é externa a práticas de ES; apenas pelos produtores da rede existe uma conjuntura entre atividade de trabalho e economia solidária, que mesmo assim temos visto estar combinada com outras relações econômicas num mercado local mais amplo. Mas, olhando a partir das coproduções que compõem as atividades de compras de produtos, então na esfera do consumo, a economia solidária representa, também neste caso, uma experiência parcial. Alguns atores dos GAS com os quais conversamos afirmaram encontrar na rede GAS cerca de 70% dos bens necessário à vida doméstica e pessoal, sendo a grande maioria produtos alimentares e em menor quantidade outros bens, como: roupas, calçados, produtos de limpeza etc. Em dados coletados em outros estudos de cunho qualitativo esta porcentagem cai para 13% da despesa total de uma casa (FORNO, GRASSEN, SIGNORI, 2013).

De toda forma, a vida econômica dos sujeitos analisados neste estudo é caracterizada, em sua conotação total, como uma vida econômica plural, multiforme e híbrida composta por diferentes circuitos monetários e solidários em vários campos econômicos.

Faremos, a seguir, uma reflexão sobre outra possível dicotomia conceitual elucidadora desta experiência: a relação entre formal e informal.

Com respeito aos casos, brasileiro e italiano, percebemos certas diferenciações. Como já esclarecido anteriormente, no Recife os grupos econômicos solidários originam diretamente do setor informal da economia local, ligada ao artesanato. O processo de constituição de uma identidade própria de ES não corresponde necessariamente à formalização da atividade econômica, permanecendo, a maioria dos grupos, atividades econômicas informais. O empreendimento não tem CNPJ, ou cadastro empresarial, não tem registro oficial e não paga impostos sobre a própria atividade econômica. Mas, a luta política avançada pelo movimento tem levado a criar, no diálogo entre militantes e governo federal, um sistema de cadastro nacional de empreendimentos econômicos solidários – CADSOL, que os reconhece oficialmente e institucionalmente enquanto tais. Percebemos desta forma uma dinâmica híbrida entre informalidade/formalização. Esta variação e flexibilidade foi encontrada também nos outros elementos econômicos da experiência: nas atividades produtivas baseadas em técnicas informais, mas também em processo de profissionalização formal; e por fim nos espaços de comercialização, situados em variadas conjunturas entre o formal e o informal. Nesta tensão entre formas econômicas se situa o caminho processual da economia solidária local.

No caso dos GAS e da coprodução também observamos uma ação em espaços intersticiais dos canais oficiais, num *continuum* entre formalidade e informalidade na procura de uma forma própria (PAVANELLO, 2008). Em muitos casos os GAS são entidades informais, ou seja, simples coletivos voluntários; em outros casos, procuram um processo de formalização jurídica, como na forma de uma associação, para abrir a possibilidade de acessar fundos e editais de projetos públicos, mas mantendo algumas lacunas de conceptualização legislativa. Não sendo possível, por exemplo, na forma jurídica de associação sem fim lucrativos desenvolver atividades econômicas, coisa que acontece no caso dos GAS. O GASBri, por exemplo, é uma entidade formalizada, composto por diversos GAS, muitos dos quais não são formalizados. As coordenações de economia solidária no nível nacional procuram dialogar com as instituições para a criação de uma legislação nacional sobre estas atividades que as reconheçam enquanto tais. Exatamente como no Brasil, o processo de cadastramento de CADSOL permitiria o reconhecimento público de

empreendimento econômico solidário, mesmo sendo essas atividades econômicas informais segundo alguns parâmetros econômicos jurídicos.

Na mesma linha, a relação com os produtores em termos de troca econômica é definida por um instrumento apenas em parte com conotações formais, como o do Pacto de Economia Solidária. O Pacto de Economia Solidária é o instrumento que mais representa a natureza híbrida informal/formal desta experiência. Este instrumento define regras e normas da relação econômica entre as partes, desenvolvendo o mesmo papel dos contratos comerciais, mas através de elementos diferenciados das convencionais e reconhecidas formas do sistema econômico e jurídico. Os pactos econômicos são construídos em cima do elemento normativo da “confiança” e da relação entre as partes, não em cima de artigos jurídicos e penalidades, no caso de falta de respeito dos termos. Independentemente dos canais convencionais do mercado o pacto define o preço do produto, especialmente em matéria agrícola, que seja respeitoso e compartilhado tanto pelos produtores, quanto pelos consumidores. Define também as cadeias locais de produtos baseados na coprodução, formas econômicas essas que não existem formalmente, mas apenas na realização social destas experiências.

As únicas entidades economicamente e plenamente formalizadas da rede são os produtores, ou seja, os agricultores e as cooperativas agrícolas participantes. Pela configuração de empresas (ou de cooperativas) essas realidades econômicas nascem no mercado convencional, mesmo que em diferentes níveis, e só em seguida se abrem ao contato com as células de consumo alternativo dos GAS, criando relações novas.

Como em Recife estas experiências econômicas também fazem parte de canais intersticiais da economia formal e estão à procura de um espaço próprio, inclusive, para serem reconhecidos institucionalmente.

Em última instância e para seguir a linha de coerência deste estudo, precisamos fazer apontamentos também sobre o conceito de popular. Assim como a experiência brasileira é inteiramente construída a partir de uma ação de resistência de formas de economia popular, no caso italiano também percebemos um movimento neste sentido. Como remarcado na análise do caso empírico os produtos desenvolvidos nestas redes são frutos de práticas e saberes definidos como “tradicionais”, “locais”, “naturais”. De certas conversas e explicações que recebi tanto dos produtores quanto dos consumidores estes conceitos se distanciam parcialmente das conotações mais comuns. A “tipicidade” dos produtos alimentares é parte de discursos existentes sobre o tradicional e o local em termos de processos de patrimonialização de práticas e produtos (BERTOLOTTO, 2001,

PADIGLIONE, 2008), adquirindo em alguns casos as características da “fixação” e da “autenticidade” do tradicional. Alguns movimentos alimentares no contexto italiano vão nesta direção, entre eles o famoso *Slow Food*, porém, alguns promotores dos projetos dos GAS procuram se distanciar desta conotação:

Nós na realidade sobre este tema do tradicional não é que estamos particularmente afeiçoados, no sentido em que se entende normalmente. Tipo, nós não estamos interessados em procurar o produto “verdadeiro”, o típico. Uso as minhas palavras, não gostamos do tradicional que vai para os museus e os receituários. Para nós o alimento verdadeiro é o popular, não o tradicional que disciplina a câmara de comércio. Quero dizer, o tradicional é o que acontece nas cozinhas de verdade, no dia a dia, porque se não acontece nas cozinhas, bom aí é outra coisa, os alimentos das festas, a ideia de que uma pessoa vai a semana toda no supermercado e no McDonald’s e depois no Natal compra o vasilhinho de funghi em conserva. Não é esta a ideia sabe, nós queremos mesmo poder voltar a pensar que a nossa nutrição vem da terra, perto de casa, no cotidiano. Esclareço isso porque o que temos que ver é que a alimentação de onde moramos ela vem de uma história muito longa que tem atravessado a Europa toda e o Mediterrâneo, né, ou seja, de puro aqui só temos os bastardos, tem tudo dentro. Tem o arroz dos árabes, o vinho sei lá de onde, os tomates, a horta, aquela dos aposentados da Brianza, tem um mundo inteiro ali, nada de tradicional daqui, não. O tradicional se forma no dia a dia com aquilo que você faz na sua casa. O que tem de lombardo hoje? Apenas os aspargos que vem dos romanos, só isso. Então, é importante, o que queremos é algo que vai muito além do tradicional naquele sentido aí, é algo que envolve o estilo de vida, até a felicidade né, e sim a saúde, física e mental, os vizinhos, é aquilo que tem dentro das vidas, sim, no bem e no mal, isso não tem só coisa boa. Desculpa a premissa, as vezes nós somos confundidos como museu vivos, que não tem nada de mal nos museus né, mas não é o que estamos fazendo aqui. Ou seja, o museu aqui é a agricultura o campo, onde nada fica igual ao dia anterior, tudo se mescla, se adapta, resiste se é manhoso, enfim, depende das sementes. (G. Participante do GASBri, entrevista nº21).

Esta fala foi bastante esclarecedora neste sentido. A mesma ideia aparece também de uma forma não tão explícita, nas falas de outros produtores, como da padeira e do agricultor do Spiga & Madia, ratificando que esta noção de tradicional parece estar prevalentemente vinculada a práticas e saberes que são parte de uma memória do cotidiano e de práticas populares, mais do que as “tradições fixadas” e intelectuais.

Numa perspectiva das epistemologias do Sul (SOUZA SANTOS, 2010) – neste caso no Norte -, entendemos então este movimento socioeconômico. Na vontade dos “de baixo” de resistir através dos saberes locais e populares, das vidas para além dos mercados, pelos quais se tenta revalorizar práticas que são esquecidas e invisibilizadas nos acontecimentos da contemporaneidade. Com certeza, encontramos certo grau de romantismo nas falas dos nossos interlocutores em relação a um passado parcialmente idealizado, mas encontramos também uma vontade política de resistência contra um modelo que não parece responder a todas as necessidades humanas (locais) de bem-estar e bem viver. Por isso o movimento

italiano, assim como o brasileiro, mesmo que contextualmente diferentes, parecem encontrar esta dimensão de realização, em uma multiplicidade de elementos, mas, sobretudo, na possibilidade de existência de um “popular” que tem algo a oferecer à economia, à sociedade, à cultura das localidades e do global também.

Trata-se, no fundo, de mistura. Misturam-se as almas nas coisas, misturam-se as coisas nas almas. Misturam-se as vidas, e assim as pessoas e as coisas misturadas saem cada qual de sua esfera e se misturam: o que é precisamente o contrato e a troca. (MAUSS, 2003, p. 212).

A dádiva, portanto, serve para se ligar, para se conectar à vida, para fazer circular as coisas num sistema vivo, para romper a solidão, sentir que não se está só e que se pertence a algo mais vasto, particularmente a humanidade, cada vez que se dá algo a um desconhecido, um estranho que vive do outro lado do planeta, que jamais se verá (GODBOUT, 1998, p. 11).

Através das análises realizadas sobre os dois contextos afirmamos em conclusão:

- Que a economia solidária é uma experiência parcial e híbrida entre lógicas solidárias e econômicas, onde uma alimenta a outra, tanto nas práticas internas da rede, quanto na vida econômica dos sujeitos participantes.
- Que a economia solidária é uma experiência em processo de construção de um espaço/forma próprios na sociedade, agindo nos espaços intersticiais dos canais oficiais da economia convencional, em estruturas parcialmente formais e parcialmente informais.
- Que a economia solidária tem uma relação forte, com conotações de resistência, com a dimensão “popular” da economia e da vida, onde entendemos por popular as práticas cotidianas, os estilos de vida locais e culturais e os saberes tradicionais, na perspectiva das epistemologias do Sul (SOUZA SANTOS, 2010).

Desenvolveremos, então, no próximo capítulo, o papel político e contra-hegemônico do movimento social de economia solidária.

6 UM MOVIMENTO POLÍTICO

De repente o clima na grande sala esfriou. O ânimo que guiou até este momento o debruçar-se da Conferência de Economia Solidária da Região Metropolitana de Recife pareceu aquietar-se repentinamente. A normal disposição em círculo de todo encontro da rede neste espaço não era possível. As intervenções eram feitas no palco, individualmente, num microfone, enquanto a plateia de empreendimentos e entidades de apoio e fomento assistia e restituía com barulhos e gestos de assenso ou dissenso suas aprovações ou desaprovações. Na primeira fila da plateia estava “o Estado”, representado pelo secretário executivo de economia solidária do governo do estado de Pernambuco e a secretaria, que já estava perto de suas demissões. “Eu não sou o Estado, eu estou no Estado, como pessoa. Se querem reclamar façam-no no meu nome” disse o secretário poucos minutos antes.

Então começaram a ler em voz alta. Era uma carta de repúdio poderosa, argumentada e afiada. A voz do responsável pela leitura, representante dos empreendimentos econômicos solidários, escandia friamente a argumentação ponto por ponto. O governo não acompanhou o processo da III Conferência Nacional de economia solidária no estado de Pernambuco por não ter esta causa como prioridade política e enganou a sociedade civil pertencente a este movimento com falsas promessas não mantidas. O governo do estado estava sendo repudiado por este comportamento.

Quando a última palavra do papel foi lida teve um aplauso geral da plateia, todo mundo batia palmas com orgulho, menos o Estado. Mas a sensação de ter desafiado uma instituição tão forte como a do governo do Estado dividiu os participantes, os movimentos seguintes provaram isso. Mesmo assim a carta foi aprovada por votação. O governo foi repudiado. E a conferência da região metropolitana do Recife se encerrou. (Notas de campo, Conferência Região Metropolitana do Recife de Economia Solidária, 10/6/2014).

O movimento social de economia solidária é um movimento em conflito na sociedade, mesmo que a nomeação desta experiência nos chame atenção para o termo solidário. O que nos indica solidariedade? Certamente não conflito e não hierarquias. Mas conflito e hierarquias fazem parte da experiência de economia solidária, assim como fazem parte a cooperação, o ideal da democracia participativa e de outra forma de fazer economia. Esta aparente contradição gera o processo político da experiência, um movimento social que luta para obtenção de espaço na sociedade e pelo próprio direito de existir.

Começamos este último capítulo com a descrição de um evento o mais distante possível de uma experiência solidária, pacífica e harmoniosa. Economia solidária está longe de ser um sistema completamente alternativo ao dominante, não se trata de uma ilha anticapitalista baseada na pacífica relação entre pessoas iguais. Também a apresentamos aqui não a partir de uma experiência econômica, mas a partir de um momento político, qual foi a Conferência Estadual de ES, momento oficial do processo de constituição do movimento social de Recife.

O momento descrito é um entre os mais marcantes acompanhados nesses anos de pesquisa. Um conflito aberto num momento extremamente formal de encontro entre o Estado e o movimento social de economia solidária que abriu o olhar da pesquisadora sobre a força dos acontecimentos dessa arena política. Levou a perceber como a tensão existente no *continuum* entre colaboração e conflito entre as partes em causa, modelos e ideais políticos determinava o agenciamento de cada um destes atores que se punham em diálogo, mais ou menos forçadamente, mais ou menos com vontade, cada um com seus interesses.

A economia solidária é um movimento político que utiliza experiências socioeconômicas como práticas de agência. O processo de criação de uma identidade e de um espaço de reconhecimento é parte de uma ação mais ampla de autoafirmação de um discurso crítico na sociedade, entre muitos outros.

As relações de poder perfazem a vida social de sujeitos em relação. Num estudo entre fenômenos globais e locais temos considerado as assimetrias entre a classe capitalista transnacional e as classes subordinadas dos trabalhadores assalariados, migrantes, favelados e os da economia informal onde situações nada monolíticas revelam a complexidade de inúmeras globalizações e inúmeras formas de resistências. São diferentes globalizações e localizações. E isso é entendido num sentido mais amplo de uma separação entre “localismo globalizado” - onde determinado fenômeno local é mundializado com sucesso – e “globalismo localizado” que se dá no impacto de imperativos transnacionais nas condições locais. A multiplicidade de globalizações e localizações se dá na existência de fluxos multidirecionais e de constituição de redes, sejam essas políticas, econômicas culturais ou as três em conjunto.

Esses movimentos, apesar da perspectiva utilizada, não são isentos de relações hierárquicas de poder. A existência de um campo hegemônico de ação e pensamento incide sobre as conformações de supostas contra-hegemonias, não criando blocos separados e em contraposição, mas sim experiências plurais, margens, transições, cuja direção consiste na mudança do modelo dominante em sua continua reafirmação.

O conceito de hegemonia desenvolvido por Gramsci, e reelaborado ao longo do tempo, ajuda-nos a entender a produção simbólica de conformação do imaginário social nas disputas de sentido e de poder na contemporaneidade. No entender de Gramsci, a hegemonia pressupõe a conquista do consenso e da liderança cultural e político-ideológica de uma classe ou bloco de classes sobre as outras. Além de determinar as bases econômicas, a hegemonia se constrói dentro de percepções, juízos e valores da ação política. Mas é dentro da construção do consenso que encontramos as formas de dissenso que precisam ser ordenadas.

Refletir sobre hegemonia e contra-hegemonia, significa entender a movimentação entre assenso e dissenso nas percepções do mundo dos diferentes coletivos sociais e os processos de resistência por parte dos subalternos.

Quanto ao papel desses últimos nas configurações de hegemonia e contra hegemonias e nas relações de poder constituídas, reconhecemos nesta análise certo grau de agência de todas as partes em causa. No plano teórico e segundo a nossa perspectiva, a agência não consiste numa dinâmica externa ou separada de uma estrutura ou hegemonia “dura”, mas sim como parte dela, como seu mecanismo de reprodução e mudança. Tal como Sahlins (1987), entendemos estrutura como *“a realização política das categorias culturais em um contexto histórico específico, assim como se expressa nas ações motivadas dos agentes históricos, o que inclui a microsociologia de sua interação.”* (SAHLINS, 1987, p. 15).

Dentro de eventos e processos sociais formados por um conjunto de relações históricas, enquanto se reproduzem categorias culturais, às vezes elas adquirem novos valores, novos significados, assim como as relações de poder. No movimento de economia solidária este ecossistema de relações de poder dá vida aos processos sociais relevantes e consideramos que todos os participantes desenvolvem papel ativo nele.

É no pensamento de Williams (1977), em continuação com o de Gramsci, que a hegemonia, mesmo criando mecanismos socioeconômicos e culturais de aprisionamento dos sujeitos, se apresenta como estrutura incompleta, não totalizante. É no movimento e nos acontecimentos históricos que podemos olhar para as hegemonias, isso é, incluindo suas fases de transição entre hegemonias passadas (residuais) e hegemonias futuras (emergentes) onde os sujeitos não são meras marionetes históricas, mas agentes ativos.

Neste entendimento de uma estrutura hegemonica não como bloco “duro”, mas como “totalidade do processo social” continuamente renovado a partir de ações de resistência, desafios e mudança (WILLIAMS, 1977; ORTNER, 2012) que olhamos também

para o movimento social e para seus processos de atualização de conceitos culturais e de ações de resistência.

Este parêntese teórico é muito importante no objetivo deste trabalho para que resulte claro que consideramos o campo de disputa como um campo de cruzamento entre agências dominantes e agências de dominados (resistência) como processos de reafirmação-mudança da ordem política, econômica e cultural.

A partir desta perspectiva teórica tem se olhado as práticas políticas do caso de estudo em suas relações internas e com outras instâncias tais quais as do mercado, do Estado e do terceiro setor, notando como, apesar da existência de uma relação hierárquica de poder com as instituições formalizadas, a agência pertence também aos atores econômicos solidários (empreendedores e Gas e coprodutores) criando contextos de disputa de poder e criação de espaços próprios de reconhecimento através de pressão social.

Esta perspectiva teórica encontra possível aplicação nos estudos dos processos políticos relacionados aos novos movimentos sociais (MELUCCI, 1996) ou as teorias da sociedade civil (COHEN; ARATO, 1992), ou de forma mais geral aos processos em ato na contemporaneidade (CASTELLS, 1997; BAUMAN, 1999).

A partir da aplicação destas possíveis lentes teóricas ao nosso caso de pesquisa, os sujeitos, subalternos, excluídos, pobres (no caso brasileiro) ou também os resilientes parte do sistema (no caso italiano) etc. são considerados atores ativos centrais dos processos de mudança da contemporaneidade entre globalização e resistência local. Todos os sujeitos são ativos e participantes nas arenas, mas nos nossos casos de estudo a partir de duas posições diferentes.

Em continuidade a *“teoria da resistência dos fracos”* de James Scott (1985), Bayat (1990) desenvolve a *“teoria política da rua”* como possibilidade de olhar as múltiplas formas de transgressão dos “pobres” com um olhar direcionado, por exemplo, aos trabalhadores informais, de rua. Estes sujeitos sociais, cuja existência determina a vida das metrópoles especialmente da América Latina, mas não apenas, desenvolvem estratégias de sobrevivência econômica através de redes sociais passivas que, em caso de conflito ou embate com autoridades públicas, podem se transformar em redes ativas de resistência e cooperação. Esses *“rebeldes silenciosos”*, assim como *“os fracos”* de James Scott (1985), parecem adquirir um status de atores políticos ou pré-políticos naturais, que atuam tendo como base formas de “sobrevivência” política. Entretanto, precisamos considerar também que na atualidade existem novas formas de sociabilidade política que são centrais no estudo de formas de resistências de coletivos.

Os “*sujeitos excluídos*” das grandes cidades brasileiras são, hoje, em muitos casos, inseridos em redes contextuais que incluem instituições religiosas, associações de moradores, ongs, movimentos sociais etc. Estes mediadores constroem processos de resgate de cidadania que não envolvem apenas a “*luta dos pobres*” como seres políticos isolados, mas sim como parte de um agenciamento político mais complexo nas cidades contemporâneas (SHERER-WARREN, 2003).

É importante esta consideração no nosso movimento social. Os empreendedores da economia solidária do caso de Recife, por exemplo, são em diferentes graus excluídos do sistema econômico dominante e se reinventam a partir de uma economia informal como estratégia econômica urbana. Mas, não é apenas a partir dessa condição que eles se transformam em atores políticos ativos. É na multiplicidade de atores em rede, de mediações políticas e de entidades mediadoras com as quais eles entram em contato nos próprios percursos de vida que este processo de agência começa a tomar a forma que constatamos hoje dentro do movimento social.

Como já especificado no começo do trabalho o movimento social de economia solidária é composto por diferentes atores, com diferentes discursos e interesses na arena política do movimento, que precisam ser considerados como partes ativas em campo. Apesar dos empreendedores econômicos solidários se considerarem protagonistas da experiência, é na integração com outros elos da rede e na coexistência de outras instâncias sociais e também atores (Estado, terceiro setor etc.) que hoje falamos de um movimento de economia solidária.

Ressaltamos este elemento, nesta altura da análise, porque é também nesta multiplicidade que se constituem as relações de poder, os consensos e dissensos, os eventos de contato entre modelos hegemônicos e contra-hegemônicos dentro do âmbito político que encontramos.

A pobreza, a exclusão, as desigualdades são temáticas atuais que emergem no processo de mudança da perspectiva política. Enquanto no passado essas dimensões sociais eram associadas ao exercício e intervenção do Estado dentro de uma visão assistencialista, com a mudança de paradigma os excluídos são vistos como sujeitos ativos dentro de uma agenda pública dos movimentos sociais e dos governos em matéria de resgate de cidadania. Neste contexto nasce a reflexão sobre sociedade civil, nova cidadania e ações afirmativas como novos campos de ação política e com potencial transformador. Esta “*nova cidadania*” (DAGNINO, 2012) é geradora de processos sociais, expressando a possibilidade de uma reconfiguração da gramática social da democracia, onde o protagonismo na construção de

direitos de cidadania passa a ser não apenas responsabilidade das instituições, mas responsabilidade da sociedade civil em colaboração com as instituições.

Esses processos, que estamos analisando, se tornam possíveis construtores de redes globais, levantando a possibilidade de construção de uma esfera pública mundial onde as questões da pobreza, exclusão, desigualdade, as diferenças culturais se tornam alvo de discursos globais descentrados. Aprofundaremos este aspecto mais adiante.

Para entender de que forma analisamos o movimento político da economia solidária vamos resumir quatro pontos centrais:

- 1) A política de rua (BAYAT, 1990) e as armas dos fracos (SCOTT, 1985) são possíveis olhares a movimentos de massas de excluídos politizados, mas sob a forma de redes passivas e ocultas de resistência. O movimento de economia solidária já não se limita à ação passiva, de economia informal, já, se transformou em rede de visibilidade, politicamente ativa graças à articulação com outros mediadores da rede (entidades de apoio e fomento, Estado, academia). Assistimos então a um processo de semi-institucionalização do movimento, especialmente no caso de Recife.

Foi construída uma ação coletiva, baseada numa utopia de transformação em diferentes níveis. Apesar disto, a relação de poder entre possíveis modelos de hegemonia e contra-hegemonias consta de micro relações de poder e de resistência jogadas nas arenas políticas do movimento que retomam elementos de resistência oculta, como veremos. Temos desta forma um verdadeiro movimento social estruturado e institucional e um movimento subterrâneo de resistência nas práticas políticas do cotidiano.

- 2) O movimento de economia solidária, assim como outros (de trabalhadores ou moradores de comunidades, por exemplo), agem em vista de uma cidadania regulada, ou seja, se relacionam com o Estado almejando o reconhecimento político de sua própria ação e o direito de existência em sua especificidade. Todavia, a economia solidária também chama a atenção de outras temáticas de outros movimentos sociais e identidades, tornando-se um movimento político multitemático. Ele participa ativamente na construção de uma rede de movimentos sociais (MELUCCI, 1996; SHERER-WARREN, 1999) configurando a organização de uma sociedade civil mais ampla, não fechada na dimensão do direito à diferença.

Um novo tipo de identidade solidária e multicultural está em construção, se posicionando contra as novas formas de exclusão social ou subintegração econômica, resultantes das políticas neoliberais. Identidade que através de redes têm conseguido certo reconhecimento na esfera pública e encontrado lugar nos discursos e ações altermundistas. Os Fóruns Sociais Mundiais, mas não apenas, constroem uma agenda de um movimento contra-hegemônico, mais permanente e semi-institucionalizado sobre a economia solidária.

- 3) Estamos observando neste estudo novos sujeitos políticos que, com base numa multiplicidade de assuntos e temáticas se pronunciam sobre as questões que lhes dizem respeito, exigem a partilha na deliberação de políticas que afetam suas vidas, dissolvendo a figura do pobre carente, ou do consenso passivo, para se imporem como cidadãos que exigem direitos (SCHERER-WARREN, 2003). Mais especificamente poderíamos afirmar que os sujeitos encontrados perdem o status de excluídos, posição, esta, que os militantes não se identificam. A qualidade de excluído pode ser uma identidade na origem da experiência, mas a participação no movimento social e o empoderamento político, no sentido exposto, desencadeiam uma mudança de significado e status dos sujeitos. A participação e mobilização política, por fim, tem lugar em dois espaços sociais: um formalizado nos conselhos e fóruns políticos, verdadeiros canais de discussão e deliberação de ações políticas; e outro nas redes informais e nas práticas políticas cotidianas.

Ao longo deste trabalho, vimos como nos dois casos de estudo a experiência econômica solidária se construiu a partir de duas perspectivas diferenciadas e em dois possíveis espaços de resistência: os de produtores, vindo da economia informal e o de consumidores, inseridos no mercado convencional de trabalho, em duas experiências políticas diferentes também. A valorização do contexto cultural em que os movimentos estão inseridos e dos processos de construção simbólica que orientam a produção e manutenção da ação coletiva nos conduz a analisar dois *frames* ou esquemas de interpretação (GOFFMAN, 1974) dos mesmos processos de globalização. A partir destes dois frames diferentes, percebemos respostas com muitas conexões ideológicas, discursivas e práticas.

Poderemos, então, considerar o processo político econômico solidário como parte de um processo global de resistência por uma sociedade civil globalizada?

6.1 UM PROJETO EM CONFLITO ENTRE MERCADO, ESTADO E TERCEIRO SETOR

Na dinâmica do conflito é onde o movimento se engaja na promoção de uma proposta de mudança social contra o modelo político e cultural dominante. Na identidade coletiva é que se compartilha a experiência como conjunto de interpretações, narrativas e objetivos comuns a este tipo de organização social.

No começo deste capítulo indicamos a dinâmica do conflito como central em toda e qualquer prática do movimento de economia solidária. O conflito é fundamental e isso se deve à proposição de um processo de mudança por parte de diferentes atores com distintos interesses no campo político.

Nos dois casos – italiano e brasileiro – os *frames* específicos de ação estão relacionados a conflitos diferenciados, especificamente no nível da relação entre os militantes principais com as instâncias externas – Estado, mercado e terceiro setor, como ressaltaremos, a seguir.

É importante salientar que uma análise política em termos de ação de cidadania deste movimento social não é separável da sua dimensão econômica ou cultural. Por isso, entendemos o movimento social de ES como um movimento político envolvendo todas essas dimensões, e não apenas no sentido de sua relação com o Estado.

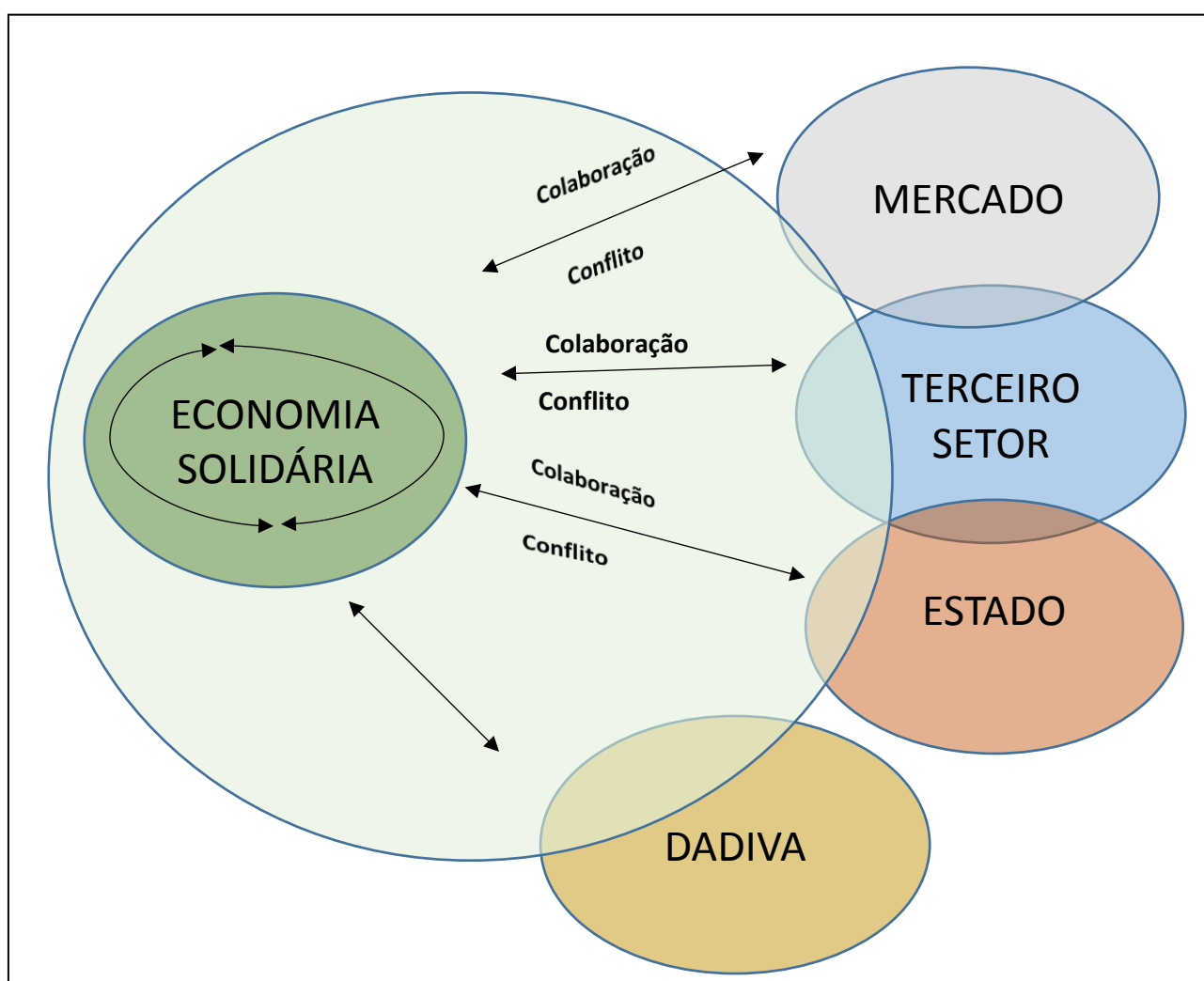
Dito isso, percebemos que a ação política desenvolvida se dá em relação às outras esferas da sociedade (mercado, Estado e terceiro setor), que como observado na pesquisa empírica assumem os rostos de pessoas reais, de relações cotidianas. Assim, como já antecipado, consideramos aqui que a economia solidária não corresponde a nenhuma dessas esferas, mas se põe numa relação de tensão com as três. O processo de procura de um espaço/forma próprio na sociedade depende exatamente do tipo de relação instaurada com cada uma.

Retomando um esquema de Laville (1998), claramente inspirado por Polanyi (1977), as ações da economia solidária se manifestam em três diferentes polos: de um lado o polo do mercado onde a distribuição de bens e serviços é determinada pelas lógicas do mercado; temos em seguida as lógicas não mercantis, onde a redistribuição é determinada pelo Estado e o setor público; e por fim a economia não monetária, onde a distribuição de serviços e bens é determinada pela reciprocidade do setor tradicional e a lógica da dádiva. Podemos adicionar, em coerência com o nosso estudo, a distribuição e redistribuição efetivada pelo terceiro setor, que segue lógicas medianas entre as do setor público e as do setor privado.

Analisando os dados empíricos da pesquisa podemos observar que a relação entre as principais esferas da sociedade caracteriza este movimento social. A economia solidária constrói com as esferas do Estado, do mercado e do terceiro setor relações fortes, mas continuamente oscilantes entre uma situação de diálogo e colaboração e de conflito.

A economia solidária desenvolve sua ação política na hibridação destas lógicas, sendo de certa forma transversal a todas essas esferas.

Figura 3 - Ação política da economia solidária na procura de um espaço/forma próprio



No capítulo 4 vimos o tipo de relação de conflito e colaboração instaurada com a esfera do mercado, a pluralidade de lógicas e as tensões instauradas, e como veremos, agora, há outras tipologias de conflito, em particular aquela que caracteriza o movimento social com a esfera do Estado. Entendemos por Estado as dimensões empíricas resultantes de sujeitos e relações reais com trabalhadores/as e representantes das secretarias e órgãos

estaduais ou da prefeitura, observadas neste estudo. Como indicamos no capítulo 2, as instituições governamentais postas em relação com a rede nos dois contextos, são principalmente as secretarias municipais, estaduais e federais e seus representantes no caso de Recife e as prefeituras e regiões administrativas e seus representantes no caso italiano.

Mas, antes de aprofundarmos no tipo de relação constituída com o Estado, precisamos remarcar que é primeiramente no conflito interno, entre os mesmos atores que o movimento constitui sua própria identidade política.

Nos dois casos estudados observamos altos níveis de conflito interno ao movimento – de empreendimentos e GAS - referidos principalmente a:

- Conflitos entre planos ideológicos/não ideológicos e sobre os caminhos e ações a serem tomados
- Criação de hierarquias e ação de *stakeholders* (DE SARDAN, 2008).

Como observamos ao longo do trabalho os coletivos analisados são compostos por atores heterogêneos, com diferentes experiências, pontos de vistas e interesses.

Na rede de empreendimentos de Recife e entre os participantes do GAS da Brianza destacamos quatro principais linhas de pensamentos relacionadas às formas em que um movimento de economia solidária deveria existir e se organizar.

Duas dessas correntes são formas de militância ideológica e que problematizam a ES a partir de sua relação com o mercado e as instituições governamentais: destacamos um pensamento independentista e outro institucionalista. Um terceiro conjunto de pensamentos e atores revela um menor envolvimento político e ideal, nas ações de rede, caracterizando uma participação mais “economicista” sob certos pontos de vista. Em Recife encontramos pessoas que não têm interesse em participar das discussões da rede, acreditando mais na funcionalidade dos espaços de venda organizados por ela, e em Brianza temos sujeitos que centram o motivo da própria participação nos GAS a partir dos aspetos econômicos e nutricionais das compras de alimentos que neles podem fazer.

O ponto de vista independentista é argumentado pelos militantes mais assíduos e “extremos”, se assim podemos definir. A ideia de economia solidária construída por esses atores é que ela precisa ser totalmente independente, autogerida e revolucionária. A relação com o Estado e com as entidades de apoio e fomento precisa ser apenas de captação de recurso e apoio, não de negociação.

Precisamos ver que essa gestão não deixa os projetos acontecerem, por isso insisto sempre, precisamos ser independentes! A gestão política é uma coisa, nós somos outra, não dá para confundir! Neste momento nós estamos dependendo deles, é

isso... e no que isso está dando? Eu sempre afirmei que a economia solidária é contra o capitalismo e contra certa política [...] porque agora não estamos mais agindo em autogestão, fazendo as nossas coisas, não está dando certo, precisamos mudar ou acabaremos sem nada. (Fala de A. empreendedor de economia solidária. Encontro comissão comercialização 16/6/2015).

Não, eles (os políticos N. do A.) não podem fazer nada. É tudo uma máfia. Os projetos políticos daqui são de vender a terra, de roubá-la e vendê-la para quem oferecer mais, como podemos pensar de ter colaboração?

[...] Banalmente, nem os prefeitos aqui estão do nosso lado, porque eles também pensam nas compensações. As prefeituras também, todas sem fundos, todas em crise.

[...] Eles até contratam pessoas para fazer estudos sobre a sustentabilidades das obras, sobre o território, como funcionaria melhor, aí vem conversar com a gente sobre os projetos etc., e depois jogam esses estudos bons no lixo, porque tem um plano econômico primeiro.

[...] Sim, acredito que o que nos resta fazer é continuar com o que temos, não tem o que negociar com a política aqui, nesse momento não. (A. Participante da redinha GAS Brianza, entrevista nº22. Tradução própria).

O ponto de vista institucional, pelo contrário, é embasado na ideia de que a ação organizativa da ES precisa se direcionar ao reconhecimento formal e social por parte do Estado. Segundo essas opiniões, através de diálogo e negociação com as instituições o projeto de economia solidária poderia se transformar em algo mais sólido, numa proposta de desenvolvimento e uma política pública efetiva no país.

A discussão teórica, a discussão da plenária é fundamental. Se não discutimos coisas maiores, se não temos uma base teórica bem feita, como podemos pensar de ter um diálogo com as instituições? Acho que essa discussão é fundamental para sermos reconhecidos pelo Estado e termos uma relação com o Estado! Sem ter isso os empreendimentos não fazem nada, estamos perdendo tempo aqui discutindo se não teremos esse reconhecimento. (Fala de C. na Reunião do Fórum Metropolitano do Recife de 12/3/2012).

Não está fácil nesse momento, mas nós temos um diálogo com as prefeituras e as regiões, porque isso é importante. Eles têm programas e ideias diferentes, mas é aí que está o nosso papel, explicar, falar e explicar, até entender que o que estamos fazendo aqui é importante, é importante até como política.

[...] sabemos que tem prefeituras que conversam e apoiam, tem várias que participam dos projetos, pouco a pouco, precisamos alcançar isso. Precisamos sim de uma lei de economia solidária. (F. participante de GAS. Entrevista Nº19).

A terceira tendência que encontramos é aquela mais economicista sobre a rede de economia solidária. Encontramos sujeitos na rede que não participam ativamente do projeto ideológico do movimento. São passivos nas discussões e céticos, mas, principalmente, eles estão interessados no lado econômico da rede, utilizando os espaços de venda e as oportunidades de financiamento ou de ajuda recíproca da rede em um caso e estando interessados apenas nos produtos comprados no GAS pelo outro.

Eu gosto de participar da economia solidária porque eles sempre têm espaços bons e são bem organizados para as vendas. Acho que é um bom espaço, um bom jeito para vender os nossos produtos [...]

Sim, eu sei que aqui se participa de outras coisas, eu gosto do que eles falam, Artur, Veneranda, Leylah, tem muitas coisas boas sim. Mas acho que é tão difícil, sabe, não é assim, o mundo vai como vai [...] (L. entrevista no espaço de comercialização ESCOES, 22/08/2015).

Claramente a heterogeneidade que encontramos entre ideias e atores é mais complexa, mas os principais focos de discurso nos encontros da rede têm oscilado entre esses três pontos de vista de forma recorrente. Essas diferentes perspectivas são as que geram a maioria dos conflitos internos, causando separações e alianças diferenciadas entre atores, determinando uma pluralidade de ações e caminhos. Em alguns momentos esses diferentes pontos de vista resultam em negociações ou convivência pacífica, em outros casos geram conflitos, separações e fragmentação.

Além das frequentes divergências de pensamento entre os participantes do coletivo geradores de conflitos, temos outras dimensões internas relacionadas às relações de poder. Nas duas redes o compromisso dos participantes está centrado também no desenvolvimento de formas de democracia horizontal e participativa. A mesma escolha de organização em rede está voltada à tentativa de criar estes tipos de dinâmicas internas horizontais. Mas, de fato, sem desconsiderar o esforço neste sentido, encontramos atores específicos com papel de liderança.

É difícil nesta análise usar o termo liderança, por este não ser reconhecido em nenhuma das redes e casos deste estudo, assumindo, até mesmo, uma conotação bastante negativa. Não há na economia solidária oficialmente a figura do líder. Apesar disso, encontramos nas práticas de encontro e nas formas de representatividade sujeitos mais carismáticos e falantes que centram as atenções dos outros participantes, bem como sujeitos que se encarregam de funções e papéis de gestão e decisão importantes. Em outras palavras, temos sistemas de hierarquias estabelecidas que correspondem, talvez de forma melhor denominada, à presença de *stakeholder* (DE SARDAN, 2008).

O *stakeholder* é considerado, em panoramas de estudos de desenvolvimento, uma figura mediadora entre a dimensão local de uma comunidade e as outras entidades – Estado ou agências internacionais (DE SARDAN, 2008). A característica que nos interessa é que o *stakeholder* é o sujeito que possui e domina os campos de linguagem e de conhecimento dos diferentes atores da arena. Diferencia-se do líder, principalmente por não se relacionar com os outros atores de forma diretamente hierárquica ou vertical, o *stakeholder* age movimentando-se dentro da rede e é capaz de plasmar sua linguagem e ação dentro da

pluralidade de sujeitos para ser entendido pelos diferentes interlocutores, sendo eles: parceiros e iguais, instituições governamentais e outras agências. Podemos afirmar que é essa particular competência de linguagem e de conhecimento que define formas hierárquicas dentro das redes estudadas.

Os *stakeholder* são os que defendem de forma mais intensa as decisões que precisam ser tomadas, captando inteligentemente os diferentes imaginários dos interlocutores; são os que dialogam com os representantes das instituições, sem medo e timidez, se pondo no mesmo nível de discussão; são também os que acionam conflitos, captam seguidores e determinam as principais dinâmicas do coletivo.

Na rede de Recife identificamos seis *stakeholder*. Entre eles três sujeitos que eram caracterizados por serem os “antigos” do movimento, os que estavam desde o começo, tendo desta forma um caminho próprio de experiência e de empoderamento político que lhe conferiram certo respeito por parte dos mais novos. Um entre eles era liderança comunitária e destacava-se pelo carisma encantador. Outros dois sujeitos passaram por uma mudança de trabalho e de papel na rede, passando de simples produtores artesão a empregados nas entidades de apoio e fomento ou instâncias governamentais. Esse processo foi determinante para conferirmos a essas pessoas o papel de mediadores.

Na rede italiana pareceu-nos que o *stakeholder* se caracterizava mais como no imaginário do “intelectual”, ou seja, a pessoa instruída, educada, o professor ou o profissional, em alguns casos.

Concluindo essas reflexões sobre relações de poder internas afirmamos que o conflito ideológico caracteriza a conformação e os direcionamentos práticos da economia solidária como coletivo e que as hierarquias, dominadas pelas figuras dos *stakeholder*, apesar de serem aparentemente mais maleáveis e menos reconhecidas como estrutura própria, determinam também grande parte do processo identitário e político.

Outra importante relação de conflito toma forma, e neste caso preponderantemente em Recife, entre os empreendimentos em rede e os representantes das entidades de apoio e fomento. Nos fóruns recifenses a relação com esses últimos é de muita proximidade. Os atores dessas duas diferentes esferas, na verdade, instauraram relações pessoais de forte amizade. Apesar disto, sempre existiu certa tensão. Os sujeitos das entidades têm sempre tentado se posicionar na rede como parceiros totais dos produtores, como iguais. Mas, os produtores não nutriam esta mesma perspectiva. A tensão surgia do fato que os participantes das entidades de apoio, mesmo estando próximos aos produtores, não viviam a mesma condição de luta. Ou seja, o trabalhador assalariado de uma associação, ong ou entidade

religiosa não podia ser igual a um produtor da ES pelo fato de seu trabalho não depender das conquistas do movimento, mas, pelo contrário, por depender das dificuldades do movimento. Por este motivo as entidades de apoio e fomento não teriam como prioridade as conquistas dos produtores. Estas ideias circulavam frequentemente nos momentos de conflitos dos encontros e eram mencionadas nos momentos em que alguns produtores eram contratados por essas entidades:

Não pode servir dois patrões, o que pensa? Ou você é produtor ou é gestor, são duas coisas diferentes, essa dupla identidade não leva a lugar nenhum. Por que? Porque uma vez que você vai trabalhar nesses lugares, você tem sua vida feita, tem seu salário, vai lutar o que? Para que?
[...] E outra, foi contratado, vai ser o que? Todo mundo vai virar gestão e vai existir gestão de economia solidária e a economia solidária? Quem realmente produz, vai sumir? É muita contradição. (Fala de B. empreendedora econômica solidária. Diário de Campo nº3).

As entidades de apoio e fomento, parte do terceiro setor, desenvolvem um papel de intermediação entre o Estado e a rede de empreendimentos. Nos encontros com as instituições governamentais frequentemente o poder de palavras era deles, treinados e legitimados pela própria posição “institucional” ao diálogo. Nesta posição de intermediação é que os produtores os percebiam, uma vez aliados a eles, outra vez como inimigos.

Esta situação tem gerado múltiplas e peculiares dinâmicas na rede, originando subgrupos de apoiadores e aliados das entidades de apoio e fomento, que participam de forma contínua das ações e reuniões por eles organizados, e grupos de “independentistas” que mantinham o diálogo com as entidades, mas preferiam organizar ações autonomamente.

No caso da Brianza e de Milão a relação com o terceiro setor é diferente. Por não terem planos governamentais ou políticas públicas de amplo alcance definidos ou orientados para uma economia solidária, também não existe um terceiro setor constituído no sentido que foi se constituindo em Recife. A relação com as entidades de apoio – associações ou ONGs – é estabelecida a partir de um diálogo espontâneo de interesses comuns em relação a projetos e financiamentos dentro da rede de contatos em construção localmente. Frequentemente experiências econômicas solidárias, que os GAS desenvolvem entram em contato e diálogo com associações formalizadas para obter apoio e parceria na estruturação de projetos que requerem financiamentos, uma vez que é necessário ser entidades formais para o recolhimento de recursos. Em outros casos, os mesmos núcleos econômicos solidários se constituem como associação, para desenvolver essas ações de forma autônoma. A relação com o terceiro setor se dá na experiência de definição de processos de informal/formalização

e de criação de redes estratégicas para o fortalecimento da ES local. Mesmo assim, a natureza híbrida desta relação também não nos permite definir a ES como correspondente ao terceiro setor.

6.2 ESTADO E MOVIMENTO SOCIAL: CONFLUÊNCIAS PERVERSAS NO CASO DE RECIFE

A diferença central entre o movimento político econômico solidário brasileiro e o italiano é que o primeiro se encontra num estágio de semi-institucionalização avançado, com fortes conotações políticas partidárias, enquanto o segundo encontra-se numa fase inicial de diálogo institucional e constitui-se através de relações mais estreitas com o mercado e o terceiro setor.

A relação do movimento de Recife com as instituições governamentais é central nas dinâmicas locais. A existência de projetos e financiamentos por parte da secretaria municipal, do conselho estadual e da secretaria nacional constitui um elo consolidado de relações.

Apesar disso, vemos claramente a arena de encontro entre essas duas esferas oscilar entre dinâmicas de colaboração e conflito.

Neste sentido, concordamos com Dagnino (2010) sobre a coexistência de dois novos modelos de cidadania no Brasil. A análise da autora compara a cidadania, a democracia e o sistema econômico do modelo neoliberal, ou seja, o proposto pelos planos de desenvolvimento do País, e seu alterego alternativo, proposto na sua elaboração ideológica pelo movimento de economia solidária, a partir do qual processos denominados de nova cidadania (DAGNINO, 2010) se constroem.

O que parece importante é o caráter ambíguo desta coexistência de modelos. Os termos e conceitos que identificam ambas práticas econômicas e sociais são na verdade os mesmos. Embora estes modelos sejam construídos em bases ideológicas completamente opostas, geram uma ambiguidade perigosa que Dagnino (2010) chama provocativamente de “*confluência perversa*”.

[...] a existência de uma confluência perversa entre um projeto político democratizante, participativo, e o projeto neoliberal, que marcaria hoje, desde nosso ponto de vista, o cenário da luta pelo aprofundamento da democracia na sociedade brasileira [...]. [...] Nessa disputa, onde os deslizamentos semânticos, os deslocamentos de sentido, são as armas principais, o terreno da prática política se constitui num terreno minado, onde qualquer passo em falso nos leva ao campo

adversário. Aí a perversidade e o dilema que ela coloca, instaurando uma tensão que atravessa hoje a dinâmica do avanço democrático no Brasil (DAGNINO, 2004, p.96).

O que caracteriza o projeto neoliberal é a sua estreita associação com o modelo econômico capitalista globalizado e com a democracia representativa. Seus principais objetivos são a eliminação das barreiras ao capital internacional, a remoção de tudo o que limita o livre mercado, e ampliar a organização do mercado a toda a vida social (DAGNINO, 2010; HABERMAS, 1997). Segundo esta perspectiva, o Estado, no contexto neoliberal, iniciou um processo de esvaziamento de sua responsabilidade social, permitindo ao mercado permear a vida social e cultural. O Estado se transforma assim num “fornecedor de serviços” e os cidadãos em simples clientes-consumidores. Nesta perspectiva, a sociedade civil seria composta por aqueles que conseguem entrar na economia dominante como trabalhadores e consumidores. A sociedade civil também seria a que assume a responsabilidade pelas falhas do Estado e do mercado na organização da vida social, mas permanecendo dentro do mesmo sistema neoliberal e obedecendo as suas regras. Esta responsabilidade se traduz em prática quando os cidadãos começam a pagar serviços tais como de saúde ou educação para conseguir qualidade ou também quando formam um crescente terceiro setor, formado por ongs e Associações para responder às necessidades dos setores carentes da sociedade.

Partindo destas premissas, o que observamos neste processo é uma apropriação, por exemplo, do termo “participação” da sociedade civil, no entanto, relegando esta participação apenas ao objetivo de assumir a implementação de políticas sociais por parte da sociedade civil. A “Solidariedade” também se torna o lema deste projeto, mas uma solidariedade reduzida ao mínimo necessário de responsabilidade individual, assumindo a forma de uma atividade de voluntariado. Desta forma, o terceiro setor/sociedade civil se torna cúmplice do projeto neoliberal, apagando a oposição ao Estado do qual era promotora, despolitizando a relação. Da mesma forma, são despolitizadas as dinâmicas de exclusão social, cujas causas são atribuídas simplesmente à incapacidade dos indivíduos em entrarem e crescerem na economia capitalista, tornando-se culpados de sua própria pobreza e situação de exclusão. Os pobres neste sistema passam de cidadãos e sujeitos de direitos a meros seres fora do sistema, com necessidade de caridade (DAGNINO, 2010).

O aspecto característico desta confluência perversa (DAGNINO, 2004) se encontra na semelhança de muitos elementos constitutivos dos dois projetos antagonistas. Em primeiro lugar, a necessidade e a denotação positiva dada à sociedade civil como protagonista na sociedade, ativa e proativa. Em segundo lugar, encontramos nos discursos

pertencentes teoricamente aos dois modelos os mesmos conceitos, ferramentas e elementos simbólicos-discursivos como o de cidadania, de participação, de solidariedade e de democracia. Analisados em seus contextos semânticos observa-se que estes elementos foram construídos de maneiras muito diferentes um do outro, mas a semelhança da terminologia cria uma “*mancha cinza*” que impede a compreensão das estruturas diametralmente opostas (DAGNINO, 2004).

A primeira apropriação feita pelo modelo neoliberal sobre o conceito de cidadania é a sua redução ao que era antes da chegada dos movimentos sociais, ou seja, um elemento jurídico estritamente relegado à esfera do indivíduo isolado. Em segundo lugar se estabelece uma relação ambígua entre cidadania e mercado. O cidadão, no plano neoliberal, é definido como aquele que adere ao mercado capitalista na lógica do consumidor ou produtor/empreendedor (DAGNINO, 2004, SCHWARTZ, 2012) e o Estado se transforma em simples provedor de serviços para estes sujeitos. Essa perspectiva não é inteiramente nova, fazendo parte, já, das críticas dos direitos de cidadania na Europa, na linha anti-marshalliana, que consideravam a relação de cidadão-proprietário como geradora de desigualdade social.

No contexto do modelo neoliberal, portanto, não é por acaso que as políticas públicas nacionais e locais brasileiras de inclusão e de assistência aos excluídos ofereçam muitos programas que tomam a forma de microcrédito, microempresa ou educação e formação profissional de qualificação para a entrada no mercado capitalista.

No campo de Recife essas atividades assemelham-se muito aos instrumentos desenvolvidos pela economia solidária, mas são projetos totalmente isolados e desconectados de todo o processo de mudança social e cultural que a economia solidária tenta construir em seu discurso e prática, sendo neste caso destinadas à simples questão econômica, dentro da categoria do lucro, com vista à inclusão no mercado capitalista.

Cidadania definida na inserção na economia de mercado, participação como responsabilização por parte da sociedade civil das responsabilidades do Estado, solidariedade como relação de caridade dos ricos para os pobres, despolitizada. Os três termos são frequentemente usados pelo programa político-econômico do modelo neoliberal, bem como no programa do movimento de economia solidária, mas são também diametralmente opostos.

No caso da ES, como vimos, a possibilidade de construção de caminhos de cidadania, determinados por processos de ação política, é baseada no conceito de trabalho e produção com dinâmicas diferenciais das do mercado hegemônico; a participação política envolve a

responsabilidade dos cidadãos nas decisões políticas locais que lhes dizem respeito; e a solidariedade é uma metodologia de desenvolvimento social baseada no fortalecimento da cooperação, da coesão da comunidade e da coresponsabilidade entre cidadãos.

A situação de encontro entre esses diferentes modelos, com elementos discursivos e semânticos similares, cria situações de confluências e de disputas na área política causando, como temos visto, situações variantes entre a colaboração e o conflito.

Por esse motivo, como descrito no começo do capítulo, encontramos no caso empírico de Recife duas tipologias de comportamento político:

- O movimento institucionalizado: ou seja, um nível de relação “macro” entre Estado e movimento social, caracterizada por uma supremacia hierárquica do modelo institucional, onde percebemos vínculos de colaboração e diálogo, mas que, de fato, perpetuam os projetos neoliberais do Estado.

- Um movimento subterrâneo de resistência no cotidiano: ou seja, um nível de micro relações de poder e de resistência jogadas nas arenas políticas do movimento que retomam elementos de resistência oculta.

Ao longo da pesquisa temos observados o diálogo e a implementação de diferentes projetos governamentais relacionados às políticas públicas de economia solidária no Recife.

Ainda na fase otimista inicial os empreendimentos acreditavam nas conquistas e no poder transformador deste diálogo e dessas ações compartilhadas com o Estado, com o tempo constatamos uma perda de confiança e o começo de disputas e conflitos. A consciência que os empreendedores econômicos solidários foram construindo reconhecia as propostas de colaboração como, de fato, em confronto ao próprio modelo. Os projetos, os financiamentos e as políticas que o Estado apresentava como de economia solidária, na realidade, “não era economia solidária”.

A gente vê, escuta, fala, mas sobretudo entende o que está acontecendo. Está claro para todos aqui que o que eles (o estado N. do A.) querem é transformar-nos em empreendedores, microempreendedores... não está claro? Assim como estão fazendo com a economia criativa e com os outros, os artesãos. Mas o problema está justamente aí, porque o dinheiro, os fundos que chegam são dinheiro da economia solidária, mas está aí, não são usados para economia solidária. Por um lado, é culpa nossa, não estamos bem organizados, estamos fracos demais. Por outro lado, eles acham que podem nos enganar (Fala de B. Empreendedora econômica solidária de Recife. Diário de campo nº2).

Esta situação concreta foi particularmente acentuada no ano de 2014, ano da III Conferência Pública Nacional da Economia Solidária³⁸. Exatamente neste período a minha participação como pesquisadora nas comissões de organização da conferência me permitiu observar elementos paradigmáticos da confluência aqui argumentada. Ao acompanhar este processo foi possível constatar nas conversas com os atores que os programas de ação do governo, na realidade, tinham objetivos perfeitos para criar e qualificar microempreendedores ou pequenas empresas formais e, não em fortalecer a proposta política de economia solidária.

Neste ano, foi discutido com a Prefeitura e com o Estado a implementação de programas de microcrédito e fundos solidários como parte das políticas institucionais de economia solidária. O problema surgiu no momento em que os empreendedores descobriram que esses programas continham o vínculo de serem aplicáveis apenas a indivíduos ou pessoas jurídicas e não para coletividades e grupos informais, sendo esse o caso dos empreendimentos da rede local. Dada esta condição a maioria dos grupos não podia acessar esses recursos. Foi, ainda, observado que outras entidades usufruíram do programa sem serem parte da rede de ES de Recife.

Além disso, os fundos solidários disponibilizados previam a restituição com taxas de juros, fato altamente contrastante com a idealização deste instrumento próprio das práticas econômicas solidárias brasileiras. O instrumento dos fundos solidários não tem fins lucrativos, diferentemente de qualquer outra agência de finanças convencionais, mas tem o objetivo de democratizar o acesso ao crédito e apenas se autoreproduzir. Assim, o fundo solidário entendido como a quantidade de dinheiro disponibilizada a fundo perdido ou à restituição parcial ou total, sem taxas de juros, deveria ser objeto de gestão dos coletivos de produtores, que estabeleceriam, de forma autônoma e democrática, as regras de acesso e de funcionamento.

Outro programa institucional que foi objeto de grandes conflitos e disputas foi o relacionado à formação profissional e técnica dos empreendimentos econômicos solidários. Parte de tais programas formativos, que compunham um projeto mais amplo de incubação de ES da prefeitura do Recife, foram implementados com a colaboração do SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), organismo nacional e local de suporte e desenvolvimento do empreendedorismo. Os cursos e módulos formativos

³⁸O objetivo deste espaço político é o diálogo entre movimento e instituições onde o primeiro tem o papel de avaliar as políticas públicas e ações governamentais já estabelecidas e indicar ou elaborar propostas para novos projetos e caminhos.

proporcionados por esta entidade eram percebidos como a maior afronta ao movimento de economia solidária, pois seus conteúdos seguiam uma linha totalmente contrária aos projetos próprios do movimento. O empreendedorismo e a profissionalização, tão, cobiçados por estes programas foram, assim, motivo de enorme crítica.

Outro projeto estadual, aprovado no ano de 2012, para o fortalecimento da economia solidária de Pernambuco, previa metade de seus fundos para formação e profissionalização e a outra metade para a criação de um Banco Comunitário com moeda social a ser implementado, depois de várias negociações, no bairro de Santo Amaro, em Recife. Este projeto nunca foi realizado. Além de ter suscitado uma série de conflitos na rede de empreendimento e na própria comunidade de Santo Amaro, o formato em que este programa foi pensado e estruturado era totalmente incompatível com os fundamentos que levaram a criação deste difuso e importante instrumento de finanças solidárias e de desenvolvimento local.

Em outros casos, os interlocutores da pesquisa relataram a existência de uma profunda relação hierárquica entre o movimento e o Estado, incorrendo em descrédito e manipulação dos participantes por parte de alguns representantes institucionais. No ano de 2014 começaram a circular vozes, a princípio como fofocas ou boatos, e em seguida na forma de comunicações oficiais, de que os representantes das secretarias locais estavam descreditando os empreendimentos de Recife, julgando-os como incapazes e não profissionais e caracterizando a economia solidária local como incipiente ou inexistente. Em outro momento, num encontro voltado a organização da Conferência Estadual de Pernambuco de Economia Solidária, cuja responsabilidade financeira, determinada por decreto, era inteiramente do Estado, o secretário executivo de economia solidária teria afirmado que:

Por serem um movimento solidário, o coletivo podia muito bem agir com solidariedade, então ativar dinâmicas de hospitalidade dos participantes do interior de Pernambuco e organizar mutirões para os almoços e jantares, e que desta forma, nenhum dinheiro precisava ser gasto com o evento, dinheiro que, inclusive, não tinha (Notas de campo, março de 2014).

Esta postura institucional foi a que determinou a carta de repúdio cujo trecho nos referimos no começo deste capítulo. Desde então, a relação com o governo do Estado e o espaço do conselho estadual foram se esvaziando ou perdendo o poder simbólico de conquista que tinham até pouco tempo antes.

Toda essa série de exemplos, cujos processos foram acompanhados ao longo da pesquisa, demonstra como as premissas de colaboração e de diálogo institucional foram se convertendo em confrontações. Era na verdade o encontro entre modelos e linguagens distintas que, configurados numa relação hierárquica, determinava ações e programas concretos, mas direcionados a metas diferentes das dialogadas com o movimento social.

A confluência perversa desta relação é representada pela linguagem comum de instrumentos, projetos e elementos sociopolíticos entre as partes – Estado e empreendimento de ES – mas ao mesmo tempo divergente no que se refere a prática e funcionalidade que estes assumem em sua elaboração concreta.

É importante ressaltar que os empreendimentos de Recife não foram passivos na arena pública destes acontecimentos. Diferentes estratégias de resistência cotidianas foram sendo elaboradas ao longo do tempo. Ações de boicote, sabotagem e manipulação (SCOTT, 1985) foram se espalhando em quase todos os programas e incentivos institucionais.

Os fundos solidários eram captados por entidades formalizadas, ou pessoas físicas, para serem em seguida redistribuídos com regras próprias.

Em muitos casos, os empréstimos derivados de fundos solidários ou microcrédito não eram devolvidos, fato este que criou não pouca confusão nas instituições financeiras promotoras.

Os cursos e as atividades formativas, especialmente no começo, eram tomados como espaços de crítica e discussão, no qual os produtores utilizavam para esclarecer sobre porque certos elementos (módulos sobre formação de preço, relação com funcionários, marketing etc.) não pertenciam ao projeto da economia solidária.

O projeto do Banco Comunitário foi boicotado pela comunidade e lideranças que não se identificavam nas modalidades de aplicação propostas.

Esses e outros casos permitiram observar o nível de relações de poder e disputas em jogo nesta relação problemática entre movimento social e Estado. Forças dominantes e forças de resistência iam se sobrepondo nos espaços de discussão e nos espaços práticos ocasionados pelos projetos.

É importante salientar que os diversos atores em jogo estão no campo com interesses e objetivos distintos, construídos a partir de ideologias diferentes, representando modelos e linguagens também diferentes, criando situações de confluências e situações de conflitos contínuas que, além de determinarem as práticas concretas que observamos, participam nas dinâmicas processuais de criação e recriação política deste específico movimento social local. As relações simbólicas de poder e resistência fazem parte da vida e da ação do

movimento localmente, criando sua específica existência de movimento em conflito, na sociedade.

Os espaços formais e informais da rede de empreendimentos sempre foram espaços de discussão política, onde elementos como a relação com o Estado, a situação política nacional e local, a luta pelo reconhecimento e pelos direitos de cidadania ligados as formas de produção da economia solidária eram debatidos coletivamente, passando a conformar o movimento social e dando vida aos seus processos de organização política. Os integrantes da rede eram desta forma sujeitos políticos ativos, cujas identidades, estritamente relacionadas a um modelo de economia solidária, iam se construindo.

A economia solidária local desenvolve um papel central no empoderamento político de seus participantes. Os empreendedores de ES, dentro da experiência da rede, passam de sujeitos “*políticos de rua*”, a sujeitos políticos organizados em suas próprias lutas. Isso nos leva a considerar que a nova cidadania, o direito a ter direitos, (DAGNINO, 2010) são plenamente expressos nas práticas de novos movimentos sociais, como este que estamos analisando. Isso se deve não apenas à relação com o Estado, e então na natureza semi-institucionalizada do movimento, mas, sobretudo, às dinâmicas de debate e ação política que esta relação parece suscitar em sujeitos anteriormente apolíticos ou pouco políticos.

Os sujeitos analisados desenvolveram estratégias de ação e afirmação ativa, numa condição de cidadãos produtores de sua história social. O Estado, pelo contrário, tem demonstrado uma postura de tratamento do movimento social, em seus programas, como se esses destinatários fossem apenas uma “clientela” aos quais ele oferece serviços e, em particular, serviços que têm permitido um acesso (precário) no mundo do empreendedorismo e do mercado. Ao deixar de considerar os empreendedores e empreendedoras de economia solidária como sujeitos ativos, e o projeto de ES em sua conotação local produzida por esses sujeitos, o Estado tem revelado, por um lado, práticas disfarçadas de emprego e, por outro lado, certo assistencialismo. Mesmo assim, o movimento social tem atuado e promovido ações políticas em direção a seus objetivos de democratização de rede, no nível econômico, político e cultural.

Em conclusão, e por uma questão de esclarecimento quanto ao decorrer do tempo e dos fatos, precisamos indicar que a relação com o Estado nos anos da pesquisa (2012 - 2016) foi, lentamente, se esvaziando. No ano de 2016, em alguns encontros em que participamos, havia já uma mínima representação de empreendimentos e produtores da rede. Em outros, apenas representantes das entidades de fomento e do Estado discutiam as modalidades de continuidade de alguns programas, sem a contrapartida dos empreendimentos ou com uma

mínima participação. Em 2016, parte do programa estadual, aprovado no ano de 2012, vem sendo aplicado sem participantes de uma rede de economia solidária local. Por fim, neste mesmo período, as impactantes mudanças políticas nacionais estão confluindo na extinção ou subcategorização das secretarias dedicadas à temática.

A relação entre movimento de economia solidária e Estado iniciou com grande otimismo e diálogo, passou por fases de conflitos e práticas de resistência e, agora, se encontra esvaziada. Mas, os atores da rede, principais interlocutores desta pesquisa, continuam mantendo, ainda que de maneira informal, ações, contatos e diálogos entre si tendo em vista quais serão as próximas modalidades de ação e de identidade do movimento de economia solidária de Recife.

6.3 O ESTADO E O MOVIMENTO SOCIAL: O DIREITO A SOBERANIA ALIMENTAR E A ALIMENTAÇÃO DO CASO DA BRIANZA

No caso italiano não encontramos um alto grau de institucionalização da economia solidária. A falta de canais de diálogo e colaboração concreta na definição de políticas públicas do país tem caracterizado um percurso até agora de pouca abertura institucional ou de relações ainda em construção. Não significando, porém, que o movimento social local não procure este tipo de relação, pelo contrário, nas cartas e nos documentos produzidos pelo próprio movimento esta é uma tarefa prioritária, juntamente ao fortalecimento da autonomia das redes da sociedade civil.

Da mesma forma que vista no Recife, a relação que tenta ser construída com as instituições oscila entre possibilidades de colaboração e conflito.

A relação de conflito se dá em termos de constituição de espaços de visibilidade política deste coletivo da sociedade civil, tentando dar à luz um modelo diferenciado do hegemônico seguido pela maioria de instituições governamentais.

Especificamente a rede de GASBri delinea uma forma de protesto e conflito que tem se tornado símbolo de resistência política em nível nacional. O GASBri, como temos visto, tem sido o protagonista da organização de uma das primeiras experiências de coprodução na reconstrução da cadeia produtiva local e orgânica de pão denominada “Spiga & Madia”. O projeto, em seu começo, contou com a disponibilização de terras para o cultivo de trigo orgânico por parte da família Brambilla, da cidade de Concorezzo.

Quando o projeto se tornou ativo, com o uso destes terrenos para o cultivo do trigo para produção da farinha do pão, foi também aprovado um projeto de mobilidade pública

promovido pelo órgão administrativo da região Lombardia³⁹, e em seguida aprovado pelas províncias de Milão e Lodi e pelas prefeituras interessadas. A TEEM – *Tangeziale Est Esterna di Milano*⁴⁰ é parte de uma grande obra pública de mobilidade de uma área com alta intensidade de trânsito, unindo-se às, já, existentes Tangenziale Est, Nord e Ovest de Milão. A obra, amplamente criticada por vários setores da sociedade civil, ia ser construída e passar, precisamente, sobre as terras do projeto “Spiga e Madia”. O evento causou rapidamente uma ação de protesto e resistência pelo coletivo de GASBri em colaboração com a associação ambientalista nacional Legambiente⁴¹.

O dado relevante é que, para além de ações físicas de protesto, o coletivo decidiu começar um recurso jurídico no TAR - *Tribunale Amministrativo Regionale*, contra a implementação da obra pública. Após indicações, o caso foi definido como área jurídica de disputa pertinente a Comissão Europeia. Essa passagem foi devida ao fato de que os coletivos de GAS abriram uma causa legal pela violação dos direitos à “soberania alimentar” e “à alimentação”. A força simbólica das acusações promovidas contra a administração pública é evidente. Este fato se transformou rapidamente num evento fortemente simbólico de resistência por representar a primeira causa na Europa de violação dos citados direitos.

O coletivo econômico solidário empreendia um verdadeiro caminho de resistência baseado nos direitos de gestão do território por parte dos cidadãos e moradores locais e no direito de produzir alimentos nestes territórios com práticas de produção próprias. Numa nota pública e em várias intervenções veiculadas na mídia local e nacional o coletivo GASBri tem assim se pronunciado:

Hoje o projeto Spiga & Madia é gravemente ameaçado pela construção da enésima infraestrutura de discutível utilidade social, a Tangenziale Est Esterna Milano (TEEM): os campos principais, com grande dificuldade requalificados após a conversão em agricultura orgânica, se tornarão a junção do anel viário de ligação entre TEEM e a rodovia A4. A ardente evidência de conflito entre dois modelos alternativos de uso do solo tem estimulado os atores do projeto S&M a se tornarem parte ativa na oposição a devastadora obra de cementificação, apresentando uma instância por violação da “soberania alimentar” à Comissão Europeia. As despesas legais desta causa são sustentadas em autofinanciamento.

³⁹A administração pública da República Italiana é definida em princípios de subsidiariedade entre Estado Nacional, vinte regiões e Provincie (áreas administrativas referidas a uma cidade) e Comuni – as prefeituras. Brianza é uma área socioeconômica situada na Região da Lombardia, antigamente sob administração da província de Milão e hoje compartilhada com a nova província de Monza e Brianza.

⁴⁰Tangenziale è nome de uma rodovia marginal as grandes cidades.

⁴¹ Ver em: <https://www.legambiente.it/>

Na nossa entrevista com um dos protagonistas desta causa contra a administração pública, o elemento do conflito entre dois modelos de gestão do território foi esclarecido novamente. O coletivo de GAS se pensa não apenas em termos de produção alternativa ou alimentação alternativa, mas como coletivo político que efetiva pressão para a participação da sociedade civil, dos cidadãos, na gestão da coisa pública com a proposta de modelos diferenciados de bem estar, de economia e de política.

O modelo político italiano, assim como temos visto no brasileiro, tem conotações fortemente neoliberais calcadas essencialmente nas dinâmicas do mercado global. A gestão pública, neste sentido, é direcionada a projetos de cunho desenvolvimentista em todos os setores sociais e econômicos. Ao contrário do contexto brasileiro, porém, na Itália não encontramos as confluências de discurso vistas anteriormente, porque também não encontramos o discurso e a tentativa de redefinição da relação política entre Estado e sociedade civil, de forma incidente, fora alguns casos. As formas de democracia participativa, como os canais de diálogo efetivo com os movimentos sociais e de coconstrução de projetos públicos compartilhados que no Brasil tem tido consideráveis esforços de implementação – nem sempre sucedidos –, na Itália se encontram numa fase ainda mais incipiente. Quando os integrantes italianos da economia solidária se referem ao caso Brasileiro como exemplo e guia da própria ação esta dimensão de diálogo institucional aparece como o mais importante sinal de avanço no contexto.

No Brasil é outra coisa, eles têm um avanço no sentido de ter um diálogo estável com o governo. Eles realmente conseguiram montar todo um aparato político feito de projetos reais que são mesmo de economia solidária. Aqui, não temos isso. E depois essa coisa, quem é tutelado aqui é o direito de consumir, então por isso nós estamos organizados como consumidores, tem uma razão. No Brasil não é assim, mas eles têm todo um apoio do governo, aqui ainda estamos agindo sozinhos, tentamos ver se temos realmente uma força que quer incidir na *policy* (G. militante e representante da redinha GASBri. Entrevista N° 21, tradução livre da autora).

Neste sentido, os GAS, assim como no caso específico citado, tentam construir uma identidade política forte, com intuito ao diálogo e uma participação política mais incidente que possa também abrir as instituições a outros modelos societários. No momento, porém, este diálogo é apenas embrionário, tendo sido a resistência ativa exemplificada pela causa à Comissão Europeia e ao TAR por parte do GASBri, uma forma de mantimento e construção de um espaço político.

A causa, efetivada no ano de 2013, não teve sucesso. Mais uma vez observamos as forças hierárquicas das relações de poder em campo. Alguns detalhes e technicalidades jurídicas – como o fato dos proprietários das terras não terem convertido oficialmente nos

próprios documentos o tipo de uso da terra de grama e pasto para produção agrícola, – reduziram a força da contestação empreendida.

Apesar disto, a visibilidade alcançada, especialmente nos canais locais e internos da ES, tem colocado à luz o conflito existente entre modelos do coletivo da sociedade civil local e as administrações públicas. Duas diferentes cosmologias em jogo sobre o mesmo território foram remarcadas através de uma luta para pedir o direito dos cidadãos de participar das decisões sobre território, terra e alimentação. O coletivo de GAS abriu um importante espaço político de conflito/diálogo.

Outro contexto de luta política realizada pelo coletivo de GAS da ES local, e em parte melhor sucedida, é a mobilização em contestação aos contratos comerciais internacionais conhecidos como TTIP - *Transatlantic Trade and Investment Partnership*. Neste caso a conformação política da ação é desenvolvida dentro da rede mais ampla, no nível regional/nacional de ES. Foi possível seguir esta dinâmica e analisá-la, sobretudo através dos canais de comunicação virtuais da rede: a *mailing list* nacional de economia solidária italiana, canal de organização e diálogo de ações conjuntas entre as diferentes regiões.

O TTIP é um tratado de liberalização do comércio transatlântico que apresenta a intenção declarada de mudar os regulamentos e normas comerciais (as chamadas "barreiras não tarifárias") e reduzir os direitos aduaneiros entre a Europa e os Estados Unidos tornando o mercado mais líquido e penetrante entre as duas partes.

A preocupação ligada a este tratado, por parte dos participantes das diferentes experiências econômicas solidárias unidas na rede virtual, é representada pela não retificação pelos Estados Unidos de algumas convenções e empenhos internacionais e de matriz europeia, especialmente em matéria de direito do trabalho, direitos humanos e meio ambiente. Nas conversas com os nossos interlocutores se inseriria também neste contexto uma preocupação específica em matéria alimentar. As diferentes legislações entre as duas áreas sobre a proibição de certos produtos na criação de animais para produção de carne ou na agricultura seriam sobrepostas pelo Tratado, deixando em aberto de forma explícita questões sobre a saúde dos alimentos. Um exemplo central está na legislação permissiva de produtos OGM em território americano, sendo proibidos pela legislação europeia. A preocupação é que ambiguidade e impossibilidade de coerência entre normas do tratado e normas locais tragam por consequência, mais uma vez, a inviabilização da discussão sobre alimentação saudável em detrimento da discussão econômica de tipo neoliberal.

Essas motivações, repetidamente discutidas entre participantes dos GAS, criaram uma mobilização coletiva de adesão à campanha Stop TTIP⁴², organização nascida em 2014 e transversal aos países europeus e Estados Unidos e entre diferentes redes, territórios e movimentos sociais. Esta organização de protesto é constituída por petições, campanhas diversas e atos de protestos que culminaram na manifestação do dia 7 de maio de 2016 em várias cidades italianas e europeias sob o slogan “*As pessoas antes do lucro*”. O TTIP está em discussão e definição desde o ano de 2013 e a ação da sociedade civil parece ter atrasado e parado por certos períodos a negociação de forma importante.

O caso em questão tem a participação direta e organizada do definido movimento de economia solidária local. Uma grande quantidade de material informativo, notícias, encontros e ações têm sido produzidos de forma compartilhada pelos participantes sobre o TTIP e a campanha Stop TTIP.

Neste caso temos observado a experiência econômica solidária local se conectar, novamente, a outras realidades, às questões globais, transformando-se num movimento transversal a outras questões e coletivos da sociedade civil. A participação no Stop TTIP é outro caso de ação de resistência e participação política promovida pelo coletivo de ES.

Para além desses dois casos simbolicamente relevantes de conflito com duas instâncias de Estado mais amplas – o caso entre a região da Lombardia e comissão europeia no desenvolvimento de infraestrutura local, e a oposição à participação do Estado italiano em tratados internacionais em outro caso – precisamos afirmar que a ação política dos GAS da área da Brianza e de Milão se dá de forma relevante e continuada no nível do cotidiano.

O próprio núcleo dos GAS é um espaço primeiramente de debate político e que assim se manifesta em todas as ocasiões de encontro, reunião e convívio. A organização de ações e relações econômicas promovidas pelo coletivo de consumidores é consequência direta de uma série de discursos sobre participação política e cidadania ativa no que concerne à gestão do território, da terra e da alimentação em primeiro lugar, mas ampliando-se a uma série de assuntos políticos variados.

Essa dinâmica implica a proposta não apenas de existência autônoma das coproduções ou das cadeias curtas de produção, mas também a possibilidade de se transformar num novo modelo político de ação cidadã. Por isso a relação com o Estado precisa ser também de colaboração, no intuito de criar diálogos para o reconhecimento das

⁴² Para saber a respeito ver: <https://stop-ttip-italia.net/>

experiências econômicas solidárias locais. Pouco a pouco, esta relação está sendo construída, especialmente a partir da administração pública local, a prefeitura.

Nos anos 90 os Estatutos Comuns formaram também canais de participação direta dos cidadãos através, especificamente, da lei 142/90 de autônias locais que institui formas de participação, e da lei de transparência 241/90 que define atos de participação aos procedimentos administrativos por parte dos cidadãos. Desta forma, organizações da sociedade civil passam a poder participar das chamadas “*tavoli*” (mesas, em português) de discussão e decisão de matérias locais e dos observatórios, podendo propor iniciativas e pedidos. Estes espaços mínimos, porém importantes, de contato entre cidadãos e Estado têm sido oscilantes e, na realidade, pouco promovidos. Mas, certos coletivos mais sensíveis aos temas do bem comum, dentre eles integrantes dos GAS, têm participado dessas experiências.

Biolghini (2012) definiu os GAS italianos como “*academias democráticas*”, ou seja, como espaços de criação, treinamento e definição de uma identidade política cidadã transformadora. Através desta definição Biolghini indica também as três “pernas” da participação política, sendo elas:

- a- Autogestão em rede de agregações sociais;
- b- Construção de espaços públicos compostos por cidadãos autogeridos em diálogo com as instituições públicas;
- c- A transformação da esfera política decisória em coparticipação entre Estado e cidadãos.

Na descrição e análise feita pelo autor são feitas várias citações e referências ao contexto brasileiro. Além disso, percebemos nestas definições exatamente o que encontramos no campo empírico de ação dos GAS em suas próprias vidas cotidianas.

Assim, no caso analisado, a autogestão pode ser observada na construção de espaços políticos próprios, por partes dos consumidores em seus núcleos GAS. O diálogo com instituições públicas também vem sendo estabelecido e, neste caso, prevalentemente com o âmbito local, das prefeituras. Mas, é o terceiro item, o de criação de esferas de coparticipação que ainda se encontra incipiente.

Esse diálogo, no momento e local analisado, é estabelecido com algumas prefeituras mais abertas, sensíveis e predispostas à aplicação de canais de participação cidadã. Mas, sobretudo, é realizado através de uma rede que vai além da simples relação direta Estado/cidadão. É, portanto, na conformação em rede, de fato, com a participação de GAS, DESR, terceiro setor, incubadoras, universidades e entidades mediadoras que se criam as condições para um diálogo, também, com as prefeituras, e voltados à realização de ações.

No caso do Parque Agricolo Sud Milano, por exemplo, as prefeituras de Cormano, Cesano Boscone e Melegnano participam de um amplo projeto econômico solidário chamado *Genuinagente*. O projeto reúne diversas cadeias produtivas agroalimentares organizadas entre produtores e coletivos GAS na área agrícola Sul de Milão, abrangendo iniciativas de produção agrícola orgânica local, espaços próprios de venda e logística própria. *Genuinagente* é fruto de uma colaboração em rede entre uma grande quantidade de atores, tais como: produtores, GAS, DESR, associações, universidades, o Fórum Cooperazione e Tecnologia e também as três prefeituras citadas.

Desta forma, podemos perceber como a relação local de colaboração com a esfera do Estado tem expressão a partir de ações de redes amplas e multisetoriais, mais do que devido a uma relação exclusiva, e limitada a certos espaços políticos, entre administração pública e GAS enquanto protagonistas do movimento social, como, por exemplo, seria a relação estabelecida no caso de Recife.

Essa situação, claramente, se dá em virtude da inexistência de uma política institucional para economia solidária. Apesar disso, observamos e analisamos formas de colaboração entre instituições locais e movimento social, organizadas de forma diferentes devido às circunstâncias.

Assim, temos que, no caso italiano a economia solidária desenvolve um papel político fundamental e também instaura relações de conflito e colaboração entre movimento social e Estado. Ademais, como vimos, esta relação ocorre em diferentes espaços e dimensões políticas: na atuação cotidiana e local do GAS, nos recursos contra a TAR e a Comissão Europeia, na criação de projetos em rede, envolvendo as prefeituras locais, e até mesmo na inserção em lutas políticas internacionais, como no caso do TTIP. Observamos, portanto, como a atuação em espaços políticos plurais de diálogo e de conflitos faz da economia solidária local um ator político ativo em diferentes conotações.

6.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE POLÍTICA

Nesta pesquisa sob a ótica do conceito de novo movimento social temos conferido sentido ao objeto analisado, em dois contextos diferentes, e que se autoproclama como movimento de economia solidária. Neste capítulo em fase conclusiva analisamos este movimento em sua conotação política.

Observamos como a economia solidária não pertence completamente a nenhuma esfera social entre mercado, Estado e terceiro setor, e que ela estabelece relações e tensões entre colaboração e conflito com as três.

Assim como na análise econômica do capítulo antecedente, em ambos os contextos, aqui, estudados a relação com o Estado define a existência de dois formatos diferentes de movimentos sociais. Apesar disso, continuamos também observando elementos comuns de definição e conformação, que nos conduzem a entender a economia solidária como parte de um movimento glocal contra hegemônico. Como temos várias vezes remarcado, entendemos o local pela sua especificidade contextual e o global pela explosão de elementos ideológicos, culturais e práticos de ação comum.

Segundo este olhar, as ações políticas da economia solidária (enquanto movimento social) são baseadas preponderantemente sobre dinâmicas de conflito. O conflito é, pois, fundamental na dinâmica da coesão social e da conformação/reprodução/mudança das sociedades. A escola de Manchester e o seu expoente Gluckman, cuja perspectiva teórica nos inspira parcialmente, colocava o conflito como realidade dinâmica e processual das situações analisadas. Na *“Análise de uma situação social na Zululândia moderna”* o autor implementou uma metodologia analítica situacional através da qual observou papéis e comportamentos dos atores envolvidos – brancos, negros e chefes tribais - reconstruindo o tecido de relações políticas e sociais da sociedade Zulu. Neste estudo, mantivemos este mesmo sentido para olhar a arena política, sendo os atores em campo individualizados no contexto. Assim como na análise de Gluckman, temos observado a segmentação da arena política e as relações de poder inelutavelmente hierárquicas estabelecidas entre os representantes do Estado e do movimento social e temos visto também a ação de *stakeholders* nestes espaços. Estas relações produzem formas de colaboração e continuidade, promovendo a coesão social e certa aparência de consenso entre os sujeitos da sociedade civil em sua dimensão de movimento institucionalizado. Nos momentos de encontro – para discussão ou deliberação – entre o Estado e os empreendimentos econômicos solidários de Recife notamos certa coesão, consenso, mas, também, que o conflito se torna central, contribuindo para processos de mudança. Nas práticas acionadas frente aos programas governamentais e apenas aparentemente construídas em colaboração com a ES, estratégias, manipulações e formas de resistências são elaboradas mantendo as relações de poder dinâmicas e em tensão contínua. É na *“confluência perversa”* analisada, na qual se joga a relação de colaboração/conflito entre atores em campo, que se realiza, então, a estrutura política do movimento, entre institucionalização e resistência.

Da mesma forma, no caso italiano, onde os espaços estruturais de relação entre Estado e movimento não estão ainda fixados, notamos a mesma dinâmica de conflito. No nível de embate entre diferentes modos de pensar o território e o desenvolvimento expõem conflitos abertos, construídos em formas de agências simbolicamente poderosas contra as instâncias hegemônicas. Em outro nível, a construção de ações e projetos de ES está preenchida localmente com uma série de relações complexas e ativas entre diferentes atores em jogo – GAS, terceiro setor, universidade e prefeituras, cuja análise ultrapassa os espaços desta pesquisa, mas vem a ser um possível objeto de aprofundamento futuro. Resulta da análise a percepção de um campo de atores conspícuos e movidos por formas de agências que vão desde a colaboração e a manutenção da coesão social até aos conflitos muitas vezes geradores de processos de mudança social.

Nos dois casos a mudança social cobiçada pelas ações dos sujeitos do movimento social de ES voltou-se à dimensão da participação deliberativa, ou seja, da participação dos sujeitos nos processos de discussão e decisão no nível da política formal. Dentro de um contexto democrático, a explicitação do conflito permite que determinadas temáticas adentrem o espaço público. Desta forma, o movimento social influencia e é influenciado pelos contextos políticos nos quais estão inseridos. Mais do que isso, a economia solidária demanda a mudança do ambiente político em que está inserida, questionando a forma pela qual as decisões políticas são tomadas, contaminando o processo democrático.

Os atores da economia solidária, em ambos os casos, parecem manter como objetivo primário o direito de participarem de decisões políticas que os envolvem sem por isso entrarem efetivamente na esfera institucional e desaparecerem como movimento de resistência.

A análise do campo político observado não desconsidera a força do poder exercido pelas entidades estatais. É importante observar que a capacidade de adaptação e de apropriação de formas participativas pelo projeto hegemônico neoliberal é enorme. Mesmo com os avanços participativos em espaços semi-institucionais, o perigo de cooptação desta ideia pelo projeto hegemônico neoliberal é intrínseco e até visível nos casos estudados. Mas, o fato desses espaços de colaboração serem acompanhados por espaços de autogestão dos participantes do movimento complica um pouco a situação de pressão hegemônica. De fato, em Recife e em Milão, as duas modalidades de ação prosseguem paralelamente. Não apenas nos espaços internos de debate e conflito político, mas também e, sobretudo, através das ações econômicas realizadas, o movimento de economia solidária mantém também vivos

espaços políticos autônomos, cotidianos, separados da esfera do Estado. Constroem-se, desta forma, espaços políticos de ação e mudanças plurais, em contínua tensão e conformação.

Observamos desta forma um movimento social que, através do conflito, se constrói politicamente tanto na esfera institucional, quanto como ação independente na sociedade, mantendo as características de resistência contra-hegemônica almejada. Teremos um movimento político observável em sua dimensão institucional e em sua dimensão cotidiana.

Os conceitos de “*academia democrática*” (BIOLGHINI, 2012) e “*laboratórios de cidadania*” (MALIGHETTI, 2009) representam esta função central dos espaços econômicos solidários. A rede de empreendimentos de Recife e os GAS de Milão e Brianza são espaços de experimentação de alternativas sociais, tanto no campo econômico, quanto no campo político. Através das redes, das experiências econômicas, da socialização construída internamente promovem múltiplos canais de ação social e de mudança cultural, desenvolvendo papel ativo no campo social mais amplo.

A dimensão altermundista deste movimento, onde observada, agora de forma mais detida, explicita a comunhão de ideais, projetos, práticas e conquistas entre os dois contextos. O que nos leva, então, a responder a pergunta determinante deste trabalho: O movimento de economia solidária é um movimento contra-hegemônico glocal? Os resultados obtidos pela investigação realizada nos oferecem instigantes respostas e conclusões conforme aprofundadas no capítulo seguinte.

7 RESUMINDO OS RESULTADOS

Ao longo da análise desenvolvida nos capítulos deste trabalho de tese tentamos desconstruir dicotomias e enquadramentos teóricos sobre o objeto de estudo. Como indiquei, já, nas primeiras páginas do trabalho, certas definições sobre economia solidária foram me incomodando ao longo do tempo, por compreender que elas não representavam as experiências que eu estava observando, nem os sujeitos que conheci no transcorrer da pesquisa. Em poucas dessas análises encontramos de fato, a voz das pessoas que vivem estes processos como parte do cotidiano nas cidades e nas comunidades reais; foi o olhar antropológico que me permitiu encontrar instrumentos para poder ouvir e, espero, entender essas vozes também.

Quando fui pressionada pela exigência de responder, através de modelos estabelecidos, se a economia solidária é, definitivamente, um sistema econômico alternativo ao capitalismo ou não, um interlocutor da pesquisa respondeu a essa questão de uma forma tão esclarecedora e iluminada, que abriu para mim, uma nova perspectiva que orientou este texto: *“É a pergunta que está errada. O que importa é o fazemos e o que isso muda para as pessoas”*, parafraseando a resposta citada.

Encontrei na teoria dos novos movimentos sociais, dos movimentos contra-hegemônicos e das epistemologias do Sul meios para “re-olhar” o campo. Fui então me distanciando de definições prévias sobre modos de produção, de classe social, de formas capitalistas e pré-capitalistas, de dádiva e mercado e adentrando no mundo analítico dos pluralismos, das hibridizações, das fronteiras, da fragmentação, das incoerências e dos conflitos. E dentro desta aparente confusão e indefinição fui tentando interpretar e entender a economia solidária como cosmologia de coletivos na contemporaneidade.

A investigação contribuiu para aprofundar teórica e empiricamente as dimensões do movimento social de economia solidária na contemporaneidade como movimento de remoralização e ressocialização da economia no intercâmbio entre local e global. O trabalho de pesquisa nos permitiu compreender a economia solidária em três níveis analíticos correspondentes aos três capítulos: a construção de significados e identidade do coletivo; as relações econômicas entre dádiva e troca mercantil, troca material e simbólica; a dimensão política do conflito e da colaboração entre as partes.

Cada um desses capítulos analíticos trata de olhar para as experiências autodenominadas de economia solidária a partir de dentro, dos significados, discursos e

práticas êmicas, cotidianas, conforme expressaram os dados etnográficos da pesquisa. Em cada um, consideramos a natureza contextual e particular da experiência constituída. Simultaneamente adotamos uma perspectiva complementar que compreendesse transversalmente os dois contextos, de modo a observar e ressaltar aqueles significados e práticas que nos fazem pensar a ES solidária como uma experiência global.

Vamos resumir esses elementos para, em seguida, concluir esse trabalho com reflexões mais amplas, oferecendo uma análise que a partir das reflexões pontuais de evidências etnográficas permita em seguida generalizações científicas também.

Em primeiro lugar vimos que o movimento social de economia solidária apresenta uma estrutura de organização e composição em rede. Nos dois contextos de pesquisa as redes conectam diferentes atores de diferentes esferas da sociedade. Os setores da sociedade civil, caracterizados por produtores informais em Recife e consumidores em Brianza, estão conectados em intercâmbios contínuos com entidades do terceiro setor, do mundo acadêmico e das instituições governamentais. Estas redes, na concepção de Latour (2011), nos permitem observar o que constitui a categoria e o conceito de economia solidária hoje. Além da multiplicidade de símbolos, discursos, lógicas e modelos que cada um desses atores em rede traz consigo na construção da experiência e apesar de termos dado espaço para palavra aos que se definem como protagonistas, em suas cotidianidades e escolhas econômicas, considerar a ES como movimento social contemporâneo requer a contextualização da conjuntura social. O protagonismo da sociedade civil foi importante neste estudo para tentar conferir mais foco às atividades de resistência dos contextos locais em situações de forte pressão hegemônica econômica e política. Ou seja, apesar das complexas interações entre as partes, observamos certa centralidade nas ações promovidas pelas sociedades civis em ambos os casos. Produtores informais num caso e consumidores em outro conformam coletivos que animam as ações de ES, passando de práticas políticas do cotidiano a demandas diretas à esfera pública. Não obstante, esses atores estão imersos em redes de poder mais amplas, tendo que lidar com a pluralidade de lógicas, interesses e modelos e, então, agir nas dimensões do conflito/colaboração.

Para, além disso, a análise construída com o intuito de caracterizar este movimento como *novo movimento social* e global nos induz a olhar para a rede na sua dimensão transnacional. Ao superar as fronteiras dos Estados Nacionais e suas políticas, a rede de economia solidária consta de uma circulação de experiências, discursos, ideias, atores, livros, objetos num nível transnacional. Nesta tese, os circuitos empíricos multilocais da rede entre os dois contextos de pesquisa, não foram suficientemente enfatizados, apesar dos claros

sinais da existência destas interconexões globais nos discursos e práticas. A fundação do GASBri contou com a contribuição de Euclides Mance e os interlocutores italianos têm leituras de Singer, Mance e dos relatos de experiências dos bancos comunitários brasileiros. A mesma carta de intenções do *Tavolo* italiano de economia solidária foi inspirada no movimento brasileiro. A rede de empreendimento de Recife recebe financiamentos diretos dos núcleos de cooperação internacional dos sindicatos italianos. Além disso, há evidências nos dois casos de participação ativa de seus atores em outros movimentos altermundistas e ambos fazem parte do Fórum Social Mundial.

Esta rede interconectada, local e globalmente, por sociedade civil, terceiro setor e esfera pública e transversalmente por uma série de outros movimentos sociais, nos faz refletir sobre as dinâmicas dos novos movimentos contra-hegemônicos contemporâneos. Tentamos conferir profundidade empírica a esta dimensão, preenchendo os vazios de certas análises teóricas sobre os conceitos de sociedade civil cosmopolita, comunidade global, movimento contra-hegemônico e solidariedade global, conforme as análises feitas.

No terceiro capítulo foram aprofundados os discursos que fomentam as experiências econômicas solidárias nos dois lugares e vimos, na caracterização moral desses discursos, o traço transversal gerador de um movimento cultural. As práticas de ES e sua própria identidade nascem de uma ideologia com forte conotação crítica e moral no que diz respeito ao sistema dominante de mercado, denominado como sistema capitalista e neoliberal, julgado pelos coletivos como antiético, injusto, fomentador de desigualdade. Apesar dos *frames* de interpretação fortemente diferenciados pelas duas tipologias de sujeitos sociais envolvidos nos dois contextos, aparece na nossa análise núcleos de discursos extremamente similares como base de construção de um modelo ideal alternativo. Trabalho e consumo ético, coletivo, autogestão, respeito ambiental, igualdade e cooperação são alguns destes núcleos que temos encontrado em ambos os lugares.

No quarto capítulo salientamos a dimensão econômica das duas experiências. Através da teoria dos mercados plurais (ZELIZER, 2009) aprofundamos na possibilidade de uma análise econômica entrelaçada à vida social para poder observar as diferentes maneiras de fazer e viver economia; e vimos como isso se dá concretamente nas práticas econômicas do movimento. Concluimos que não apenas dentro de uma sociedade ampla convivem múltiplas formas econômicas, mas, mesmo dentro da economia solidária isso acontece. Nas duas redes, organizadas e construídas a partir de situações e dinâmicas diferenciadas, observamos formas de troca e reciprocidade simbólica e material sob o princípio da solidariedade, da dádiva e do bem comum, caracterizando as formas de dom; como também

as formas de troca mercantil, as racionalidades utilitaristas, a necessidade de viabilidade econômica e a relação com o sistema econômico capitalista. A economia solidária é uma experiência parcial e incompleta; ela é composta por uma pluralidade de métodos e lógicas, todas importantes e todas necessárias no processo de construção de uma forma de vida econômica própria (PAVANELLO, 2000).

Conforme notamos, nas sociedades contemporâneas, nas quais o sistema econômico hegemônico neoliberal incorporou as outras dimensões da vida social, estão se construindo um imaginário e uma linguagem voltados a valorizar formas de dádiva, de reciprocidade e de cultura local; os coletivos econômicos solidários conferem uma dimensão empírica a esta tendência.

A dicotomia dádiva/troca mercantil é assim de certa forma superada, através da continua observação empírica das tensões e relações dos espaços econômicos encontrados. Nesta linha, precisamos também considerar o posicionamento hierárquico dessas práticas num contexto econômico mais amplo. Elas, no nível do sistema econômico, parecem agir nos interstícios do modelo dominante e nas malhas híbridas por ele deixadas, não representando uma proposta de mudança sistêmica como temos visto na contestação da teoria da revolução das redes (MANCE, 2003). Precisamos, portanto, refletir sobre economia solidária num nível mais amplo, incluindo o cultural e político, para encontrarmos traços mais nítidos de sua dimensão profundamente transformadora.

Outro elemento marcante salientado na análise do quarto capítulo desta tese refere-se aos processos de socialização que as práticas econômicas da ES parecem fomentar de forma primária. As dinâmicas de dádiva e reciprocidade simbólica e material acontecem no coletivo criando fortes ligações entre os membros do grupo. A socialidade, representada pela participação no coletivo, é central em toda atividade de organização e ação da rede. O bem, o produto, neste contexto adquire uma dimensão relacional também. Em Recife na esfera da produção, em Milão/Brianza na esfera do consumo e da coprodução, temos formas de troca de bens materiais e simbólicos que contribuem para criar e estabelecer relações. O bem é um bem relacional, produzido, trocado e circulante num sistema de valores compartilhados, participando da manutenção e confirmação de um coletivo.

Nos dois contextos observa-se a construção de relações de confiança e socialidade voltadas a uma ideia de bem comum e solidário do coletivo. No mesmo capítulo, destacamos a importância da relação entre formal e informal e o papel que a tensão entre estes determina no processo social denominado economia solidária. Em Recife o informal representa a origem e caracterização da experiência econômica, mas em Milão também notamos uma

forte preponderância de formas de troca, de contratos e de relações socioeconômica informais. Por um lado, a valorização de formas de dádiva e reciprocidade econômica é voltada à formalização das experiências, com vista ao fortalecimento do modelo alternativo proposto através do reconhecimento político e social; mas, por outro lado, a informalidade parece ser uma dimensão fundamental para o bom funcionamento estratégico do processo que, graças a isso, consegue se adaptar em diferentes contextos e situações.

É de fato, nas práticas informais que se constituem canais de ação anti-hegemônicos, sendo esses espaços livres da rigidez das formas burocráticas e racionais das instituições formais, deixando ampla movimentação para as formas populares, cotidianas e próprias dos sujeitos de criação e recriação social.

Nessa tensão entre forma e não-forma é que se constitui o processo econômico solidário como movimento social, na relação de conflito/colaboração no sistema social, econômico e político maior.

A experimentação de formas de “outra economia” tem seu foco de desenvolvimento na construção de um imaginário coletivo sobre outras possíveis sociedades e economias, caracterizadas nestes casos específicos pelos processos de remoralização e ressocialização da economia.

Em ambos os contextos temos percebido como esses processos valorizam as dimensões populares da vida cultural, econômica e social reativando os conceitos de “tradição local” e proclamando a validade e eficiência de saberes não-técnicos. Esta dimensão encontrada tem relevância na perspectiva das epistemologias do Sul (SANTOS, 2010) fundada em seus quatros princípios: inconsistência das dicotomias entre ciências naturais e ciências sociais; a tematização da ciência, em vez de sua hiperespecialização; superação da separação entre sujeito/objeto; pluralidade das racionalidades do conhecimento contra a hegemonia modernista ocidental. Deste ponto de vista, as práticas e saberes relacionados nos casos de estudo desta pesquisa são referências empíricas desse processo. Tanto no artesanato recifense, quanto na agricultura e produção alimentar do norte da Itália a conexão de sujeitos e áreas de conhecimento em diferentes níveis tem trazido à tona a reflexão sobre os aspetos citados da ciência e do conhecimento. Nesta perspectiva, “tradicional” e “local” não são tomados com uma conotação conservadora, fechada e autorreferenciada, mas sim por propiciarem o nascimento e a valorização de novos caminhos que dão vida a hibridizações entre passado e futuro, local e global, técnico e popular, também na área do conhecimento e da epistemologia. Por isso consideramos a economia solidária como uma experiência empírica das emergências das epistemologias do Sul.

Finalmente, no Capítulo 5, o objeto de estudo foi abordado de um ponto de vista político em uma conotação ampla definida entre políticas do cotidiano ou “de rua” e políticas institucionais formais. Vimos como o movimento de economia solidária constrói uma ação política com base no conflito e na tensão com todas as outras esferas sociais, sem por isso implementar uma delas. O conflito interno entre diferentes pontos de vista da sociedade civil determina os ajustamentos identitários próprios; o conflito com o terceiro setor tem por objetivo a negociação de um espaço plural e próprio da sociedade civil e não de constituição de um espaço “terceiro” - entre Estado e mercado -, caracterizado por necessidades próprias de subsistência estranhas às da economia solidária; por fim, assinalamos o conflito com o Estado, em vários níveis, mas focando especificamente na luta por uma cidadania participativa.

Esta última apresenta canais de ação num nível tanto institucional quanto cotidiano, conferindo centralidade a complementariedade entre movimento institucionalizado e movimento de resistência na sociedade. Em outras palavras, a economia solidária é, no mesmo nível de importância, um movimento econômico/cultural e um movimento político, sendo a expressão do lado político visível empiricamente nos dois contextos da pesquisa. Portanto, declaramos a economia solidária um laboratório de cidadania (MALIGHETTI, 2011) e uma “academia” democrática (BIOLGHINI, 2013), que através de ações contínuas de construção discursiva e prática de novas configurações de poder que se estabelecem entre hegemonia e resistência, Estado e sociedade civil, conferem profundez empírica às formas de cidadania ativa.

Os níveis analíticos enfrentados, expressos através da constituição dos capítulos, são conclusivamente o dos significados culturais/morais, econômicos e políticos. As três áreas foram assim divididas para fins de compreensão científica, mas estão completamente entrelaçadas umas nas outras e nas vivências práticas econômicas solidárias, conferindo desta forma a totalidade do objeto de pesquisa. Não menos importante, estas categorias são também categorias nativas, reconhecidas pelos sujeitos abordados na pesquisa de campo como as três faces da economia solidária: identidade, mudança econômica e mudança política.

Através deste percurso analítico defendemos a conformação de um movimento de economia solidária glocal, como um movimento de transformação cultural, econômico e político em processo de construção de um espaço próprio na sociedade através de relações múltiplas e complexas entre dádiva, mercado e Estado.

7.1 CONCLUINDO...

ECONOMIA SOLIDÁRIA, UMA ECONOMIA MORAL (?)

Nas nossas sociedades contemporâneas observamos processos de separação entre economia e moral. Relegando a economia a um conjunto de regras entre o matemático e o estatístico, falar de moral na economia, hoje, assume uma conotação de crítica e oposição ao modelo dominante. A rede de economia solidária deixa clara esta intenção elegendo e ressignificando os valores morais sobre os quais a atividade econômica deveria estar baseada em contraposição aos contra-valores que o sistema capitalista oferece.

Uma economia moral indicaria, antes de tudo, que as pessoas são conectadas entre elas por regras culturais – e morais - que definem as categorias de pensamento e de ação. Os sujeitos são morais neste sentido, pois eles procuram princípios e valores para construir guias de avaliação dos fatos e dos comportamentos que são estabelecidos socialmente e codificados nas culturas locais.

Os economistas, por sua parte, reconhecem a influência da cultura sobre os comportamentos econômicos, mas os colocam numa dimensão de relatividade e especificidade, em contraposição a uma lógica e racionalidade que seriam universais. Neste sentido, independentemente da cultura a qual as pessoas pertencem, a lógica utilitarista e da racionalidade instrumental criam um padrão de comportamento universalizado (WILK, 2007).

Porque, então, temos que voltar a falar de economia moral?

Lechat (2009) traz um debate rico sobre as implicações de pensar economia solidária como uma proposta de economia moral, adentramos, aqui, brevemente no conceito para em seguida tentar contribuir nessa reflexão.

Não existe uma economia moral em si; a moralidade, embora subjetiva, faz parte da cultura e, como tal, depende do contexto sócio histórico. A moral é este modo costumeiro de agir pautado por normas e valores, fruto de transmissão e reinterpretação por cada grupo social em função de uma certa experiência de vida. Enquanto uma determinada sociedade não distinguir de maneira específica as atividades econômicas das outras, não existe a necessidade do conceito de economia moral (LECHAT, 2009, p. 134).

O conceito de economia moral, fundado por Thompson (2008) em 1971, ajudou o autor a entender as revoltas populares da Inglaterra do século XVIII. Era em nome de princípios morais, e não apenas guiadas por interesses racionais, que essas revoltas prosperavam. No ponto de vista do autor, a noção acrescentava a compreensão de certa forma

de vida econômica, centrada na ideia de ‘bem comum’ do coletivo popular, efeito de uma interpretação própria das camadas populares sobre as relações de poder e as novas dinâmicas econômicas em ascensão. Uma ‘política cultural’ de ‘consciência’ própria permitia também o desenvolvimento de ações de contínua pressão e resistência na relação de tensão entre as camadas. Economia moral, então, indicaria as normas e valores através dos quais a classe trabalhadora avaliava a economia de mercado em transição no contexto da época.

Thompson (2008) interpretava as revoltas como formas populares de resistência a dominação, negando a possibilidade de uma ascensão passiva das classes subalternas e, sobretudo, a ideia de que fossem apenas resultado de situações pontuais ditadas por situações biológicas e pela fome. As revoltas expressariam pelo contrário a ruptura do precário equilíbrio de forças entre a economia moral dos subalternos e as imposições das camadas no poder.

Analizando então possíveis formas de agências, Thompson (2008) demonstra a inconsistência das teorias econômicas clássicas que fundavam a ideia de uma economia de mercado autorregulada e de um viés comportamental dos indivíduos embasado unicamente em interesses racionais ontológicos. A intervenção dos sujeitos no contexto analisado não se sustentava na única compreensão de ser uma resposta pontual a um estímulo econômico (de interesse), mas indicava a centralidade de hábitos, valores e normas culturais e razão. Dinâmicas de reciprocidade social e uma moral coletiva desafiavam então a lógica do lucro que ia avançando. O consenso popular sobre práticas legítimas ou ilegítimas, fundado em cima de uma economia moral, colocava em xeque as dinâmicas econômicas específicas e, onde o julgamento resultava amoral, a indignação causava ações diretas e ocasionalmente violentas.

James Scott, em *The moral economy of peasants* (1976) e *The weapons of the weak* (1985) retoma o conceito de economia moral, ampliando-o como conjunto de instituições e obrigações embasadas em normas de reciprocidade e direitos de subsistência que caracterizam a economia camponesa do sudeste asiático. O sentido moral, neste caso, se constrói a partir da relação com as camadas do poder num contexto de rápida modernização com consequências importantes nas formas de subsistências locais. Mais que isso, num sistema de relações de poder onde uma luta de classe organizada e explícita resulta irrealizável é nas formas de resistências cotidianas, “as armas dos fracos”, que a luta moral tem seu lugar. Uma ‘outra moral’ econômica, ou outra racionalidade, contra as regras do mercado e a divisão em classes, assume então a forma de uma contínua pressão e luta social (SCOTT, 1985). Segundo este autor, o conceito de economia moral inclui justiça social,

direitos, deveres e relações recíprocas de um modo de vida camponês. Inclui a afirmação de direitos de acesso a terra e aos seus produtos voltados à sobrevivência contra os riscos provindos da razão de mercado e as inovações tecnológicas em campo agrícola. Neste sentido, o conceito aparece carregado de crítica ao reducionismo econômico das análises utilitaristas, que entendem o comportamento humano determinado pelo interesse individual e racional em contextos de escassez, desconsiderando todo elemento cultural e moral que, por sua vez, caracteriza a ação socioeconômica. Concomitantemente, o conceito indica o potencial de resistência, agência e conflito de poder nos contextos econômicos, mesmo a partir daqueles sujeitos coletivos considerados passivos e ‘fracos’ face às formas de poder hegemônico do sistema econômico e político.

A economia moral pode então ser concebida como instrumento de interpretação de culturas políticas e econômicas que permanecem nos interstícios institucionais do modelo hegemônico, não a partir de uma visão estrutural de subversão do sistema, mas sim dentro de espaços e lugares de vida onde ações contínuas de pressão, tensão e resistências acontecem internamente ao modelo. Deste ponto de vista a vida cultural, como parte dos âmbitos políticos e econômicos, volta a sua dimensão conflitante. A “hegemonia cultural” não consistiria num centro estrutural fixo onde os setores sociais, ou os movimentos sociais, agiriam com o objetivo de ‘adaptação’ ou ‘não adaptação’ ao modelo, mas como espaço social e institucional em cujos interstícios e limites flexíveis existem conflito, movimento e mudança. Assim as formas culturais agem nestes espaços causando movimentos de continuação/ruptura que determinam a reciprocidade entre hegemonia e contra-hegemonia, num processo contínuo.

De acordo com este aparato teórico, todo e qualquer sistema econômico, incluindo o da economia de mercado, se constrói com base em concepções morais e culturais sobre o que pode se reter como legítimo ou ilegítimo nas formas de produção e distribuição.

É no caso de uma confrontação entre uma hegemonia neoliberal e utilitarista e concepções morais – novas ou antigas – situacionais e contextuais de uma cultura entre global e local que se abrem novas formas de ação intersticial no mundo contemporâneo, entre as quais os movimentos alterglobais e a economia solidária. Portanto, a concepção de um modelo global de mercado ativado por leis universais e neutras e regulador da vida social não se aplica em contextos locais onde existem forças de resistência e resiliência.

Mas é exatamente nesta tendência hegemônica de universalização de um modelo econômico que se torna necessário voltar a falar de ‘economia moral’: algo que

anteriormente podia ser considerado como uma tautologia (LECHAT, 2009; SEN, 2010) hoje se torna proposta crítica e anti-hegemônica de olhar a vida econômica.

Amartya Sen (1992) também argumentou sobre a reaproximação dos conceitos econômicos e éticos.

O economista indica como a remoção de dispositivos econômicos-éticos dos dispositivos econômicos-engenherísticos são frequentes com a predominância da lógica neoliberal e do livre mercado, transformando o conceito de economia e de ciência econômica no que faz parte do imaginário global atual: um estudo dissociado de lógicas éticas ou até antiético (SEN, 1992).

Mas, no contexto atual de recentes processos de ordem mundial, marcado por concernentes crises de sistemas e movimentos sociais, é necessário reconciliar lógica ética e lógica econômica, para melhor compreender e interpretar o posicionamento real das correntes da vida socioeconômica. Portanto, de acordo com Sen (1992), o ideal do *'homo economicus'* precisa ser desconstruído a favor de uma mais profunda compreensão do comportamento econômico e social humano.

A economia moral representa assim *"um bom conceito para pensar"* (LECHAT, 2009) estes tipos de movimentos da contemporaneidade.

A economia solidária é definida como um novo movimento social acontecendo e em crescimento em nível global, mas com dimensão empírica local. Em todo lugar que ele existe como identidade coletiva, como nos casos aqui analisados, eles assumem performances diferentes, sendo as experiências e os princípios dependentes do contexto social. As economias solidárias especificam pertencimentos, mas podemos observar como a existência de elementos ideológicos comuns derivam de questões globais que provocam respostas globais, a partir do local. Nestes movimentos e deslocamentos é que o modelo hegemônico é continuamente reconformado ou confrontado a partir das culturas glocais.

Economia moral é utilizada no estudo não como representação de uma classe subalterna, como no caso da economia camponesa dos trabalhos de Scott e Thompson, mas como ação política coletiva ou *'cultura política'* de conflito e resistência onde contra valores de justiça, direito, respeito, solidariedade e economia são reconstruídos tanto a partir do local, quanto do global.

O espaço do conflito, os limites flexíveis da cultura hegemônica, os interstícios estruturais implicam também a complexidade das ações e das ideias em jogo, onde tem lugar uma coexistência conflitiva entre uma pluralidade de racionalidades. Modelos e lógicas que transitam entre econômico e moral, formal e informal, solidário e utilitário convivem nesta

pluralidade chamada economia solidária, que luta para a criação de um espaço social na sociedade contemporânea.

O ato de moralização da economia, que separa a economia solidária da economia informal, ou da economia capitalista, confere uma dimensão crítica, uma tentativa de oferecer modelos anti-hegemônicos alinhados a um discurso global sobre solidariedade coletiva. Neste sentido, a economia solidária tem uma forte conotação política, de mudança de paradigmas sociais e de transformação cultural.

A moralização da economia é o objetivo primário do coletivo estudado, e através do conceito de solidariedade reflete problemáticas e conflitos morais que se encontram na zona limítrofe entre localidade e globalidade. É neste espaço de fronteira, onde os inimigos são globais – o mercado e a política neoliberal – mas as consequências e as respostas são locais, que se constrói a experiência analisada. Trata-se também de sobreposições, associações, formações híbridas, crioulismos, ambivalências, de identidades múltiplas e flexíveis, bem como das normas práticas disso decorrentes e, por sua vez, das virtudes e comportamentos morais exigidos na relação com morais locais e culturalmente determinadas, na dimensão intra e intercultural.

Assim, se nos perguntarmos sobre a possibilidade de conceitualizar uma moral global não podemos nos referir a ela em termos de moral universal. Isso porque os processos de moralização que temos visto aqui apresentam uma focalização concreta para as diferenças dos específicos contextos.

Mas, a referência ao particularismo dos dois contextos pressupõe a inconsistência de um movimento de moralização global? Deslocando o olhar, novamente na tentativa de generalização das experiências analisadas, percebemos as similaridades entre os dois projetos econômicos, que temos nomeado de moralização da economia. Este processo tem o nome de solidariedade e seu traço de conformação fundamental está localizado no cruzamento desta específica experiência com um conjunto mais amplo de movimentos e discursos altermundistas.

A economia solidária representa, assim, uma ética global para a economia. E esta ética chamada de forma geral de *solidariedade* expressa uma série de eixos temáticos culturais que perpassam uma variedade de outros movimentos sociais e ações da sociedade civil, não apenas localmente, mas globalmente.

Nos dois contextos este amplo conceito de solidariedade parece tomar a forma concreta de:

- Respeito pelo trabalho, pelo trabalhador e pelo consumidor no âmbito econômico;

- Respeito pelo ambiente, pela terra, pela saúde humana e ambiental;
- Centralidade das relações sociais e corresponsabilidade entre cidadãos e comunidades locais e globais;
- Re-emergência das dimensões populares da vida econômica e social e dos saberes, tanto locais quanto globais.

Como essas formas de respeito e de corresponsabilidade são definidas concretamente, precisamos vê-las a partir dos respectivos contextos socioculturais, embora, tenhamos que essa ética, essa moralização da economia ecoa em discursos e percepções que superam as fronteiras do local, transformando-se em propostas globais de mudança social.

Estamos, portanto, falando de uma moral glocal contra-hegemônica.

No nível local, por exemplo, o respeito pelo trabalho e o trabalhador em Recife é relacionado à economia informal e ao artesanato local e em Brianza à agricultura e a alimentação, mas nos dois contextos estão se construindo formas de solidariedade e moralização nos campos citados contra um modelo econômico que não os representam moralmente.

Sobre o elemento do respeito ambiental, como outro exemplo, em Recife o vemos focado na produção através de técnicas de reciclagem e reaproveitamento contra a poluição dos espaços urbanos e, em Milão, na reconstrução de uma relação com a terra baseada numa produção agrícola orgânica; nos dois lugares se pensam alternativas a um modo de produção destrutivo e baseado na lógica da máxima exploração dos recursos naturais e da cultura consumista.

Em ambos os lugares se atua também em nome do fortalecimento ou reconstrução de relações sociais/econômicas que o modelo cultural dominante tem tentado reduzir ao espaço do indivíduo e do individualismo. Enquanto o processo de “dessocialização” provoca a consciência isolada do sujeito no mundo da vida sob a crescente pressão da expansão do sistema funcional pelo capital e poder racionalizante (HABERMAS, 1981), a ressocialização através de uma “solidariedade do mundo da vida” retorna na contemporaneidade sob forma de novas e inéditas experiências culturais coletivas, como as analisadas.

Portanto os processos de moralização da vida econômica que as experiências de ES analisadas trazem à tona na vida social das duas localidades se apresentam como processos de mudança social local e global, então, glocal.

A economia moral não é apenas uma categoria analítica da antropologia econômica voltada a uma análise das vidas econômicas que não desconsidera as imbricações com as

vidas culturais, num sentido antiutilitarista da análise. Economia moral no objeto de estudo, aqui, considerado é também uma categoria política que aciona processos sociais de mudança contra-hegemônica nos coletivos estudados. É um movimento que surge da ação e discussão de diferentes atores sociais, de diferentes classes sociais e esferas da sociedade provocando mudanças de paradigmas nos modelos de pensar e imaginar a vida cultural, social, política e econômica.

A economia moral é um conceito bom para pensar (LECHAT, 2001) e para agir.

7.2 CONCLUINDO...

COMUNIDADES GLOBAIS CONTRA-HEGEMÔNICAS?

Os processos de globalização das sociedades contemporâneas estão causando uma emersão de fragmentação social e cultural, particularmente, devida aos fluxos dominantes centrados nas regras do mercado global e da ética do individualismo social, além de elementos de liquidez e transitoriedade (BAUMAN, 2005). Neste contexto, a reflexão sobre a identidade dos indivíduos assume também características precárias, como elemento fragmentado, separado do lugar e inserido em múltiplos fluxos e imaginários (CASTELLS, 2000; GIDDENS, 2002). Podemos na sociedade contemporânea falar de comunidade como unidade social, de construção de laços culturais e identidade?

Uma ampla reflexão epistemológica está propondo respostas a essa pergunta. No nosso caso de estudo, o movimento de economia solidária, temos encontrado elementos que contribuem de alguma forma para esta redefinição, abrindo cenários reflexivos importantes para o entendimento do mundo atual. A experiência dos novos movimentos sociais nos leva a observar efetivamente a existência de dinâmicas em fluxos contrários à homogeneização e a fragmentação cultural situadas no nível local, configuradas em novos formatos de redes. O movimento social de economia solidária se afirma enquanto uma experiência contra-fluxo da sociedade contemporânea. Nele encontramos elementos que nos autorizam a pensar em comunidade, mas com diferentes configurações e conotações.

Entre outras coisas, o recorte do objeto de estudo desta tese tem considerado prevalentemente dois contextos urbanos, o de Recife e o de Milão/Brianza. A cidade, nos estudos da contemporaneidade e pós-modernidade, é o espaço que mais tem representado a fragmentação e o desenraizamento social dos indivíduos. Por este motivo, um interesse primário do estudo foi pautado em entender o movimento social a partir do espaço-cidade

contemporâneo. No tempo da crise conclamada da forma-metrópole e do movimento econômico pós-industrial, a cidade é o lugar do capitalismo avançado e da expressão do individualismo social. Mas esta situação se depara também com uma constelação de novas/antigas lógicas das quais emergem novas formas de socialização e de cultura coletiva, para além de novas experimentações e dinâmicas socioeconômicas. Esses micro processos em constituição nas cidades são bem representados nos casos da economia solidária deste estudo.

Poderiam, então, representar redefinições do sentido de comunidade na sociedade contemporânea?

Voltar a falar de comunidade no mundo contemporâneo, assim como temos visto no conceito de economia moral, aparece como uma crítica ao modelo de sociedade utilitarista, cuja centralidade era colocada no indivíduo e em sua racionalidade. De certa forma, o conceito de comunidade nos permite contrapor as dinâmicas modernas fragmentadas, valorizando aqueles processos sociais que retomam ações coletivas e morais ou solidárias como motor de construção da socialidade.

Ao conceito de comunidade foram atribuídos valores que representam certa vida ou moral “tradicional”. Nesse sentido, Bauman (2002) tem alertado sobre os riscos de idealização do termo comunidade. Uma bucólica e romântica ideia de um espaço social de solidariedade, paz e harmonia, face aos perigos da sociedade global, representaria no imaginário social a salvação da sociedade humana. Desta forma, diferentes “estudos de comunidade” têm também se caracterizado por um entendimento, por exemplo, das comunidades pobres urbanas da América Latina, como espaços sociais solidários e como unidades geográficas e identitárias compactas, de coesão social, face a fragmentação urbana. Esta percepção, da qual admito, afetou também meu caminho de estudos, não foi correspondida no estudo da economia solidária.

A economia solidária representa, sim, um processo de construção identitária e de criação de socialidade no contexto urbano, mas tem uma configuração preponderantemente desterritorializada e diferenciada de antigas formulações de comunidade, como por exemplo, a constituição em laços familiares e de vizinhança. Além disso, o coletivo econômico solidário mesmo caracterizando-se por uma identidade forte, se constitui em processos de conflitos contínuos. Como movimento social econômico, de fato, a economia solidária reúne sujeitos acomodados por tipos de produções ou consumo econômicos, em primeiro lugar. Em segundo lugar o sentimento de pertencimento ao coletivo se constrói com base no ideal e objetivo comum. Em Recife, apesar de existirem núcleos em comunidades urbanas ou

bairros, a economia solidária cria a conformação do coletivo próprio sob a forma de rede extraterritorial. Ou seja, pessoas de diferentes bairros e lugares se encontram e estreitam laços de colaboração e convivência em espaços diferentes do de moradia, vizinhança ou família.

O forte sentimento de pertencimento e de identidade de economia solidária em Recife nos permite considerá-la como comunidade, mas uma *comunidade em rede*.

O mesmo processo acontece com os Grupos de Compras Solidária na Itália. O grupo em si, como vimos, é caracterizado pelo pertencimento a um coletivo unido, solidário internamente e colaborativo, apesar dos processos conflitivos constitutivos. Ele tem por objetivo, além dos econômicos, a reconstrução de laços sociais locais, mas o fator primário de união consiste na partilha do projeto comum de mudança social.

Abandonamos assim na contemporaneidade a definição clássica de comunidade, como a dada por Tonnies (1995) através do conceito de *gemeinschaft*, em que é compreendida como grupo social demarcado espacialmente, caracterizado por um alto grau de integração, coesão ou até mesmo homogeneização social de costumes, hábitos e tradições. Entramos assim nas possibilidades de definições de comunidade pós-moderna, adquirindo, a comunidade, outras dimensões.

Benedict Anderson (2005) é o autor que mais permitiu uma abertura na reflexão sobre comunidade na modernidade. A sua definição do sentimento nacionalista e do modelo da nação como uma *comunidade política imaginada*, traz diferentes elementos que podemos retomar na nossa discussão final. A comunidade imaginada é aquele coletivo, determinado por pertencimento comum, onde os membros não se conhecem diretamente e não estreitam relações sociais entre si. Mesmo mantendo um fator territorial - o da nação - essa definição, já, não se enquadra numa perspectiva pré-moderna, tradicionalista e de coesão efetiva.

Adicionando a esta dimensão outro fator, oferecido por Castells (2000; 2002), sobre o desenvolvimento acelerado da tecnologia e então da chegada da rede virtual, pensamos hoje em comunidades não apenas imaginadas, ou seja, baseadas no modelo pensado e não vivido, mas também em comunidades virtuais, permitidas pelas tecnologias da internet que tiveram enormes impactos nas dimensões do espaço e do tempo, partes das sociedades contemporâneas.

Na concepção de comunidade cujo movimento de economia solidária nos leva a refletir, teremos elementos de um e de outro.

A economia solidária, enquanto rede extraterritorial local e global com forte sentimento de pertencimento é constituída por vivências tanto cotidianas, quanto por

elementos imaginados. Tanto em Recife como em Milão a rede local se desenvolve com base em processos de socialização e estreitamento de laços sociais concretos, baseados numa vivência próxima e diária, como temos visto. Ao mesmo tempo a configuração em rede faz com que as fronteiras da dimensão local não estejam fechadas e definidas. A rede sai do contexto local para o contexto extra-local, alcançando tanto uma dimensão nacional (italiana e brasileira), quanto uma dimensão global. Neste nível de observação as relações sociais não se dão de forma um-todos, mas mesmo assim, temos conexões em todos os níveis. Por exemplo, na rede de Recife estudada, há um núcleo de sujeitos que compartilham a experiência econômica solidária no dia a dia, e o mesmo acontece no interior do Estado, por exemplo, na experiência de Lagoa de Itaenga. Essas duas realidades são conectadas por alguns sujeitos que mantêm relações entre si, sendo observada a mesma interconexão entre sujeitos de Pernambuco e o Sul do Brasil. Já o sentido nacional da comunidade se desenvolve, por exemplo, através do Fórum Nacional de Economia Solidária. Nas preparações das plenárias estaduais, regionais e nacionais, já foram realizadas reuniões e encontros em teleconferência, com participantes de diferentes lugares, para discutirem a identidade de uma economia solidária. O Fórum Nacional se desenvolve também com encontros presenciais. No mesmo sentido, essas conexões existem transnacionalmente, através da comunicação virtual, mas não apenas, através de viagens e relações pessoais entre sujeitos. Como podemos ver, a rede possibilita a imaginação e a concretização de uma comunidade que sai da dimensão territorial, ao mesmo tempo mantendo-a.

Para melhor esclarecer, o núcleo duro do pertencimento do coletivo é desenvolvido localmente, em pequenos grupos, mas ele continua fora do espaço do local. Quanto mais se sai do lugar, quanto mais a rede se amplia e quanto mais as relações são esporádicas, mais esse contato multiforme e complexo em rede determina também o imaginário de uma comunidade global.

Não é possível afirmar que os empreendedores econômicos solidários de Recife se sintam parte da experiência italiana da mesma forma que eles constroem o sentimento comum com a experiência local e vice-versa. Na realidade, são experiências bastante distantes no que diz respeito aos modelos mentais dos dois lugares. Apesar disso, existem conexões entre os lugares tanto sob a forma de relações pessoais entre sujeitos, ou entre entidades, quanto no ambiente virtual, através da participação em espaços de discussão em rede.

No nível analítico que estamos enfrentando, concluo, a partir dessas reflexões, que não teremos como definir uma *comunidade global* de economia solidária, mas, sim,

comunidades glocais de economia solidária através da rede. O uso no plural tem a intenção de indicar a natureza multiforme e multicanalizada deste tipo de comunidade, sendo sua configuração em rede construída a partir de complexas e variadas conexões e canais virtuais e pessoais, locais e transnacionais, mas que em seu sentido mais amplo determinam o pertencimento a uma experiência, a um modelo imaginado, a uma utopia global.

Essas comunidades configuradas globalmente são parte de uma era de transição na contemporaneidade e uma entre os múltiplos processos que a globalização está determinando.

No intuito de conclusão deste trabalho, então, entendemos a economia solidária como um movimento econômico, político e cultural localizado em seus núcleos duros de funcionamento, mas com ramificações extraterritoriais e globais.

A economia solidária é uma entre outras experiências ou movimentos sociais que apresentam configurações similares. Assim, ao mesmo tempo em que temos, então, uma globalização hegemônica, com seus centros e mecanismos culturais dominantes, observamos também na contemporaneidade uma globalização contra-hegemônica, representada empiricamente por comunidades globais críticas ao modelo dominante, diferenciadas localmente, mas unidas em discursos e ativações de processos comuns.

A remoralização das relações e a ressocialização dos sujeitos e culturas com o ambiente e os territórios, através de experiências socioeconômicas, caracteriza esta particular experiência que constrói utopias reais, comunidades imaginadas e virtuais, num complexo sistema crítico anti-hegemônico.

A função cultural e política de um coletivo glocal de economia solidária desenvolve assim seu pleno sentido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSON, Benedict. **Comunità immaginate**, Roma, manifestolibri, 2009.
- ANDERSON, Perry. O fim da história - de Hegel a Fukuyama. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992.
- APPADURAI, Arjun. **A vida social das coisas**. As mercadorias sob uma perspectiva cultural. Rio de Janeiro: Eduff, 2008.
- APPADURAI, Arjun. **Dimensões Culturais da Globalização** – A modernidade sem peias. Lisboa: Editorial Teorema, 2004.
- APPADURAI, Arjun. Disjuncture and difference in the global culture economy. **Theory, Culture, and Society**, V. 7(2-3), P. 295-310, 1990.
- APPADURAI, Arjun. **Modernity at large**: cultural dimensions of globalization. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1996.
- ARAÚJO, G., Aspectos sociais do cotidiano das feiras livres: um estudo etnográfico em território português e em solo brasileiro. Maringá Management: **Revista de Ciências Empresariais**, v. 9, n.2, - p. 49-64, jul./dez. 2012.
- ARRUTI, José Maurício. **Mocambo**: antropologia e história do processo de formação quilombola. Bauru, SP: EDUSC, 2006.
- ARRUTI, José Mauricio; MONTERO, Paula; POMPA, Cristina. Para uma antropologia do político. In: LAVALLE Adrian Gurza (ORG.) **Horizonte da política** – agendas de pesquisa e questões emergentes. São Paulo: Ed. UNESP. 2011.
- AUGÉ, Marc. **Não lugares: introdução a uma antropologia da sobremodernidade**. Lisboa, 90 Graus, 2005.
- BAGLIONI, Lorenzo G. **Capire le disuguaglianze attraverso la cittadinanza**. Firenze: Università di Firenze wordpress, 2008.
- BARNES, John A. Redes sociais e processo político. In: FELDMANBIANCO, Bela (Org.). **Antropologia das Sociedades Contemporâneas**. São Paulo, Global, 1987.
- BAUDRILLARD, J., **Sociedade de consumo**, Lisboa: Edições 70, 2008.
- BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.
- BAUMAN, Zygmunt. **Liquid Modernity** trad. it.: Modernità liquida, Roma-Bari: Ed. Laterza, 2000.
- BERTOLOTTO, C. Patrimonio immateriale e autenticità: una relazione indissolubile. **La ricerca folklorica**. 2001, V. 74, p. 7-17.
- BIOLGHINI, Davide, **Una rete di ricerche/ricercatori ‘immersi’ nelle pratiche ecosol**, Forum Cooperazione e Tecnologia e Area Ricerca e Formazione del Tavolo RES Italia, 2013.

BIOLGHINI, Davide. Che cosa sono i Distretti di economia Solidale, in Tavolo Res (a cura) **Un'economia nuova**, dai Gas alla zeta, Milano: Altreconomia, 2013.

BIOLGHINI, Davide. **Il popolo dell'economia solidale**. Alla ricerca di un'altra economia, Bologna: Emi, 2007.

BIOLGHINI, Davide. Le tre gambe della partecipazione dei cittadini alla cosa pubblica, in Calandra L. (Org), **Territorio e democrazia**. Un laboratorio di geografia sociale nel dopo sisma aquilano, L'Aquila: Edizioni L'Una, 2012.

BLUMER, H., Symbolic interpretation and the idea of social system, **Revue Internationale de Sociologie**, V. 11. P. 3-12. 1975.

BOAS, Franz. **L'organizzazione sociale e le società segrete degli indiani Kwakiutl**. Roma: CISU, 2001.

BONANNO, Alessandro. CONSTANCE, H. Douglas. **Stories of Globalization: Transnational Corporations, Resistance, and the State**. Houston: Penn State Press, 2008.

BONANNO, Alessandro; CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa. Globalization and the Time-Space reorganization: Capital Mobility in Agriculture and Food in **the Americas**. Bingley, UK: Emerald Group Publishing Limited, 2011.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **Per una teoria della pratica. Con tre studi di etnologia cabila**, Milano, Raffaello Cortina, 2003.

BRINGEL, Breno. Movimentos sociais e política - releituras contemporâneas. In **Cadernos CRH** vol.21 no.54 Salvador Sept./Dec. 2008.

CAILLÉ, A., **Critique de la raison utilitaire**: Manifeste du MAUSS. Paris: Editions la Découverte/MAUSS. 1989.

CAILLÉ, A., Sur les concepts d'économie en général et d'économie solidaire en particulier, **Revue du MAUSS**, Paris, n°21, 2003.

CAILLÉ, Alain, **Anthropologie du don**. Le tiers paradigme, Paris, Desclée de Brouwer. 2000.

CANCLINI, Néstor García. **A globalização imaginada**. São Paulo: Iluminuras, 2003.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CASTRIGNANO', Marco. Cittadino consumatore o consumatore cittadino?, in NUVOLATI, Giampaolo; PISELLI, Fortunata (Orgs). **La città: bisogni, desideri, diritti. La città diffusa: stili di vita e popolazioni metropolitane**. Milano: Franco Angeli, 2009.

CAVALCANTI, J. Salete B. Globalização e ruralidade. In:_____. WANDERLEY, .Maria de Nazareth Baudel. (Org.). **Globalização e desenvolvimento sustentável: dinâmicas sociais rurais no nordeste brasileiro**. São Paulo: Polis, 2004. p. 17-32.

CAVALCANTI, J. Salete B., BONANNO, Alessandro, Globalization, Food Quality and Labor: The Case of Grape Production in North-Eastern Brazil, **International Journal of Sociology of Agriculture and Food**, Volume 19, p. 37-55, 2005.

CAVALCANTI, J. Salete B.. **Globalização, Trabalho, Meio Ambiente**. 1. ed. Recife: Cidade Universitária, 1999. v. 1.

CAVALCANTI, J. Salete B.; NEIMAN, G. . **Acerca de la globalización en la agricultura**. Territorios, empresas y desarrollo local en America Latina. Buenos Aires: Ediciones Ciccus, 2005.

CAVALCANTI, J. Salete B.; WANDERLEY, Maria de Nazareth B.; NIEDERLE, Paulo André. (Orgs). **Participação, território e cidadania**: um olhar sobre a política de desenvolvimento territorial no Brasil. Recife: Editora UFPE/Mini, 2014.

CAVALCANTI, J.Salete B., New challenges for the players in global agriculture and food. **International Journal of Sociology of Agriculture and Food**, 1997.

CLIFFORD, James. **A Experiência Etnográfica**: antropologia e literatura no século XX. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ, 1998.

DAGNINO, Evelina. ¿Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?, In: MATO, Daniel (coord.), **Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización**. P.95-110, Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004.

DAGNINO, Evelina. Citizenship in Latin America: An Introduction, **Latin American Perspectives** **Citizenship in Latin America**. V. 30, N. 2. p. 3-17, 2003.

DAGNINO, Evelina. Civil society in Latin America: Participatory citizens or service providers? In: Heidi Mosknes; Mia Melin. (Org.). Power to the People? (Con-)Tested Civil Society in Search of Democracy. Uppsala, Suécia: Uppsala Centre for Sustainable Development, 2010, v. , p. 23-40.

DAGNINO, Evelina. **Meanings of Citizenship in Latin America**, IDS Working Paper 258, Brighton: Institute of Development Studies, 2005.

DE OLIVEIRA, Joao Pacheco. Pluralizando tradições etnográficas: Sobre um certo mal-estar na Antropologia. In: **Cadernos do LEME**, Campina Grande, vol. 1, nº 1, p. 2 – 27. jan./jun. 2009.

DE OLIVEIRA, SILVA S. **Pegando feira: trocas, reciprocidade e mercado no feirão colonial em Santa Maria**, RS. Dissertação de mestrado, UFSM, Santa Maria, RS, Brasil 2015.

DE SARDAN, J.P.Olivier, **Antropologia e sviluppo**, Milano: Raffaello Cortina Editore, 2008.

DEFOURNY, Monzón, J. L. **Économie sociale**: the third setor: entre économie capitaliste et économie publique. Bruxelles: De Boeck, 1992.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. **A Thousand Plateaus: Capitalism and Schizophrenia**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1987.

DELLA PORTA, Donatella; DIANI, Mario. **Social movements**: An Introduction. Malden, MA: Blackwell Publishing, 2006.

DESCOLA, Philippe, **Oltre natura e cultura**, Firenze: Seid, 2014.

DIOGENES, Gloria. **Cartografia da Cultura e da Violencia**. Sao Paulo: Ann Blume, 1998.

DOURADO, Ivan P. **Economias solidárias: três níveis de representação e múltiplos sentidos**. Dissertação, Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. 2010.

DURKHEIM, Émile. A divisão do Trabalho Social, 1893 - Martins Fontes, 2012.

ESCOBAR, Arturo; ALVAREZ, Sonia; DAGNINO, E. (Orgs.). **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras**, Editora UMFG, 2000.

FEATHERSTONE, Mike. **Global Culture: Nationalism, Globalization and Modernity**. London: SAGE, 1990.

FIALHO, Vânia R. et AL. Espaços compartilhados e práticas vividas: cartografia social e espaços de mobilização do bairro de Santo Amaro – Recife/PE. **Revista Iluinuras**. v. 16, n. 37, 2015.

FORNO, Francesca, **I Gas ‘palestre di democrazia’**, Convegno Nazionale GAS e DES: territori in movimento, Osnago, Giugno 2010 (www.retegas.org).

FORNO, Francesca. GRASSEN, Cristina. BIOLGHINI, Davide. (Org.) **Un’economia nuova: dai GAS alla Zeta**, a cura di Tavolo per la Rete italiana di Economia Solidale. Milano: Altraeconomia Edizioni, 2013.

FORNO, Francesca. GRASSEN, Cristina. SIGNORI, Silvana. **Rapporto di Ricerca GAS**, Istituto CORES, 2013.

FORNO, Francesca; GRAZIANO, Paolo. **Il consumo critico**. Bologna:Ed. Il Mulino, 2016.

FRANÇA FILHO, Genauto C. Terceiro Setor, Economia Social, Economia Solidária e Economia Popular: traçando fronteiras conceituais. In: **Bahia Análises & Dados**, Salvador, SEI V.12 N.1, p.9-19. Junho 2002.

FRANÇA FILHO, Genauto C.; A problemática da economia solidária: um novo modo de gestão pública? In: **Cadernos Ebape BR**. V. 2. Nº 1. P. 1-18 Março 2004.

FRANÇA FILHO, Genauto C.; LAVILLE, Jean-Louis. **A economia solidária: uma abordagem internacional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

FRANÇA FILHO, Genauto C.; LAVILLE, Jean-Louis; (ORG) **Ação Pública e Economia Solidária. Uma perspectiva Internacional**. Salvador e Porto Alegre: Edufba, UFRGS Editora, 2006.

GAIGER, Luiz Inácio G. A economia solidária diante do modo de produção capitalista. **Caderno CRH**, Salvador, n. 39, p. 181-211, jul./dez. 2003.

GAIGER, Luiz Inácio G. A Solidariedade como alternativa econômica para os pobres. **Contexto e Educação**, Ijuí: V. 13, N. 50, p. 47-71, 1998.

GAIGER, Luiz Inácio. Conhecer globalmente: um desafio inadiável dos estudos sobre a Economia Solidária. **Otra Economía**, 8(14):99-111, enero-junio 2014.

GAIGER, Luiz Inácio. Empreendimentos Econômicos Solidários. In: CATTANI, Antônio David (Org.). **A Outra Economia**. Porto Alegre: Veraz, p. 135-143. 2003b.

GAIGER, Luiz. **Sentidos e Experiências da Economia Solidária no Brasil**. Porto Alegre, Ed. UFRGS, Coleção Sociedade e Solidariedade. 2004.

GARGIULO, Enrico. **L’inclusione esclusiva**. Sociologia della cittadinanza sociale. Milano: Franco Angeli ed. 2008.

GEERTZ, Clifford. **Interpretazioni di culture**, 1º ed. 1973, Bologna: Il Mulino Ed., 1987.

GEERTZ, Clifford. **Mondo globale, mondi locali**. Cultura e politica alla fine del XX secolo. Bologna: Il Mulino, 1999.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 2002.

GIDDENS, **Il mondo che cambia**. Come la Globalizzazione ridisegna la nostra vita, Il Mulino, Bologna, 2000.

GODBOUT, Jacques T. Introdução a dadiwa. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. V. 13 N. 38 São Paulo Oct. 1998.

GODBOUT, Jacques T.; CAILLE', Alain. Le don existe-t-il (encore) ?, **Revue du MAUSS**, Nr. 11, S. 1-33. 1991.

GODBOUT, Jacques. **Lo spirito del dono**. Roma: Bollati Boringhieri, 2002.

GODELIER, Maurice. **O Enigma do Dom**. Tradução: Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GOHN, Maria da Gloria. Desafios dos movimentos sociais hoje no Brasil. In: Revista **SER social**, Brasília, v.15, n. 33, p. 261-384, jul. / dez. 2013.

GOHN, Maria da Gloria. **Teorias dos Movimentos Sociais**. São Paulo: Loyola, 2007.

GOLDMAN, Marcio. Introdução: Políticas e Subjetividades nos 'Novos Movimentos Culturais'. In **Revista de Antropologia Ilha**. Florianópolis: V.9 N. 1,2. 2007.

GRASSEN, C. Seeds of Trust. Italy's Gruppi di Acquisto Solidale (Solidarity Purchase Groups), in BURKE, B.J.; SCHEAR B.W., **Journal of Political Ecology** V. 21. p. 127-221, 2014.

GRASSEN, Cristina. Seeds of Trust: Italy's Gruppi di Acquisto Solidale (Solidarity Purchase Groups). In: BURKE, B.J. SHEAR B.W. **Journal of Political Ecology** V. 2. P. 127-221, 2014.

GREGORY, Chris A. **Gifts and commodities**. London: Academic Press, 1982.

GRITTI, Elisa. **Laboratori di nuove forme di cittadinanza**. Il caso della rete di economia solidale di Recife. Milano, 2012. Tesi Magistrale. Programma Magistrale in Scienze Antropologiche ed Etnologiche. Dipartimento di Scienze Umane per la Formazione. Università degli Studi di Milano-Bicocca, 2012.

GUBER, Rosana. **El salvaje metropolitano**. Reconstrucción del conocimiento social en el trabajo de campo. Buenos Aires: Paidós, 2004.

HABERMAS, Jurgen. **Teoria dell'agire comunicativo**. Vol.2 . Bologna: Il mulino. 1997.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HANNERZ, Ulf. Fluxos, fronteiras, híbridos: palavras-chave da Antropologia trans-nacional. **Mana**, V. 3 N. 1, p. 7-39. 1997.

HANNERZ, Ulf. Os limites de nosso auto-retrato. Antropologia urbana e globalização. Entrevista In: **Mana**, V. 5 N. 1, p.149-155, 1999.

HARVEY, David. **Rebel Cities: From the right to the city to the urban revolution**. London: Verso, 2012

HELD, David. **Modelli di democrazia**. Bologna: Il Mulino, 1997.

INGOLD, Tim. **Ecologia della cultura**. Roma: Meltemi, 2004.

KIELY, Ray. **The clash of globalizations: Neoliberalism, the Third Way and Anti-Globalization**. Boston: Brill, 2005.

LATOUR, Bruno. Networks, Societies, Spheres – Reflections of an Actor-Network Theorist] – Keynote Lecture, Annenberg School of Design, Seminar on Network Theories, the **International Journal of Communication special issue** edited by Manuel Castells Vol 5, 2011, pp. 796-810.

LAVILLE, Jean-Louis. A economia solidaria. Um movimento internacional. **Revista crítica de ciências sociais**. Coimbra: V. 84. P. 7-47. Março, 2009.

LAVILLE, Jean-Louis. Con Mauss e Polanyi: Rumo a uma teoria da economia plural, in NUNES Brasilmar Ferreira & MARTINS Paulo Henrique (eds.), **A nova ordem social: Perspectivas da solidariedade contemporânea**, Brasília: Paralelo 15, pp. 42-57, 2004.

LE BRETON, D., **La Saveur du monde**. Une anthropologie des sens, Éditions Métailié, 2006.

LE BRETON, David. **La Saveur du monde**. Une anthropologie des sens. Paris: Éditions Métailié, 2006.

LEBOUTTE, Paulo. **Economia popular solidária e políticas públicas: a experiência pioneira do Rio Grande do Sul**. Rio de Janeiro: ITCP/COPPE, 2003.

LECHAT., Noelle M.P., Economia Moral. In: CATTANI, Antonio David ET AL. **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Coimbra: Almedina Ed. 2009.

LECHAT., Noelle M.P., Economia Moral. Um conceito bom para pensar economia solidaria? **Ciências Sociais UNISINOS**, São Leopoldo, v. 37, n. 159, p. 59-102, 2001.

LIPOVETSKI, Gilles. **A felicidade paradoxal: ensaios sobre a sociedade de hiperconsumo**. Trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras. 2007.

LONG, Norman. Globalization and localization: new challenges for rural research. In: MOORE, Henrietta (Org.) **The future of anthropological knowledge**. London: Routledge, 1996, p. 37-59.

LONG, Norman; ARCE, Alberto. Riconfigurare modernità e sviluppo da una prospettiva antropologica, in MALIGHETTI, Roberto (Org.) **Oltre lo sviluppo. Le prospettive dell'antropologia**, Roma: Meltemi, 2005.

LOPES, Paulino Antonio G. **Economia Solidária como projeto cultural e político**. A experiência do Banco Palmas. Fortaleza: Imprensa Universitaria. 2014.

LORI, M.; VOLPI F. **Scegliere il bene. Indagine sul consumo responsabile**. Milano: Franco Angeli, 2007.

MAGNANI, José G. C. Etnografia como prática e experiência. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 15, n. 32, p. 129-156, jul./dez. 2009.

MAGNANI, José, G.C. De perto e de dentro. Notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais - VOL. 17 No 49**, p.11-29, junho 2002.

MALIGHETTI, Roberto, Biopolitiche di eccezione e pratiche di resistenza. Il caso paradigmatico delle favelas di Rio de Janeiro, Confluenze. **Rivista di Studi Iberoamericani**, vol. 3 n°2, 2011.

MALIGHETTI, Roberto, **Clifford Geertz: il lavoro dell'antropologo**, UTET Università, 2008.

MALIGHETTI, Roberto, a cura, **Antropologia applicata**. Milano, Unicopli, 2001.

MALIGHETTI, Roberto, **Il filosofo e il confessore**. Antropologia ed ermeneutica in Clifford Geertz, (1°ed. 1991), Unicopli, Milano, 1999.

MALIGHETTI, Roberto, a cura, **Oltre lo sviluppo**. Le prospettive dell'antropologia, Roma, Meltemi, 2005.

MALIGHETTI, Roberto. Arenas Identitárias e Cidadania: políticas e práticas do confronto, **IV Jornada Internacional de Políticas Públicas- Estado, Cultura e Identidade** - Universidade Federal do Maranhão, São Luís – MA, 25 a 28 de agosto 2009.

MALINOWSKI, Bronislaw, **Argonauti del Pacifico occidentale**. Riti magici e vita quotidiana della società primitiva, 1° ed. 1922, Torino: Bollati Boringhieri, 2004.

MANCE, Euclides A. **La rivoluzione delle reti**. L'economia solidale per un'altra globalizzazione. Pavia: EMI editrice, 2003.

MANCE, Euclides A., **Constelação Solidarius**. As fendas do capitalismo e sua superação sistêmica, Passo Fundo: Ifibe Editora, Passo Fundo, 2008.

MANCE, Euclides. Redes de Colaboração Solidária. In: **IFiL**, Curitiba, 11/2002.

MARCUS, George E. **Ethnography through thick and thin**. Princeton: Princeton University Press, 1998.

MARCUS, George. Etnografia en/del sistema mundo. El surgimiento de la etnografia multilocal. In: **Alteridades**, V.11 N. 22, p. 111-127, 2001.

MARCUS, George; FISCHER, Michael. **Antropologia come critica culturale**, Roma: Meltemi ed., 1998.

MARTINS, Paulo Henrique. De Lévi-Strauss a MAUSS – Movimento AntiUtilitarista nas Ciências Sociais: itinerários do dom. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, ANPOCS, v.23, n.66, p.105-129, 2008.

MARX, Karl. **Il capitale**. 3 Ed. Newton Compton, 2008.

MAUSS, M. Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: EDUSP, v. 2, p.37-174, 1974.

MCLUHAN, Marshall. POWERS, Bruce R.. **The global village**. Oxford: University Press, 1989

MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MELUCCI, Alberto. **Sistema politico, partiti e movimenti sociali**. Milano: Feltrinelli. 1990.

MINTZ, Sidney W. DU BOIS, Christine M. The Anthropology of Food and Eating. In **Annual Review of Anthropology** 31: 99-119, 2002.

MORIN, Edgar. **Introduzione a una politica dell'uomo**, Meltemi, Roma 2000.

NASH, June C. **Mayan visions: the quest for autonomy in an age of globalization**. New York: Routledge, 2001.

NEGRI, Antonio; HARDT, Michael. **Impero: il nuovo ordine della globalizzazione**. Milano: Rizzoli, 2002.

ORTNER, Sherry. Uma atualização da teoria da prática. In: **Conferencias e Diálogos: Saberes e práticas antropológicas**. 25º Reunião Brasileira de Antropologia, Goiânia, 2006.

PADIGLIONE, V. **Poetiche del museo etnografico**. Imola: La mandragora, 2008.

PALMEIRA, M. Feira e mudança econômica. **Revista Vibrant**. Brasília: ABA v.11 n.1 January to June 2014.

PARRY, J., BLOCH, M., **Money and morality of exchange**, Cambridge, Cambridge university press. 1989.

PAVANELLO, Mariano (Org) **Le forme dell'economia e l'economia informale**, Roma, Editori Riuniti. 2008.

PAVANELLO, Mariano. **Forme di vita economica**. Il punto di vista dell'antropologia. Roma: Carocci, 2000.

POLANYI, Karl. **La grande trasformazione**. Le origini economiche e politiche della nostra epoca. Roma: Einaudi Ed. 2010.

RAZETO, L. **Empresas de trabajadores y economía de mercado**. Santiago de Chile: Programa de Economía del Trabajo (PET), 1991.

RAZETO, Luis. Economia da solidariedade e organização popular. In: GADOTTI, Moacir, GUTIÉRREZ, Francisco (orgs.). **Educação comunitária e economia popular**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, p. 34-58. 1999.

RITZER, G. **The McDonaldization of Society**. London: SAGE Publications, Inc. Thousand Oaks, 1996.

RITZER, George. **The McDonaldization of Society**. London: SAGE Inc. Thousand Oaks, 1996.

ROBERTSON, Roland. Glocalization: Time-space and homogeneity-heterogeneity. In: _____. Featherstone, Mike. SCOTT, Lash. (Eds) **Global modernities**, London: Sage, 1995p. 25-44.

RONCAGLIA, Sara. Identità al lavoro. Contadini, imprenditori agricoli e nuovi contadini del parco agricolo sud di Milano, **Journal of Political Ecology** V. 21. P. 127-221. 2014.

RONGE, Bastian. Economia solidária como forma de vida. Uma aproximação sócio-filosófica. **Semana de economia social & solidária & sustentável**. Recife, Centro de Cultura Brasil Alemanha, 20-24 Outubro 2015 (Comunicação Oral).

SABOURIN, Eric. **Paysans du Brésil - Entre échange marchand et réciprocité**. Versailles: QUAE Edition. 2007.

SACCOMANDI, Vito. **Istituzioni di economia del mercato dei prodotti agricoli**. Roma: Reda, 1991.

SAHLINS, M. **Cultura e razão prática**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

SANTOS, Boaventura de Sousa (Ed.) **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa (Ed.) **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Il Forum Sociale Mondiale: Verso una globalizzazione antiegemonica**. Troina: EdCittà Aperta Edizioni, 2003.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O Forum Social Mundial. Manual de uso**. São Paulo: Cortez Editora. 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (Orgs.) **Epistemologias do Sul**. São Paulo; Editora Cortez. 2010.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de Movimentos Sociais**. São Paulo : 2. Ed. Loyola, 1996.

SCOTT, James. **The moral economy of peasant**. Rebellion and subsistence in South Asia. New Haven and London: Yale University Press, 1976.

SCOTT, James. **Weapons of the Weak: Everyday Forms of Peasant Resistance**. New Haven: Yale University Press, 1985.

SEN, Amartya. Comportamento econômico e sentimentos morais. Revista **Lua Nova**, n. 25, p. 103-130, 1992.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Sao Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SETIFFI, Francesca. **Il consumo come spazio di riconoscimento sociale**. Milano: Franco Angeli, 2013.

SINGER, Paul e SOUZA, André (orgs.). **A Economia Solidária no Brasil: A Autogestão como Resposta ao Desemprego**. São Paulo, Contexto, 2000.

SINGER, Paul. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. SANTOS, Boaventura Souza (org.) **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002a.

SINGER, Paul. Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário. **Estudos Avançados**. V. 18 N. 51 São Paulo. May/Aug. 2004.

SINGER, Paul. Economia solidária contra o desemprego. In: **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 11 de jul. de 1996. Opinião, Tendências e Debates, p. 3.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**, 3º Ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008.

SINGER, Paul. Marx e mercado. In: ROCHA BARROS, A.L. et al. **Ensaio crítico sobre o capitalismo e o socialismo**. São Paulo, Editora A. Garibaldi, 1997.

TAVOLO PER LA RETE ITALIANA DI ECONOMIA SOLIDALE (Org.). **Per un'economia nuova: dai GAS alla Zeta**. Milano: Altraeconomia, 2013.

THOMPSON, Edward P. **Economia Moral da multidão na Inglaterra do Século XVIII**. Lisboa: Antígona, 2008.

THOMPSON, Edward. P. The Moral Economy of the English Crowd in the Eighteenth Century, in **Past and Present**, V. 50 (1). P. 76-136, 1971.

TOURAINÉ, Alain. **La globalizzazione e la fine del sociale**. Milano: Il saggiatore ed, 2012.

VAN AKEN, Mauro. **La diversità delle acque**, Antropologia di un bene molto comune. Roma: Città Nuova Ed., 2014.

VAN DER PLOEG, J.D., **I nuovi contadini**. Le campagne e le risposte alla globalizzazione. Roma: Donzelli Ed., 2009.

VEDANA, V. **Fazer a feira**: estudo etnográfico das “artes de fazer” de feirantes e fregueses da feira livre da Epatur no contexto da paisagem urbana de Porto Alegre. 2004. 251f. Dissertação (mestrado em Antropologia Social), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, 11 de maio, 2009.

VIANA, M.; FILHO, O.; MOREIRA, J. “Fala aí, freguês”: Estratégias de comunicação na Feira Livre de Itapetinga – Bahia. **Caderno de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas**, v. 11, n. 99, 2010.

WELLEN, Henrique. **Para a crítica da ‘economia solidária’**. São Paulo: Outras Expressões Ed. 2012.

WILK, Richard R. **Economie e culture**. Introduzione all’antropologia economica. Milano: Mondadori, 2007.

ZELIZER, Viviana A. **Vite economiche**. Valore di mercato e valore della persona, Bologna, Il Mulino. 2009.